



20
21

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Relatório Anual 2021

AJUDAMOS
AS PESSOAS A
MOVEREM-SE

para: irem mais **longe.**

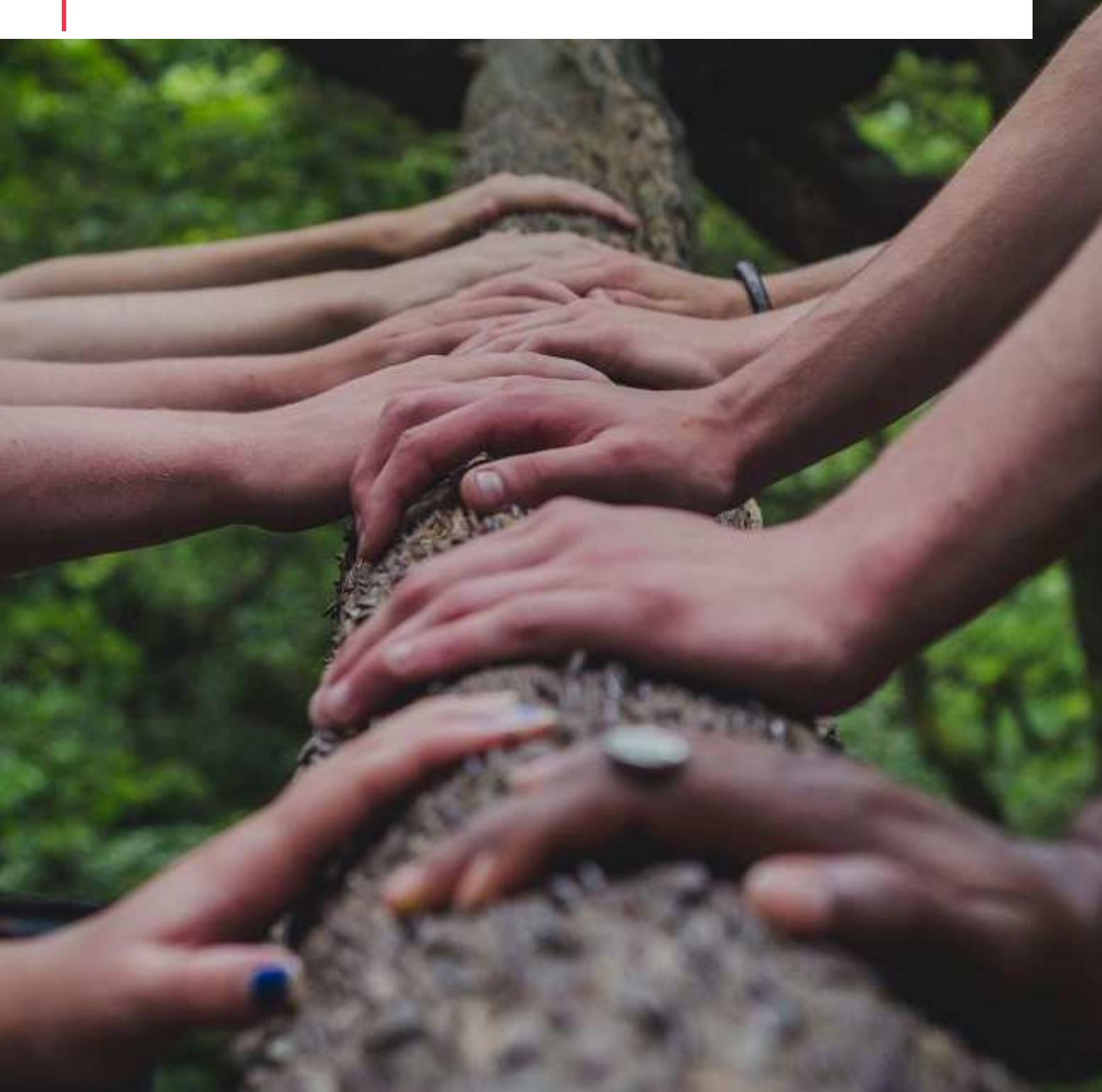
Aviso:

Versão pdf das demonstrações financeiras.
Havendo divergências entre esta versão e a versão ESEF, prevalece esta última.

ÍNDICE

- Geral
- Relatório Único de Gestão
- Contas Individuais
- Contas Consolidadas
- Pareceres
- Governo da Sociedade
- Outras informações

GERAL



Corpos sociais

Mesa da assembleia geral

Presidente	Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta
Vice-Presidente	António José da Cruz Espinheira Rio
Secretário	Alírio Ferreira dos Santos
Secretário	João António Ferreira de Araújo Sequeira

Conselho de Administração

Presidente	José Reis da Silva Ramos
Vogal	Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Vogal	Salvador Acácio Martins Caetano
Vogal	Miguel Pedro Caetano Ramos
Vogal	Tom Fux
Vogal	Kazunori Takagi
Vogal	Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos
Suplente	Masaru Shimada

Conselho fiscal

Presidente	José Domingos da Silva Fernandes
Vogal	Daniel Broekhuizen
Vogal	Antonieta Isabel da Costa Moura
Suplente	Maria Lívia Fernandes Alves
Suplente	Akito Takami

Revisor oficial de contas

Efetivo	Deloitte & Associados, SROC S.A.
Suplente	João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Comissão de nomeações, avaliações e remunerações

Efetivo	Alberto Luis Lema Mandim.
Efetivo	Maria da Conceição Monteiro da Silva
Efetivo	Francelim Costa da Silva Graça

A blurred background image of a business meeting. Several people are visible, some wearing suits, gathered around a table. The focus is on the hands of the participants, which are clasped together in a supportive grip, symbolizing teamwork and collaboration. The lighting is bright and professional.

RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

Relatório Único de Gestão

Índice:

- . Introdução
- . Principais Indicadores do Grupo
- . Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
- . O nosso Modelo de Negócio
- . A nossa História
- . As nossas Pessoas
- . O nosso Contexto
- . As nossas Empresas em 2021 e perspetivas para 2022
- . A nossa Estratégia
- . O Desempenho do Grupo
- . Os Riscos do Negócio
- . Outras Informações
- . Declaração
- . Eventos subsequentes
- . Proposta de Aplicação de Resultados
- . Considerações finais e Agradecimentos
- . Informação sobre a participação dos Órgãos de Administração e Fiscalização na TCAP
- . Participações Qualificadas

Anexos:

Anexo1: Relatório não Financeiro

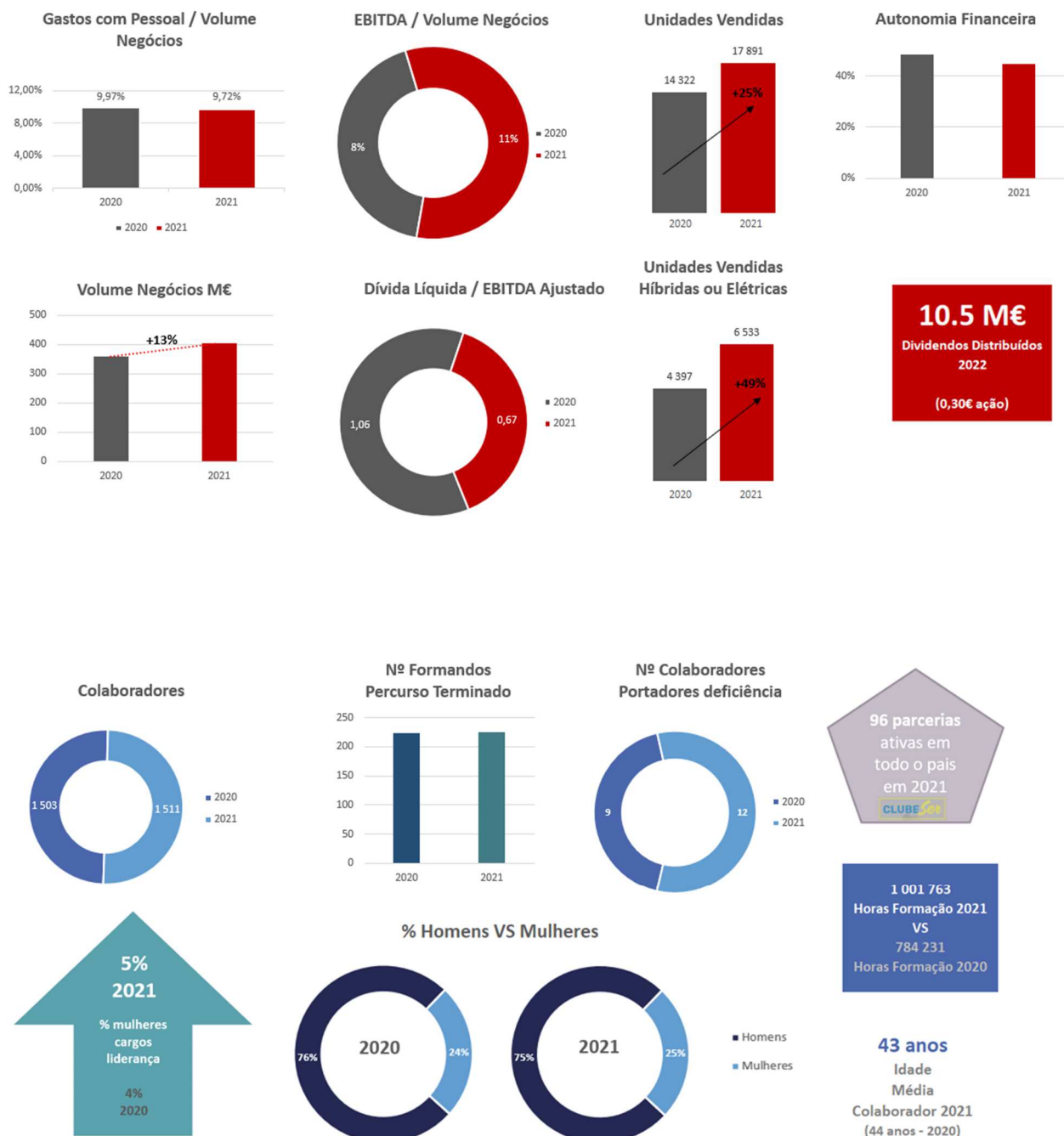
Anexo 2: Fórmulas dos indicadores apresentados neste Relatório

Introdução:

De acordo com o disposto na alínea a) do número 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o Relatório de Gestão e a proposta de aplicação de resultados a seguir apresentados, bem como os respetivos Anexos em concordância com o disposto nos artigos 65.º, 66.º e 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais. Para cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal, S.A. (“TCAP”), será apresentada uma indicação dos principais acontecimentos ocorridos no exercício e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras.

Principais indicadores do Grupo

O ano de 2021 foi de reforço do compromisso da Toyota Caetano Portugal de servir a sociedade como um todo, colocando as Pessoas em primeiro lugar e produzindo felicidade para todos. Tornar-se, cada vez mais, numa empresa de mobilidade focada na construção de um futuro melhor.



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Poderia começar esta mensagem de várias formas, mas qualquer uma ficaria incompleta se nela não manifestasse o meu profundo orgulho e agradecimento pela forma como, juntos, reagimos à adversidade com a qual lidamos há quase dois anos.

Se 2020 foi um ano pautado pelo medo do desconhecido, 2021 foi o ano da resistência. Porque no meio da muita incerteza que ainda paira sobre nós, há uma certeza inabalável: é resistindo que venceremos. Na Toyota Caetano Portugal, resistimos adaptando-nos, inovando e criando oportunidades, sem nunca descurar a segurança e bem-estar daqueles que connosco trabalham e contactam. Com as nossas Pessoas, o seu talento e ousadia, superámos mais este ano desafiante; com os Clientes, vimos reforçada a sua confiança nos nossos serviços; e com os nossos Parceiros, estreitámos ainda mais os laços que nos unem. Por isso, é com um sentimento de admiração reforçada e de gratidão que avalio o ano de 2021.

O ano que passou, em Portugal e no mundo, ficou marcado pelos sucessivos avanços e recuos da situação económica. Em todo o caso, a expectativa de melhoria confirmou-se. O setor automóvel foi disso exemplo, registando uma recuperação que se verificou, também, na Toyota Caetano Portugal. Com as marcas Toyota e Lexus registámos, inclusive, um crescimento muito superior à média do mercado, atingindo uma quota de mercado de 5,9%, o que corresponde a um aumento de 1,3 p.p. face ao ano anterior. 2021 foi, ainda, o ano de lançamento do inovador Toyota Mirai, o primeiro carro com pilha de hidrogénio a chegar ao mercado nacional.

Na indústria, celebrámos os 50 anos da nossa unidade fabril de Ovar. Aqui, a produção do Toyota Land Cruiser Serie 70 continuou em número proporcional ao sucesso desta aposta. Uma opção que vem atestar a confiança da Toyota na qualidade da indústria nacional. Um crescimento de 33% face ao ano anterior.

Relativamente à Divisão de Equipamentos Industriais, continua bem cimentada a nossa liderança no mercado. Apesar da concorrência feroz, mantivemos os indicadores de negócio atingidos em 2020.

Concretamente, o fecho do ano 2021 da Toyota Caetano Portugal foi um sucesso com um incremento significativo dos resultados, ou seja, ultrapassando largamente as previsões previstas em orçamento.

Num ano que permaneceu atípico, ainda que com alguma da normalidade recuperada, foi nosso objetivo alcançar um equilíbrio entre a resposta às particularidades do contexto pandémico e a consecução das nossas prioridades estratégicas para o futuro. Como tal, 2021 representou um reforço na aposta da mobilidade zero-emissões. A parceria com a CaetanoBus, celebrada em 2020, conheceu grandes avanços no último ano: entregámos os primeiros autocarros movidos a hidrogénio com tecnologia Toyota, e fortalecemos a ligação entre ambas as marcas através do co-branding nos autocarros zero-emissões – o 100% elétrico e.City Gold e o H2.City Gold, movido a hidrogénio. Ambos passam agora a ter também a marca Toyota, permitindo às duas empresas demonstrar, por um lado, capacidade técnica e tecnologia complementar e, por outro, um verdadeiro alinhamento no caminho da descarbonização.

Foi também com olhos postos no futuro que, no último ano, demos outro importante passo na concretização dos nossos objetivos estratégicos. A Finlog deu lugar à Kinto, que se tornou a marca global de serviços de mobilidade da Toyota. Uma aposta que representa cada vez mais a elevação da Toyota a empresa de mobilidade. Damos assim resposta aos novos paradigmas de mercado, oferecendo todos os tipos de serviços relacionados com o transporte. Esta ambição colheu já os seus frutos, com o início duma parceria de grande potencial entre a CaetanoBus e a Kinto através da aquisição por esta de um autocarro movido a hidrogénio para posterior celebração de contrato de aluguer operacional com um cliente nórdico.

Numa outra perspetiva, foi também um ano de continuidade da nossa estratégia de sustentabilidade, mantendo o compromisso para a transformação que queremos ver no mundo. É claro para nós que, enquanto Empresa, temos uma responsabilidade que vai muito além da entrega de produtos ou prestação de serviços. Uma certeza que, desde a nossa fundação, se manifestou na dedicação às Pessoas e à Comunidade e, desde muito cedo também, extensível também ao Planeta e à sua preservação. De resto, mantemos a convicção que aqui podemos ter um papel preponderante no que à evolução para um mundo livre de emissões diz respeito. Os avanços tecnológicos a que a Toyota sempre nos habituou são o exemplo de que, em matéria ambiental, estamos na fila da frente na apresentação de soluções de mobilidade limpas.

Por tudo isto, mantivemos os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas como manual orientador para a nossa atuação enquanto empresa na sociedade. Damos, ainda, importantes passos na implementação do programa “Desafio Ambiental Toyota 2050”. A participação no relatório de desenvolvimento sustentável “*Carbon Disclosure Project (CDP)* –

Climate Change” prosseguiu, preservando a nossa ambição em medir e reduzir a nossa pegada carbónica.

Já ao nível social, as Pessoas mantiveram-se como elemento central da nossa atuação. Dentro como fora, temos para com a nossa história a obrigação de ver nelas “o principal ativo.”

Ao longo dos 75 anos que estamos a celebrar, são muitos os exemplos de filantropia e de iniciativas realizadas pela marca em resposta a pedidos concretos da comunidade. Os Centros de Formação e Aprendizagem, espalhados de norte a sul do país, e que dão resposta às necessidades de formação de jovens para a área técnico profissional; a distribuição diária de refeições por instituições de solidariedade social são alguns exemplos concretos. No ano que passou foi ainda dado o primeiro passo para mais uma iniciativa, desta vez numa das áreas de atividade mais impactadas com as limitações impostas no controlo da pandemia – a cultura. “Um Toyota, Uma Missão” une a escolha e confiança dos nossos Clientes de Após-Venda com o contributo para a comunidade ao destinar 1€ por cada Toyota assistido na Rede para a compra de cabazes de bens alimentares para doar a profissionais técnicos e artistas da cultura, espetáculos e eventos.

Como reflexo daquilo que temos vindo a construir, ano após ano, 2022 começou já com a distinção da Toyota eleita marca automóvel 5 estrelas, pelo terceiro ano consecutivo.

É, então, justo dizer que, perante mais um ano desafiante, soubemos dar a resposta que para todos deve ser motivo de satisfação. Respeitando a exigência do contexto atual, não descurámos o foco naquelas que são as nossas metas a médio-longo prazo, reforçamos a nossa posição como player de mobilidade em Portugal e, acima de tudo, caminhamos para o cumprimento do nosso grande objetivo: “operar um negócio lucrativo, sustentável e ter neste um ótimo lugar para se trabalhar”.

Com um sentimento de profunda satisfação e valorização do que juntos conseguimos alcançar, deixo o meu sincero obrigado aos nossos Colaboradores, Clientes e Parceiros.

José Ramos

(Presidente & CEO Toyota Caetano Portugal)

O nosso Modelo de Negócio

Operar um negócio sustentável, progressivo e lucrativo e ter neste um ótimo lugar para se crescer e trabalhar.

Somos a marca de mobilidade mais progressiva e procurada no mercado, pelo que trabalhamos ativamente para alcançar a neutralidade carbónica até 2050 com soluções acessíveis e flexíveis em prol das Pessoas e da Comunidade.

O nosso modelo de negócio segue a Filosofia Toyota Way- o Modelo Toyota é construído sobre dois pilares: **Respeito pelas Pessoas**, que engloba Respeito e Trabalho de Equipa; e **Melhoria Contínua**, que engloba os conceitos de Desafio, Kaizen e Genchi Genbutsu.

É como segue a definição dos valores e forma de trabalho da Toyota:



- Desafio: construir uma visão de longo prazo, aceitando desafios com coragem e criatividade para realizar os nossos sonhos;
- Kaizen: melhorar continuamente as nossas operações, estimulando permanentemente a inovação e evolução;
- Genchi Genbutsu: “ir à origem” para encontrar os factos para tomar as decisões certas, construir consensos e alcançar os nossos objetivos de forma eficiente;
- Respeito: incentivar o crescimento pessoal e profissional, partilhar oportunidades de desenvolvimento e maximizar o desempenho individual e de equipa;

- Trabalho de Equipa: respeitar os outros, fazer todos os esforços para nos compreendermos, assumir responsabilidades e dar o nosso melhor para construir uma confiança mútua.

O Grupo Toyota Caetano é composto pelas empresas operacionais representadas no organograma abaixo:

Toyota Caetano Portugal		
98,74%	Caetano Auto	
100%	Caetano Renting	
81,25%	Caetano Auto CV	
61,94%	Caetano Bus	
	59%	Cobus
	100%	Caetano UK
49%	Kinto	
	100%	Caetano Renting Senegal

Toyota Caetano Portugal, S.A.

A Toyota Caetano Portugal, S.A. é a empresa-mãe deste Grupo; é aqui que se concentram as seguintes atividades:

- Divisão Toyota e Lexus- é a unidade de negócio da Toyota Caetano Portugal nomeada pela Toyota Motor Europe, que detém a atividade exclusiva de Importador das Marcas Toyota e Lexus, quer na comercialização e venda de viaturas novas, quer na de viaturas seminovas de confiança, através dos seus Programas Exclusivos TUC (Toyota Usados de Confiança) e Lexus Select, complementada pela venda de peças e acessórios originais Toyota e Lexus. Cabe também neste segmento a atividade do Hub Toyota e Lexus onde todas as viaturas são preparadas para entrega aos clientes.

Para a venda dos produtos acima referidos, a Toyota Caetano Portugal conta com uma rede de Concessionários e Reparadores Toyota Autorizados, por si nomeada, gerida e permanentemente monitorizada, sempre com um espírito de exceder as expectativas dos Clientes.

- Divisão de Equipamento Industrial – importação, comercialização (venda e aluguer), atividade de após venda de máquinas industriais (empilhadores contrapesados e de equipamentos de armazém), bem como serviços e soluções de negócio, tais como aluguer de curto prazo, usados e recondicionados, assistência, contratos de manutenção, venda de peças, e gestão de frotas dos referidos equipamentos;
- Divisão Fabril de Ovar (segmento industrial)- fabricação e montagem de viaturas Toyota assim como componentes para autocarros.



A Caetano Auto, S.A. é a sociedade que engloba 11 concessionários da marca Toyota e 7 da marca Lexus. Tem ainda a representação das marcas Caetano Colisão e Caetano Glass. Está presente desde o Minho ao Algarve em 25 Showrooms e Oficinas.

A Caetano Auto tem a sua origem em 1968, com a chegada da Toyota a Portugal, ao longo dos anos foram sendo adquiridas e criadas mais empresas de retalho da Toyota. Em 2002 foi realizada uma fusão destas empresas, constituindo-se assim uma única empresa – Salvador Caetano Comércio Automóveis, atual Caetano Auto, S.A..



A Caetano Auto CV, S.A. é a entidade responsável pela importação e comercialização da marca Toyota para o mercado de Cabo Verde.

Constituída em 1993 é uma das sociedades pioneiras da expansão do Grupo Salvador Caetano no continente africano.



A Caetano Renting, S. A. é a empresa dedicada, essencialmente, à atividade de aluguer de viaturas das marcas Toyota e Lexus a clientes diversos tais como rent-a-car, outros grandes clientes, bem como alugueres pontuais a particulares.

KiNTO

Criada em 1993 como Finlog, dedica-se à gestão de frotas automóveis e aluguer operacional de viaturas. Em 2020 contou com a participação da KINTO EUROPE GMBH no seu capital social passando, mais tarde nesse ano, para o universo Toyota Caetano Portugal com a aquisição, por esta, de 49% do seu capital social.

No final de 2021, a Empresa apostou num processo de *rebranding* estando, cada vez mais, dedicada na aposta em novos produtos para o mercado automóvel, assentes em conceitos de mobilidade inteligente, fáceis de usar e amigos do ambiente.

A Kinto Portugal detém uma associada no Senegal (Caetano Renting Senegal, S.A.) cuja missão é replicar a atividade da Kinto Portugal para aquele mercado.



A CaetanoBus, empresa detida em parceria pela Toyota Caetano Portugal e pela Mitsui & Co., Ltd., é o maior fabricante de carroçarias e autocarros em Portugal.

É na CaetanoBus que fica concentrada toda a atividade industrial de fabricação de carroçarias e autocarros, com diferentes especificações, destinados ao serviço de transporte urbano, turismo, aeroporto e miniautocarro.

A maioria dos seus produtos destinam-se à exportação e estão ao serviço de operadores de transporte um pouco por todo o mundo. É uma empresa que usa a tecnologia, a inovação e o design para estar sempre um passo à frente, mais próxima do futuro.

A CaetanoBus detém 2 subsidiárias:



A COBUS Industries GmbH é um fornecedor global na área de equipamentos de suporte terrestre e soluções de mobilidade para aeroportos, com sede em Wiesbaden, Alemanha. Foi fundada em 1983. A COBUS é detida pela CaetanoBus, enquanto acionista maioritária, e pela Daimler Truck AG. É líder no desenvolvimento, fabrico e fornecimento de autocarros de plataforma, serviços relacionados e soluções integradas. Os clientes da empresa são principalmente operadores de aeroportos, companhias aéreas e manipuladores em terra. Com mais de 4.500 autocarros vendidos e em operação em cerca de 350 aeroportos em 109 países, alcança uma participação de mercado global significativa.

O portfólio de produtos inclui autocarros com especificações diferentes, consoante a capacidade pretendida pelo cliente, opcionalmente movidos a motores a diesel ou totalmente elétricos. O foco da empresa continuará a ser o desenvolvimento de tecnologias avançadas e sustentáveis, especialmente em digitalização e e-mobilidade



A Caetano UK é a empresa da CaetanoBus, responsável pela venda, após-venda e fornecimento de peças para os autocarros Caetano presentes no mercado do Reino Unido. A Caetano UK está localizada em Midlands e foi estabelecida há quase 40 anos.

O Reino Unido é um dos principais mercados para a CaetanoBus, com os célebres autocarros da National Express e, mais recentemente, os urbanos e.City Gold, ao serviço da *Transports for London* com a operadora Abellio.

A nossa História

A Toyota tem uma história orgulhosa e um futuro emocionante. Começa em 1968, quando Salvador Fernandes Caetano decide trazer a marca para Portugal, numa altura em que ainda era praticamente desconhecida na Europa. Desde então, uma série de automóveis de referência fizeram parte do quotidiano dos portugueses. Preservando no seu ADN o *Toyota Way*, a marca tem em vista a criação de uma mobilidade segura e responsável para a sociedade futura.

- 1946 Salvador Fernandes Caetano criou a empresa 'Martins, Caetano & Irmãos, Lda.', uma fábrica para a produção de carroçarias de autocarros, que seria o embrião da **Salvador Caetano, IMVT, S.A.**;
- 1968 Assinatura de contrato para a **importação e distribuição exclusiva da marca Toyota em Portugal**;
- 1971 Inauguração da primeira fábrica Toyota na Europa, em Ovar. A principal atividade desta unidade fabril estava assente na montagem de mini-autocarros (Caetano), montagem de comerciais ligeiros Toyota (Dyna e Hiace) e incorporação de componentes em veículos comerciais;
- 1972 Início da operação de retalho em Portugal com a Toyota;
- 1981 Criação do Centro de Formação Salvador Caetano;
- 1987 O Sr. Tatsuro Toyoda, Vice-Presidente Executivo da Toyota Motor Corporation, visita a fábrica de Ovar;
- 1993 Produção acumulada em Ovar de 200.000 unidades;
- 1998 Início da atividade de importação Lexus em Portugal;
- 2001 30º aniversário da fábrica de Ovar com a presença do Dr. Schoichiro Toyoda, Presidente Honorário da Toyota Motor Corporation;
- 2007 Nova designação social da sociedade que passa de Salvador Caetano, IMVT, S.A. para Toyota Caetano Portugal S.A.;
- 2010 José Ramos torna-se Presidente da Toyota Caetano Portugal;
- 2015 Início da produção do Land Cruiser série 70 exclusivamente para exportação para o mercado da África do Sul;

- 2015 José Ramos recebe a condecoração da “Ordem do Sol Nascente, Raios de Ouro com Laço”; uma das mais altas distinções concedidas pelo Imperador do Japão pelo contributo para o desenvolvimento do mútuo entendimento e dos laços de amizade entre o Japão e os outros países;
- 2015 Lançamento do Clube SER, que surge com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos Colaboradores e a sua saúde, bem como reforçar sentimentos de pertença. Para tal, os Colaboradores têm acesso a sorteios, parcerias, descontos nas mais diversas áreas, eventos e serviços de bem-estar;
- 2018 Parceria com a Toyota Motor Corporation para o desenvolvimento da integração de pilha de combustível Toyota no autocarro a hidrogénio da CaetanoBus;
- 2018 Inauguração do Bosque Ser Caetano, um espaço de convívio e lazer para os Colaboradores e que assume o compromisso da Organização para uma estratégia de neutralidade carbónica;
- 2019 Nasce a Academia Ser Caetano no digital, uma nova solução que responde às necessidades de diversificação da formação profissional através do e-learning, em complemento com a formação técnica já disponibilizada pela marca.;
- 2020 Em dezembro de 2020 a Toyota Motor Europe comprou 51% da Finlog para explorar o mundo da mobilidade e trouxe a Toyota Kreditbank, GMBH para oferecer o nível certo de acessibilidades aos Clientes;
- 2020 A Toyota lançou em Portugal a sua marca de mobilidade Kinto oferecendo modos de transporte e métodos de pagamento desde o ‘renting’, à partilha de veículos, passando pela possibilidade de subscrições;
- 2020 A Toyota Caetano Portugal adquire participação na CaetanoBus (61,94%) e na Kinto Portugal (49%);
- 2021 Em julho de 2021 a Caetano Bus e a Toyota Motor Europe anunciaram o co-branding do autocarro urbano elétrico a bateria (e.City Gold) e o autocarro elétrico de célula de combustível (H2.City Gold);
- 2021 Celebração do 75º aniversário do Grupo Salvador Caetano e celebração dos 50 anos Toyota.

As nossas Pessoas

Vivemos numa era em que o capital humano é cada vez mais valorizado, e em que as Pessoas são reconhecidas como o principal ativo das Empresas, em particular as que estão verdadeiramente envolvidas com a identidade e os objetivos da Organização. Na Toyota Caetano Portugal, esta ambição vai ainda mais longe, com o anúncio de que a Empresa pretende causar um impacto mais profundo na sua atividade através da missão de “produzir felicidade para todos”. Para a Toyota Caetano Portugal, este mote materializa-se na procura constante de melhorar a experiência e satisfação dos nossos Colaboradores, envolvendo-os no propósito da Organização.

Numa altura de transformação do contexto profissional, exige-se um reforço adicional das ações para responder aos novos desafios. Em 2021, manteve-se a variação do trabalho entre formato presencial e à distância, pelo que mantivemos a aposta na digitalização, sem nunca descurar a proximidade e humanização das equipas.

Na Academi@ Ser Caetano continuámos a promoção da paixão pelo conhecimento, desenvolvendo um conjunto de novos cursos para os nossos Colaboradores e uma oferta formativa em formato presencial, digital e híbrido, tendo em conta os conteúdos, o propósito e os destinatários. Aqui, destaca-se o reforço dos Programas de Desenvolvimento Avançado (PDA) e Programas de Desenvolvimento Flash (PDF), formações cujo objetivo passa por aprimorar competências e alinhar comportamentos de atuação em áreas de competência específicas. A título de exemplo, foram desenvolvidas as formações *Equipas de Alto Rendimento Ser Caetano*, *Atendimento Ser Caetano* e *Liderança Estratégica Ser Caetano*.

O impacto da nossa Academi@ segue bem latente nos seus indicadores. Após o término de mais um ano registou-se um total de 521 Colaboradores envolvidos, que, juntos, somaram 15 840 horas de formação. Por sua vez, na Formação de Jovens, acolhemos 951 formandos num total de 53 cursos em atividade nos nossos sete Polos de Formação e Aprendizagem, nos quais se incluem os futuros Técnicos Comerciais. Pela primeira vez no polo de Vila Nova de Gaia, a abertura deste curso representou a concretização de uma ambição antiga e que dá uma resposta imediata às necessidades do nosso negócio e estende a experiência bem sucedida do curso de Técnicos Comerciais a decorrer no Pólo de Sintra desde 2018.

2021 ficou também marcado pelo desenvolvimento de inúmeras iniciativas que têm como objetivo consolidar a estratégia de *Employer Branding* da nossa Organização. Este foi o caso da organização do *Career Day*, o nosso Festival de Emprego. Trata-se de um evento totalmente

digital, com um impacto na consideração da Toyota em Portugal enquanto marca empregadora, mas também nas suas marcas comerciais. Esta iniciativa alcançou 100 000 pessoas ao longo de toda a comunicação do evento e contou com a participação de 1.092 inscritos, que connosco viram uma oportunidade de desenvolver a sua carreira.

Mas não ficamos por aqui. Com o propósito de aproximar e envolver as nossas Pessoas, foi dinamizada a campanha *Ser Caetano. Somos Nós!*, uma iniciativa interna que resultou na inauguração de uma exposição fotográfica que envolveu e homenageou os nossos Colaboradores, que todos os dias contribuem para o crescimento da marca Toyota. Com uma adesão de centenas de Pessoas, reforçámos os nossos valores, cultura, ao mesmo tempo que demos a conhecer os seus rostos.

No que diz respeito ao desenvolvimento da nossa estratégia de sustentabilidade, foi também reforçada a sua importância para a Organização através da realização de um webinar sobre Responsabilidade Social. Destinado a todas as lideranças, em parceria com a Porto Business School, debatemos, em conjunto, uma temática que, para nós, é atualmente uma das grandes prioridades.

A somar a tudo isto, a nossa atuação consubstanciou-se, ainda, dando continuidade aos vários projetos que temos vindo a desenvolver nos últimos anos. O nosso programa de Gestão de Desempenho e Desenvolvimento alcançou todo o universo Toyota Caetano Portugal, tornando a partilha de feedback e o desenvolvimento contínuo como elementos centrais na gestão de Pessoas. No BRiT (*Best Retail in Town*), obtivemos uma taxa de participação de 99%, ficando estabelecido como objetivo para o ano de 2022 o desenvolvimento de planos de ação junto dos gestores da área Toyota com vista a aumentar a satisfação dos Colaboradores da marca espalhados pelas concessões. Este estudo de clima organizacional foi complementado no importador por mais uma edição do Barómetro Ser Caetano, que este ano assentou numa nova ferramenta. O Barómetro Ser Caetano contou com a adesão de toda a Toyota Caetano Portugal. Com esta nova ferramenta digital, passou a ser possível analisar resultados ao minuto, responder aos comentários dos Colaboradores e desenvolver planos de ação para mitigar resultados indesejados.

Fazendo o seu balanço, 2021 revelou-se um ano de continuidade na resposta aos desafios lançados pela pandemia. Uma vez mais, ficou bem presente a importância das Pessoas e de para elas trabalharmos, para que encontrem sempre as condições necessárias para o exercício das suas funções. Ainda mais na adversidade, é da maior importância promover o seu bem-estar, estimular

as suas capacidades e, dentro das limitações impostas, tudo fazer para obter o maior equilíbrio e normalidade possível no seu dia-a-dia. Foi para isso que trabalhamos mais um ano e que continuaremos no futuro. Pelas Pessoas.

Não discriminação:

A Toyota Caetano Portugal tem no respeito e dignidade os elementos basilares da sua conduta. É, por isso, nosso compromisso promover um ambiente de trabalho digno e onde cada um dos seus Colaboradores se sinta acolhido e respeitado. Em paralelo, a Organização é promotora ativa da igualdade de oportunidades e da integridade moral de todos os intervenientes no negócio.

Respeito dos direitos Humanos:

Com profunda inspiração pelo *Toyota Way*, em harmonia com a atitude Ser Caetano, a Toyota Caetano Portugal alicerça a sua prática na defesa dos Direitos Humanos e no respeito pelas Pessoas. Não são, por isso, admitidos comportamentos discriminatórios, com base na raça, etnia, nacionalidade, origem social, idade, sexo, ideologia, opinião política, religião ou qualquer tipo de condição física, de personalidade ou social. A Toyota Caetano Portugal promove também o alargamento destas práticas nas relações com os *stakeholders*, nomeadamente junto dos Colaboradores, para que estas sejam levadas para as suas relações pessoais.

Diversidade:

A Toyota Caetano Portugal promove a diversidade, desde a sua gestão até aos corpos sociais. A renovação dos quadros diretivos é uma preocupação para a Empresa, que entende a experiência e o conhecimento como sendo qualificações necessárias e indispensáveis para o exercício das funções. Só nestas condições se pode ter uma estratégia sustentável. Também as mulheres têm um papel preponderante neste equilíbrio, tendo vindo progressivamente a ocupar cada vez mais lugares de liderança. No recrutamento e na formação é incentivada a discussão e aprendizagem inter-geracional. Assente nestas práticas de diversidade de género e partilha entre gerações, a Toyota Caetano Portugal assume-se como uma empresa preparada para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais global e inclusivo. O ano de 2020 representa um marco no incentivo à integração de Pessoas portadoras de deficiência, através da consolidação do Protocolo no âmbito



da empregabilidade firmado com a Associação Salvador, assinado em 2019, que tem sido essencial para nos ajudar a percorrer o caminho da inclusão nas nossas equipas de trabalho.

O nosso Contexto

Na Toyota Caetano Portugal estamos conscientes de que, enquanto Empresa, podemos ser um fator promotor da mudança junto dos nossos Colaboradores e das nossas Comunidades, contribuindo para a transformação que queremos ver no mundo. Uma visão que, desde a fundação, está vincada no nosso ADN. Com uma identidade muito assente nos valores do nosso Fundador, a preocupação por crescer, fazendo crescer os outros, está bem presente. Com foco nos pilares Pessoas e Planeta, sustentamos a nossa postura enquanto empresa que procura caminhar para um futuro cada vez mais sustentável.

Nesse sentido, orientamos a nossa estratégia em 5 eixos: conhecimento, equilíbrio entre vida pessoal e profissional, diversidade e inclusão; energia sustentável e neutralidade carbónica; e economia circular e recursos hídricos. Todos eles, em estreita ligação com aqueles que são os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.

Como tal, muitos têm sido os projetos e iniciativas desenvolvidas para a promoção e sensibilização desta missão. Destaque para o Bosque Ser Caetano, que visa promover o bem-estar dos Colaboradores e reforçar o compromisso com a comunidade, planeta e gerações futuras; e o Webinar *A Responsabilidade Social no ADN da Salvador Caetano*, um evento que uniu as nossas lideranças e a Porto Business School para discutir o nosso impacto na sociedade.

Para a Toyota Caetano Portugal, o propósito suplanta a simples entrega de um produto ou serviço, estando focados em unir esforços para fazer do amanhã um lugar melhor.

Combate à corrupção e tentativas de suborno:

Na Toyota Caetano Portugal não são tolerados quaisquer comportamentos que ponham em causa a transparência e o bom nome da empresa. Como tal, formas ativas ou passivas de suborno ou corrupção são veementemente condenadas.

A Sociedade tem implementado um sistema de comunicação de irregularidades que garante a todos os interessados (Acionistas, Colaboradores ou outros) a possibilidade de comunicarem factos integradores do conceito de irregularidades identificadas no seio da sociedade e da sua atividade. Assim, está instituída uma política de comunicação de irregularidades que pode ser consultada no site da Empresa.

Tem também um Código de Conduta e Ética Profissional, aprovado em sede do Grupo Salvador Caetano, aplicável a todas as suas participadas. No Código de Conduta e Ética Profissional estão contidos os nossos princípios e valores bem como um conjunto de normas de conduta que deverão ser respeitadas por todos, nomeadamente a não-discriminação e igualdade de oportunidades, a integridade no relacionamento com clientes e fornecedores, proibição de suborno, corrupção e tráfico de influências, conflitos de interesses, entre outros. O Código de Conduta pode ser consultado no site da Sociedade.

O Grupo Salvador Caetano aprovou ainda uma política de prevenção de práticas de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, aplicável à Sociedade.

A Comissão de Compliance do Grupo Salvador Caetano é a entidade responsável pelo acompanhamento da implementação do Código de Conduta e Ética Profissional e, em conjunto com o Conselho Fiscal da Sociedade, pelo acompanhamento das comunicações de irregularidades, salvaguardando o tratamento confidencial das mesmas.

Qualidade, Ambiente e Kaizen:

Alinhada com o diagnóstico realizado às necessidades das suas partes interessadas, a Toyota Caetano Portugal tem vindo a priorizar ao longo dos anos a implementação de uma política de ética e de transparência, materializando a sua estratégia de sustentabilidade, numa gestão social e ambientalmente responsável. Durante o ano de 2021, além da sua atividade habitual, a Toyota Caetano Portugal teve que fazer face à Pandemia COVID-19. Para tal, foram realizadas várias ações, nomeadamente atualização do Plano de Contingência e Manual de Continuidade do Negócio – Normas de Prevenção COVID-19, elaboração de cartazes informativos em conjunto com a medicina do trabalho referentes às medidas de prevenção COVID-19. A estratégia de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Melhoria Contínua, que foi definida para o ano 2021, encontra-se evidenciada nas principais ações implementadas e nos resultados obtidos:

- No âmbito do seu Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Ambiente destacou-se a realização de auditorias internas pela bolsa de auditores internos criada em 2021. Foi ainda realizada a certificação por organismo de certificação externa (certificação multi-site) que englobou a importação, distribuição e comercialização de viaturas, peças, acessórios e merchandising das marcas Toyota e Lexus (TCAP NMSC) segundo os referenciais NP EN ISO 9001:2015; NP EN ISO 14001:2015.

A certificação de multi-site permitiu partilha de boas práticas entre os técnicos, sobre os sistemas de gestão assim como a definição de uma estratégia concertada. Conseguiu-se ainda contribuir para o reforço do *Built-in-Quality*, na área de serviços e melhoria dos resultados percecionados pelos clientes/partes interessadas;

- A Divisão de Equipamentos Industriais Norte encontra-se certificada nos referenciais Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia nomeadamente através da NP EN ISO 9001:2015; NP EN ISO 14001:2015; NP EN ISO 45001:2019; NP EN ISO 50001:2019;
- A Divisão de Equipamentos Industriais Sul abrange a certificação Qualidade e Ambiente segundo os referenciais NP EN ISO 9001:2015; NP EN ISO 14001:2015;
- Na sequência do desafio da Toyota Material Handling Europe foi dinamizada a participação na plataforma internacional *Ecovadis*, relativa à avaliação do nível de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da Toyota Caetano Portugal, e que resultou na obtenção do nível Bronze (Top 50% de todas as organizações avaliadas) em 2020, prevendo-se a participação em 2022. Esta participação mobilizou de uma forma transversal diversos departamentos não só da Divisão Equipamentos Industriais, mas também de toda a Toyota Caetano Portugal;
- Pelo oitavo ano consecutivo, a Toyota Caetano Portugal participou no relatório de desenvolvimento sustentável *Carbon Disclosure Project (CDP) – Climate Change*, promovendo a transparência corporativa e a contabilização da pegada de carbono da organização, tendo alcançado o nível B (*Management*).

A Toyota Caetano Portugal continua a reforçar a sua estratégia de melhoria contínua através do Programa Ser Kaizen, cujos resultados foram alvo de reconhecimento por parte da Administração junto dos Colaboradores.

Foram também implementadas reuniões Kaizen de equipa, através de plataforma digital, para manter a continuidade dos procedimentos de melhoria contínua, aquando do incremento do teletrabalho (prevenção pandemia COVID-19).

Em termos ambientais, trabalhar com veículos eletrificados Toyota e Lexus dá-nos a oportunidade de fazer a diferença no nosso planeta. É uma oportunidade para promover a mudança para a neutralidade carbónica, alinhada com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). É por isso que a Toyota Caetano Portugal continua empenhada na implementação do seu programa *Desafio Ambiental Toyota 2050*, em coordenação com a Toyota Motor Europe.



Para este resultado, o *Carbon Disclosure Project* (CDP), ao apoiar-nos no cálculo da pegada de carbono, muito tem contribuído na valorização da nossa estratégia de massificação de viaturas eletrificadas no mercado nacional. Outra das melhorias implementadas, rumo à neutralidade carbónica, foi a alteração do consumo de energia elétrica convencional para energia verde (proveniente de fontes renováveis).

As ações de eficiência energética implementadas nos nossos edifícios e processos também foram alvo de significativas melhorias, nomeadamente a transformação gradual dos edifícios para iluminação com LED, reduzindo substancialmente o consumo. Todas estas medidas têm-nos ajudado a melhorar os resultados obtidos no CDP, sendo nosso objetivo passar do nível B+ para o nível A (A-Leadership; B-Management; C-Awareness; D-Disclosure).

As nossas Empresas em 2021 e perspetivas para 2022

Toyota Caetano Portugal, S.A.

O ano de 2021 foi, para a Toyota Caetano Portugal, um ano de resiliência em contextos desconhecidos, incertos e tendencialmente desfavoráveis.

As diferentes atividades da Toyota Caetano Portugal (importação e distribuição de viaturas e peças; importação e venda / aluguer equipamentos industriais e indústria), através das suas Pessoas e processos, não apenas enfrentaram as dificuldades com que se depararam como até as superaram largamente.

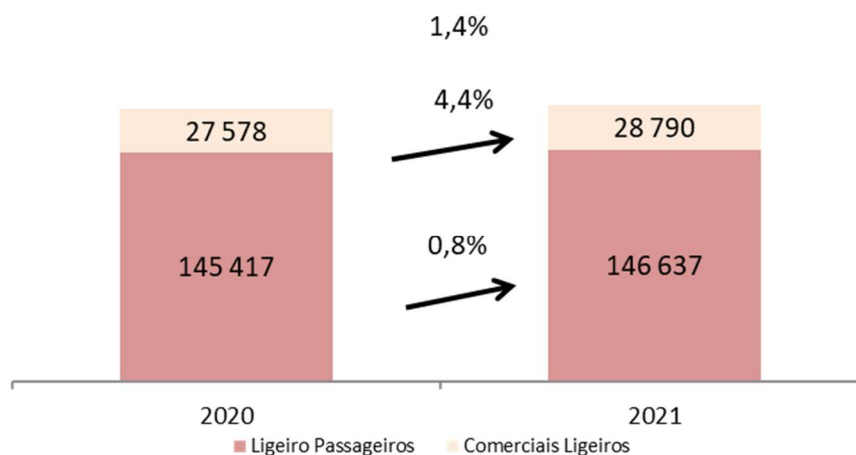
Atividade de Importação e Distribuição de Viaturas Toyota e Lexus

I. Enquadramento do Mercado de Viaturas Ligeiras

Após o início da recuperação dos efeitos da primeira vaga da COVID-19 ao longo do segundo semestre de 2020, o aparecimento de nova vaga no final desse ano e correspondente novo confinamento no início de 2021, veio condicionar a esperada rápida e expressiva recuperação que se antevia para o primeiro semestre de 2021.

Em adição a esta situação, as fortes restrições de fornecimento que se verificaram por parte dos produtores de semicondutores, e que se fizeram sentir de forma mais vincada ao longo de todo o segundo semestre, vieram condicionar toda a indústria automóvel que se viu impossibilitada de cumprir com os planos previstos de produção, ficando assim impedida de conseguir um volume de oferta correspondente ao progressivo crescimento da procura decorrente do pós confinamento.

Como consequência desta situação, o segundo semestre pautou-se pelo registo de valores de vendas mensais continuamente inferiores aos verificados no ano anterior, o que levou a que, no cômputo geral, o mercado automóvel de viaturas ligeiras registasse uma situação de quase estagnação com variação positiva de apenas 1,4%. O mercado de viaturas de passageiros registou crescimento de apenas 0,8%, cabendo ao mercado de comerciais ligeiros valor mais significativo com variação de 4,4%.



Fonte ACAP

Podemos assim resumir como fatores preponderantes para o desempenho do mercado:

1. Declaração do Estado de Emergência pelo período de 3 meses entre janeiro e março, condicionando a atividade comercial dos concessionários de vendas de automóveis;
2. Restrições verificadas na disponibilidade de viaturas para entrega na generalidade das marcas como consequência das limitações de fornecimento de semicondutores;
3. Como fator positivo verificou-se alguma recuperação no mercado de rent-a-car influenciada pela progressiva recuperação da atividade turística.

II. Viaturas Toyota

Ao contrário do que se verificou no global do mercado, a Toyota evidenciou-se por **apresentar um expressivo valor de crescimento de 31%**, a que correspondeu um total de 10 364 unidades e a subida do 9º para o 6º lugar no total do mercado de viaturas ligeiras.

A este volume de vendas correspondeu uma quota de mercado total de 5,9%, que assim registou **crescimento de 1,3 p.p. face a 2020**.

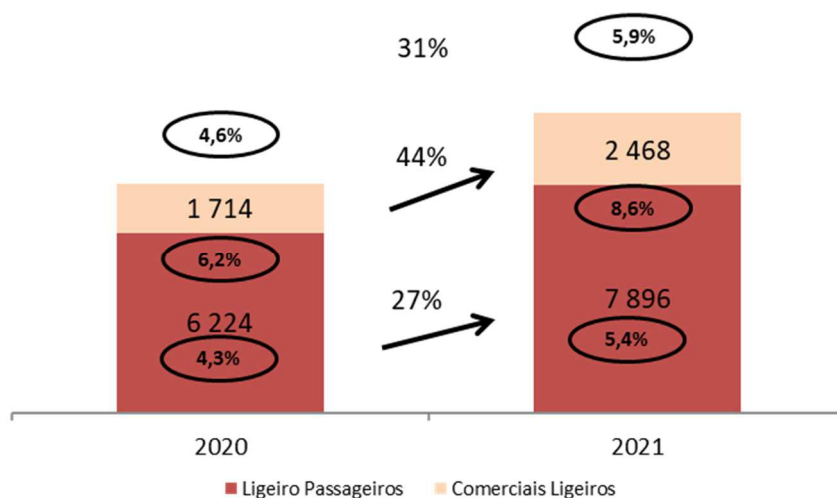
Separando esta performance por sub-mercados:

- Nos Ligeiros de Passageiros, a Toyota **apresentou um crescimento de 27%**, com correspondente evolução de quota de mercado de 4,3% para 5,4 %. Para estes resultados contribuíram a consolidação nos lugares cimeiros dos respetivos segmentos dos modelos Yaris, eleito *Carro do ano de 2021*, Corolla e C-HR, e a entrada em novos e representativos

segmentos com os novos modelos Yaris Cross, um SUV do segmento B, cujo lançamento teve lugar em setembro, e a versão híbrida plug-in do RAV4, muito importante para o segmento empresarial, fruto dos benefícios fiscais associados a esta tipologia de motorização.

De assinalar ainda o início de vendas do modelo Toyota Mirai, único modelo da marca elétrico a hidrogénio e pioneiro na tecnologia de pilha de combustível, que se espera que, com a futura disponibilidade de infraestruturas de abastecimento de hidrogénio, venha a dar importante contributo no trajeto da marca para a neutralidade carbónica, conforme estratégia *Beyond Zero* que visa mais do que a redução do volume de emissões;

Nas viaturas Comerciais Ligeiras, a Toyota evidenciou-se como sendo a marca que maior volume de crescimento registou, com um muito expressivo registo de 44%, a que correspondeu o posicionamento como quarta marca, com uma quota de mercado de 8,6 % (+2,4 p.p. face a 2020). Este crescimento foi sustentado sobretudo pelo novo modelo Proace City, que compete em segmento que representa 56% do mercado de Comerciais Ligeiros, e pelo modelo Hilux, que continua a liderar o segmento pick-up pelo nono ano consecutivo.



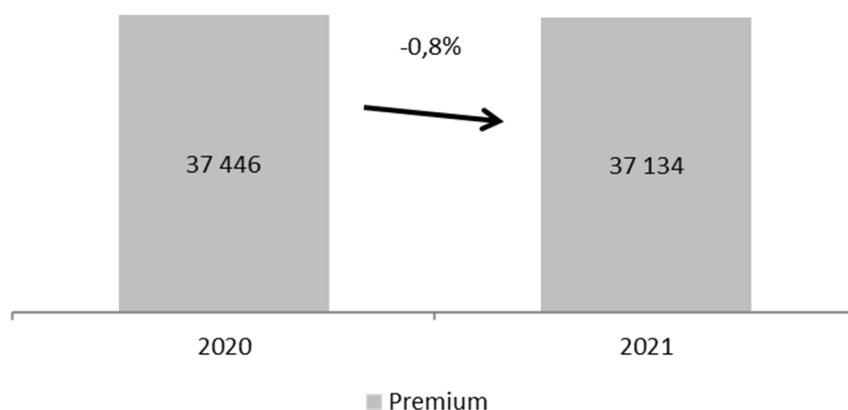
Para 2022, as prioridades e os objetivos globais definidos passam por:

Continuar a aposta na imagem e valor da marca, vincando a liderança a nível da eletrificação através da tecnologia Híbrida, a inovadora tecnologia Pilha de Combustível (FCEV) através do modelo Mirai e a entrada também no segmento dos veículos elétricos a bateria (BEV), com o modelo Toyota bZ4x, cujo início de vendas está previsto para o segundo trimestre de 2022;

- . Capitalizar a venda de viaturas híbridas através dos modelos mais representativos em termos de vendas – gamas Yaris, Corolla, C-HR, RAV4, sustentado, no caso do Yaris, pelo lançamento recente da versão Yaris Cross, que compete em segmento que representa 26% do mercado de passageiros;
- . Lançamento com sucesso do novo modelo Aygo X, um crossover com posicionamento inovador no segmento A-SUV e de capital importância para a captação de novos e jovens clientes para a marca;
- . Contínua focalização da gama de viaturas comerciais, explorando novos segmentos e áreas de atividade através da recentemente atualizada gama Hilux, complementando a vasta oferta da marca com as gamas Proace e Proace City;
- . Minorar o impacto da menor disponibilidade de stock em alguns modelos, devido aos efeitos de escassez de semicondutores, apostando em ações comerciais com foco nos modelos com maior disponibilidade de stock e procurando juntamente com a rede de Concessionários manter a normalidade da atividade de vendas com níveis de stock mais reduzidos que o habitual;
- . Providenciar uma alargada oferta de soluções de mobilidade acessível e flexível, via oferta de produtos ciclo de troca a fim de maximizar a permanência dos clientes e das viaturas na rede oficial da Marca, em verdadeira comunhão de esforços com os nossos parceiros de negócio como a Toyota Financial Services e a empresa de Mobilidade do GSC, Kinto Portugal.

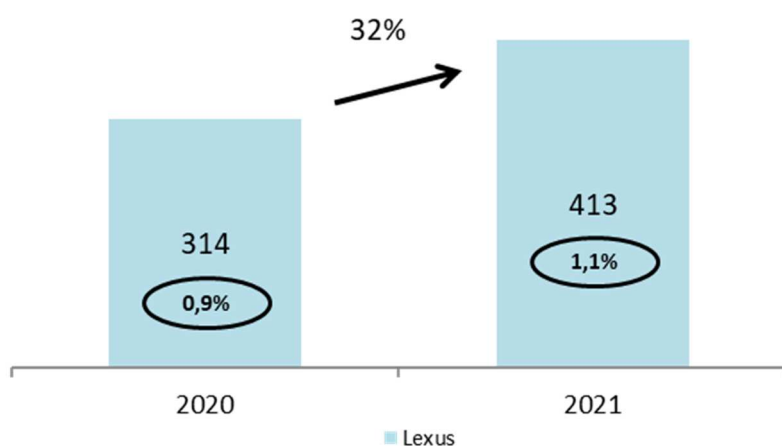
III. Enquadramento do Mercado Premium

O Mercado Premium, ainda que registando o expressivo valor de 25% do total do mercado de passageiros, apresentou ligeira quebra face aos valores registados no período homólogo (-0,8%), pautando-se assim por alinhamento relativamente próximo, mas mais negativo, do que o verificado no mercado global de viaturas ligeiras de passageiros, que se limitou a crescer 0,8%.



IV. Viaturas Lexus

À semelhança do que aconteceu com as viaturas de passageiros Toyota, **também a Lexus registou um significativo crescimento de 32%** face ao período homólogo, a que correspondeu uma variação de quota no mercado premium de 0,2 p.p.. O bom resultado da marca assentou sobretudo **no excelente desempenho do modelo UX, nas variantes híbrida e elétrica a bateria**. O lançamento do novo modelo UX300e, que marcou a entrada da marca no segmento dos veículos totalmente elétricos, e o reposicionamento do modelo UX250h, com o lançamento de uma nova versão (híbrida), deram assim um decisivo contributo para este resultado.



Para 2022, os objetivos globais passam por:

- . Reforçar o posicionamento de inovação e liderança na área da eletrificação, alavancado na oferta alargada de viaturas híbridas, híbridas plug-in (PHEV) através do novo modelo NX450+, e elétricas a bateria;
- . Explorar todo o potencial do lançamento no primeiro trimestre do novo modelo NX, nas suas variantes híbrida e híbrida plug-in, que permitirão, no global, que a marca esteja devidamente presente em segmento que representa 20% do total do mercado premium;
- . A disponibilidade de versões elétricas (UX300e) e plug-in (NX450+) permitirá ainda à marca, pelo contexto atual da fiscalidade, dispor de argumentos sem precedentes para abordar o mercado empresarial.

Perspetivas para 2022

Ainda que com alguma incerteza face ao recente recrudescimento do número de novos casos de COVID-19 e a indefinição sobre o momento em que a generalidade das marcas voltará aos níveis normais de produção, ultrapassando as atuais dificuldades com limitação de disponibilidade de semicondutores, será de esperar ao longo do ano uma significativa recuperação face aos últimos dois anos de registo de baixos volumes de vendas do mercado automóvel.

Assim, perspetivamos uma progressiva recuperação dos volumes de vendas ao longo do ano, que culminará com crescimento anual do Mercado Global de veículos ligeiros, na ordem dos 26%, a que corresponderá um total de 222 000 unidades, valor ainda assim distante das 262 000 unidades alcançadas em 2019.

Relativamente às marcas Toyota e Lexus que registam em 2021 valores de crescimento das vendas muito significativos face ao mercado (+31% e 32% face a 1,4% do mercado total), e não obstante a possibilidade de alguma limitação de disponibilidade de fornecimento no primeiro semestre em alguns modelos, espera-se que o crescimento se situe ligeiramente acima daquilo que são as perspetivas de crescimento do mercado.

Importação e Distribuição de Peças Toyota e Lexus

A Divisão Após Venda faturou durante o ano de 2021 um total de 35,6 milhões de euros. Este valor inclui os serviços *Extensão de Garantia* e Assistência Total, cuja faturação correspondeu a 1,5 milhão de euros. Foram ainda faturados 2,7 milhões de euros em peças para garantias.

A atividade comercial de peças (genuínas & incorporação nacional), que exclui os acessórios, as garantias e os serviços, totalizou 28,7 milhões de euros. **Este valor traduz-se num crescimento de 10,1% face ao ano de 2020.**

Vendas de Peças 2020	Vendas de Peças 2021	Variação. % 2021/2020
26 125 497 €	28 761 790 €	+10,1%

A faturação de acessórios (que inclui o merchandising) totalizou 2,6 milhões de euros. **Este valor situa-se 22,2% acima da faturação obtida em 2020.**

Vendas de Acessórios 2020	Vendas de Acessórios 2021	Variação (%) 2021/2020
2 129 395 €	2 602 385 €	+22,2%

Em 2021 vivemos o segundo ano sob a influência da pandemia mundial COVID-19, mas, ainda que penalizado com períodos de confinamento e restrições, a evolução do vírus e o alargamento da vacinação permitiram o aumento da mobilidade dos clientes.

Uma vez mais, por se tratar de um ano atípico, a TCAP teve um especial empenho em desenvolver ações capazes de contrariar o cenário negativo, e que contribuíram também para a recuperação verificada face a 2020.

Destacamos algumas ações empreendidas:

- O ano iniciou com a *Campanha 2021 com Confiança*, em que se promoveram os calços e discos de travão, baterias, escovas e filtros de habitáculo e de carvão ativado;

- . Lançamento de novas Campanhas de Retenção Oficina, durante os meses de Verão e no final de 2021;
- . Desenvolvimento contínuo da comunicação proativa e individual com os clientes, através do Toyota Programa de Avisos;
- . Reforço da comunicação do Serviço 5+, como pilar estratégico de retenção;
- . Realização do Toyota Day a nível nacional, igualmente com um papel importante na retenção de clientes;
- . Melhoria da comunicação do Serviço de Recolha e Entrega da viatura, bem como outros serviços de mobilidade;
- . Desenvolvimento do programa de Preparação da Receção;
- . Dinamização da venda de acessórios com desafios, vídeos e novos produtos;
- . Realização de 9 meses de ações promocionais Trade (focalizada exclusivamente na venda de peças ao balcão), assim como formação focada em competências;
- . Reforço da marcação online com novos serviços da Rede, vouchers e outras funcionalidades.

Estas iniciativas visaram promover um clima de confiança para a retoma rápida e sustentável dos clientes à Rede Toyota.

Ainda a este nível, a performance Após Venda da TCAP foi ainda **reconhecida internacionalmente** pela Toyota Motor Corporation e Toyota Motor Europe, com a atribuição de:

- . Reconhecimento europeu no âmbito do *Customer Excellence Award 2020*, pela liderança, dedicação e esforço no ano passado;
- . Seleção do Serviço 5+ como “prática de exemplo mundial”, com presença no BIT Hub (portal TMC de partilha de boas práticas mundiais);
- . Uma posição no TOP 3 europeu pela liderança estratégica na cadeia de Valor (VCPM21);
- . Seleção de várias iniciativas (ex: comunicação de acessórios, Toyota Programa de Avisos...) como melhores práticas europeias no âmbito da Gestão da Cadeia de Valor.

Estes reconhecimentos reforçam a aposta contínua de toda a cadeia de valor num conceito *One Stop Shop* onde o cliente encontrará tudo o que necessita para o seu Toyota, com um atendimento

e serviços de Excelência, vendas de peças e acessórios genuínos, contratos de Manutenção, venda de Seguros de marca, oferta de soluções de mobilidade flexível, bem como disponibilização de viaturas novas ou usadas.

Perspetivas para 2022

O ano de 2022 voltará a ser um ano de grandes desafios para a Atividade Após Venda.

O cenário de diminuição e envelhecimento do parque circulante irá manter-se, pelo que será necessária uma contínua melhoria nos contactos proactivos com os nossos Clientes, desde a marcação dos serviços até à entrega das viaturas, percorrendo toda a cadeia de valor, sempre focados em exceder as expectativas do Cliente, apostando forte nos processos de digitalização da atividade, com o intuito de incrementar a incorporação de serviços / peças e acessórios.

Será com este conjunto de iniciativas, alicerçada numa equipa jovem, competente e dinâmica, que a Toyota Caetano Portugal, irá com certeza, continuar a crescer na recomendação / retenção dos Clientes e implicitamente aumentar as vendas de serviços peças e acessórios.

Importação e venda / aluguer equipamentos industriais

I. Análise de mercado

	MERCADO			VENDAS TOYOTA				
	'20	'21	Variação	'20		'21		Variação
			%	QT	Quota	QT	Quota	%
Empilhadores	1.095	2.135	95,0%	210	19,2%	441	20,7%	110,0%
Contrabalançados								
Equipamento de armazém	2.474	3.050	23,3%	421	17,0%	854	28,0%	102,9%
TOTAL MMC	3.569	5.185	45,3%	631	17,7%	1295	25,0%	105,2%

Fonte: FEM (European Material Handling Federation)

Apesar dos impactos da pandemia COVID-19, o ano de 2021 registou uma significativa recuperação tendo o mercado de Máquinas de Movimentação de Carga crescido na ordem de 45%.

No que respeita aos equipamentos Toyota foram colocadas, em 2021, 1.295 encomendas, que num mercado total de 5.185 unidades, corresponde a uma quota de mercado de 25%.

II. Desempenho das Vendas Toyota por segmento

Relativamente ao segmento de **Empilhadores Contrabalançados** registou-se um acréscimo de vendas face ao ano anterior de 110%, colocando a quota de mercado da Toyota neste segmento nos 20,7%.

No segmento de **Equipamentos Armazém** também se verificou a mesma tendência, registando um crescimento de vendas na ordem dos 102,9% face ao ano anterior, situando a quota de mercado da Toyota nos 28%.

Saliente-se que este crescimento nos 2 segmentos se deveu, por um lado, ao crescimento de mercado e pelo facto do impacto negativo sentido no ano anterior ter sido muito acentuado.

III. Perspetivas para 2022

Tendo em consideração a atual conjuntura, as perspetivas para 2022 revestem-se de uma incerteza e volatilidade muito grandes.

No entanto, esperando que a situação sanitária fique controlada, acreditamos na continuidade da recuperação da atividade económica.

Relativamente ao desempenho da Toyota, perspetiva-se mais um ano desafiante face à conjuntura, bem como à crescente agressividade das marcas concorrentes que se tem verificado.

Sem perder o foco na satisfação do cliente através da prestação de um bom nível de serviço de assistência, flexibilidade e, acima de tudo, uma postura de verdadeira parceria junto dos nossos clientes, dirigiremos também a nossa atenção para a trilogia *People, Planet and Profit* no exercício da nossa atividade, procurando otimizar os resultados, através de processos cada vez mais sustentáveis e assumindo uma postura de responsabilidade social com os nossos *stakeholders*.

Indústria – Fábrica de Ovar

O ano de 2021 foi de especial importância para a Fábrica de Ovar, com a celebração do seu 50º aniversário.

Citando o presidente da Toyota Caetano Portugal, Sr. Eng.º José Ramos, “A fábrica de Ovar nasceu da determinação, luta e persistência do nosso fundador, Salvador Fernandes Caetano, um homem que fez obra ao longo de toda a sua vida”.

Desde o início da sua atividade, em 1971, esta unidade de produção automóvel vivenciou vários altos e baixos, sendo que o forte espírito de resiliência e de família entre todos os colaboradores foi e é um dos fatores fundamentais que permitiu e ainda permite ultrapassar as dificuldades e encontrar sempre novas soluções.

I. O ano de 2021

Em 2021, a Toyota Caetano Portugal – Fábrica de Ovar produziu um total de 1.947 viaturas do modelo Land Cruiser Serie 70 (LC70), no âmbito da sua atividade principal de montagem de veículos automóvel.

Nesta atividade assistiu-se, no ano que agora termina, a uma continuidade na recuperação do volume de produção que se começou a sentir nos finais de 2020; o ano de 2021 termina, assim, com um acréscimo de 33% no volume de produção comparativamente com o período homólogo, embora este volume ainda tenha sido inferior (em 19%) relativamente ao ano de 2019 (pré-pandemia).

Devido ao elevado volume de encomendas do último trimestre de 2021 e à previsão de um OAP22 (*original annual plan 2022*) de 3 005 unidades, foi necessário preparar a fábrica para este desafio, nomeadamente: realização de Jishuken’s (ações rápidas de estudo e implementação de melhorias impactantes no processo produtivo) conducentes ao aumento da eficiência do processo e reajustar o takt-time da Fábrica, isto é, preparar o aumento da capacidade instalada para 14 unidades/dia (+40% em comparação com 2021), a implementar em janeiro de 2022.

Na atividade *Post Production Options* (montagem de opcionais localmente) / *Pre Delivery Inspection* (preparação para entrega) – PPO / PDI – foram transformadas/preparadas 5.077 unidades, um acréscimo de 16% face a igual período do ano anterior.

Relativamente aos chassis de autocarros elétricos e hidrogénio para venda à CaetanoBus foram produzidos 39 chassis, em linha com o ano anterior.

PRODUÇÃO	2021	2020	2019	2018	2017
Unidades Físicas Toyota (LC70)	1.947	1.465	2.393	2.114	1.913
Unidades Físicas Transformadas/preparadas (PPO / PDI)	5.077	4.380	5.577	3.776	3.469
Unidades Físicas Chassis Elétricos para Autocarros	39	40	-	-	-
Total Colaboradores	186	184	197	194	177

De destacar ainda os seguintes acontecimentos ocorridos durante o ano de 2021:

- Visita de altos cargos da Toyota Motor Europe nas áreas de cadeia de abastecimento (*supply chain*), investigação e desenvolvimento (*R&D*), compras (*Purchasing*) e vendas, no âmbito dos projetos de mobilidade elétrica em estudo;
- No âmbito das comemorações do 50º aniversário da fábrica, no dia 24 de setembro, os colaboradores da TCAP Ovar foram desafiados a participar em atividades de Team Building, ao longo de um dia diferente, repleto de convívio e boa disposição;
- A TCAP – DFO foi envolvida na produção de 565 unidades referentes à edição especial LC70 – 70 anos, início de produção do modelo no Japão em 1951.

II. Perspetivas para 2022

O desafio para 2022 passa por transformar o presente e fazer parte da construção do futuro na área da mobilidade elétrica.

Encontram-se em estudo vários projetos em parceria com entidades externas e com o apoio da Toyota Motor Europe e Toyota Motor Corporation para a produção de veículos elétricos, os quais poderão, a curto prazo, aumentar a diversidade dos produtos produzidos e diminuir a dependência da fábrica do seu principal produto, o Toyota Land Cruiser 70.



Estes projetos, fortemente vocacionados para a mobilidade elétrica apresentam-se desafiantes, dada a exigência em termos de aquisição e desenvolvimento de novas competências para a Fábrica de Ovar e, simultaneamente, altamente motivadores por se apresentarem como o futuro e a sustentabilidade destas atividades.

Em termos das atuais atividades, em 2022 prevê-se um aumento do volume de encomendas em todas as áreas, mais concretamente no LC70, que irá permitir atingir o maior volume de produção desde o início do projeto, 2015; e na montagem dos e.Chassis fruto da evolução prevista para a mobilidade verde na área dos autocarros.

Para fazer face a todos os desafios colocados, a fábrica encontra-se em processo de transformação, no sentido de se tornar mais eficiente e ecológica, contribuindo também para o desafio ambiental Toyota 2050 de zero emissões.



I. O ano de 2021

A atividade do ano de 2021 foi novamente condicionada pelo contexto da pandemia COVID-19, tal como já havíamos experienciado no ano anterior.

Mais uma vez, as medidas de controlo da pandemia, com maior reflexo no 1º semestre, obrigaram ao confinamento de pessoas, encerramento temporário de atividades não essenciais, teletrabalho e restrições à circulação e à entrada de estrangeiros. Estas medidas afetaram drasticamente a mobilidade das pessoas, o que se reflete de forma direta no sector de comércio e reparação de veículos automóveis.

Para mitigar estes efeitos, a Caetano Auto reforçou a sua presença nos canais digitais de forma a manter ativa a comunicação com os Clientes e promover os seus produtos e serviços. No Após Venda também foram reforçados os serviços de conveniência para os clientes, nomeadamente, a recolha e entrega da viatura, a desinfeção do veículo por ozono e a comunicação por vídeo.

Face à situação de crise empresarial, nos meses onde os efeitos da pandemia mais se fizeram sentir, de fevereiro a abril, a Empresa recorreu ao mecanismo de Apoio à Retoma Progressiva com redução de período normal de trabalho dos nossos colaboradores. Esta medida e a redução de outros gastos associados à quebra de atividade ajudaram a equilibrar o resultado pela via da despesa.

Na atividade de **veículos novos**, o número de veículos vendidos em 2021 foi superior em 23% face a 2020, sendo esta uma performance superior à registada no mercado nacional de veículos ligeiros, que cresceu apenas 1,4% face ao ano anterior. Contudo, apesar desta recuperação, estamos ainda 16% abaixo no número conseguido em 2019.

Nos **veículos usados** verifica-se uma redução de 3% nas unidades vendidas face a 2020 e uma quebra de 8% face ao nível atingido em 2019.

	2021	2020	2019	21 vs 20	21 vs 19
Vendas Veículos Novos (unids)	4.080	3.304	4.836	23%	-16%
Vendas Veículos Usados (unids)	5.570	5.733	6.061	-3%	-8%

Os condicionamentos nas cadeias de abastecimento, que afetaram de forma especial todo o setor automóvel, tiveram impacto tanto na atividade de novos, pelo alargar nos prazos de entrega, como na atividade de usados, onde a falta de produto se refletiu mais na atividade do 2º semestre.

Na atividade de **serviços Após Venda**, usando o indicador do número de veículos que entraram nas nossas oficinas, verifica-se um número de entradas de mecânica ao mesmo nível do ano anterior e um crescimento de 10% nas entradas de colisão. Ainda assim, face a 2019 estamos 18% abaixo na mecânica e 16% abaixo na colisão, o que afeta de forma significativa a rentabilidade desta atividade.

	2021	2020	2019	21 vs 20	21 vs 19
Nº Entradas Mecânica	87.059	87.220	105.950	0%	-18%
Nº Entradas Colisão	23.833	21.755	28.296	10%	-16%

Em termos globais, o impacto da pandemia no volume de negócios de 2021 não foi tão expressivo como o verificado em 2020, ficando o volume de negócios deste ano 12% acima do ano anterior. Contudo, face ao referencial pré-pandemia (2019), existe uma variação negativa de 12%.

	2021	2020	2019	21 vs 20	21 vs 19
Volume de Negócios (m €)	211.630	188.332	241.302	12%	-12%

Apesar das melhorias face a 2020, não foi ainda possível em 2021 chegar aos resultados esperados no que respeita a volume de negócios. Contudo, a melhoria das margens e a contenção na despesa permitiu à Caetano Auto superar os resultados operacionais estimados.

II. Perspetivas para 2022

Para 2022, apesar da incerteza sobre a evolução da pandemia, é expectativa da Caetano Auto continuar no caminho de recuperação dos indicadores de atividade, dando continuidade à estratégia iniciada em 2021:

- . Sustentabilidade e transição energética: divulgação e venda de viaturas eletrificadas (Híbridas, híbridas plug-in, elétricas, e fuel cell);
- . Soluções de mobilidade integradas e flexíveis no caminho do conceito *MaaS – Mobility as a Service*;
- . Foco no cliente e colaboradores: ser o melhor concessionário onde estamos representados (BRiT);
- . Transformação digital do negócio: marketing digital, comunicação por vídeo com clientes, receção autónoma, marcação de serviços online, digitalização de processos administrativos;
- . Disponibilização de serviços/produtos complementares: contratos manutenção, extensões garantias, cartão de fidelização Caetano Go, Seguros Auto, financiamentos.



I. O ano de 2021

Atividade de vendas de viaturas:

MARCA	2021	2020	Variação 2021 / 2020	
			Qtd.	%
Toyota	495	359	136	37,88%

Na Caetano Auto CV, o ano de 2021 foi um ano de recuperação quando comparado com 2020. Este desempenho positivo é ainda mais evidenciado quando se comparam as vendas do ano de 2021 com 2019 (último ano antes da pandemia), de facto, a performance de 2021 em relação àquele ano foi de mais 61 viaturas, o que representa um crescimento 14,05%.

As vendas nos modelos Starlet e Corolla Cross destacaram-se, pois a respetiva comercialização permitiu à Caetano Auto CV atingir novamente, e de forma relevante, o cliente particular e empresa.

Quanto ao segmento de rent-a-car espera-se que, com a retoma da atividade do turismo, a Empresa possa voltar a focar-se neste segmento dinamizando, ainda mais, a propagação da marca no país.

Assim, em 2021, a exemplo de 2020, a Empresa conseguiu manter a redução da dependência dos dois principais modelos comercializados (Hilux e Hiace), fortalecendo a sua oferta de produto e mitigando os riscos associados à concentração das vendas em modelos específicos com características muito próprias.

Entretanto, a Caetano Auto CV mantém-se líder de mercado no segmento pick-up com o modelo Hilux.

Atividade de Após Venda:

(valores em €)

Vendas	2021	2020	Variação 2021 / 2020	
			Valor	%
Peças/Acessórios	1 208 613	1 330 804	-122 191	-9,18%
Oficina (Mão-de-Obra)	413 540	355 953	57 587	16,18%
Total	1 622 154	1 686 758	-64 604	-3,83%

Na atividade de Após Venda verifica-se um aumento na faturação de mão-de-obra o que reflete mais produção, contudo, o volume de faturação em peças e acessórios não acompanhou este crescimento, chegando mesmo a verificar-se uma redução face aos valores de 2020. Este desempenho está relacionado, essencialmente, com a opção dos clientes pelo recurso a peças aftermarket em detrimento das OEM (*Original Equipment Manufacturer*) sendo que, fruto do contexto que se vive, o fator preço, é o que mais pesa na tomada da decisão do cliente.

O setor do turismo permanece em baixa (influenciado não apenas pela queda do número de visitantes estrangeiros, mas também pela redução das visitas de emigrantes ao país) impactando significativamente a atividade de após-venda.

A performance nas estações de serviço, essencialmente manutenções (trocas de óleo e filtros), reagiram tardiamente, dada a falta de circulação na cidade; a situação financeira da população impactou claramente esta atividade.

II. Perspetivas para 2022

Durante o ano de 2022, o foco da Caetano Auto CV será:

- Manter a sua posição dominante na comercialização de viaturas novas da marca Toyota, maximizando a oferta de gama, conseguindo, assim, atingir um maior público-alvo;
- Dinamizar o comércio itinerante de peças;
- Melhorar os processos internos ao nível da organização do após-venda de modo a conseguir incrementar não só as vendas aos clientes particulares, mas também através do canal das seguradoras.



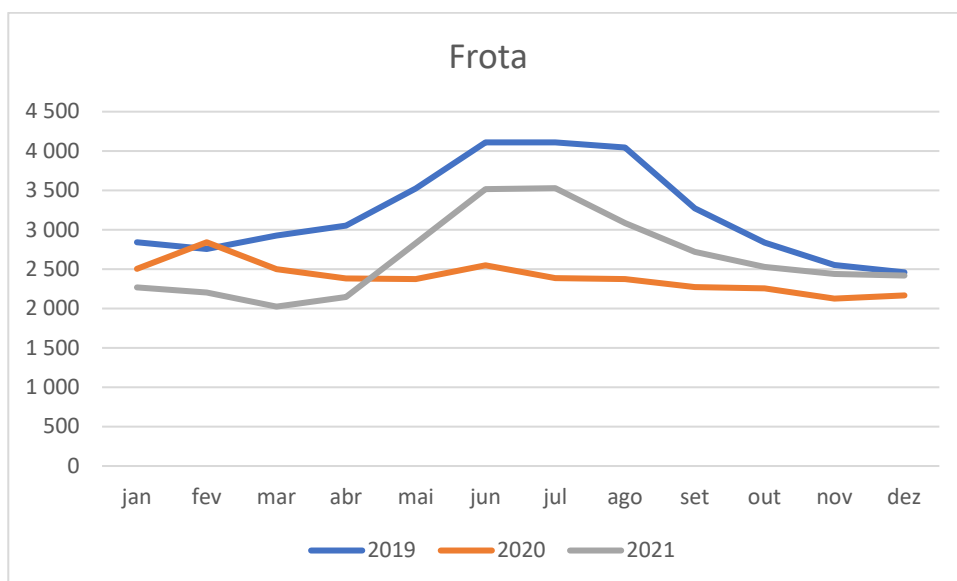
I. O ano de 2021

A progressiva abertura dos mercados externos e os avanços nas campanhas de vacinação permitiram uma retoma do turismo ainda que ligeira, em 2021, a qual teve um impacto também positivo na atividade de rent-a-car.

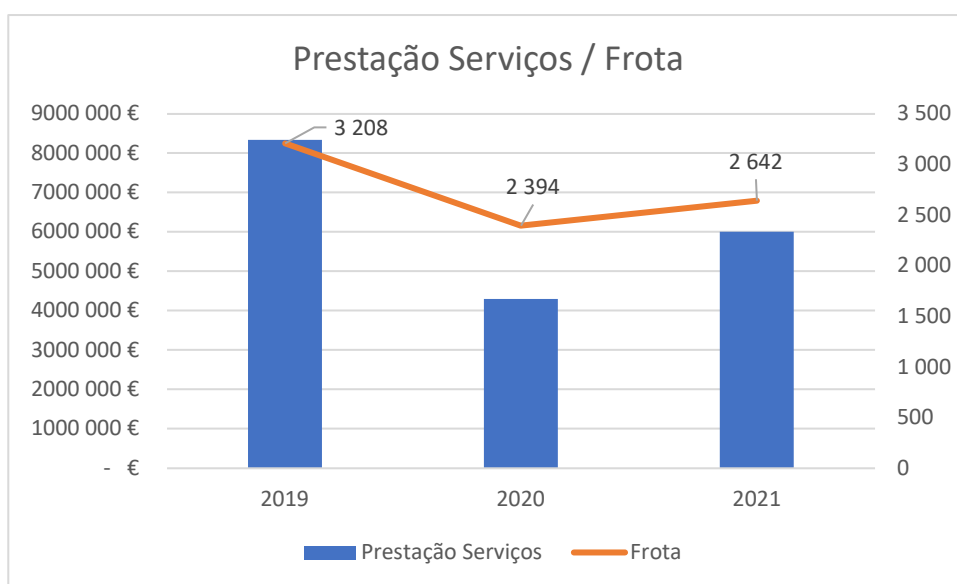
Esta tendência de crescimento consubstanciou-se num valor médio de unidades em frota de 2.642, o que representa um aumento de 10,36% face a 2020, mas ainda 17,64% abaixo dos números de 2019.

Entre junho e agosto verificou-se um acréscimo de cerca de 38% de unidades em frota, em relação ao mesmo período do ano anterior, tendo-se atingido um máximo de 3.530 unidades no mês de julho.

Concluimos o exercício de 2021 com uma frota de 2.417 unidades.



Como consequência do acima exposto, verificou-se um aumento da rubrica Prestações de Serviços, que atingiu o valor de 6 M€, o que significa um acréscimo de cerca de 39,6%, em comparação com o ano anterior.



II. Perspetivas para 2022

No que se refere à retoma do setor do turismo, não é expectável atingir em 2022 os níveis pré-pandemia (2019), no entanto, espera-se um crescimento relevante face a 2021. O sucesso do processo de vacinação em Portugal é um elemento crucial para atrair a confiança do turismo.

Desta forma, as perspetivas para 2022 são otimistas, com o aumento de cerca de 11% de entregas previstas de viaturas às Rent-a-Car, que são o nosso principal segmento de mercado.

KINTO PORTUGAL, S.A.

I. O ano de 2021

O exercício de 2021 manteve-se com um período atípico, decorrente da pandemia de COVID-19 que surgiu em meados de março do ano transato. A pandemia trouxe desafios micro e macroeconómicos a todas as economias e o seu impacto variou, naturalmente, entre sectores, empresas e em função de diversos fatores.

No que ao mercado automóvel diz respeito, em 2021 o número de matrículas de viaturas ligeiras aumentou 1,4% para 175,4 mil unidades, quando comparado com o registo acumulado de 2020.

Já o mercado de *renting* operacional de viaturas decresceu para 24.500 viaturas (-9,6% face a 2020 e -34,5% face a 2019). Não obstante, a Kinto Portugal termina o ano com uma quota de mercado acumulada de 14% (no final de 2020, era de 13%).

A instabilidade e incerteza no mercado decorrente da crise pandémica contribuiu para um aumento significativo das extensões dos contratos de *renting* operacional. Em termos acumulados, em 2021, a Kinto Portugal registou cerca de 1.082 prolongamentos¹, o que representa mais de 53% dos pedidos registados em período homólogo.



No final de 2021, a Empresa apostou num processo de *rebranding* e está cada vez mais dedicada na aposta em novos produtos para o mercado automóvel, assentes em produtos de mobilidade inteligente, fáceis de usar e amigos do ambiente.

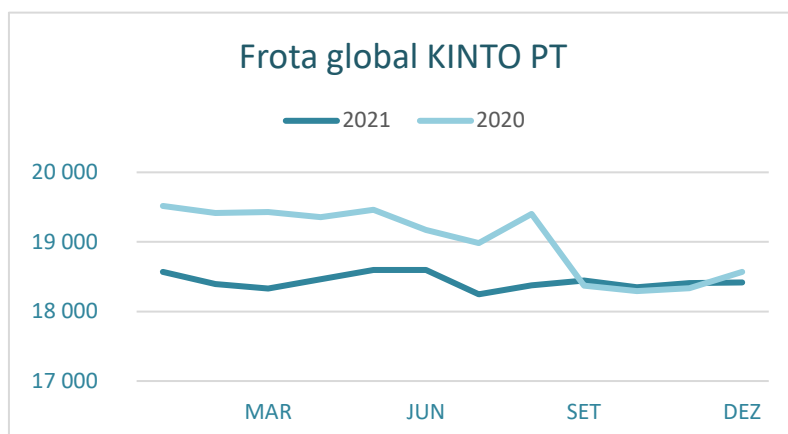
Neste sentido, destacamos o resultado positivo obtido com a subscrição do produto Kinto Flex. Este produto oferece uma flexibilidade excecional para todas as necessidades de mobilidade. Além dos serviços providenciados num *renting* tradicional, o cliente pode receber a viatura com um único clique para prazos entre 1 e 12 meses com flexibilidade total.

Em termos de frota eletrificada, também uma das linhas estratégicas, a Kinto Portugal terminou o ano com o melhor ano de sempre, com 30% das suas encomendas mensais dizendo respeito a esta tipologia de viaturas.

¹ Por prolongamentos entende-se a extensão de contratos de *renting* operacional por um período superior a 6 meses.

Evolução da frota de FSL² e FM³ da Finlog

Fruto da crise pandémica que continuou a assolar a economia mundial durante o ano de 2021, verificamos que a frota ativa do mercado automóvel foi significativamente impactada pelo grau de incerteza decorrente desta crise.



A Kinto Portugal concluiu o primeiro semestre de 2021 com uma frota de 18.596 viaturas, o que representa um decréscimo de 574 viaturas (cerca de -3,0%), quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Não obstante, e apesar da recuperação registada no segundo semestre, sendo que a 31 de dezembro de 2021 o total da frota ativa é semelhante a igual período transato, cerca de 18.415 viaturas, espera-se que o registo do mercado automóvel continue em declínio devido à falta de disponibilidade de veículos⁴.

Atividade da empresa

O volume de negócios decresceu cerca de 8,8% face ao período transato, sendo que a pandemia teve efeitos adversos e distintos para ambos os períodos.

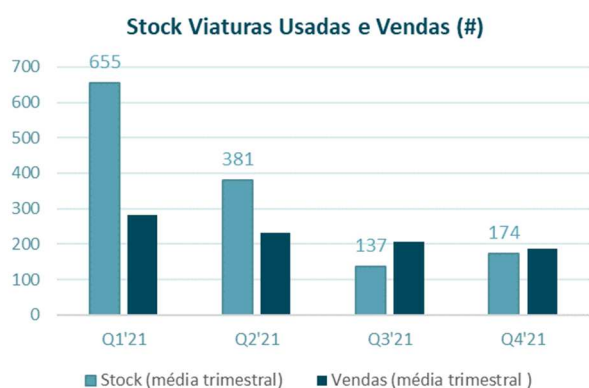
(milhões Euros)

	2021	2020
Volume de negócios	98,9	108,4

² FSL: Full Service Lease

³ FM: Fleet Maintenance

⁴ Os números apresentados encontram-se naturalmente impactados pelo número de prolongamentos anteriormente referidos.



O aumento do stock resultante do período inicial de pandemia proporcionou uma maior disponibilidade de viaturas, e com isso uma oportunidade de lançamento de novos produtos de re-utilização de viaturas de primeiro ciclo de Renting: a concretização de contratos de *renting* operacional com viaturas usadas e

também, para o produto Kinto Flex, assim como venda a cliente final. Neste contexto a atividade de remarketing e logística de viaturas usadas foi totalmente revista para poder responder a estes desafios em linha com as expectativas dos vários clientes.

Em relação ao ano anterior, as vendas de viaturas usadas a cliente final cresceram cerca de 54%, sendo o melhor ano de sempre e com contributivos significativos para as margens do *remarketing*. Adicionalmente, constatou-se que este segmento de mercado continuou a ser fortemente afetado pela falta de componentes no mercado automóvel, o que por sua vez contribuiu significativamente para a elevada pressão de preços de mercado sobre as viaturas de usados.

II. Perspetivas para 2022

Não obstante a crise pandémica que se vive a nível mundial, o Banco de Portugal apresentou recentemente previsões mais otimistas para o crescimento da atividade económica, sendo que esta trajetória de crescimento é fundamentalmente suportada pela expectativa de manutenção de condições financeiras favoráveis e pelos apoios esperados da União Europeia.

No que ao mercado automóvel diz respeito, o setor tem investido sobretudo na componente tecnológica e ambiental dos veículos, mas, além do desafio crescente ao uso de veículos elétricos e híbridos, também os novos formatos de utilização das viaturas ganham cada vez maior relevância, assim como os veículos conectados e autónomos.

Os consumidores estão cada vez conscientes de que possuir um veículo não é a única solução, existindo uma oferta variada de soluções no mercado à sua disposição. Neste quadro de pressão de oferta, transversal aos vários sectores incluindo o automóvel, a Kinto Portugal pretende continuar a expandir as suas soluções de mobilidade sustentável para além do Kinto One



(Renting), como sejam os recentemente lançados Kinto Flex (Renting flexível até 12 meses) e Kinto Share (solução totalmente digital que permite a utilização partilhada de viaturas).

O futuro passará cada vez mais por “ouvir” o cliente e adaptar o negócio às suas necessidades. Nesse sentido, a estratégia da Kinto Portugal assenta já na construção de uma oferta de mobilidade bastante abrangente com o intuito de atender plenamente às necessidades de mobilidade das empresas no mercado.



I. O ano de 2021

Resultante da crise pandémica, a CaetanoBus vivenciou, de novo em 2021, um período de grande incerteza e instabilidade dos negócios, impedindo o tão ansiado regresso à normalidade. Foi, assim, um ano difícil, com efeitos negativos sobre a atividade e rentabilidade da Empresa.

O atraso ou cancelamento de concursos nacionais e internacionais, o abrandamento das atividades aeroportuárias e as restrições à mobilidade impostas pelos Governos na generalidade dos países, penalizou de sobremaneira a CaetanoBus em 2021 refletindo-se num volume de 178 unidades vendidas, 230 unidades abaixo de 2020, exercício que já refletia uma redução de 249 unidades face ao ano de 2019, ano pleno de atividade e de resultados históricos para esta Empresa com a comercialização de 657 unidades.

O exercício de 2021 encerrou com um volume de negócios de 43 M€, 52% abaixo de 2020. Em termos de EBITDA, a Empresa apresentou um desempenho significativamente inferior ao ano anterior de -4,8 M€ em 2021 (-1,6 M€ em 2020 e 7,4 M€ em 2019).

O desempenho das suas empresas participadas (COBUS e Caetano UK) acompanhou a tendência negativa da CaetanoBus, os ganhos e perdas atribuídos às empresas subsidiárias evidenciados na demonstração de resultados, representaram um valor total de 314m€ (- 70 m€ em 2020).

Mesmo neste contexto muito adverso, a CaetanoBus acelerou o investimento em I&D em tecnologias base para o plano de crescimento futuro. Os valores mais significativos deste investimento foram direcionados para o desenvolvimento de produto e protótipos, ascendendo a cerca de 1,8 MEur.

Importantes objetivos foram atingidos, nomeadamente pela expansão dos produtos Zero Emissões na Europa, foram entregues os 2 primeiros autocarros a hidrogénio em Cascais e outras cidades europeias receberam também este veículo: Barcelona, Madrid, Paris, La Roche-Sur-Yon, Wiesbaden, Bielefeld, Luxemburgo, Copenhaga, entre outras.

A CaetanoBus venceu o Prémio Nacional de Sustentabilidade, num concurso organizado pelo grupo de media Cofina e foi distinguida com a Menção Honrosa da AICEP na categoria de Melhor Investimento.

A Empresa tem vindo a reforçar a sua presença internacional, com o aumento de vendas dos seus autocarros zero-emissões. Para alavancar este crescimento, numa visão conjunta com a organização Toyota, os autocarros zero emissões da CaetanoBus – e.City Gold e H2.City Gold – têm, desde julho de 2021, o co-branding Toyota Caetano. É um marco muito importante, que muito engrandece a CaetanoBus, para o qual contribuiu a alteração da estrutura acionista (ocorrida em dezembro de 2020), com a entrada da Toyota Caetano Portugal (TCAP) como acionista direto da CaetanoBus. Esta aliança estratégica reflete o objetivo da Toyota Motor Europe de expandir a mobilidade zero-emissões e alavancar o negócio de autocarros sustentáveis contribuindo com os esforços no seu desenvolvimento.

Conscientes dos impactos provocados pela crise pandémica, os acionistas Toyota Caetano Portugal e Mitsui & Co, não abdicam do plano estratégico de expansão e crescimento da CaetanoBus, neste contexto, um dos mais significativos e simbólicos eventos do ano foi o aumento de capital em 15 milhões de euros, reforçando o compromisso com a Empresa.

Esta injeção de capital permite continuar a implementar os projetos de inovação em curso em tecnologias de mobilidade com zero emissões, responder aos objetivos de expansão para outras áreas geográficas, capacitação dos quadros e de crescimento do volume de produção.

II. Perspetivas para 2022

Apesar da incerteza que permanece sobre a evolução da crise pandémica, a CaetanoBus perspetiva um ano de 2022 de recuperação de atividade e de rentabilidade face ao ano anterior. Estimamos que os fatores exógenos sentidos em 2021, limitadores da expansão do negócio, fiquem definitivamente ultrapassados e que se restabeleçam as necessidades de mobilidade do período pré-Covid. Em paralelo, estamos convictos que o desbloqueio dos fundos europeus com vista à descarbonização das cidades europeias, será uma alavanca no desenvolvimento e na promoção do negócio. Contudo, o crescimento esperado será insuficiente para colocar a Empresa em níveis de rentabilidade semelhantes ao exercício de 2019, sendo expectável que os resultados líquidos em 2022 se mantenham em terreno negativo.

A CaetanoBus está comprometida em contribuir para uma sociedade mais sustentável, com soluções de mobilidade zero-emissões.



No próximo ano a CaetanoBus não abdicará da sua trajetória de investimento, na aposta da inovação e no desenvolvimento de novos padrões de produção e de processos. Neste desígnio, os acionistas estão comprometidos em suportar a Empresa de forma a levar a cabo o seu plano estratégico de crescimento.

COBUS

I. O ano de 2021

A atividade da COBUS em 2021 continuou a refletir os impactos resultantes da pandemia COVID-19. Apesar do início do processo de vacinação a que se assistiu durante este ano, a capacidade limitada de produção de vacinas, por um lado, e a consequente definição de prioridades na vacinação por grupos de risco, por outro, fez com que as indústrias aeroportuárias, aviação e turismo não recuperassem ao ritmo esperado. No entanto, com o aumento de produção de vacinas e o acelerar do processo de vacinação, a economia global começou a crescer ainda que lentamente.

Nestes tempos difíceis e de incerteza, a COBUS conseguiu cumprir com todas as encomendas (36 unidades), que foram garantidas desde o início da crise, em março de 2020. Além das entregas, com a retoma global iniciada no verão de 2021, na atividade da COBUS assistiu-se ao aumento do de conversações e negociações com clientes, das quais surgiram 16 novos projetos realizados ainda em 2021 e 46 novas encomendas contratadas para 2022 (o que corresponde a cerca de 38% do volume de vendas planeado para 2022).

II. Perspetivas para 2022

Com o aliviar das restrições de mobilidade, perspectiva-se uma aceleração das atividades aeroportuárias, que naturalmente provocará uma maior dinâmica na economia e a reabertura dos negócios de vendas adiadas nos últimos meses. Contudo, dada a imprevisibilidade da pandemia, o exercício de 2022 acarreta ainda riscos de evolução de negócio. Pode assumir-se, no entanto, que a procura pelos produtos COBUS continuará a existir e que a tendência no futuro será sempre de crescimento.



I. O ano de 2021

O contexto de pandemia teve um efeito negativo no negócio dos transportes e em particular no negócio do turismo, mercado de maior expressão nesta Empresa.

A atividade da Caetano UK depende de forma relevante do fornecimento de autocarros de turismo (LEVANTE) para a National Express e seus operadores, bem como do fornecimento de serviços de manutenção e peças de substituição. Em 2020 a National Express retirou de serviço grande parte da sua frota o que impactou diretamente na aquisição de novas viaturas em 2021 com consequências negativas no volume de negócios da Caetano UK.

O efeito direto do Brexit não pode ainda ser avaliado de forma exaustiva devido à reduzida atividade da Caetano UK em 2021, contudo, ao nível comercial começa a vislumbrar-se a preferência dos operadores pelo *made in UK*. O aumento da burocracia e tempo de trânsito na importação de peças de reposição para stock está a tornar-se uma nova realidade.

Durante o ano foram realizadas, com operadores estratégicos, várias demonstrações de autocarros elétricos a baterias e elétricos a hidrogénio, com vista a alargar o leque de clientes e potenciais novos negócios, que se perspetiva virem a concretizar-se em 2022.

Em 2021 venderam-se 18 autocarros, menos 36 que em 2020 (com 54 unidades vendidas) e em comparação com 2019, menos 149, ano em que se atingiu o record de 167 unidades vendidas. Em termos de volume de negócios, a Caetano UK passou 19 M€ em 2020 para 7,3 M€ em 2021; já o EBITDA passou de 700 m€ para 121 m€ em 2021.

II. Perspetivas para 2022

O ano de 2022 será de retoma para a Caetano UK.

A renovação do contrato de fornecimento de autocarros de turismo com a National Express é disso evidência e permitirá a recuperação e regresso aos níveis operacionais sustentáveis da Sociedade.

Em simultâneo, o negócio com o operador Abellio London (que opera 34 autocarros elétricos Caetano desde 2020) foi reforçado com a aquisição de mais unidades que entrarão em operação



já em 2022. A Caetano UK fortalece assim a sua posição da assistência a após venda a autocarros elétricos em Londres.

Adicionalmente, como resultado das inúmeras ações de demonstração de autocarros realizadas em 2021, bem como a crescente apetência pela mobilidade verde (nomeadamente tecnologia hidrogénio) de operadores estratégicos, espera-se que no ano de 2022 se assista à concretização das correspondentes vendas.

A nossa Estratégia

O Grupo Toyota Caetano atua em várias áreas de negócio e, apesar de cada área ter a sua própria estratégia, todas elas convergem para um fim único:

Somos a marca de mobilidade mais progressiva e procurada no mercado, pelo que trabalhamos ativamente para alcançar a neutralidade carbónica até 2050 com soluções acessíveis e flexíveis em prol das Pessoas e da Comunidade.

... na importação e comercialização de Viaturas e Peças

Ao nível da atividade comercial e após-venda, o objetivo a alcançar será ser a marca de mobilidade mais progressiva e procurada no mercado. Para atingir esta meta, a estratégia passa por liderar na eletrificação (viaturas híbridas, híbridas Plug-In, 100% EV e Fuel Cell), contribuindo de forma ativa para os objetivos traçados a nível nacional e europeu, de forma a alcançar a neutralidade carbónica até 2050, apresentando soluções para todos os tipos e perfis de utilizadores. Para além disso, passará por oferecer uma alargada gama de soluções de mobilidade acessível e flexível, via oferta produtos ciclo de troca, a fim de garantir a permanência dos clientes/viaturas na marca, em verdadeira comunhão de esforços com os nossos parceiros de negócio como a Toyota Kreditbank GmbH – Sucursal em Portugal (Toyota Financial Services) e a empresa de mobilidade do GSC, Kinto Portugal, SA.

A Toyota Caetano quer ainda garantir a oferta de uma excelente experiência ao cliente e subsequentes recomendações por parte do mesmo, alicerçada pelo Programa BRIT (Best Retailer in Town), lançado em 2019 para toda a rede de concessionários, onde todos têm como objetivo ser o melhor concessionário da zona onde operam.

A acrescentar a este programa, a Empresa tem apostado nos canais digitais (Omni-channel), na conectividade e serviços associados e no conceito *One Stop Shop*, onde o cliente encontrará tudo o que necessita como por exemplo uma oferta alargada de produtos a nível de viaturas novas de ligeiros e comerciais, viaturas usadas via programa *Usados de Confiança*, vendas de peças e acessórios genuínos, contratos de manutenção, venda de seguros de marca, oferta de soluções de mobilidade flexível, entre outros.

Apesar da meta ambiciosa, a Toyota Caetano não descarta o **contributo** que quer deixar à **sociedade**.

Assim, considera ser fundamental potenciar a forte **reputação da marca** através da parceria com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, da oferta de **soluções sustentáveis de mobilidade** através do programa *Beyond Zero*, subjacente a uma ótica de total **descarbonização**, não deixando ninguém para trás, do desenvolvimento e teste de novas tecnologias no contexto extremo de competição e estando sempre na vanguarda da inovação.

Todas estas estratégias e políticas estão em linha com as do fabricante, Toyota Motor Europe, e acompanham bem de perto as constantes inovações nesta indústria em constante mutação.

A Toyota Caetano definiu uma **quota de mercado** a alcançar nos próximos anos de **6,3%**, o que significa um aumento nas vendas de cerca de 45% até 2025.

No mesmo período, conta-se atingir **níveis de recomendação** por parte de clientes acima de 80%, alcançar uma **taxa de retenção** de clientes nos nossos serviços oficiais em cerca de 80%, gerar 50.000 leads e atingir 30% de marcações de serviços oficiais via canais digitais. Relativamente a produtos **ciclo de troca**, produtos estes muito importantes para manter o cliente na marca, definiram-se como metas a venda de 1.000 unidades via Kinto One (canal de aluguer de viaturas do GSC) e 50% das unidades vendidas a particulares serem efetuadas pela Toyota Financial Services via o programa *Toyota Easy*.

... na atividade de Máquinas Industriais

A estratégia e os objetivos da atividade de máquinas industriais estão integrados com os **valores** do Grupo Toyota Caetano e perfeitamente alinhada com o nosso *stakeholder* e principal fornecedor, a Toyota Material Handling Europe (TMHE).

Para a TMHE, o conceito de *True North* significa a visão final (*ultimate vision*) e, perseguir esta visão, implica a atitude chave de desafiar o que se deve e não o que se pode.

A Toyota Material Handling definiu a sua própria visão *True North* como sendo “*Zero Muda*”: eliminar a espera e o desperdício no fluxo de mercadorias e dados.

A visão “*Zero Muda*” constitui, assim, a abordagem fundamental da estratégia: **Qualidade** em tudo o que fazemos, colocando o **cliente sempre em primeiro lugar... e no centro**.

Potenciar a **Qualidade** (dos nossos produtos e serviços) e a **Experiência do Cliente** são, assim, os pilares desta estratégia cuja implementação passa por:

- **Foco no Cliente**: ouvir constantemente o cliente, perceber as suas necessidades e oferecer soluções flexíveis e customizadas, respondendo às suas expectativas;
- **Transformação e adequação da oferta**: (i) disponibilização de produtos *premium* e serviços de excelência: mais tecnologia, maior ergonomia, maior sustentabilidade; (ii) oferta diversificada não apenas em termos de produto mas também no que respeita à forma de operacionalizar o negócio (venda, aluguer de médio prazo ou aluguer de curta duração); (iii) soluções capazes de responder aos desafios atuais: automação, conectividade e produtividade; soluções energéticas mais eficientes e sustentáveis;
- **Pensamento *Lean***: procurando a melhoria contínua (*kaizen*) em tudo o que fazemos, no desenvolvimento dos produtos e na prestação de serviços, quer ao nível da redução de custos quer da melhoria da produtividade;
- **Vantagens Competitivas**: forte **imagem de Marca**, qualidade e fiabilidade do produto, forte aposta na **inovação**, elevado know-how e experiência dos recursos (quer nas vendas quer no após venda) imbuído da forte cultura do *Toyota Way*.

Os equipamentos Toyota ajudam a movimentar o mundo, duma forma eficiente para o cliente e sustentável para a sociedade;

Fiéis a esta estratégia, a Toyota Caetano Portugal pretende manter o seu posicionamento de **marca líder** no mercado.

Numa ótica de **sustentabilidade** e orientação para o futuro, e com total **respeito** pela **preservação ambiental**, a TMHE investiu fortemente no desenvolvimento da tecnologia de **hidrogénio** e dispõe já de máquinas a hidrogénio em operação em vários países europeus, o que permite manter a marca na vanguarda do desenvolvimento e a ajudar a construir um futuro mais sustentável para as gerações vindouras.

... no pilar da indústria

A Fábrica de Ovar está alinhada com a visão Toyota com o objetivo em atingir o **Leading manufacturer for compact car profitability**, seguindo uma abordagem estratégica industrial competitiva a longo prazo.

Esta estratégia aposta na **diversidade de produtos** e na otimização de investimentos, passando pelo aumento da **competitividade** da produção acompanhada da construção de uma base de fornecedores competitiva a nível mundial, na **transformação digital (I4.0)**, **flexibilidade** da produção e otimização do *supply chain*. Tudo com o denominador comum que é a **neutralidade carbónica** e com o objetivo de construção de uma organização mais ágil, resiliente e qualificada, capaz de se **auto-motivar**.

O foco da Fábrica de Ovar é garantir que a **sustentabilidade** do negócio seja atingida a longo prazo e que seja um marco do seu futuro. Nesse sentido, encontra-se empenhada na exploração de novas oportunidades de negócio em parceria com entidades externas e com o apoio da Toyota Motor Corporation e Toyota Motor Europe; e tem em análise vários projetos para a produção e **conversão** de veículos elétricos.

No que diz respeito à segurança, é compromisso da Toyota Caetano Portugal assegurar que continua a ser uma prioridade absoluta, nomeadamente garantir **zero acidentes** e aplicar princípios de **ergonomia** adaptados a fábricas que apresentem um takt-time longo.

Como estratégias de atividades de melhoria na produção, a Toyota Caetano Portugal, na sua fábrica de Ovar, vai continuar a desenvolver o FMDS (Floor Management Development System) e implementar, em todas as seções, o “*Melhor Processo, Melhores Pessoas, Melhor Gestão*”. Objetivamos, ainda, a utilização permanente do ciclo PDCA e o desenvolvimento da **automação inteligente**, mantendo um equilíbrio entre o homem e a máquina.

Reforçar o nosso talento, desenvolver e implementar o projeto de digitalização **Fábrica sem papel** são outros pilares da estratégia da Fábrica de Ovar, e pretende-se ainda avançar na implementação de cada atividade do Hoshin e mostrar a liderança em cada área.

A Fábrica encontra-se em processo de transformação, no sentido de se tornar mais **eficiente e ecológica**. Este processo engloba projetos muito importantes para o seu desenvolvimento e destaque, e que darão resposta ao **Desafio Ambiental Toyota 2050**. Este, anunciado em 2015, inclui seis pilares:

- . **1º Desafio:** Novas viaturas com zero emissões de CO2 => a redução das emissões CO2 das viaturas Toyota em 90% até 2050;
- . **2º Desafio:** Ciclo de Vida do Produto com zero emissões => eliminar as emissões de CO2 em toda a produção e condução de viaturas;
- . **3º Desafio:** Zero Emissões de CO2 nas Fábricas => eliminar as emissões CO2 no processo de produção da fábrica, reciclar e reutilizar o máximo possível;
- . **4º Desafio:** Minimizar e Otimizar a utilização de Água => minimizar e otimizar a utilização da água;
- . **5º Desafio:** Estabelecer um Sistema de Reciclagem => promover formas de reciclagem para contribuir para uma sociedade amiga do ambiente;
- . **6º Desafio:** Estabelecer uma Sociedade Futura em harmonia com a Natureza => operacionalização de projetos que contribuam para a conservação da natureza.

A estratégia integrada / 360º

... no retalho automóvel, com a Caetano Auto e com a Caetano Auto CV

A estratégia de crescimento a cinco anos da Caetano Auto visa atingir 2,9% do mercado de ligeiros em 2026 o que representa um incremento nas unidades vendidas de 2413, ou seja, um crescimento de 60%, face a um crescimento previsto do mercado de 44% (vendas de viaturas novas em 2021: 4.080 unidades, representando uma quota de mercado de 2,6%); para isso, continuará a apostar em implementar soluções de **mobilidade integradas e flexíveis**, reforçará políticas de **marketing digital**, bem como abertura e reformulação dos espaços de comercialização de viaturas usadas.

A estratégia na área de após venda passa pelo crescimento através da **diferenciação** do serviço oferecido, nomeadamente com a implementação de novas formas de comunicação com o cliente, **comunicação** digital com uso de vídeo, marcação online e receção autónoma de viaturas nas oficinas - *Easy Service*.

Em complemento é objetivo da Caetano Auto intensificar a oferta de serviços na área da mediação de seguros automóvel e soluções de financiamento de viaturas com recurso a parceiros financeiros.

O reforço na promoção e divulgação do cartão de fidelização- *Cartão Caetano Go* é outro dos pilares da estratégia em implementação.

A Caetano Auto, alinhada com o posicionamento das marcas que representa, Toyota e Lexus, participará no reforço da estratégia por esta preconizada no que respeita à **sustentabilidade e transição energética**, contribuindo para a eletrificação do parque automóvel em Portugal, através da divulgação e venda de viaturas elétricas para os diversos perfis de utilizadores (híbridas, híbridas plug-in, 100% EV e Fuel Cell).

No âmbito do programa da Toyota *Best Retailer in Town* (BRiT), a Caetano Auto tem como estratégia ser BRiT (isto é: o melhor concessionário em todas as zonas em que detém instalações) envolvendo todos os **colaboradores**, ouvindo ativamente as suas equipas e os seus clientes, mantendo o **foco no cliente**. Colaboradores motivados e clientes que nos recomendam são um pilar estratégico para a sustentabilidade da Empresa. Outro pilar estratégico da Caetano Auto é a **digitalização** de processos, quer a nível administrativo quer a nível operacional. Este pilar, para além de motivar os colaboradores, visa ainda a eliminação de papel e desperdícios. A eliminação de desperdícios (*Zero Muda*) é algo que está muito presente no ADN da Caetano Auto e, claro, da Toyota Caetano Portugal, associado à cultura de melhoria contínua – Kaizen.

Na Caetano Auto a **responsabilidade social** também é um pilar fundamental que se manifesta em diversas iniciativas, nomeadamente, cedência de viaturas para apoio às instituições e profissionais de saúde, para transporte de crianças, idosos, para voluntariado, bem como, condições especiais na aquisição de viaturas e serviços após-venda para instituições carater social.

A estratégia da Caetano Auto CV passa por manter a sua posição de líder na venda de viaturas novas em Cabo Verde reforçando políticas de marketing digital e exploração do ciclo de fidelização.

A Caetano Auto CV procurará ainda diversificar a sua gama acompanhando a estratégia mundial da marca em termos de eletrificação bem como a própria orientação mais ecológica do governo cabo-verdiano.

... na indústria dos autocarros e da mobilidade limpa, com a CaetanoBus

Ao longo dos últimos anos, a CaetanoBus tem vindo a reforçar a sua presença internacional, com o aumento de vendas dos seus autocarros **Zero Emissões**. Para conjugar este crescimento com a **sustentabilidade** urbana e ajudar a construir o futuro das cidades, em dezembro de 2020, a Toyota Caetano Portugal tornou-se acionista direta da CaetanoBus. Esta aliança estratégica reflete o objetivo da Toyota Motor Europe (TME) de expandir a mobilidade zero-emissões, ao alavancar o negócio de longa data de autocarros da CaetanoBus, e os recentes esforços no desenvolvimento e nas vendas de autocarros sustentáveis. 2021 foi um ano para dar continuidade a esta estratégia conjunta. Foi ainda um ano de comemorações: a 4 de julho de 2021 a CaetanoBus comemorou **75 anos**. A Martins, Caetano & Irmão nascia nesse dia, em 1946, pelas mãos de Salvador F. Caetano: “75 anos de uma história que queremos continuar a escrever e de experiências que queremos continuar a colecionar”.

Tendo em vista a continuidade da parceria estratégica com a Toyota, em julho de 2021 a marca deu o **CO-branding** aos produtos **Zero Emissões** da CaetanoBus (e.City Gold e H2.City Gold) reforçando a aposta estratégica de ambas as empresas para a expansão das soluções de mobilidade sustentável. A CaetanoBus torna-se a primeira empresa de autocarros na Europa a utilizar a tecnologia de pilha de combustível da Toyota, que integrou no sistema do H2.City Gold.

Estes projetos alinham-se com a visão de futuro da Toyota, onde zero não é o destino, mas sim ir além das zero emissões (*Beyond Zero*), através da jornada de eletrificação com veículos 100% elétricos e veículos movidos a hidrogénio. A visão da Toyota para o hidrogénio, particularmente, alinha-se com os **projetos de hidrogénio** da CaetanoBus, para a criação de autocarros com um desempenho limpo, potente e sem quaisquer emissões além de água, que se adaptem aos diversos cenários de operação.

A parceria com a Toyota poderá ainda permitir à CaetanoBus o fortalecimento da área comercial, através da possibilidade de tornar algumas National Marketing and Sales Companies (NMSC) da Europa em agentes que possam impulsionar localmente as vendas de veículos Caetano.

Por outro lado, transformar estes negócios em soluções de mobilidade, mais do que empresas construtoras e vendedoras de veículos, é outro ponto que distingue estas marcas: **Mobility as a Service** é um novo conceito a ser desenvolvido, que pretende não só comercializar veículos, mas comercializar soluções de mobilidade integradas.

Em dezembro 2021, os acionistas da CaetanoBus- Toyota Caetano Portugal (62%) e Mitsui & Co (38%)- aumentaram o capital em 15 milhões de euros. O aumento de capital na CaetanoBus é uma forte aposta da

Toyota Caetano Portugal e da Mitsui & Co na indústria portuguesa, a par do plano de desenvolvimento estratégico da Empresa de autocarros.

2021 reforçou a visão de que a estratégia da Caetanobus é certa: muitas foram as mensagens de líderes mundiais a apelar para a **descarbonização** do transporte. A CaetanoBus já trabalha no transporte verde há muito tempo e é nele que vai continuar a apostar. Os nossos parceiros e as cidades que abraçam estas tecnologias são a prova de que a **mudança** pode acontecer.

... nas soluções de mobilidade integrada, com a Kinto Portugal

A Kinto Portugal, SA (que resulta da alteração da designação social da Finlog, SA) tem uma larga experiência em gestão de frotas de veículos ligeiros (Kinto One), no mercado Português. O resultado dessa ampla presença no sector captou o interesse da Kinto Europe, que culminou na aquisição por esta, no início do ano de 2020, de 51% da participação Kinto Portugal. Este facto originou o **re-enquadramento estratégico** desta, tornando-se esta mais abrangente e com o objetivo responder às necessidades de mobilidade sustentável no futuro.

Assim, em 2021 foi iniciado o caminho de transição estratégica da Kinto Portugal, que pretende acelerar a evolução de uma Empresa puramente dedicada à gestão de frotas automóvel, para um player de soluções e serviços de mobilidade sustentável- *Mobility as a Service (MaaS)* - para as **peças e cidades**.

O conceito KINTO não é um serviço ou produto único, limitado a um só local, é genuinamente diverso, pretende-se uma *“one stop shop”* para serviços de mobilidade, com o objetivo de fazer da KINTO o fornecedor de mobilidade de eleição para todos os tipos de clientes.

Neste contexto, começou a ser desenvolvida a introdução de soluções alternativas de mobilidade, centradas na adequação da oferta à tipologia de utilização da viatura, que pode ir de anos, até minutos e com ou sem motorista. Na implementação desta estratégia, já em 2021 foram adicionados dois novos produtos, Kinto Flex e Kinto Share, com **experiência integralmente digital**; oferecendo a possibilidade aos nossos clientes de ter acesso ao renting flexível, com prazos mensais (Kinto Flex), diário ou horário (Kinto Share), neste último fomentando a utilização partilhada de viaturas.

Paralelamente, pretende-se intensificar a **transição energética** de motorizações de combustão para viaturas eletrificadas. No próximo triénio estima-se que a percentagem de viaturas eletrificadas na nova contratação de Kinto One ascenda a valores entre 40 e 50%. Para isso, a Kinto Portugal desenhou uma

estratégia de produto orientada às especificidades da eletrificação, que inclui uma **proposta de valor única**, desde as viaturas até aos serviços necessários à gestão do carregamento e consumo de energia (*Mobility as a Service*).

No âmbito das soluções de mobilidade para as cidades, a Kinto Portugal, em conjunto com a CaetanoBus, pretende ter opções únicas orientadas para o transporte urbano. O primeiro passo, centrado em soluções de gestão global de frotas, é a inovação de produtos de renting de autocarros com tecnologias limpas e sustentáveis como é o caso do **Hidrogénio** (H2.CityGold) como fonte de energia.

O caminho da Kinto Portugal, está muito orientado, não só para soluções de **mobilidade** com energias “limpas” e naturalmente **sustentáveis**, mas também aliadas a experiências digitais que permitem aos clientes a sua utilização de forma muito simples, eficiente e que garantam a **integralidade** da satisfação das **necessidades** do Cliente na área da **mobilidade**.

O nosso denominador comum:

... as Pessoas e a Comunidade

Para suportar toda a estratégia de negócio e os desafios das nossas operações, as **Pessoas** são o “nosso principal ativo”, o pilar estratégico para o sucesso do negócio e relação com a **comunidade**. Este posicionamento fica plasmado na estratégia do Grupo Toyota Caetano em fazer desta casa **um local agradável para crescer e trabalhar**.

A estratégia para alcançar esta meta passa por manter o foco em 10 áreas diferentes:

1. **Formação**, através da Academia de formação Toyota/Ser Caetano: centros de formação, oferta formativa em e-learning, programa de *Liderança Ser Caetano*, retenção de conhecimento e acolhimento de estágios;
2. **Comunicação interna**: com vista à satisfação, envolvimento e comprometimento dos colaboradores, a Toyota Caetano apostará cada vez mais na dinamização da sua comunicação, através de uma narrativa alinhada com o *Toyota Way* e da divulgação dos seus feitos humanos e de negócio, aliando os meios formais e tecnológicos com os diálogos humanizados e presenciais;
3. **Ferramentas de feedback**: Gestão de Desempenho e Desenvolvimento e de comunicação regular entre colaboradores e chefias (*One-to-one*), as quais constituem plataformas de

comunicação permanente, assim como de desenvolvimento de competências e momentos de calibração de expectativas de ambas as partes;

4. **Proposta de valor** para os colaboradores: aplicação de benefícios flexíveis e incremento das vantagens do Clube Ser, para além de outros elementos que já constituem a proposta de valor para o colaborador, como remuneração, subsídio de refeição, Fundação Salvador Caetano, Fundo de Pensões, Seguro de Vida, Programas de Formação, etc;
5. Estudos de **clima organizacional** (Barómetro Ser Caetano e EES – Employee Engagement Survey Toyota) que permitem auscultar os Colaboradores e desenvolver Planos de Ação específicos;
6. Programa **Responsabilidade Social** alinhado com o Toyota Ser Sustentável, assente no pilar **Pessoas e Planeta**, o qual tem o objetivo de melhorar a perceção interna e externa do Grupo Salvador Caetano/Toyota Caetano Portugal nos seguintes atributos: consciência social e ambiental; equilíbrio trabalho e vida pessoas; saúde e bem-estar; programas de voluntariado; políticas de diversidade e inclusão; integração de Pessoas com deficiência; para além de ações com vista à neutralidade carbónica;
7. **Atração de talento** e Recrutamento: posicionamento do Grupo e da Toyota no estudo *Employer Brand Research Randstad*; desenvolvimento de programas de outsourcing em áreas não estratégicas; implementação de *assessments* para analisar personalidade, *fit* cultural, competências linguísticas e técnicas;
8. Programa **Kaizen**, assente na melhoria contínua, na standardização de processos, no trabalho de equipa e no desenvolvimento da liderança;
9. **Digitalização dos processos** de RH com vista a ganhos de eficiência e desmaterialização dos processos;
10. **Certificação** multi-site na Toyota Caetano com o objetivo de caminhar cada vez mais para ganhos de eficiência e eficácia nos sistemas de gestão de qualidade, ambiente, segurança e energia nas diferentes áreas de atividade da Empresa.

O Desempenho do Grupo Toyota Caetano

Economia Mundial

A economia mundial terá crescido 5,9%⁵ em 2021, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) global ultrapassado o seu nível pré-pandémico⁶. Este resultado é, sobretudo, explicado pelo efeito combinado dos programas de vacinação versus COVID-19, com mais de 55%⁷ da população global vacinada com pelo menos uma dose, o suporte de políticas fiscais e monetárias e a reabertura económica.

As projeções de janeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para uma continuação do crescimento da economia global, com uma expansão de 4,4% em 2022.

As pressões inflacionistas deverão continuar a fazer-se sentir, fruto dos constrangimentos visíveis nas cadeias de fornecimento e elevados preços de energia em 2022. Melhorias na logística global e alterações na política monetária dos diversos estados poderão contribuir para uma redução no nível de inflação.

As economias emergentes e países em desenvolvimento deverão liderar o crescimento em 2022 com 4,8% segundo a mesma estimativa do FMI, comparando com 3,9% originado nas economias avançadas.

As projeções realizadas pelas instituições citadas para 2022 e seguintes anos pressupõem a não existência de desenvolvimentos materialmente negativos, em particular relacionados com a pandemia ou eventos geoestratégicos e respetivas consequências em, entre outras, perspetivas de inflação, crescimento económico e políticas monetárias dos principais bancos centrais

União Europeia

Segundo as projeções do Banco Central Europeu (BCE)⁸, a zona Euro apresentará crescimento económico sólido em todos os 3 anos do exercício de previsão.

O PIB deverá crescer 3,7% em 2022 e 2,8% em 2023, crescendo a um ritmo mais moderado em 2024 com 1,6%. A inflação deverá fixar-se em 5,1%, retraindo para 2,1% e 1,9% em 2023 e 2024, fixando as expetativas em 2023 e 2024 perto do *benchmark* de 2%.

A dinâmica de crescimento resulta de um forte contributo do consumo privado, impulsionado pelo aumento do rendimento disponível das famílias e respetivas poupanças acumuladas durante a pandemia, tendo também como pano de fundo um sólido mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a fixar-se em 2022 em 7,3%, reduzindo-se progressivamente para 7,2% e 7,0% em 2023 e 2024, sendo este último o valor

6 [OECD, Economic Outlook, September 2021]

7 [IMF, World Economic Outlook, January 2022 Update]

8 [IECB, Eurosystem Staff Macroeconomic projections, March 2022]

mais baixo deste indicador desde que a zona euro foi criada em 1999. Os riscos adicionais identificados para a previsão resultam de potencial evolução negativa da guerra da Rússia na Ucrânia, em concreto as implicações nos preços da energia, na confiança dos consumidores e no impacto na economia europeia das sanções à Rússia.

Não obstante o sólido crescimento económico, as projeções adotam como pressuposto que a taxa Euribor a 3 meses se manterá em nível acomodatório no curto prazo, em concreto -0,4% em 2022, subindo progressivamente para 0,3% em 2023 e para 0,7% em 2024.

Portugal

Segundo projeções do Banco de Portugal⁹, a economia portuguesa terá crescido 4,9% em 2021, prevendo-se que a expansão económica se mantenha com crescimento do PIB de 4,9% em 2022 e de 2,9% e 2% em, respetivamente, 2023 e 2024.

A manutenção de condições financeiras favoráveis e a injeção de fundos europeus contribuem positivamente para a expectativa de crescimento.

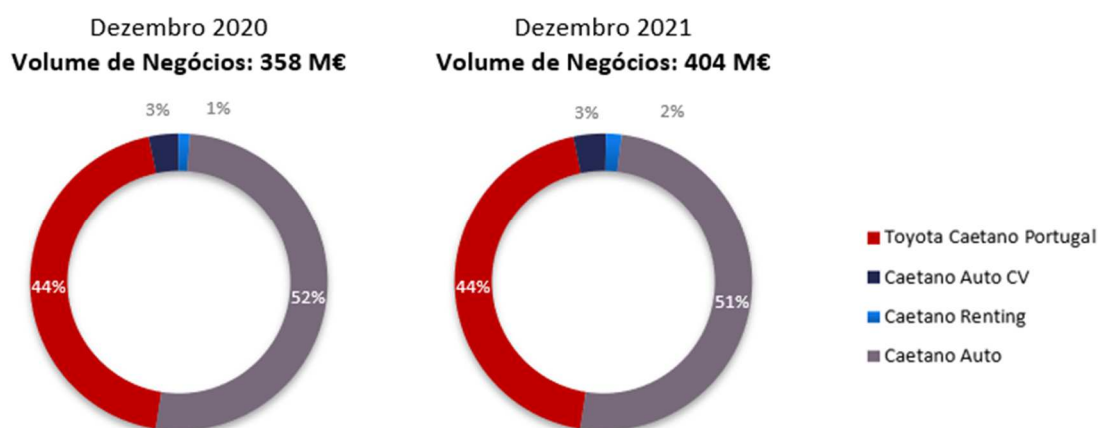
Após se ter fixado em 2021 em apenas 0,9%, a inflação deverá acelerar para 4% em 2022, reduzindo-se para 1,6% em 2023 e 2024. A taxa de desemprego decresce dos 6,6% de 2021 para 5,9% em 2022, decrescendo ligeiramente para 5,7% e 5,6% em 2023 e 2024.

Análise consolidada do Grupo Toyota Caetano Portugal

O ano de 2021 foi um ano pautado pela incerteza e pelos avanços e retrocessos da situação económica mundial devido à pandemia COVID-19, contudo, foi um ano de crescimento. A declaração de estado de emergência no primeiro trimestre do ano, que condicionou a atividade comercial dos concessionários de vendas de automóveis, e os constrangimentos no fornecimento de semicondutores, que influenciaram negativamente as disponibilidades de viaturas para entrega, tiveram um impacto negativo no setor automóvel, impacto este que foi equilibrado com a recuperação do setor do Rent-a-car.

No Grupo, os resultados de 2021 superaram as expectativas, alcançando um volume de negócios de cerca de 404 milhões de Euros, um aumento de 12,95% face ao período homólogo de 2020, aproximando-se assim de valores pré-pandemia (456 M€ em 2019).

⁹[BdP, Boletim Económico, Março 2022]



O lucro bruto em função do volume de negócios fixou-se 0,67 p.p. acima do valor do ano passado. Adicionalmente, tanto o peso dos fornecimentos e serviços externos como dos gastos com o pessoal diminuíram em comparação com os mesmos indicadores do ano homólogo, contribuindo assim para um incremento no EBITDA.

Neste ano foi ainda alienado um imóvel contribuindo positivamente (0,9 Mio€) para o resultado consolidado do Grupo Toyota Caetano Portugal.

Em 2021, a Toyota Caetano Portugal, juntamente com a Mitsui & Co., Ltd, acionistas da CaetanoBus, conscientes dos impactos provocados pela crise pandémica e não abdicando do seu plano estratégico de expansão e crescimento, levaram a cabo um aumento de capital social naquela empresa, com o objetivo de acelerar o investimento de I&D em tecnologias base / produto para seu o plano de crescimento futuro, bem como de reforçar a sua presença internacional com o aumento de vendas dos seus autocarros zero-emissões.

O incremento de atividade a que se assistiu em 2021 levou, naturalmente, ao aumento dos ativos correntes do Grupo Toyota Caetano Portugal, nomeadamente em termos de inventários e contas a receber.

A redução da dívida líquida, associada ao aumento do EBITDA conduziu a uma melhoria relevante no indicador da dívida líquida sobre EBITDA que passou de 1,06 em 2020 para 0,67 em 2021.

O Grupo continua a refletir a continuada política de gestão de meios disponíveis para a constituição de uma adequada estrutura de capitais.

O grau de autonomia financeira do Grupo situa-se em 44,5%, 3,7 p.p. abaixo do registado em período homólogo, tal deve-se ao aumento do total do ativo da Empresa por força do aumento da atividade.

Com o propósito de sintetizar a evolução do desempenho do Grupo Toyota Caetano Portugal segue abaixo quadro de indicadores comparativos, na unidade monetária milhares de Euros e que mais não espelham do que tudo o que acima foi referido:

	DEZ/20	DEZ/21	Varição
Volume de Negócios	357.837	404.159	12,9%
Lucro Bruto	83.192	96.431	15,9%
% (f) Vendas	23,2%	23,9%	
Fornecimentos e Serviços Externos	38.284	40.143	4,9%
% (f) Vendas	10,7%	9,9%	
Gastos com Pessoal	35.674	39.293	10,1%
% (f) Vendas	10,0%	9,7%	
EBITDA	29.223	44.549	52,4%
% (f) Vendas	8,2%	11,0%	
Resultado Operacional	8.900	23.646	165,7%
% (f) Vendas	2,5%	5,9%	
Resultados Financeiros	-2.372	-2.669	12,5%
% (f) Vendas	-0,7%	-0,7%	
Resultado Líquido Consolidado	4.452	11.826	165,7%
% (f) Vendas	1,2%	2,9%	
Grau de Autonomia Financeira	48,2%	44,5%	

m€

Os Riscos do Negócio

No desenvolvimento das suas atividades a Toyota Caetano Portugal S.A. está sujeita, em cada uma das suas áreas de negócio ou das suas participadas, a uma multiplicidade de riscos, que se identificaram com o objetivo de os mitigar e controlar. A gestão de risco da Sociedade é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano Portugal de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definidos os princípios de gestão de risco globais bem como políticas específicas para determinadas áreas.

Riscos Financeiros

No que diz respeito aos riscos financeiros, o programa de gestão de risco da Sociedade, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho.

A Toyota Caetano Portugal dá destaque a três riscos financeiros específicos, sendo o primeiro deles o **risco de crédito**. Este risco traduz-se no risco de um devedor não liquidar os bens/serviços adquiridos, de acordo com as condições negociadas, por falta de liquidez. Na Toyota Caetano Portugal a probabilidade de ocorrência deste tipo de risco é baixa, contudo, o seu impacto pode ser moderado a significativo. De forma a mitigar e controlar este risco, as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal têm constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do risco de crédito, tendo como principal objetivo a mitigação do risco de incumprimento de pagamento por parte do cliente, implementando processos com recurso a ferramentas específicas para avaliação e monitorização de créditos, e colocando em prática procedimentos pró-ativos de gestão de crédito e outros mecanismos de cobertura como, garantias bancárias, acordos de pagamento, cláusulas de reserva de propriedade associada a viaturas vendidas ou, em alternativa, a não transferência de propriedade até integral liquidação das viaturas vendidas, entre outros.

Outra ameaça a destacar é o **risco de taxa de juro** que se traduz, essencialmente, na variação desfavorável das taxas de juro. O endividamento da Sociedade encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Sociedade não é significativo pelos efeitos dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas de resultados

(nomeadamente operacionais) da Sociedade /Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); (ii) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente renumeradas a taxas variáveis. De ressaltar que o Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura de dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e as condições e as alternativas existentes no mercado.

O último risco financeiro a destacar é o **risco de liquidez**. Este risco traduz-se na incapacidade de cumprimento das suas obrigações financeiras, tendo este risco na Toyota Caetano Portugal uma probabilidade de ocorrência baixa. A gestão do mesmo tem por objetivo garantir que a Sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo, a necessidade de obter financiamentos em condições desfavoráveis. Para tal, é realizado um planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flow ao nível das operações de acordo com diferentes horizontes temporais. Para além disso, é assegurada uma diversificação de fontes de financiamento e uma diversidade de maturidades de dívida emitida, de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo, de amortizações de dívida. Em paralelo, são efetuadas contratações através de bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados. Neste contexto ainda, o CFO monitoriza regularmente o nível de financiamentos obtidos, facilidades de crédito disponíveis, disponibilidades de tesouraria bem como as perspetivas de cash out flow no curto e médio prazo, incluindo necessidades resultantes de planos de investimento.

Riscos Externos

Outro tipo de riscos são os riscos externos, que não sendo do espectro direto da Sociedade têm influência na mesma. São de realçar três riscos diferentes: o risco de fornecimento de mercadorias e materiais, o risco do contexto macroeconómico e o risco de concorrência.

O **risco de fornecimento de mercadorias e materiais** traduz-se no risco de falta de componentes, materiais, matérias-primas necessárias à produção e ao normal funcionamento da Sociedade. A pandemia SARS-CoV-2 levou à ocorrência de constrangimentos na cadeia de abastecimentos, com a escassez na oferta de componentes; em paralelo e como consequência, também a logística

associada ao transporte dos bens foi afetada; de facto, o tempo total associado ao transporte destes bens tornou-se mais longo (maior lead time na prestação deste serviço), facto que resulta da redução generalizada no recurso a este serviço conjugado com a necessidade de rentabilização pelos operadores dos meios utilizados. Pelo exposto, assistiu-se ao aumento da relevância deste risco, passando de baixo para médio a elevado.

O impacto deste risco na atividade da Sociedade é agora cotado como moderado a significativo. Para fazer face a este contexto, as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal implementaram medidas concretas, nomeadamente:

- i. a área da indústria, nomeadamente na montagem das viaturas, centrou-se na produção nos modelos nos quais se verifica menor escassez de materiais; esta estratégia está totalmente concertada junto do cliente e fornecedores relevantes envolvidos nesta atividade;
- ii. na área das máquinas de movimentação de carga, considerando a fraca capacidade de influenciar a cadeia de abastecimento, está a recorrer-se à colocação, junto de clientes, de equipamentos usados em aluguer temporário ou cedência;
- iii. a gestão de stocks quer a montante (fornecedores) quer a jusante (concessionários e clientes finais) é efetuada de forma rigorosa, em consonância com o contexto de escassez que se vive;
- iv. assiste-se a uma orientação das vendas para os canais de maior rentabilidade;
- v. também a gestão das viaturas de demonstração, cortesia e de serviço foi revista, optando-se por menor rotação sem comprometer a divulgação e promoção das marcas representadas;
- vi. reviram-se as diretrizes sobre matriz de exposição de viaturas, adaptando-as à realidade, nomeadamente: menor número de viaturas em exposição e colocação de viaturas semi-novas nos stands alocados à atividade de viaturas novas;
- vii. a política de descontos junto de clientes foi igualmente revista;
- viii. de forma transversal, e na continuidade do que é prática habitual, as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal têm reforçado a sua estratégia de redução de custos e otimização dos recursos disponíveis;
- ix. adicionalmente, e também como denominador comum a estas empresas, assiste-se a um reforço na comunicação com colaboradores, fornecedores e clientes para informar sobre os desafios que enfrentamos; nomeadamente, junto dos clientes, tem-se incentivado a

efetivação de contratos para entregas mais tardias assistindo-se, assim, a um aumento da carteira de contratos.

Quanto ao **risco de contexto macroeconómico** trata-se do risco de fatores externos macroeconómicos influenciarem a capacidade financeira/produtiva de uma empresa. Este risco foi também impulsionado pela pandemia, sendo que a desaceleração da atividade económica e o aumento das taxas de juro e inflação são os principais fatores que influenciaram o aumento da probabilidade de ocorrência deste risco de baixa para média. A Sociedade acompanha atentamente todas as alterações macroeconómicas tanto em Portugal, como na Europa e no resto do mundo, de forma a garantir que se encontra em cima do acontecimento e pronta para atuar no momento certo.

Por último, o **risco de concorrência** traduz-se no risco de perda de quota de mercado para outros concorrentes. No atual panorama, a Sociedade procura garantir que não perde a atual quota de mercado, e desta forma aposta numa estratégia assente na inovação, excelência de serviço, maior presença em canais digitais e sustentabilidade. Para além disso, é importante destacar que a Toyota é uma marca de renome e prestigiada, com várias provas dadas a nível de inovação e diversificação de produtos. Exemplos disso são a estratégia *Beyond Zero* onde o destino não é zero emissões mas ir além disso, estratégia conjugada com a oferta de mais e melhor mobilidade para todos, promovendo um futuro mais sustentável, e o programa BRIT (*Best Retailer in Town*) que tem como objetivo motivar todos os concessionários a serem os melhores nas zonas onde operam. Ainda de ressaltar que a Sociedade realiza frequentemente ações de benchmarking aos seus concorrentes. Assim sendo, considera-se que este risco tem uma probabilidade média de ocorrência.

Riscos de tecnologias de informação e cibersegurança

Os riscos de IT e cibersegurança são fundamentalmente riscos relacionados com a segurança dos sistemas de informação. Os sistemas de informação estão na base do Grupo e, como tal, considera-se de importância estratégica a existência de uma cultura de segurança que propicie a todos os colaboradores e parceiros uma perspetiva clara das suas responsabilidades no âmbito da segurança da informação. Qualquer falha de segurança, quer intencional, negligência ou crime, pode ter um impacto significativo na confidencialidade dos dados, na qualidade das operações, na disponibilidade da informação, entre outros, que poderão afetar negativamente a rentabilidade e a reputação da Sociedade. É indispensável assegurar a todos os colaboradores o acesso à informação necessária ao desempenho das respetivas atividades, mas exigindo destes o

respeito pelos controlos de segurança da informação implementados e o comprometimento com os valores da confidencialidade, integridade e disponibilidade. Neste sentido a Sociedade adotou o referencial para a segurança da Toyota Motors Corporation denominado All Toyota Security Guidelines. Este contempla um conjunto de medidas técnicas e organizativas em diversos domínios, nomeadamente, na gestão da segurança da informação, na segurança operacional e de redes, na segurança física, na gestão de incidentes, na classificação e proteção da informação, no controlo de acessos, na análise de risco e na formação.

Considerando a diversidade e complexidade das áreas dos Sistemas de Informação no geral e da Segurança da informação em particular, a Toyota Caetano Portugal externaliza os serviços relativos aos Sistemas de Informação à Rigor, Consultoria e Gestão S.A, empresa do Grupo Salvador Caetano com valências em todos os domínios dos Sistemas de Informação.

Face ao aumento do teletrabalho, ao aumento do cibercrime e à evolução das técnicas utilizadas pelos cibercriminosos, a Sociedade não só mantém monitorização e auditorias constantes aos seus sistemas como também tem planeada a implementação de medidas técnicas e organizativas adicionais para fazer face a estes novos riscos.

Risco de Segurança e Saúde

A área da segurança e saúde é um dos principais pilares do Grupo Toyota Caetano Portugal. A segurança e a saúde dos seus colaboradores são prioridade para Sociedade e, como tal, são desenvolvidas várias ações de formação ao longo do ano com o intuito de promover e manter elevados níveis de bem-estar físico e psicológico, bem como prevenir e reduzir riscos profissionais. Para além disso, os colaboradores têm acesso a serviços de saúde ocupacional gratuitos na *Clínica Ser Caetano* e apoios financeiros relativos a gastos de saúde através da *Fundação Salvador Caetano*.

Os últimos anos foram especialmente desafiantes nesta área devido à pandemia SARS-CoV-2 e o Grupo garantiu um acompanhamento constante aos seus colaboradores, quer através da sua Clínica, quer através do envio de newsletters mensais com recomendações para todos os Colaboradores e atualização de medidas relativas à COVID-19. Este risco, até então menosprezado, passou a ser um risco com um impacto significativo para a Sociedade e é acompanhado com a maior atenção por todas as partes envolvidas.

Risco de atração e retenção de talento qualificado

O contexto atual de um mercado de trabalho altamente competitivo e com níveis cada vez maiores de escassez de talento, influencia diretamente a capacidade das empresas atingirem com sucesso os objetivos e estratégia previstos para a sua atividade. Neste sentido, estamos perante um risco com probabilidade de ocorrência média e tendência crescente, sendo que o seu impacto pode ser considerado como moderado a significativo.

De forma a responder a estas novas tendências na área de Gestão de Pessoas, a Toyota Caetano Portugal tem implementado medidas de requalificação das suas equipas, dotando-as do conhecimento adequado para os novos desafios que estão a ser colocados pelo setor automóvel (eletrificação, digitalização, Business Intelligence, e-commerce, entre outros). A par disso, tem apostado numa estratégia de employer branding para afirmar a Toyota Caetano Portugal, cada vez mais, como um empregador de referência, cada vez mais capacitado para ter nos seus Colaboradores os verdadeiros embaixadores da sua Marca junto dos seus Clientes.

Sustentabilidade Organizacional

Como qualquer Organização, a Toyota Caetano Portugal está incluída num ecossistema, sendo diretamente influenciada pelo seu contexto. O desenvolvimento sustentável é uma das principais preocupações atuais, com 90% de consumidores que dizem esperar que as empresas prestem atenção aos temas ambientais e sociais. Para além disto, as empresas com melhor desempenho na área da sustentabilidade, podem reduzir a taxa de turnover de Colaboradores em valores entre os 25% e os 50%.

A Toyota Caetano Portugal reconhece, desde a sua fundação, que o seu Propósito vai para além da entrega de um produto ou serviço. Como tal, tem vindo a adotar estratégias ambiciosas e consistentes que criem valor a longo prazo em prol das gerações futuras, concentrando os seus esforços no desenvolvimento da comunidade e redução da sua pegada ecológica. Operar num negócio sustentável em constante reinvenção para melhor corresponder às expetativas dos seus Clientes e ter neste um ótimo lugar para se trabalhar faz parte da missão e visão da Toyota Caetano Portugal. Nesse sentido, e de forma a cuidar pela dimensão social, ética e ambiental, a Toyota Caetano Portugal tem em curso o desenvolvimento e implementação de uma estratégia de sustentabilidade corporativa. Assente no nosso ADN e valores da Organização, têm sido várias as iniciativas desenvolvidas pela TCAP, indo ao encontro daqueles que são os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

Riscos Legais, Fiscais e Regulatórios

A Toyota Caetano Portugal S.A. identifica riscos fiscais decorrentes maioritariamente do contexto de permanente mudança legislativa em que vivemos. Se por um lado, as exigências resultantes dos programas da OCDE e da legislação Europeia se têm vindo a elevar, por outro, a própria legislação nacional produz constantemente alterações regulatórias com impacto na atividade da Sociedade.

O contexto de instabilidade normativa fiscal pode não só conduzir a perdas resultantes do incumprimento da legislação vigente, como também condicionar direta e indiretamente as opções estratégicas de negócio, afetando a rentabilidade económica do mesmo. A acrescer aos riscos fiscais inerentes à atividade empresarial, há ainda o risco resultante da imprevisibilidade da fiscalidade automóvel, com impactos diretos no comportamento dos nossos Clientes.

A Toyota Caetano empenha-se no cumprimento de todas as obrigações fiscais a que está sujeita, valorizando o seu ativo reputacional e assumindo uma postura ativa na prossecução deste objetivo.

Para assegurar a constante prevenção e mitigação de riscos fiscais, recorre a equipas internas especificamente dedicadas a esta área, e a consultoria externa prestada por entidades de reconhecidos padrões éticos e profissionais.

No que respeita aos riscos jurídicos, o principal risco da atividade da Sociedade e sociedades por si dominadas tem que ver com eventuais alterações legislativas que possam ter impacto sobre as operações – nomeadamente legislação laboral, regulação ambiental, regulação europeia e nacional ao nível da concorrência e práticas restritivas de comércio, entre outras – que possam afetar o desenvolvimento da atividade.

A Direção Jurídica do Grupo Salvador Caetano procura, em estreita cooperação com a área fiscal, a área dos recursos humanos e as áreas operacionais acautelar os interesses da Sociedade, de uma forma sustentável e com respeito pela legislação aplicável.

Os processos em contencioso em que a Sociedade e suas participadas são parte são regularmente comunicados à gestão, por forma a que se tomem preventivamente medidas que possam evitar similares processos no futuro.

A Direção Jurídica é ainda responsável pela prevenção e monitorização dos riscos associados ao incumprimento da legislação relativa à proteção de dados pessoais, governo societário e

corrupção, pugnando pela verificação da aplicação do Código de Conduta e do acompanhamento do canal de comunicação de irregularidades.

Em ambas as áreas – jurídica e fiscal- é valorizada a formação contínua, a abordagem integrada das diversas equipas técnicas e operacionais e a promoção das melhores práticas identificadas.

Outras informações

A Empresa não adquiriu, nem alienou ações próprias durante o exercício. À data de 31 de dezembro de 2021, a Sociedade não detinha ações próprias.

Cumpre-nos ainda informar a inexistência de dívidas ao setor público estatal e à Segurança Social, cujo pagamento se encontre em mora.

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus administradores.

Declaração

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao ano de 2021, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta Sociedade e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta Sociedade e das suas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação, bem como uma descrição dos riscos e incertezas mais significativos com que se defrontam.

Eventos subsequentes

A Toyota Caetano Portugal, SA tem acompanhado com atenção os acontecimentos relacionados com a situação na Ucrânia, manifestando total solidariedade com o seu povo.

Certos do poder das organizações em contribuir para uma sociedade justa e com igualdade de oportunidades para todos, e tendo em conta que a preocupação com as Pessoas é um dos Valores que orienta a nossa atividade, desde a primeira hora manifestamos inteira disponibilidade na integração de refugiados ucranianos no mercado laboral, através das oportunidades profissionais nas nossas empresas. Em simultâneo, estamos a analisar a possibilidade de dar formação a estes cidadãos, tirando proveito da rede de centros de formação que temos a nível nacional.

No que diz respeito aos efeitos esperados pelo atual contexto de guerra, temos assistido a uma maior volatilidade nos mercados financeiros, com riscos acrescidos em termos de inflação, preço dos combustíveis e custos energéticos, com impacto nos índices de confiança que se poderão refletir negativamente nos indicadores de consumo e investimento.

Principais impactos na atividade do Grupo Toyota Caetano Portugal:

O Grupo Toyota Caetano Portugal vê também a sua atividade afetada por esta guerra, não só devido às suas implicações diretas, como pela conjuntura internacional.

As ramificações complexas associadas a este conflito dificultam as previsões atuais. Tudo dependerá da escala e duração do mesmo. Abaixo, resumimos as nossas principais preocupações e apontamos os principais riscos.

▪ Dependência dos preços das matérias energéticas nos mercados internacionais

Os preços das matérias energéticas nos mercados internacionais no segmento de combustíveis fósseis causam, naturalmente, impacto na atividade da Empresa; não apenas ao nível do acréscimo de gastos mas também no impacto junto dos consumidores dos produtos e serviços disponibilizados pelo conjunto das empresas deste Grupo.

De notar que em 2021 foram celebrados contratos de fornecimento de energia elétrica a preços fixos até 2031, não se antevendo oscilações significativas de preços. As mesmas, a existirem, serão efetuadas apenas por via das componentes reguladas.

Em paralelo, estão implementadas severas medidas de controlo de custos com o objetivo de redução dos gastos gerais das empresas.

▪ **Aumento do preço das matérias-primas**

No que à aquisição de matérias-primas diz respeito, perspectiva-se um aumento generalizado dos preços.

Para fazer face a este desafio:

- estão a ser encetadas negociações com fornecedores para redução de preços através de uma maior visibilidade de quantidades a adquirir e respetivos timings de entrega (rolling forecast e binding forecast);
- em determinadas circunstâncias recorre-se à antecipação de colocação de encomendas de forma a fixar os atuais preços, com negociação de prazos alargados de entrega e de pagamento;
- procurement de fornecedores alternativos e em geografias distintas;
- sempre que possível, desenvolvimento de soluções alternativas com materiais menos afetados pelo aumento de preço;
- orientação da política comercial para produtos e serviços de maior rentabilidade e gestão muito atenta e controlada dos descontos de venda a conceder.

▪ **Logística e cadeias de abastecimento**

Como é do conhecimento geral e conforme referido na secção dos “nossos riscos”, o setor automóvel tem operado sob restrições de fornecimentos, de produção e de vendas, resultantes da falta de semicondutores aliada à crise pandémica. Espera-se que este conflito agudize ainda mais os prazos de entrega.

Ainda desconhecemos o real impacto que este novo contexto possa ter nos veículos produzidos em França, Inglaterra, Turquia, República Checa, Japão e África do Sul, que são as origens dos nossos abastecimentos de viaturas.

Nas peças com destino ao mercado de após-venda, idêntico raciocínio se aplica relativo ao fabrico das mesmas, quer nas fábricas sediadas na Europa, quer no Japão/outras países asiáticos.

Em simultâneo, perspectiva-se um aumento considerável de custos em toda a cadeia de transportes, que implicitamente agravará os custos das viaturas e peças para o mercado de após-venda.

▪ Comportamento do Consumidor /Mercado:

Os sucessivos aumentos de custos dos combustíveis irão naturalmente ter efeitos a curto prazo nos hábitos do consumidor, que passará, em média, a utilizar menos o seu automóvel, reduzindo os Km's por viatura, o que impacta negativamente a atividade diária das Concessões.

Proposta de aplicação de Resultados

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação do resultado líquido apurado no exercício, no valor de Euros 11.695.005,29 expresso nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

- | | |
|---|------------------|
| a) Para a conta de ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial: | - 734.405,92 EUR |
| b) Para dividendos a atribuir ao capital, 0,20 Eur por ação, o que, atendendo ao seu número (35.000.000) perfaz: | 7.000.000,00EUR |
| c) Para a conta de Resultados Transitados | 5.429.410,21EUR |

Considerações finais e Agradecimentos

Ao concluir este relatório pretendemos transmitir uma palavra de agradecimento:

- Aos nossos Colaboradores que, pela sua disponibilidade e entusiasmo, se empenharam no desenvolvimento da Empresa;
- Aos nossos Clientes e Concessionários pela permanente confiança que depositaram nos nossos produtos e pela distinção da sua escolha;
- Às Entidades Bancárias pela colaboração e apoio que sempre manifestaram no acompanhamento da nossa atividade;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela colaboração prestada ao longo da sua atuação.



Vila Nova de Gaia, 6 de abril de 2022

O Conselho de Administração:

José Reis da Silva Ramos –Presidente

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos

Tom Fux

Kazunori Takagi

Informação sobre a participação dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Toyota Caetano Portugal, SA

(Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com a alínea c) do artigo 9.º e do número 4 do artigo 14.º, ambos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

Em cumprimento do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 31 de dezembro de 2021, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham quaisquer ações ou obrigações da mesma.

Declara-se ainda que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não realizaram durante o exercício de 2021 quaisquer aquisições, onerações ou cessações de titularidade que tenham por objeto ações ou obrigações da Sociedade.

Mais se declara de seguida, os valores mobiliários da sociedade detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:

- a acionista Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. (da qual a Senhora **Maria Angelina Martins Caetano Ramos** é Presidente do Conselho de Administração, o Senhor **Salvador Acácio Martins Caetano** é Vice-Presidente do Conselho de Administração e o Senhor **Miguel Pedro Caetano Ramos** é Vogal do Conselho de Administração), adquiriu: 25 de Janeiro de 2021, 65 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 04 de Junho de 2021, 6.979 ações ao preço de 2,80 € cada uma; 29 de Junho de 2021, 15 ações ao preço de 2,80 € cada uma pelo que em 31 de Dezembro de 2021 detinha 24.428.155 ações com o valor nominal de 1 euro cada.
- a acionista COVIM – Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A. não teve movimentos (da qual a Senhora **Maria Angelina Martins Caetano Ramos** é Presidente do Conselho de Administração, o Senhor **José Reis da Silva Ramos** é cônjuge da Presidente do Conselho de Administração), pelo que em 31 de dezembro de 2021 detinha 393.252 ações, com o valor nominal de 1 euro cada.

Para o efeito previsto na parte final do número 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade), declara-se que:

- Senhor. José Reis da Silva Ramos, Presidente do Conselho de Administração, é titular de

39,49%¹ do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

¹ Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- Senhora. Maria Angelina Martins Caetano Ramos, Vogal do Conselho de Administração, é titular de 39,49%¹ do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

¹ Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- Senhor. Salvador Acácio Martins Caetano, Vogal do Conselho de Administração, é titular de 39,49%¹ do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

¹ Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- Senhor. Miguel Pedro Caetano Ramos, Vogal do Conselho de Administração, é titular de 0,00223% do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade.

Participações qualificadas

(Nos termos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

À data de 31 de dezembro de 2021, os acionistas com participações qualificadas no capital da sociedade são os seguintes:

ACIONISTA	Ações	% dos direitos de voto
Salvador Caetano- Auto- SGPS, S.A.	24.428.155	69,795
Toyota Motor Europe NV/SA	9.450.000	27,000

Anexo 1

RELATÓRIO NÃO FINANCEIRO

A Toyota Caetano Portugal (“TCAP”) está consciente da necessidade de o mercado receber informação transparente e coesa não só sobre os seus assuntos financeiros, mas também sobre a sua estratégia, política de risco, expectativas futuras e impacto da sua atividade na sociedade, em particular em três dimensões distintas: ambiental, social e governo societário.

Esta mesma necessidade está plasmada no DL 89/2017, de 28 de julho (que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº. 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho) que é o diploma legal onde se define o conjunto de informações não financeiras e informações sobre diversidade que devem ser incluídas nos relatórios anuais de determinadas sociedades.

A Toyota Caetano Portugal optou por reunir a informação não financeira neste relatório, que é parte do relatório de gestão da Sociedade. Optou ainda por seguir o modelo de relatório sugerido pela CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em fevereiro de 2021, para uma melhor consulta e utilização pelas partes interessadas.

PARTE I- INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS

A. INTRODUÇÃO

1. Descrição da política geral da Sociedade quanto aos temas da sustentabilidade, com indicação das eventuais alterações face à anteriormente aprovada.

Na Toyota Caetano Portugal estamos **comprometidos com as prioridades e aspirações para um desenvolvimento sustentável global**. Certos do poder das organizações na construção de um futuro capaz de assegurar a qualidade de vida dos seus cidadãos, alinhamos a nossa atuação com os **Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, da Organização das Nações Unidas.

Empenhados no contributo que podemos prestar, é com foco nos pilares **Pessoas** e **Planeta** que orientamos a nossa atuação rumo a um futuro cada vez mais sustentável. Apoiados em rigorosas políticas de **Governance**, criamos os mecanismos necessários para **nortear a nossa atuação**.

É assentes em **cinco eixos fundamentais**, que suportamos a nossa responsabilidade social. No pilar **Pessoas**, assumimos o nosso compromisso através de:

- **Diversidade e Inclusão** – Na Salvador Caetano, queremos contribuir para um futuro diverso, inclusivo e representativo. Apostamos na diferença que nos une e enriquece, tendo no Talento a única certeza onde somos todos iguais.
- **Conciliação Vida Pessoal e Profissional** – Trabalhamos a cada dia para que as nossas Pessoas encontrem aqui um local agradável para viver, crescer e trabalhar, em equilíbrio com as suas necessidades e bem-estar pessoal.
- **Conhecimento** – Temos no conhecimento o motor para o desenvolvimento da comunidade. Através dele, queremos esbater desigualdades sociais e promover o equilíbrio de oportunidades.

Por sua vez, no pilar **Planeta**, comprometemo-nos com:

- **Energia Sustentável e Neutralidade Carbónica** – Queremos operar um negócio de sucesso e que não comprometa o bem-estar ambiental. Apoiados numa crescente transformação das nossas fontes de energia, minimizamos o impacto das nossas atividades, ao mesmo tempo que produzimos soluções mais eficientes e amigas do ambiente.
- **Economia Circular e Recursos Hídricos** – Somos conscientes da importância da gestão eficiente dos recursos e do seu reaproveitamento. Unimos esforços para mitigar os desperdícios na nossa cadeia de produção e melhorar continuamente as nossas práticas.

Para a Toyota Caetano Portugal, o nosso propósito suplanta a simples entrega de um produto ou serviço, estando focados em unir esforços para **fazer do amanhã um lugar melhor**.

2. Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção no reporte da informação não financeira, bem como quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram.

Na Toyota Caetano Portugal, estamos conscientes de que, enquanto empresa, devemos orientar a nossa atuação para uma efetiva alteração socioambiental, **adotando e promovendo boas práticas e comportamentos responsáveis**. Para isso, apoiados nos pilares “Pessoas” e “Planeta”, e respetivos eixos estratégicos, a Toyota Caetano Portugal, pauta da seguinte forma a sua **metodologia de atuação**:

- Alinhados com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), mapeamos as áreas internas e externas à organização, passíveis de atuação;
- Coordenamos e desenvolvemos, numa lógica de constante melhoria e incremento, um programa de sustentabilidade corporativo que visa educar, sensibilizar, apoiar e promover boas práticas de responsabilidade social e ambiental dentro e fora da organização;
- Integrada no programa de sustentabilidade corporativo, por via de uma equipa multidisciplinar, desenvolvemos, gerimos e medimos a atuação da nossa Organização nos seus vários eixos estratégicos;
- Através de um Comité de Sustentabilidade, monitorizamos trimestralmente a atuação desta Sociedade no âmbito da sustentabilidade e respetiva concretização dos objetivos e métricas definidos.

Com a inclusão desta abordagem no reporte não financeiro, pretendemos, junto dos nossos *stakeholders*, comunicar de forma transparente o desenvolvimento sistemático da nossa estratégia de sustentabilidade e evolução dos impactos da Empresa no ambiente e na comunidade.

B. MODELO EMPRESARIAL

Descrição geral do modelo de negócio e forma de organização da Sociedade/Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possível com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais).

Relativamente ao modelo de negócio e forma de organização da Sociedade / Grupo, remete-se para:

- Relatório de Gestão, ponto “o nosso Modelo de Negócio”;
- Relatório de Governo Societário, ponto 21.

C. PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

1. Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de fornecimento e subcontratação.

A identificação dos principais riscos encontra-se disponível no Relatório de Gestão da Toyota Caetano Portugal, abordado no ponto “os Riscos do Negócio”.

2. Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade.

Relativamente a este ponto, remete-se para o Relatório de Governo Societário, na Parte I, C. Organização Interna, capítulo III. Controlo Interno e Gestão de Riscos.

3. Explicitação da divisão funcional interna de competências, incluindo os órgãos sociais, comissões, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/acompanhamento dos riscos.

Relativamente a este ponto, remete-se para o Relatório de Governo Societário, na Parte I, C. Organização Interna, capítulo III. Controlo Interno e Gestão de Riscos.

4. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Sociedade face ao relatado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser.

A política de riscos da Toyota Caetano Portugal foi, no decurso do ano de 2021, alvo de uma reorganização, daqui resultando a revisão na identificação e tratamento dos riscos da Sociedade.

Adicionalmente, foi desconsiderado o risco de taxa de câmbio uma vez que o mesmo já não tem expressão que justifique a sua inclusão no levantamento dos riscos que impactam a Sociedade.

5. Indicação e breve descrição das principais oportunidades que sejam identificadas pela Sociedade no contexto dos temas objeto de reporte.

No desenvolvimento e implementação de uma estratégia de Sustentabilidade, a Toyota Caetano Portugal identifica as seguintes oportunidades:

- Atrair, desenvolver e promover um talento diversificado, favorecendo um ambiente propício à inovação e ao desenvolvimento dos negócios.
- Contribuir para a saúde e bem-estar dos Colaboradores através do desenvolvimento de programas de conciliação da vida pessoal e profissional e campanhas de saúde dinamizadas no âmbito da Clínica Ser Caetano.
- Apostar no conhecimento como motor de desenvolvimento dos Colaboradores e da Comunidade, apostando na qualificação e desenvolvimento de competências.
- Mitigar o impacto da nossa atividade através do desenvolvimento de atividades assentes na preservação do meio ambiente e da biodiversidade, em particular através do Programa “1 Toyota, 1 Árvore” e reflorestação do Bosque Ser Caetano.
- Promover a mudança para a neutralidade carbónica, através da participação no relatório de desenvolvimento sustentável “Carbon Disclosure Project (CDP) – Climate Change”, promovendo a transparência corporativa e a contabilização da pegada de carbono da Organização.
- Mobilizar e envolver todos os departamentos da Organização para políticas e práticas de desenvolvimento sustentável através da participação na plataforma internacional Ecovadis.
- Reforçar a estratégia de melhoria contínua através do Programa Ser Kaizen, cujos resultados

são alvo de reconhecimento das ideias e sugestões dos Colaboradores por parte da Administração.

- Contribuir para a implementação do Programa “Desafio Ambiental Toyota 2050”, em coordenação com a Toyota Motor Europe, alinhado com os ODS.

D. POLÍTICAS IMPLEMENTADAS

Descrição das políticas: i. ambientais, ii. sociais e fiscais, iii. referentes a trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação, iv. referentes a direitos humanos e v. referentes ao combate à corrupção e às tentativas de suborno da Sociedade, incluindo as políticas de devida diligência (*due diligence*), bem como os resultados da sua aplicação, incluindo indicadores de desempenho essenciais não financeiros conexos, e respetiva comparação quanto ao ano anterior.

I. POLÍTICAS AMBIENTAIS

1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.

A TCAP é uma organização de referência nos diferentes setores onde atua, oferecendo produtos e serviços inovadores e com qualidade, destacando o seu compromisso na vertente ambiental. Em termos de objetivos e ações destacamos, nomeadamente:

- Melhorar a capacidade de antecipação face às crescentes expetativas de desempenho ambiental, através de uma análise permanente das tendências e práticas do mercado e da atuação da nossa Organização;
- Assegurar a contínua análise dos requisitos legais e da política ambiental em geral, reduzindo os riscos associados ao incumprimento legal, através da realização de auditorias periódicas e respetivo acompanhamento do fecho das constatações detetadas no âmbito destas auditorias;
- Promover uma melhor gestão de recursos, nomeadamente através de ações de redução de quantidades de papel, resíduos, água e consumos energéticos;

- Garantir um melhor controlo dos riscos ambientais (e dos custos associados), através de um controlo operacional eficaz e da manutenção de planos de monitorização que garantam a sua prevenção e/ou minimização.

2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.

A Organização pretende:

- reduzir os consumos de papel em 3%, relativamente ao ano anterior
- reduzir as emissões associadas ao consumo energético em 56,5% até 2030 (comparativo com 2019)
- reduzir o consumo de combustíveis em 3%, relativamente ao ano anterior
- reduzir a produção de resíduos perigosos em 3% relativamente ao ano anterior
- aumentar as vendas de viaturas Lexus 100% elétricas em 30% em 2021
- reduzir o consumo de água em 48% até 2030 (comparativo com 2019)

3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:

- Utilização sustentável dos recursos: consumo de água, de outras matérias-primas e de energia; indicação de medidas tomadas para melhorar a eficiência da utilização daqueles recursos; indicação do recurso a medidas de promoção da eficiência energética e utilização de energias renováveis.

Desde 2019, a TCAP está a desenvolver um projeto nas instalações de Vila Nova de Gaia para redução de consumos de água, instalando redutores de caudal nas torneiras e chuveiros de todas as instalações. Para além deste projeto, está ainda implementado nas mesmas instalações um sistema de aproveitamento das águas das chuvas e reutilização da água para a lavagem de viaturas.

Foram instalados carregadores de viaturas elétricas em vários locais, de modo a incentivar o uso deste tipo de viaturas, em prol de veículos com motor de combustão.

Durante o ano 2021, arrancou um projeto, ainda em curso, o qual prevê a substituição dos meios de mitigação ambiental para controlo de derrame de produtos químicos, melhorando o seu estado de conservação e disponibilizando melhores materiais para uso em caso de emergência, com vista à prevenção da poluição dos solos e lençóis freáticos.

Desde 2019, a TCAP tem adquirido certificados de origem, que garantem que a eletricidade consumida nas instalações é totalmente proveniente de energias renováveis.

Relativamente aos indicadores ambientais, verificou-se o cumprimento da redução dos consumos de água em 6%, reciclagem de resíduos superior a 3% e redução de consumos de gás em cerca de 3 %.

Por seu lado, não foi alcançado o objetivo referente à redução dos consumos de eletricidade e redução do consumo de papel; também a venda de viaturas Lexus 100% elétricas ficou aquém do estipulado, atingindo-se os 25% e não os 30% ambicionados.

- ii. Poluição e alterações climáticas: indicação dos valores de emissões de gases com efeito de estufa; indicação de emissões de poluentes para a natureza; indicação de penalizações incorridas e de medidas para prevenir, reduzir ou reparar as referidas emissões.

A TCAP está comprometida com a integralidade da análise das emissões decorrentes da atividade e cadeia de valor, englobando não apenas as emissões diretas das operações (âmbito 1), mas também as emissões indiretas decorrentes da eletricidade consumida (âmbito 2) e das atividades na nossa cadeia de valor (âmbito 3).

Neste seguimento, assistiu-se a uma redução das emissões do âmbito 2 e 3 e um aumento das emissões do âmbito 1, decorrente da redução de produção e consumos fixos energéticos independentes do volume de produção, assim como uma redução do volume de vendas e consequentemente da faturação, conforme se evidencia nas tabelas abaixo.

Anos de 2019 e 2020			
Âmbito	Emissões totais (tonCO2eq)	Emissões Parciais	
		Tipo	Emissões (tonCO2eq)
1	1323,4 (2020)	Emissões/Vendas	0,035 (2020)
			0,025 (2019)
	1193,64 (2019)	Emissões/Produção	1,37 (2020)
			1,1 (2019)
2	967,9 (2020)	Emissões/Faturação	0,000010 (2020)
	1203,77 (2019)		0,000009 2 (2019)

Energia (Anos de 2019 e 2020)	
Tipo	Consumos (MWh)
Eletricidade (total)	Total - 2059,36 (2020)
	Total - 13135,79 (2019)
Renováveis	Renováveis
	1194,43 (2020)
	2561,22 (2019)
Não renováveis	Não renováveis
	864,93 (2020)*
	1920,91 (2019)*
Combustíveis (total)	Total - 3210,32 (2020)
	Total - 10574,57 (2019)
Gasolina	Gasolina
	252,31 (2020)
	395,6 (2019)
Gasóleo	Gasóleo
	660,63 (2020)
	6583,24 (2019)
Gás Propano	Gás propano
	2297,38 (2020)
	3595,73 (2019)

Âmbito 3 - Anos de 2019 e 2020	
Tipo	Emissões (tonCO2eq)
Transporte a montante	2279,04 (2020)
	2279,04 (2019)
Resíduos	19,39 (2020)
	59,16 (2019)
Transporte a jusante	2297 (2020)
	2963 (2019)
Fabrico de viaturas	2005,74 (2020)
	231183 (2019)
Uso das viaturas por parte dos clientes	24057,15 (2020)
	2594,28 (2019)
Tratamento de veículos em fim de vida	0,21 (2020)
	0,31(2019)
Emissões das concessões/RTAs	7018,86 (2020)
	7868,9 (2019)

Nota: Neste relatório reportamos os valores *location-based* e *market-based*. Nas emissões *market-based*, consideramos que as que estão associadas à eletricidade são 0, uma vez que adquirimos certificados de origem que garantem que a eletricidade provém de fontes renováveis.

iii. Economia circular e gestão de resíduos: medidas de prevenção, reciclagem, reutilização ou outras formas de valorização e eliminação de resíduos.

Foram desenvolvidas várias ações no Ecocentro de Vila Nova de Gaia, de modo a sensibilizar Colaboradores e Alunos do Centro de Aprendizagem de Jovens para a correta separação de resíduos e para a reutilização de materiais obsoletos no sentido da melhoria do processo produtivo e execução de meios auxiliares de produção.

Na fábrica da Toyota Caetano Portugal, em Ovar, é efetuada a recirculação da água para verificar a estanquidade dos veículos (prova de água).

iv. Proteção da biodiversidade: impactos causados por atividades ou operações em áreas protegidas e medidas tomadas para preservar ou restaurar a biodiversidade.

A TCAP preocupa-se ainda com o impacto das suas atividades na biodiversidade e, como tal, tem em curso algumas ações, das quais destacamos:

“1 Toyota, 1 Árvore”

“1 Toyota, 1 Árvore” nasceu em 2005 com a missão de ajudar a tornar Portugal mais verde, oferecendo à Natureza uma árvore por cada viatura da Marca vendida. Este Programa tem-se desenvolvido e crescido de forma a permitir contribuir cada vez mais e de forma sustentável no tempo para a recuperação de zonas ardidas, baldias e terrenos áridos, recorrendo a uma escolha de plantas e arbustos florestais certificados e em harmonia com a biodiversidade da área a plantar. Foi, aliás, através deste programa que também se procedeu a mais uma reflorestação do Bosque Ser Caetano, um espaço de convívio e lazer para os Colaboradores, e que tem como propósito o reforço da estratégia da marca no âmbito da neutralização de carbono.

Com esta medida, conseguiu-se a compensação de cerca de 43 ton CO₂eq, em 2021.

Toyota: Marca de Confiança Ambiente

A Toyota é pioneira e reconhecida pela sua tecnologia híbrida automóvel amiga do ambiente, há mais de 20 anos. Este reconhecimento levou à sua eleição, pelo 12º ano consecutivo, como a marca em quem os Portugueses mais confiam quando se trata de ambiente, em paralelo com o seu lugar de destaque também no ranking “Marca de Confiança” no setor automóvel.

II. POLÍTICAS SOCIAIS E FISCAIS

1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.

No âmbito do Programa Ser Sustentável, estão definidos os seguintes objetivos estratégicos:

- Consciencializar os Colaboradores e empresas para a sustentabilidade social e ambiental
- Investir no impacto da Toyota na comunidade e no Planeta
- Melhorar o posicionamento da marca como entidade empregadora
- Contribuir para uma organização mais rentável, mediante a otimização e a integração da Sustentabilidade no ADN da Toyota
- Contribuir para uma inovação sustentável através do posicionamento “mobilidade para todos”

Ao longo dos mais de 50 anos de história da Toyota Caetano em Portugal, são muitos os exemplos de benefícios proporcionados aos Colaboradores e ações de filantropia, dando resposta a pedidos concretos da comunidade. Na marca, o sentido de responsabilidade exerce-se todos os dias, com espírito de missão, percorrendo um caminho que aproxima a Empresa das suas Pessoas, de quem mais precisa e de quem partilha os Valores da Organização. A sua ação está evidenciada em várias dimensões:

- Integração de Pessoas com deficiência: através de um protocolo com a Associação Salvador, tem como missão promover e intensificar a inclusão das pessoas com deficiência motora na Organização, assim como na sociedade e melhorar a sua qualidade de vida, potenciando os seus talentos e sensibilizando para a igualdade de oportunidades.
- Academia Ser Caetano: para além da formação de Colaboradores, destaca-se a aposta na

educação e qualificação de jovens, com a criação dos Centros de Aprendizagem em 1981. Respondendo a uma vontade do Fundador, assenta numa estrutura dedicada exclusivamente à qualificação de jovens, a nível nacional, oferecendo-lhes a equivalência ao 12º ano e preparando-os para o mercado de trabalho.

- Um Toyota, Uma Missão: uma iniciativa de apoio à cultura que, em 2021, teve como base unir a escolha e confiança dos clientes de Após-Venda num contributo para a comunidade. Assim, por cada Toyota assistido na Rede, é destinado 1€ para a compra de cabazes com bens alimentares para doar a profissionais técnicos e artistas do mundo da cultura.
- Apoio a Instituições: cedência regular de viaturas a instituições de solidariedade social do concelho de V. N. de Gaia para apoiar os mais variados projetos da comunidade, sobretudo no transporte de pessoas com deficiência, idosos e crianças.
- Distribuição de refeições: diariamente e já há mais de 15 anos, é feita a distribuição de refeições por instituições de solidariedade social em Vila Nova de Gaia e Ovar.
- Proposta de Valor para os Colaboradores: para além da compensação financeira e de benefícios flexíveis, a proposta de valor para os Colaboradores compreende ainda um conjunto de outras vantagens, como a Fundação Salvador Caetano, o Fundo de Pensões, Programas de Formação, entre outros benefícios de natureza económica, psicológica e funcional. Neste âmbito, e dinamizadas pelo Clube Ser, em parceria com várias entidades, refiram-se ainda as iniciativas para fomentar a conciliação da vida pessoal e profissional e as atividades desportivas e de convívio, com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos Colaboradores e a sua saúde, assim como, para reforçar laços de pertença, bem-estar e união. Ao nível da Fundação Salvador Caetano, destaca-se desde longa data o apoio aos Colaboradores na área da saúde e ensino, com a comparticipação das despesas de proteção à saúde extensível ao agregado familiar, bem como através da atribuição de diversos subsídios de estudo. Compreende ainda subsídios de nascimento, casamento e morte.

Em termos de política fiscal a Toyota Caetano Portugal considera ser um dever ético e cívico contribuir para o financiamento das funções gerais do Estado, através do pagamento dos impostos e contribuições, de acordo com toda a legislação aplicável. Desta forma, contribui para o bem-estar dos cidadãos, para o desenvolvimento sustentável dos negócios locais e para a criação de valor para os acionistas.

2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.

As políticas sociais da Toyota Caetano Portugal acima descritas são atribuídas a todos os Colaboradores da Toyota Caetano Portugal, sendo que os subsídios comparticipados pela Fundação Salvador Caetano exigem um vínculo com mais de seis meses de serviço efetivo na Empresa.

No que diz respeito às iniciativas com a comunidade, destacamos os seguintes indicadores:

- “1 Toyota, 1 Missão”: apoio de 55.000€ aos profissionais de espetáculo e eventos.
- Distribuição de refeições a instituições de solidariedade social: mais de 77.000 refeições, desde a sua criação.
- Centro de Aprendizagem de Jovens: 4266 formandos desde 1983, contando em 2021 com 930 alunos distribuídos por 7 centros, 43 cursos, para uma empregabilidade de 98%.
- Clube Ser – 111 parcerias até ao final de 2021

3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:

- i. Compromisso da empresa com a comunidade: o impacto da atividade da Sociedade no emprego e no desenvolvimento local; o impacto da atividade da Sociedade nas populações locais e no território; as relações mantidas com os agentes da comunidade local e os respetivos meios de diálogo; as ações de parceria ou de patrocínio.

A Toyota Caetano Portugal tem um papel fundamental na criação de emprego nos municípios onde opera, contribuindo para o desenvolvimento do tecido social e económico dos mesmos. Para além disto, desenvolve com regularidade ações de parceria ou de patrocínio com diversas entidades das localidades onde está presente.

- ii. Subcontratação e fornecedores: a inclusão na política de compras de questões sociais, de igualdade de género e ambientais; a consideração nas relações com os fornecedores e subcontratantes da sua responsabilidade social, ambiental e de governance; sistemas de controlo e auditoria e respetivos resultados. Sempre que possível, incluir uma

referência ao facto de os fornecedores da Sociedade aplicarem políticas coerentes com as que foram estabelecidas pela Sociedade.

A avaliação dos fornecedores é efetuada periodicamente, no entanto poderá haver reavaliações intercalares sempre que seja pertinente. Os responsáveis de departamento juntamente com o departamento de qualidade procedem à avaliação de todos os fornecedores mediante critérios definidos. Serão avaliados, também, os fornecedores com potencial impacto significativo nos Sistemas de Gestão, por exemplo, fornecedores de calibração de equipamentos, manutenção, gestão de resíduos, entre outros que impliquem cumprimento de requisitos legais. Relativamente aos critérios de avaliação, destaca-se a certificação pelos referenciais normativos, nomeadamente ISO 14001 e 26000.

Aquando do envio do inquérito de qualificação, é comunicada aos fornecedores a Política de Gestão e Melhoria Contínua, os critérios de avaliação de fornecedores e o Código de Boa Conduta.

- iii. Consumidores: medidas para a saúde e segurança dos consumidores; sistemas de receção de reclamações e respetivo tratamento e resolução, nomeadamente o número de reclamações recebidas e o número de reclamações pendentes, bem como aquelas em que foi dada razão ao reclamante, inquéritos de satisfação, e indicação do responsável pelas reclamações.

No âmbito da segurança dos consumidores, destaca-se a formação dos consumidores/utilizadores de empilhadores comercializados pela Divisão Equipamentos Industriais Toyota com o objetivo de garantir as condições de segurança na sua utilização e condução.

Como medida para a segurança dos consumidores é utilizada a Driveco que consiste numa plataforma que permite monitorizar em tempo real os *test drive* em toda a gama de viaturas híbridas Toyota.

A aplicação permite às equipas comerciais acederem, a qualquer momento, aos dados de cada viatura equipada com o dispositivo Driveco.

A aplicação Driveco fornece um guia de condução com informações úteis a transmitir ao condutor/cliente durante o teste dinâmico da viatura.

No final de cada test drive a aplicação envia automaticamente um e-mail ao cliente.

- iv. Investimento responsável: se aplicável, informação sobre o investimento responsável que a Sociedade almejou atrair, incluindo quanto à emissão/aquisição de *green bonds*
Não aplicável
- v. Stakeholders: informação quanto a eventuais formas de auscultação dos stakeholders.

A Toyota Caetano Portugal assume como responsabilidade a contínua melhoria do seu desempenho em termos de Sustentabilidade, através de uma aposta em inovação, do compromisso dos seus Colaboradores e de um relacionamento mais próximo com parceiros, fornecedores, clientes e comunidade.

O contributo *stakeholders* é essencial para o sucesso das atividades que desempenha, pelo que utiliza uma base diversificada de meios de comunicação por grupos de afinidade, de forma a responder às suas necessidades e expectativas. Exemplo disso são os inquéritos de auscultação a Clientes e visitantes, sistemas de sugestões e de reclamações, barómetros para auscultação do clima organizacional, fóruns de partilha e de conhecimento, inquéritos a fornecedores, projetos de envolvimento com a comunidade, comunicações escritas, entre outros.

- vi. Informação fiscal: informação sobre medidas ou atos com impacto fiscal, incluindo eventuais subsídios ou qualquer tipo de subvenção ou vantagem patrimonial atribuída pelo Estado.

Para além do impacto fiscal natural resultante das diversas iniciativas levadas a cabo pela Toyota Caetano Portugal que constituem custo fiscal, durante o ano de 2021 a Toyota Caetano Portugal beneficiou dos seguintes apoios:

- Apoios / Incentivos Covid-19: 0,9 Mio€
- Do IEFP (formação e outros): 4,1 Mio€

Foram ainda atribuídos donativos para apoio a atividades profissionais fortemente afetadas pela pandemia no montante de 55.000€.

Adicionalmente, a Toyota Caetano Portugal participa noutras iniciativas (já referidas acima) que não têm impacto fiscal.

III. TRABALHADORES E IGUALDADE ENTRE GÉNERO E NÃO DISCRIMINAÇÃO

1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.

A identificação dos objetivos estratégicos na igualdade de género e não discriminação encontra-se disponível no Relatório de Gestão da Toyota Caetano Portugal, abordado no ponto “as Nossas Pessoas”.

2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.

Indicadores associados à Não Discriminação:

Indicadores	2020	2021
% de pessoas portadores de deficiência na Organização	2.91%	2.11%
% de mulheres vs % de homens na Organização	30.78% - mulheres 69.22% - homens	32.04% - mulheres 67.96% - homens
% de mulheres em posições de liderança na Organização	27%	30.48%
Diferença salarial de mulheres vs homens (sem ajuste)	112.27€	180.73€
% de jovens recrutados para a Organização (até aos 29 anos)	21.13%	23.77%

3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:
 - i. **Emprego:** número total e distribuição dos trabalhadores por género, idade, país e classificação profissional, bem como número total e distribuição das modalidades de vínculo contratual (ex.: contrato de trabalho, prestadores de serviços, trabalho temporário, etc.) por género e idade, duração média dos contratos; percentagem da força de trabalho a receber o salário mínimo nacional, independentemente do vínculo contratual; remuneração para cargos iguais ou médios na empresa, por género; remuneração média dos administradores e gestores, incluindo remuneração variável, subsídios, indemnizações, pagamento a regimes de poupança a longo prazo e qualquer outro pagamento discriminado por género; trabalhadores com deficiência (incluindo

indicação da forma como a Sociedade se encontra a cumprir, ou a preparar o cumprimento, da Lei n.º 4/2019 de 10 de janeiro, relativa ao sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência).

Indicadores associados à Igualdade de Género:

Indicadores	2020	2021
Total de Colaboradores	549	568
Idade média dos Colaboradores	44	43
Número de estagiários e prestadores de serviços	26 - estagiários 3 - prestadores de serviços	34 - estagiários 3 - prestadores de serviços
% de mulheres vs % de homens na Organização	30.78% - mulheres 69.22% - homens	32.04% - mulheres 67.96% - homens
País	Vila Nova de Gaia Ovar e Carregado	Vila Nova de Gaia Ovar e Carregado
Contratos (a termo, sem termo e a termo incerto)	107 - contrato a termo 436 - contrato sem termo 3 - prestadores de serviço	447 - contrato sem termo 114 - contrato a termo 1 contrato a termo incerto
% de portadores com deficiência igual ou superior a 60%	2.91%	2.11%
Nº de Colaboradores com o salário mínimo	19	27

A informação relativa à Administração encontra-se detalhada no Relatório de Governo Societário, nos pontos:

- Parte I, B. Órgãos Sociais e Comissões, II. Administração e Supervisão;
- Parte I, D. Remunerações.

- ii **Organização do trabalho:** organização do tempo de trabalho, incluindo medidas destinadas a facilitar o desligamento do trabalho e a vida familiar.

No âmbito do Programa Ser Sustentável, a Conciliação Vida Pessoal e Vida Profissional é uma preocupação. Assim, com o objetivo de permitir aos Colaboradores um equilíbrio entre o tempo de trabalho e o tempo dedicado à família, a Toyota Caetano Portugal incorpora várias práticas e ações para melhorar a organização do trabalho e a conciliação vida pessoal e profissional:

- Horários flexíveis
- Modalidade de teletrabalho aplicado a funções em que o mesmo é possível
- Promoção da saúde e bem-estar no âmbito de atuação da Clínica Ser Caetano
- Iniciativas de conciliação vida pessoal e profissional desenvolvidas pelo Clube Ser e pela Fundação Salvador Caetano
- “Dia extra” para o Colaborador usufruir em momentos que valorize, como por exemplo no dia de aniversário, o qual acresce aos 22 dias de Férias
- Cantina social, que também dispõe do serviço de refeições em regime de take away.

iii. Saúde e segurança: condições de saúde e segurança no trabalho e número de acidentes de trabalho.

Neste âmbito, são efetuadas anualmente as identificações de perigo e avaliações de risco, no sentido de promoção de processos de melhoria das condições de trabalho, nomeadamente princípios relativos à segurança, higiene e saúde, por forma a assegurar o bem-estar dos trabalhadores e a sustentabilidade das empresas.

Durante o ano de 2021, ocorreram 6 acidentes de trabalho com origem a baixa médica.

iv. Relações sociais: organização do diálogo social, incluindo os procedimentos de informação e negociação com o pessoal, nomeadamente o número de interações mantidas com sindicatos e/ou comissões de trabalhadores, caso existentes; novos acordos celebrados ou revisão dos acordos em vigor; número de processos em tribunal e queixas à Autoridade para as Condições do Trabalho; percentagem de trabalhadores abrangidos por convenções coletivas por país; avaliação das convenções coletivas, nomeadamente no domínio da saúde e segurança no trabalho.

A Toyota Caetano Portugal apresenta um diálogo construtivo e transparente com os representantes de trabalhadores através de reuniões periódicas, para análise de temas com impacto na dinâmica no trabalho.

- v. **Formação:** as políticas aplicadas no domínio da formação e o tipo de formações (p. ex., se a Sociedade ministra aos seus colaboradores formação sobre matérias ligadas à avaliação do desempenho da empresa em matérias “não financeiras” (p. ex. de proteção da privacidade/RGPD, combate ao branqueamento de capitais/AML, Direitos Humanos na cadeia de valor, etc.); o rácio entre as horas de formação e o número de trabalhadores.

No âmbito dos Regulamentos e Código de Conduta e Ética, foi disponibilizada formação a 273 Colaboradores e realizaram-se 61.5 horas de formação. A formação de Proteção de Dados Pessoais foi disponibilizada a 403 Colaboradores e realizaram-se 412.5 horas de formação. E por fim, no âmbito das Boas Práticas em Segurança da Informação & Cibersegurança foi disponibilizada formação a 127 Colaboradores e realizaram-se 93 horas de formação.

- vi. **Igualdade:** medidas/políticas adotadas para promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre géneros; planos de igualdade; número de despedimentos por género; protocolos contra o assédio sexual e o assédio com base no género; políticas para a integração e acessibilidade universal das pessoas com deficiência; políticas contra todos os tipos de discriminação e, se for caso disso, gestão da diversidade.

A Toyota Caetano Portugal tem no respeito e dignidade os elementos basilares da sua conduta. Nesse sentido, o tema da igualdade encontra-se disponível no Relatório de Gestão da Toyota Caetano Portugal, abordado no ponto as Nossas Pessoas e no nosso Código de Conduta e Ética partilhado no site Institucional. Adicionalmente, tem alicerçados na Organização uma política no domínio da igualdade e não discriminação e um procedimento a seguir em situações de assédio laboral.

IV. DIREITOS HUMANOS

1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.

A identificação dos objetivos estratégicos dos Direitos Humanos encontra-se disponível no Relatório de Gestão da Toyota Caetano Portugal, abordado no ponto “as Nossas Pessoas”.

2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.

Não temos indicadores de desempenho definidos na área de Direitos Humanos.

3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:

- i. Procedimentos de diligência devida aplicados em matéria de direitos humanos, em especial no que respeita à contratação de fornecedores e prestadores de serviços.

A identificação dos procedimentos de diligência devida encontra-se disponível no Código de Conduta e Ética.

- ii. Medidas de prevenção dos riscos de violação dos direitos humanos e, se for caso disso, medidas para corrigir eventuais abusos; eliminação da discriminação em matéria de emprego (quando não esteja já referido acima); eliminação do trabalho forçado ou obrigatório; abolição efetiva do trabalho infantil.

A identificação das medidas de prevenção dos riscos encontra-se disponível no Código de Conduta e Ética.

- iii. Processos judiciais por violação dos direitos humanos.

Não existem processos judiciais por violação dos direitos humanos.

V. COMBATE À CORRUPÇÃO E ÀS TENTATIVAS DE SUBORNO

- 1. Prevenção da corrupção: medidas e instrumentos adotados para prevenção da corrupção e suborno; políticas implementadas para a dissuasão destas práticas junto de trabalhadores e fornecedores; informação sobre o sistema de compliance indicando os respetivos responsáveis funcionais, caso existente; indicação de processos judiciais que envolvam a

Sociedade, os seus administradores ou trabalhadores relacionados com a corrupção ou subornos; medidas adotadas em sede de contratação pública, caso relevante.

A Toyota Caetano Portugal está desde sempre empenhada em desenvolver a sua atividade de forma ética, valorizando os valores que estiveram na génese na sua criação e do seu fundador. São estes os valores que orientam a sua estratégia interna e externa e que contribuem para a consolidação da sua imagem e reputação junto de todos os *stakeholders*.

A Empresa está, como sempre esteve, no mercado e nas suas relações internas, com integridade, honestidade e respeito por todas as partes com quem está envolvida.

É por isso essencial que acionistas, gestores e todos os colaboradores, em geral, quaisquer que sejam as suas funções, para além de pautarem as suas ações pelo respeito das leis aplicáveis, pautem a sua atuação com respeito pelos referidos valores.

A Toyota Caetano Portugal leva muito a sério o compromisso de prevenção de quaisquer práticas de corrupção e suborno. E é este compromisso que consta do artigo oitavo do Código de Conduta e Ética Profissional do Grupo Salvador Caetano (e que se aplica a todas as suas participadas, entre as quais a Toyota Caetano Portugal), nos seguintes termos:

“Corrupção, Suborno e Práticas Afins

O Grupo Salvador Caetano defende práticas empresariais transparentes e equitativas e não tolera nenhuma forma ativa ou passiva de suborno, corrupção ou tráfico de influências.

Os Colaboradores do Grupo Salvador Caetano recusarão quaisquer ofertas que possam ser consideradas ou interpretadas como uma tentativa de influenciar a Empresa ou o Colaborador. Em caso de dúvida, o Colaborador deverá comunicar a situação, por escrito, à respetiva hierarquia ou através do e-mail compliance@salvadorcaetano.pt ou do preenchimento do formulário para comunicação de irregularidades disponível no site corporativo do Grupo Salvador Caetano.

Da mesma forma, nenhum Colaborador poderá oferecer qualquer presente ou outro benefício que possa ser entendido como tentativa de influência num processo de decisão atual ou futuro, ou como prémio em relação a uma decisão já tomada. Em caso de dúvida, o Colaborador deverá comunicar a situação, por escrito, à respetiva hierarquia ou através do e-mail compliance@salvadorcaetano.pt ou do preenchimento do formulário para comunicação de irregularidades disponível no site corporativo do Grupo Salvador Caetano.”

O referido email – compliance@salvadorcartano.pt - e o referido formulário para comunicação de irregularidades estão também disponíveis no sítio na internet da própria Sociedade.

Todas as irregularidades comunicadas serão analisadas pelo Conselho Fiscal da Sociedade com o apoio da Comissão de Compliance, que existe ao nível do Grupo Salvador Caetano, com competência transversal a todas as empresas do Grupo, composto por pessoas com diferentes valências e competências (jurídicas/gestão/recursos humanos).

Para o exercício de 2022, a Sociedade prevê o desenvolvimento e aprovação de uma política anticorrupção, a disponibilização de formação aos seus colaboradores e a implementação das medidas necessárias e adequadas ao cumprimento do DL 109-E/2021 de 09 de Dezembro.

2. Prevenção do branqueamento de capitais (para sociedades emitentes sujeitas a este regime): informação sobre medidas de prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

A Toyota Caetano Portugal cumpre o quadro legislativo e regulamentar aplicável em matéria de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, seja a nível nacional seja a nível europeu.

Nos termos previstos na Lei 83/2017 de 18 de agosto, o Conselho de Administração presta particular atenção à definição de políticas, procedimentos e controlos internos para prevenir e mitigar quaisquer riscos associados a esta matéria.

Ao nível do Grupo Salvador Caetano, foi criada uma Comissão de Compliance a quem compete zelar pelo respeito pelas disposições legais e regulamentar aplicáveis aos setores da sua atividade, incluindo as relativas à prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

Foi ainda nomeado, também ao nível do Grupo Salvador Caetano, um Responsável pelo cumprimento normativo nos termos do artigo 16º da Lei 83/2017.

Ambas as entidades- comissão e responsável- atuam ao nível do Grupo Salvador Caetano como um todo, abrangendo todas as suas participadas, nas quais se inclui a Toyota Caetano Portugal.

Na execução das suas obrigações, a Sociedade cumpre os seus deveres legalmente impostos pela referida lei 83/2017.

Estando ciente da sua responsabilidade e da importância do envolvimento dos seus colaboradores nesta área, a Toyota Caetano Portugal providencia formação regular aos seus colaboradores,

devidamente certificada, disponível digitalmente na Academia Ser Caetano, que lhes permita tomar conhecimento das suas obrigações e sensibilizá-los para a dimensão global do tema.

Os colaboradores da Empresa ou quaisquer terceiros poderão denunciar qualquer comportamento ilegal através do email ou preenchimento do formulário referidos no ponto anterior.

É à Comissão de Compliance e ao responsável pelo cumprimento normativo, em conjunto com os responsáveis pelas respetivas áreas de negócio, que compete analisar com especial cuidado as condutas, os fatores de risco potenciais, as atividades ou operações cujos elementos caracterizadores as tornem particularmente sensíveis e pugnar pelo cumprimento dos procedimentos adotados.

3. Códigos de ética: indicação de eventual código de ética a que a Sociedade tenha aderido ou implementado; indicação dos respetivos mecanismos de implementação e monitorização do cumprimento do mesmo, se aplicável.

O Grupo Salvador Caetano aprovou e tem em vigor um Código de Conduta e Ética Profissional, que se aplica a todas as empresas suas participadas, incluindo a Toyota Caetano Portugal, que se encontra disponível no sítio da internet do Grupo Salvador Caetano e da Toyota Caetano Portugal, bem como na intranet do Grupo.

A monitorização do cumprimento do código compete à Comissão de Compliance.

4. Gestão de conflitos de interesses: medidas de gestão e acompanhamento de conflitos de interesses, nomeadamente exigência de subscrição de declarações de interesses, incompatibilidades e impedimentos pelos dirigentes e trabalhadores.

A Sociedade aprovou e tem em vigor o Regulamento sobre Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, que visa definir as regras relativas a conflitos de interesses e transações com partes relacionadas, em que seja parte a Toyota Caetano Portugal e que pode ser consultado no sítio da internet da mesma.

PARTE II- INFORMAÇÃO SOBRE OS STANDARDS / DIRETRIZES SEGUIDOS

1. IDENTIFICAÇÃO DE STANDARDS/DIRETRIZES SEGUIDOS NO REPORTE DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Na Toyota Caetano Portugal, a sua atuação está alinhada com os **Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas**.

Tendo presente essa ambição, através do posicionamento definido nos pilares e eixos com os quais pauta o seu compromisso, vem dar resposta a um total de 13 ODS.

A saber:



- Integração de Pessoas com deficiência em parceria com a Associação Salvador
- Eventos para a promoção de práticas de inclusão na Organização
- Criação de infraestruturas na sede para Colaboradores com mobilidade reduzida
- Cedência regular de viaturas a instituições de solidariedade social do concelho de V.N. Gaia para apoiar os mais variados projetos da comunidade (transporte de pessoas com deficiência, idosos e crianças)



- Distribuição de refeições por instituições de solidariedade social (Centro Social e Paroquial de Oliveira do Douro, em V N de Gaia)
- Combate à pandemia (Cedência de 2 autocarros adaptados a unidade de testes COVID 19, cedência de veículos aos profissionais de saúde e doação de equipamentos de proteção individual, iniciativa Caetano Presente)
- "Um Toyota, uma missão" - em parceria com a União Audiovisual para doar bens alimentares



- Academia Ser Caetano: *TalentoPro* (Centro de Formação Salvador Caetano), Programa Talento Jovem (parcerias com universidades e instituições de ensino), Talento Interno (formação e desenvolvimentos dos Colaboradores), Talento Sénior (Bolsa de Formadores) e Programa Liderança Ser Caetano
- Porto Futuro- programa educativo de voluntariado que assenta em parcerias entre escolas e empresas para que os estudantes possam estar em contacto próximo com a realidade profissional
- Visitas de escolas às fábricas, possibilitando o contacto dos estudantes com a realidade da indústria
- Comparticipação com investimentos em equipamentos a entidades de ensino



- Fundação Salvador Caetano e Seguro de Saúde
- Fundo de Pensões
- Clube Ser: Comité Desportivo e Clínica Ser Caetano
- Benefícios Sociais (espaços de refeição- cantina)



- Código de Conduta e Ética
- Políticas Anticorrupção
- Comissão de Compliance
- Canal de irregularidades/Denúncias

- Carta de princípios BCSD



Eficiência energética

- Construção solar passiva
- nZEB (iluminação, AVAC, Sistemas de Controlo, Gestão e Monitorização de Energia, ...)
- Auditorias energéticas
- SGCI, Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia
- ISO 50.001, Certificação de Sistemas de Gestão de Energia
- Tecnologia inovadora dos sistemas de iluminação natural Solatube (tubos solares)

Indústria 4.0

- Eficiência de processos e sistemas (redução energética e de emissões de CO2)
- Automatização
- Monitorização
- Data management
- Ecovadis – Avaliação da Sustentabilidade da Empresa
- Eletrificação e “hidrogenização” de produtos e serviços, enquanto veículos da descarbonização e da neutralidade carbónica
- Carbon Disclosure Project (CDP)

Mobilidade sustentável

- Veículos elétricos (BEV ou hidrogénio)
- Redes de carregamento elétrico
- Gestão de redes de carregamento de veículos Elétricos

Governance

- *Business Council for Sustainable Development*



Recursos Hídricos

- Eliminação de perdas de água através da instalação de torneiras e chuveiros eficientes
- Aproveitamento da água da chuva
- Reaproveitamento de água das lavagens (Estação de Tratamento de Águas)
- Reutilização de águas para utilização nos sanitários

Economia Circular

- Análise da pegada ecológica de produtos
- Gestão eficiente de resíduos (redução e recolha de resíduos, reciclagem e reutilização)
- ISO 14.001, Sistema de Gestão Ambiental

Vida Terrestre

- Apoio à reflorestação e renaturalização das cidades
- Programa "Um Toyota, Uma Árvore"
- Zero plástico
- Redução de consumo de papel
- Bosque Ser Caetano

2. IDENTIFICAÇÃO DO ÂMBITO E METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES

Cálculo dos Indicadores no âmbito do pilar Pessoas. Os indicadores estão apresentados nos pontos a que dizem respeito.

- $$\frac{N^{\circ} \text{ de pessoas com deficiência} \times 100\%}{N^{\circ} \text{ total de Colaboradores}}$$
- $$\frac{N^{\circ} \text{ de mulheres} \times 100\%}{N^{\circ} \text{ total de Colaboradores}} \text{ e } \frac{N^{\circ} \text{ de homens} \times 100\%}{N^{\circ} \text{ total de Colaboradores}}$$
- $$\frac{N^{\circ} \text{ de mulheres em cargos de liderança} \times 100\%}{N^{\circ} \text{ total de Colaboradores em cargos de liderança}}$$
- *Salário do homem – Salário da mulher*
- $$\frac{\% \text{ de jovens recrutados (até aos 29 anos)} \times 100\%}{N^{\circ} \text{ total de Colaboradores}}$$

Relativamente aos indicadores ambientais, o cálculo é efetuado da seguinte forma:

Consumo de papel- Contabilização das resmas de papel compradas;

Consumo de água - Leitura manual dos contadores de água;

Consumo energético global – Consumo total de energia (soma dos consumos pelas seguintes fontes: eletricidade, gás natural, gás propano, gasóleo e gasolina);

Consumo de combustível- Valor em litros do abastecimento de combustível das viaturas de serviço;

Produção de resíduos perigosos – Quantidades registadas nas guias de acompanhamento de resíduos;

Vendas viaturas Lexus 100% elétricas – Número de viaturas Lexus 100% elétricas vendidas.

3. EXPLICAÇÃO EM CASO DE NÃO APLICAÇÃO DE POLÍTICAS

Nesta fase, a Toyota Caetano Portugal encontra-se em fase de complementar a definição de indicadores estratégicos para a Organização, pelo que são apresentadas as políticas que estão efetivamente em vigor.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

No âmbito da Sustentabilidade, a Toyota Caetano Portugal assinou a Carta de Princípios BCSD – Business Council for Sustainable Development. A Carta de Princípios das Empresas pela

Sustentabilidade é o documento que reúne as empresas portuguesas em torno de compromissos comuns de desenvolvimento sustentável para Portugal.

A Carta é implementada através da Jornada 2030, aprovada pela Direção do BCSD Portugal a 3 de março de 2021. É composta por 20 objetivos, 20 metas e 20 indicadores, comuns a todas as empresas. Ao subscreverem a Carta, as empresas comprometem-se com a realização da Jornada 2030.

Atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental e indicadores

- Taxonomia Verde -

Atravessamos uma nova era, de consciencialização da necessidade de uma economia mais sustentável em termos ambientais e da urgência na implementação de medidas que permitam levar a cabo a transição para a mesma.

A sustentabilidade da economia em termos ambientais foi, assim, consagrada pela União Europeia como objetivo a perseguir pelas empresas, direcionando os investimentos para projetos e atividades sustentáveis, tendo em vista o cumprimento das metas climáticas e energéticas da União Europeia para 2030 e assim alcançar os objetivos do acordo verde europeu.

Neste âmbito das Finanças Sustentáveis e com o objetivo de criar um sistema de classificação comum para atividades económicas sustentáveis ou uma taxonomia da União Europeia, tem especial relevância o regime jurídico implementado pelo Regulamento (UE) 2020/852, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020 (Regulamento da Taxonomia) e o Regulamento Delegado (UE) 2021/2178, da Comissão, de 6 de julho de 2021 (Regulamento Delegado).

Sendo que em Portugal há ainda que considerar a «Circular relativa ao mercado de capitais e a sustentabilidade: Requisitos de informação e de organização e a abordagem de supervisão da CMVM», emitida pela CMVM em 21-12-2021, que especifica as perspetivas e expetativas transversais de supervisão da CMVM nesta matéria para o ano de 2022.

Desta forma, a Toyota Caetano Portugal, na qualidade de entidade Emitente, que se integra na categoria das empresas não financeiras e que está obrigada legalmente a publicar informações não financeiras, tem a nova obrigação legal de incluir, na sua demonstração não financeira respeitante ao ano de 2021, informações sobre a forma e a medida da associação das atividades

da empresa a atividades económicas que são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Assim e em especial, a Toyota Caetano Portugal está obrigada a divulgar:

- a) A proporção do seu volume de negócios resultante de produtos ou serviços associados a atividades económicas que são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos previstos no Regulamento de Taxonomia; e
- b) A proporção das suas despesas de capital e a proporção das suas despesas operacionais relacionada com ativos ou processos associados a atividades económicas que são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos previstos no Regulamento de Taxonomia.

Note-se que as atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental para o presente efeito são apenas as atividades previstas nos artigos 3.º e 9.º do Regulamento de Taxonomia, o que poderá consubstanciar uma visão restrita das atividades sustentáveis levadas a cabo pela Toyota Caetano Portugal.

Guiamo-nos, pois, nesta matéria pelos conceitos previstos nos referidos Regulamentos, sem prejuízo do facto de a Toyota Caetano Portugal exercer atividades compreendidas no seu objeto social que poderiam ser consideradas como sustentáveis, mas que não têm por ora enquadramento legal.

Desta forma e para efeitos de se determinar em que grau um investimento é sustentável do ponto de vista ambiental, a Toyota Caetano Portugal considerou única e exclusivamente as atividades que se enquadram na definição do Regulamento de Taxonomia, a saber: uma atividade económica é qualificada como sustentável do ponto de vista ambiental se essa atividade económica:

- a) Contribuir substancialmente para um ou mais dos objetivos ambientais estabelecidos no artigo 9.º nos termos dos artigos 10.º a 16.º do Regulamento de Taxonomia;
- b) Não prejudicar significativamente nenhum dos objetivos ambientais estabelecidos no artigo 9.º nos termos do artigo 17.º do Regulamento de Taxonomia;
- c) For exercida em conformidade com as salvaguardas mínimas previstas no artigo 18.º do Regulamento de Taxonomia; e

- d) Satisfizer os critérios técnicos de avaliação que tenham sido estabelecidos pela Comissão nos termos do artigo 10.º, n.º 3, do artigo 11.º, n.º 3, do artigo 12.º, n.º 2, do artigo 13.º, n.º 2, do artigo 14.º, n.º 2, ou do artigo 15.º, n.º 2 do Regulamento de Taxonomia.

No seguimento da referida legislação, a Toyota Caetano Portugal identificou as suas atividades económicas ambientalmente sustentáveis, com o propósito de:

- Mensurar os investimentos sustentáveis;
- Reorientar os fluxos de capital para investimentos sustentáveis;
- Proteger os investidores do *greenwashing*;
- promover a transparência nas operações económicas e financeiras, definindo o que é “verde” através de uma linguagem comum;

Com efeito, ao aumentar o investimento em atividades ambientalmente sustentáveis, a Toyota Caetano Portugal tem como principais objetivos:

- mitigar as alterações climáticas;
- adaptar o negócio às alterações climáticas;
- utilizar os recursos de uma forma sustentável;
- transitar para uma economia circular;
- prevenir e controlar a poluição;
- proteger e recuperar a biodiversidade dos ecossistemas.

Tendo como base a descrição das atividades mencionadas nos Anexos I e II do Ato Delegado do Clima, a Toyota Caetano Portugal procedeu ao levantamento das suas atividades económicas ambientalmente sustentáveis, que ora se indicam:

1. Florestação

Criação de um bosque nas nossas instalações de Vila Nova de Gaia, permitindo o aumento da biodiversidade local, uma vez que tanto a fauna como a flora existentes no local são autóctones.

2. Reabilitação e recuperação de florestas, incluindo a reflorestação e a regeneração natural da floresta na sequência de fenómenos extremos

A iniciativa "Um Toyota, Uma Árvore" tem desenvolvido e crescido de forma a permitir contribuir cada vez mais e de forma sustentável no tempo para a recuperação de zonas ardidas, baldias e terrenos áridos, recorrendo a uma escolha de plantas e arbustos florestais certificados e em harmonia com a biodiversidade da área a plantar.

3. Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água

A nível de abastecimento de água, a Toyota Caetano Portugal utiliza tanto água municipal, principalmente no que diz respeito a água de consumo, como também água proveniente de sistemas de captação. Estes sistemas de captação têm dois perfis distintos: é captada a água subterrânea para utilização em rega de espaços verdes e é também captada a água das chuvas, para utilização na lavagem de automóveis.

4. Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais

Para além do separador de hidrocarbonetos instalado na lavagem de viaturas, a Toyota Caetano Portugal possui ainda um separador de gorduras e ETARIs.

5. Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem

Nas suas instalações, a Toyota Caetano Portugal possui locais para armazenamento e triagem de resíduos. Todos os resíduos são triados de acordo com o respetivo código LER, de modo a serem recolhidos e transportados separadamente.

6. Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética

A Toyota Caetano Portugal aposta continuamente na melhoria das suas instalações elétricas, tentando manter ao máximo a sua eficiência. Isto é feito através de constantes auditorias técnicas a estas instalações, de modo a reparar prontamente qualquer falha que possa surgir, atuando também na prevenção.

7. Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)

Tendo em conta o panorama atual em que os consumidores cada vez mais adquirem viaturas elétricas e considerando ainda a recente aposta da Toyota na comercialização de viaturas elétricas e plug-in, surgiu a necessidade de serem instalados postos de carregamento de veículos elétricos, principalmente nos estacionamentos das instalações, de modo a permitir que tanto clientes como trabalhadores possuam esta mais-valia enquanto permanecem nas instalações.

8. Atividades de engenharia e consultoria técnica associada no domínio da adaptação às alterações climáticas

Sendo certificada segundo a norma europeia ISO 14001:2015, a Toyota Caetano Portugal acompanha periodicamente todos os requisitos legais aplicáveis à sua atividade. Para o conseguir fazer de forma mais eficaz, recorre a consultoria em legislação ambiental, nomeadamente à plataforma SIAWISE.

No âmbito do Carbon Disclosure Project, a TCAP trabalha conjuntamente com a Enviestudos, de modo a garantir que a informação divulgada está totalmente correta e é o mais transparente possível.

Adicionalmente, a Toyota Caetano Portugal tira proveito da consultoria energética e ambiental prestada pela Rigor – Consultoria e Gestão.

9. Seguros não vida: subscrição de seguros contra os riscos associados ao clima

Anualmente, a Toyota Caetano Portugal constitui uma garantia financeira que permite assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida. Para além desta garantia, a Toyota Caetano Portugal contratou ainda um seguro ambiental para danos a propriedades de terceiros, contíguas à instalação industrial, decorrentes de poluição ou contaminação da água ou do solo.

Realçamos que, atenta a legislação europeia em vigor e anteriormente referida, a Toyota Caetano Portugal não qualifica como atividade económica sustentável do ponto de vista ambiental as seguintes atividades, que exerce a título principal: venda, aluguer, reparação e manutenção de viaturas elétricas e híbridas.

Ou seja, no que diz respeito à proporção do Turnover, OPEX e CAPEX relativos a atividades elegíveis para a taxonomia da UE, em termos de volume de negócios, apesar da Toyota Caetano Portugal, através das marcas que representa, apostar na venda, aluguer, reparação e manutenção de viaturas elétricas e híbridas, a legislação que se encontra hoje publicada não considera estas como sendo atividades económicas ambientalmente sustentáveis.

Isto considerado, a Toyota Caetano Portugal apresenta de seguida indicadores relativos às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista económico:

Indicador	Valor
Vendas + Prestações Serviços	350 867 404,70 €
Total Gastos operacionais	359 157 233,32 €

Indicador	Valor
Atividades Elegíveis / Gastos operacionais	0,11%
Atividades Elegíveis / Vendas + Prestação Serviços TCAP	0,12%

Atividades Elegíveis	Valor
Garantia bancária/seguro ambiental	2 031 €
Plantação de árvores (bosque e 1 Toyota, 1 árvore)	178 322 €
Uso das ETARs (CBUS, OVAR E PDI)	29 365 €
Abastecimento de água	14 297 €
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos de eficiência energética	11 919 €
instalação, manutenção e reparação de estações de carregamento de viaturas	15 111 €
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos de medição e controlo de desempenho energético	54 989 €
Gestão de resíduos não perigosos	85 949 €
Consultoria ambiental	11 875 €
TOTAL	403 858 €

Anexo 2

Fórmulas dos indicadores apresentados neste Relatório

- Volume de Negócios = Vendas + Prestações de Serviços
- Dividendo por ação = Dividendos distribuídos / Número de ações
- EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações e Depreciações
- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado = [Financiamento Obtidos – Caixa e Equivalentes a Caixa] / [Resultados Operacionais + Amortizações e Depreciações + Imparidade de Inventários + Imparidade de Dívidas a Receber + Provisões e Perdas por Imparidade + Resultados Relativos a Empresas Associadas e Empreendimentos Conjuntos]
- Autonomia Financeira = Total Capital Próprio / Total Ativo
- Lucro Bruto = Volume de negócios – Custo das Vendas + Variação da Produção

A hand with pink nail polish is reaching out towards a digital screen. The screen displays a line graph with several data series. The background is dark, and the screen is illuminated, creating a contrast. The hand is positioned in the foreground, with the fingers slightly spread. The screen shows a line graph with multiple lines, some of which are highlighted in green and blue. The overall scene suggests a person interacting with a digital interface, possibly a financial or data analysis tool.

CONTAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill	7	611.997	611.997
Ativos intangíveis	8	904.167	598.320
Ativos fixos tangíveis	5	23.080.866	23.409.892
Propriedades de investimento	6	11.853.840	12.146.841
Participações financeiras em subsidiárias e associadas	9	91.543.534	81.887.183
Outros ativos financeiros	29	19.600	19.600
Ativos por impostos diferidos	15	1.340.220	1.453.007
Total de ativos não correntes		129.354.225	120.126.841
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	11	61.227.283	46.842.336
Clientes	12	65.641.520	55.370.533
Outras dívidas de terceiros	13	5 519 753	4 337 633
Imposto sobre o rendimento a recuperar	15		872.541
Outros ativos correntes	14	2.725.115	1.041.347
Outros ativos financeiros	10	4.256.303	18.847.237
Caixa e equivalentes a caixa	4	12.750.072	8.141.407
Total de ativos correntes		152.120.045	135.453.034
Total do ativo		281.474.270	255.579.875
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		35.000.000	35.000.000
Reserva legal		7.498.903	7.498.903
Ajustamentos em ativos financeiros		11.548.165	10.540.468
Reserva de reavaliação		6.195.184	6.195.184
Outras reservas		67.892.106	67.197.238
Resultados transitados		8.773.475	14.628.750
Resultado líquido do exercício		11.695.005	4.644.726
Total do capital próprio	16	148.602.839	145.705.269
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	21.259.868	21.832.243
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	21	4.216.434	6.384.523
Passivos por impostos diferidos	15	88.058	99.169
Total de passivos não correntes		25.564.360	28.315.935
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	20.443.445	15.097.337
Fornecedores	18	38.901.165	31.015.239
Outras dívidas a terceiros	19	17.858.214	13.784.347
Imposto sobre o rendimento a pagar	15	4.329.551	
Outros passivos correntes	20	25.774.696	21.661.749
Total de passivos correntes		107.307.071	81.558.671
Total do passivo		132.871.432	109.874.606
Total do passivo e capital próprio		281.474.270	255.579.875

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente

MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS

SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO

MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS

GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

TOM FUX

KAZUNORI TAKAGI

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos operacionais:	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Vendas e prestações de serviços	23 e 24	350.867.405	292.720.184
Outros rendimentos operacionais	27	26.383.249	20.942.688
Variação da produção	11	(62.588)	190.974
Total de rendimentos operacionais		377.188.066	313.853.846
 Gastos operacionais:			
Custo das vendas	11	(282.472.629)	(232.800.343)
Fornecimentos e serviços externos	25	(-43.674.962)	(39.997.270)
Gastos com o pessoal	26	(16.904.503)	(14.756.963)
Amortizações e depreciações	5, 6 e 8	(7.010.484)	(8.074.127)
Imparidade de inventários	22		424.743
Imparidade de dívidas a receber	22	803	(435.784)
Outros gastos operacionais	27	-9.095.457	-8.355.502
Total de gastos operacionais		(359.157.233)	(303.995.247)
 Resultados operacionais		18.030.832	9.858.599
 Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas	9	(734.405)	(1 512 104)
Juros e outros custos financeiros	28	(1.986.487)	(1.870.218)
Outros rendimentos financeiros	28	179.772	72.083
 Resultado antes de impostos		15.489.712	6.548.361
 Impostos sobre o rendimento do exercício	15	(3.794.707)	(1.903.635)
 Resultado líquido do exercício		11.695.005	4.644.726

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente
 MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
 SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
 MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS
 GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS
 TOM FUX
 KAZUNORI TAKAGI

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Montantes expressos em Euros)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	11.695.005	4.644.726
Componentes de rendimento integral do exercício, passíveis de serem reclassificáveis por resultados:		
MEP Efeito em Capital próprio	327.910	
Componentes de rendimento integral do exercício, que não reclassificáveis por resultados:		
Remensurações (perdas atuariais valor bruto) (Nota 21)	896.604	(157.557)
Imposto diferido perdas atuariais (Nota 15)	(201.736)	35.450
MEP Efeito em Capital próprio	679.786	(141.705)
Rendimento integral do exercício	<u>13.397.570</u>	<u>4.380.913</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS
GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS
TOM FUX
KAZUNORI TAKAGI

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS DE 2021 E 2020

Notas	Capital social	Reserva legal	Outras Reservas			Total de reservas	Resultado transitados	Resultado líquido do período	Total Capital próprio
			Reservas de reavaliação	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras reservas				
Saldos em 1 de janeiro de 2020	35.000.000	7.498.903	6.195.184	8.437.143	67.319.346	89.450.576	5.279.796	11.593.984	141.324.356
Alterações no período:									
Aplicação do Resultado Líquido do ano anterior	-	-	-	2.245.031		2.245.031	9.348.953	(11.553.984)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	(141.705)	(122.107)	(263.813)		4.644.726	4.380.913
Saldos em 31 de dezembro de 2020	35.000.000	7.498.903	6.195.184	10.540.468	67.197.239	91.431.794	14.628.750	4.684.726	145.705.269
Saldos em 1 de janeiro de 2021	35.000.000	7.498.903	6.195.184	10.540.468	67.197.239	91.431.794	14.628.750	4.684.726	145.705.269
Alterações no período:									
Aplicação do Resultado Líquido do ano anterior	-	-	-	-	-	-	4.644.726	(4.644.726)	0
Rendimento integral do exercício	-	-	-	1.007.696	694.868	1.702.564		11.695.005	13.397.570
Operações com detentores de Capital no período									
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(10.500.000)	-	(10.500.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	35.000.000	7.498.903	6.195.184	11.548.164	67.892.107	93.134.358	8.773.475	11.735.006	148.602.839

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente
 MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
 SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
 MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS
 GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS
 TOM FUX
 KAZUNORI TAKAGI

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Montantes expressos em Euros)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
Recebimentos de Clientes	445.431.318	385.668.926
Pagamentos a Fornecedores	(351.876.584)	(293.236.853)
Pagamentos ao Pessoal	(12.018.760)	(10.967.326)
Fluxo gerado pelas Operações	81.535.974	81.464.747
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	157.291	(2.233.179)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional	(75.501.466)	(17.499.670)
Fluxo das Atividades Operacionais	6.191.799	61.731.899

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros				
Financiamentos concedidos a empresas participadas	10	25.745.934	4.147.955	
Propriedade de Investimento	6	0	1.300.000	
Ativos Fixos Tangíveis	5	900.532	1.592	
Juros e Proveitos Similares				
		26.646.466	5.449.547	
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros	9	(9.383.060)	(39.127.191)	
Financiamentos concedidos a empresas participadas	10	(11.155.000)	(21.000.000)	
Propriedade de Investimento	6		(69.985)	
Ativos Fixos Tangíveis	5	(409.196)	(541.242)	
Ativos Intangíveis	8	(415.549)	(300.569)	
		(21.362.804)	(61.038.987)	
Fluxo das Atividades de Investimento		5.283.662	(55.589.440)	

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos Obtidos	17	198.500.000	62.250.000	
Passivos de Locação	17	4.968.473	203.468.473	62.250.000
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos Obtidos	17	(193.500.000)	(62.250.000)	
Rendas de Passivos de Locação	17	(5.194.445)	(6.241.448)	
Juros e Custos Similares		(1.154.295)	(1.225.045)	
Outras Credores				
Dividendos	16	(10.486.528)	(210.335.268)	(69.716.492)
Fluxo das Atividades de Financiamento		(6.866.795)	(7.466.492)	

CAIXA E EQUIVALENTES			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	4	8.141.407	9.465.441
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	4	12.750.072	8.141.407
Variação de Caixa e Seus Equivalentes		4.608.665	(1.324.034)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, tendo como atividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência após-venda, a criação e operacionalização de projetos de formação e desenvolvimento de recursos humanos, bem como a gestão de imóveis próprios, incluindo o arrendamento dos mesmos, e ainda o aluguer de veículos de curta ou longa duração, com ou sem condutor.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

A Toyota Caetano Portugal, S.A., pertence ao Grupo Salvador Caetano (Grupo liderado pela sociedade Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.), sendo detida diretamente pela sociedade Salvador Caetano Auto - S.G.P.S., S.A., desde finais do ano de 2016.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota (viaturas e empilhadores), Lexus (viaturas) e BT (empilhadores) para Portugal, encabeçando um Grupo (“Grupo Toyota Caetano”) que se apresenta da seguinte forma a 31 de dezembro de 2021:

Empresas	Sede
Subsidiárias	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. (“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Auto CV, S.A. (“Caetano Auto CV”)	Praia (Cabo Verde)
Empreendimento conjunto	
Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. (“Caetanobus”)	Vila Nova de Gaia
Associada	
KINTO Portugal, S.A. (“Kinto”)	Vila Nova de Gaia

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 verificou-se alteração na composição do perímetro do Grupo Toyota Caetano com a aquisição, no final daquele exercício, de participações financeiras nas empresas Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. (empreendimento conjunto) e KINTO Portugal, S.A. (associada anteriormente denominada Finlog - Aluguer e Comércio Automóvel, S.A. (Nota 9)).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As bases de apresentação e principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido endossadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em 1 de janeiro de 2021.

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, do justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza

financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos / passivos;

Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.4.

2.2 ADOÇÃO DE IAS/IFRS NOVOS OU REVISTOS

Novas normas e alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2021

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e alterações às normas com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – “Covid 19 Related Rent Concessions beyond 30 June 2021”	Esta emenda estende para 30 de junho de 2022 a aplicação do expediente prático opcional pelo qual os locatários ficam dispensados de analisar se as concessões de renda até essa data, tipicamente suspensões ou reduções de renda, relacionadas com a pandemia “COVID-19” correspondem a modificações contratuais.	1 de abril de 2021
IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021
IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência (“IBOR”), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	1 de janeiro de 2021

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em resultado da adoção das normas e alterações acima referidas.

Normas, interpretações emendas e revisões irão entrar em vigor em exercícios futuros.

As seguintes normas, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas materiais, em detrimento de políticas contabilísticas significativas	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária	1 de janeiro de 2023

Relativamente a estas normas, emendas e revisões, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

Normas (novas e alterações) que se tornaram efetivas após 1 janeiro de 2021, ainda não endossadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas foram emitidas pelo IASB com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros e, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, não se encontram ainda aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de “liquidação” de um passivo	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um <i>overlay</i> na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023

Estas normas não foram ainda adotadas (*endorsed*) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pela Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados ao seu “*deemed cost*”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico e ferramentas	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 6
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras ativos fixos tangíveis	4 - 8

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção / desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

Nas locações em que a Empresa age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Empresa e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 6).

A Empresa promove a realização periódica e rotativa de avaliações dos referidos ativos imobiliários por entidades especializadas independentes. Nos exercícios em que determinado ativo imobiliário não é selecionado para efeitos de avaliação externa independente, é requerido à equipa interna do Grupo (que tem competências técnicas nesta área) uma avaliação sobre a possibilidade de existência de alterações relevantes no valor de mercado de tais ativos imobiliários, face à última avaliação externa obtida.

As propriedades de investimento são igualmente depreciadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de dez a cinquenta anos. As depreciações do exercício das propriedades de investimento são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

Quando o justo valor destes ativos imobiliários se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição, é registada, sempre que se justifique, uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” na demonstração dos resultados. Quando as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” na demonstração dos resultados, até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor resultante das avaliações externas das propriedades de investimento, que é objeto de divulgação, foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidades especializadas independentes (utilizando habitualmente o Método de mercado, o Método do custo ou o Método do rendimento).

d) Locações (na ótica do locatário)

Identificação de locações

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período, em troca de um valor. No início de cada contrato, é avaliado e identificado se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se a Empresa, enquanto locatário, obtém substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se tem o direito de controlar o uso do ativo.

Todos os contratos que constituam uma locação são contabilizados pelo locatário com base num modelo único de reconhecimento na demonstração da posição financeira.

Na data de entrada em vigor, a Empresa reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e., o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e., o direito de uso – *right-of-use* ou RoU). O custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do RoU são reconhecidos separadamente.

O passivo da locação é remensurado aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Esta remensuração do passivo da locação é reconhecida como um ajustamento no RoU.

Direitos de uso de ativos

A Empresa reconhece um ativo sob direito de uso na data de entrada em vigor do contrato de arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O direito de uso dos ativos encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas e ajustado por eventuais novas mensurações do passivo das locações. O custo do direito de uso dos ativos inclui o valor inicial do passivo da locação, eventuais custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já efetuados antes da data de entrada em vigor, deduzido de quaisquer incentivos recebidos e acrescido dos custos de restauro, se existentes. Os ativos de direito de uso encontram-se registados na rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” da demonstração da posição financeira.

Sempre que a Empresa incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no respetivo direito de uso.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de carência de rendas) são reconhecidos como elementos de mensuração do direito de uso e passivos da locação. As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidas como gastos no exercício em que são apuradas ou ocorre o pagamento.

Os ativos de direitos de uso são depreciados de acordo com o prazo da locação, pelo método linear, ou de acordo com a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao período de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

A menos que seja razoavelmente certo que a Empresa obtenha a propriedade do ativo arrendado no final do prazo da locação, o direito de uso dos ativos reconhecido é depreciado pelo método linear com base no prazo da locação.

A imparidade dos direitos de uso é testada de acordo com o preconizado pela IAS-36 – imparidade de ativos (nota 2.3 g)).

Nas locações de ativos de baixo valor e de curta duração, a Empresa não reconhece os direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

Os contratos de locação podem conter componentes de locação e não-locação. Foi considerado, no entanto, o expediente previsto na norma de não separar os componentes de serviço dos componentes de locação, contabilizando-os como um único componente de arrendamento.

Passivos de locação

Na data de entrada em vigor, a Empresa reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação, e inclui os referidos saldos na rubrica da demonstração da posição financeira “Financiamentos obtidos”.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis, dependentes de um índice ou de uma taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que a Empresa exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que a Empresa rescinda o contrato.

Os pagamentos relativos a componentes não locação não são reconhecidos como passivos de locação. Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no exercício em que o evento que lhes der origem ocorra.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, a Empresa usa a taxa de empréstimo incremental na data de entrada em vigor, se a taxa de juro implícita não for facilmente determinável.

As opções de extensão e de rescisão estão previstas em vários contratos de locação e a sua aplicação tem por base a maximização operacional. Para determinar o prazo da locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de extensão ou não exercer uma opção de rescisão. A maioria das opções de extensão não foi incluída no passivo da locação e, quando exercidas, são-no pela Empresa e não pelo locador.

O prazo é revisto apenas se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja sob o controle do locatário.

Após a data de entrada em vigor, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se houver uma modificação, como uma alteração no prazo da locação, nos pagamentos fixos ou na decisão de compra do ativo subjacente.

Tratamento contabilístico de operações de “Sale and Leaseback”

O tratamento contabilístico das Operações de “Sale and Leaseback” depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados no reconhecimento do rédito. De acordo com o IFRS 16, caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos do IFRS 15, então a mesma deverá ser contabilizada como uma venda de um ativo, sendo que, o vendedor-locatário deverá mensurar o direito de uso (RoU) do ativo como uma proporção do valor contabilístico anterior do ativo que está relacionado com o direito de uso, reconhecendo apenas como ganho e perda o relacionado com os direitos transferidos para o comprador-locador, i.e. aqueles que decorrem para além do período de locação.

De acordo com a IFRS 16, o valor do direito de uso a reconhecer (RoU) é inferior ao que seria caso o contrato de locação fosse celebrado sem a operação de venda anterior. Efetivamente o valor do RoU é calculado pela proporção do valor retido sobre o valor do ativo vendido.

Nas situações em que a Empresa recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

e) Inventários

Os inventários da Empresa associados à atividade de importação e retalho da área automóvel e equipamento industrial (que compreendem essencialmente mercadorias compostas por viaturas novas e usadas, equipamento de movimentação de carga, bem como peças e acessórios) são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O custo compreende as despesas incorridas para trazer os inventários à sua localização e condição atuais. A fórmula de custeio utilizada para as peças e acessórios corresponde ao custo médio, sendo que em relação às viaturas (novas e usadas) o custeio é específico por chassis ou matrícula.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado menos todos os custos estimados de conclusão e custos a serem incorridos em *marketing*, venda e distribuição. As viaturas usadas são contabilizadas pelo menor valor entre o custo ou valor justo menos os custos de venda, geralmente com base em dados de mercado externo disponíveis para veículos usados. Uma imparidade de inventários é reconhecida em situações em que o valor realizável líquido seja menor que o custo (como obsolescência, deterioração, e queda no preço de venda). Ao calcular a imparidade, o Conselho de Administração considera a natureza e o estado do inventário (viatura), bem como aplica premissas em torno da possibilidade de venda antecipada, determinada nas condições existentes no final do período de relato financeiro. Com exceção no que respeita a peças e acessórios, geralmente os ajustamentos ao valor realizável líquido são aplicados item a item.

Finalmente, nos trabalhos em curso (reparação e assistência automóvel), a mão-de-obra aplicada encontra-se valorizada ao preço de custo.

Relativamente à atividade industrial relacionada com a montagem de viaturas nas instalações fabris de Ovar (os inventários nesta atividade correspondem a matérias-primas e subsidiárias, produção em curso e produtos acabados), as matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, sendo utilizada como fórmula de custeio o custo médio. Relativamente ao custo dos produtos acabados e intermédios, assim como dos produtos e trabalhos em curso, o mesmo corresponde ao seu custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas incorporadas na produção, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico incorporados, tomando por base o nível normal de produção. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos como estas naturezas de inventários entre o início e o final do exercício é reconhecido como variação da

produção na demonstração dos resultados. A fórmula de custeio das saídas corresponde ao custo específico de cada viatura / chassis produzido.

Uma imparidade de inventários é reconhecida para estes inventários, para reduzir o valor contabilístico dos mesmos ao respetivo valor realizável, essencialmente com base em indicadores de rotação.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a Empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

g) Imparidade de ativos

Ativos não correntes exceto Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos da Empresa à data de cada demonstração da posição financeira sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A

quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Perdas por imparidade”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Goodwill

O valor do *Goodwill* não é amortizado sendo testado anualmente, no final de cada exercício, para verificar se existem perdas por imparidade, ou seja, se o *Goodwill* não se encontra registado por um valor superior à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do *Goodwill* são registadas na demonstração dos resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica “Perdas por imparidade”. As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas.

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo fixo que leve necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para a sua venda, caso em que são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

i) Ativos Financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Empresa na gestão do recebimento dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa, venda dos fluxos de caixa, ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber (se inclui apenas capital mais juro ou se inclui outras variáveis).

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade):
 - a) Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b) Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Empresa optou, de

forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através de capital, por se referirem a investimentos que não são detidos para negociação.

- (iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A 31 de dezembro de 2021, a classificação dos ativos financeiros da Empresa por categoria encontra-se na Nota 29.

Mensuração

A Empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Outros rendimentos financeiros”, nos resultados financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após

o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

Perdas por imparidade

A Empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” e aos Ativos de contratos com clientes, a Empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“*on demand*”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento

do risco de crédito, a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Justo Valor de Investimentos Financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado (Nível 1). Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados) – Nível 2. Para os restantes casos, são utilizadas técnicas de valorização, não baseadas em dados de mercado observáveis – Nível 3.

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os “instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo.

O justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), a Empresa regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração da Empresa que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração da posição financeira.

A Empresa efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativa de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

(i) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes a caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

(ii) Clientes e Dívidas de terceiros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de vendas e serviços prestados no âmbito da atividade ordinária da Empresa e outros saldos relacionados com atividades operacionais. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato.

As rubricas de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos em “Perdas por imparidade” da Nota 2.3.i). As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados em “imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados.

j) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Financiamentos obtidos” (Nota 17), “Fornecedores” (Nota 18) e “Outras dívidas a terceiros” (Nota 19). Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

A 31 de dezembro de 2021, a Empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

(i) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração consolidada dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

(ii) Fornecedores e Dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Empresa adquiriu no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

As dívidas a fornecedores e terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo, para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2013.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros, ajustado de ganhos ou perdas atuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 21). Este plano de pensões define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração. Este plano de pensões está a cargo da entidade BPI Vida e Pensões, S.A..

O passivo reconhecido na demonstração da posição financeira relativamente ao plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data das demonstrações financeiras. As obrigações do plano de benefícios definidos são calculadas anualmente por atuário independente, utilizando o método da unidade de crédito projetada (*Projected Unit Credit Method*). O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio e apresentados em “Outro rendimento integral”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, exceto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do exercício em que o corte ou a liquidação

ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios definidos sejam reduzidos, com efeito material, originando assim uma redução nas responsabilidades com o plano.

As contribuições para o Plano de Contribuição Definida são registadas em gastos do exercício.

l) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações da Empresa, mas divulgados nas notas às demonstrações financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro.

m) Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante, Toyota

Caetano Portugal, S.A., deve registar os impostos calculados nas filiais com sede em Portugal incluídas no perímetro fiscal, Caetano Renting, S.A. e Caetano Auto, S.A., de forma a determinar o imposto sobre o rendimento.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de Goodwill ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

n) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Empresa.

o) Rédito - Contratos com clientes

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Empresa. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribu  os.

Na determinação do valor do rédito, a Empresa avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a Empresa efetua a sua melhor estimativa.

O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

A Empresa considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma cont nu  ao longo do período contratual definido.

O rédito da venda de mercadorias é reconhecido quando a obrigação de transferir a mercadoria (viaturas, peças ou acessórios) para o cliente for satisfeita e o rédito pode ser mensurado com segurança. A obrigação de transferir mercadorias para o cliente é considerada satisfeita quando as viaturas ou peças são faturadas e fisicamente despachadas ou recolhidas.

A receita com a prestação de serviços ao cliente é considerada satisfeita quando o serviço é realizado.

Quando um veículo ou um equipamento industrial é vendido a uma empresa de leasing e a Empresa se compromete a recomprar o veículo por um valor especificado a uma data predeterminada, a venda não é reconhecida na base de que a possibilidade de a recompra ser exercida ser altamente provável. Consequentemente, tais veículos e equipamentos são retidos dentro de "ativos fixos tangíveis" na demonstração da posição financeira ao custo e são depreciados pelo seu valor residual ao longo da vida do arrendamento.

Quando serviços adicionais estão incluídos na venda de uma viatura ou equipamento industrial a um cliente como parte do pacote total do veículo (contratos de manutenção) e a Empresa atua como principal no cumprimento do serviço, o valor dos serviços adicionais é identificado separadamente, deduzido da contraprestação a receber, reconhecido como receita diferida na demonstração da posição financeira e subsequentemente reconhecida como receita quando o serviço é prestado, ou reconhecida numa base de entrada com referência à quantidade de tempo decorrido sob o contrato ao qual o serviço se refere. Esses saldos são considerados passivos contratuais. A consideração alocada a serviços adicionais é baseada na venda autónoma relativa ao preço dos serviços adicionais dentro do contrato.

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

O rédito da Empresa Toyota Caetano Portugal, é composto pelo rédito proveniente das atividades mencionadas na Nota 1.

Os valores registados na rubrica "Outras dívidas a terceiros" com o montante de 504.757 euros (295.608 euros em 31 de dezembro de 2020) constituem adiantamentos de clientes (Nota 19). Os valores registados na rubrica "Outros passivos correntes" com o montante de 14.216.409 euros (10.342.043 euros em 31 de dezembro de 2020) constituem contract liabilities no âmbito da IFRS 15, incluindo contratos de manutenção de veículos (Nota 20).

p) Classificação de ativos e passivos na demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, as rubricas "Ativos por impostos diferidos", "Passivos por impostos diferidos" e "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

q) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor

na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

r) Política do resultado por ação

Básico:

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro tributável aos acionistas, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Empresa e detidas como ações próprias.

Diluído:

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas, ajustado pelos dividendos de ações preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período acrescido do número médio de ações ordinárias possíveis de emitir na conversão de ações ordinárias potenciais diluidoras.

s) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio aplicáveis à Empresa. Os mesmos encontram-se definidos de acordo com o organograma funcional da Empresa, e do modo como a informação de gestão está organizada.

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente da Empresa:

- (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos;
- (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Empresa para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e

(iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A informação relativa ao nível dos segmentos operacionais identificados (veículos automóveis e equipamento industrial), é incluída na Nota 24.

Na referida nota é ainda dada informação por geografia e por subsegmentos. Para o segmento de veículos automóveis foram agregados os subsegmentos, indústria, comércio, serviços e aluguer. Para o segmento de equipamento industrial foram agregados o subsegmento de máquinas, serviços e aluguer.

t) Participações financeiras em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias (empresas controladas pela Entidade), empreendimentos conjuntos (empresas na qual a Empresa detém controlo conjunto) e associadas (empresas onde a Empresa exerce uma influência significativa, mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da participada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor da rubrica “Participações financeiras em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas”. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados relativos a investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas

como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da participada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a participada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com participadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa na participada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma Entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (*“adjusting events”*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (*“non adjusting events”*), se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, bem como das propriedades de investimento;

- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao Goodwill (Nota 7);
- d) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma (Nota 21);
- f) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento; e
- g) Análises de imparidade relativamente a investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 9).

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeira serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

Os pressupostos com maior impacto nas estimativas referidas acima são os da taxa de desconto, para efeitos de cálculo das responsabilidades por pensões de reformas e imparidade de Goodwill e das tábuas de mortalidade para efeitos do cálculo das responsabilidades por pensões.

As principais estimativas e os julgamentos significativos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.5 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal.

A Empresa é ainda apoiada por departamentos internos do Grupo Salvador Caetano, com os quais mantém sinergias, como sejam, Direção Jurídica e *Compliance* / Direção de Planeamento, Controlo de Gestão e Auditoria Interna /Fiscalidade/ Serviços Informáticos e pela Auditoria realizada pelos Auditores Externos. Sempre que oportuno, os relatórios relevantes são partilhados com o Conselho Fiscal.

A política de risco é preparada pelo Conselho de Administração, avaliada pelo Conselho Fiscal e, finalmente, aprovada em sede de Conselho de Administração.

No desenvolvimento das suas atividades, a Toyota Caetano Portugal S.A. está sujeita, em cada uma das suas áreas de negócio ou das suas participadas, a uma multiplicidade de riscos, que se identificaram com o objetivo de os mitigar e controlar.

RISCOS FINANCEIROS

A gestão de risco da Empresa é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano Portugal S.A., de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de cambio, o risco de preço, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de capital e o risco de crédito.

(i) Risco de taxa de câmbio

Enquanto Empresa com relações comerciais geograficamente diversificadas, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Empresa a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio da Empresa vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

(ii) Risco de preço

A Empresa está exposta a alterações dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nomeadamente das componentes automóveis. No entanto, tendo em conta que a aquisição de matérias-primas não está de acordo com um preço cotado em bolsa ou formado em mercados voláteis, este risco de preço não é significativo.

(iii) Risco de taxa de juro

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais) da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*“natural hedge”*); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

(iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez na Empresa implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez, que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

O *Chief Financial Officer* da Empresa monitoriza regularmente o nível de financiamentos obtidos, facilidades de crédito disponíveis, disponibilidades de tesouraria, bem como as perspetivas de cash *ouflow* no curto e médio prazo (incluindo necessidades resultantes de planos de investimento, os quais, com exceção das aquisições de participações financeiras realizadas no final de 2020, têm sido relativamente reduzidos), por forma a gerir o risco de liquidez.

A gestão de risco de liquidez na Empresa tem por objetivo:

- Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor /minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente na Empresa e nas suas participadas é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados.

Importa salientar que a Empresa, com exceção do financiamento com garantia real onde está previsto o *covenant* rácio entre dívida líquida e EBITDA* calculado com base nas contas consolidadas do ano anterior, não tem contratualizados quaisquer instrumentos de dívida com cláusulas de reembolso acelerado, para além das que decorrem das cláusulas habituais relacionadas com o cumprimento das obrigações por parte da Empresa, nomeadamente, obrigações de pagamento, interrupção de atividade, *ownership clause*, *pari passu*, *negative*

pledge, sendo que as situações em que os financiamentos obtidos incluem garantias reais encontram-se divulgadas na Nota 31.

$$* \quad \text{EBITDA} = \text{Res. Operacionais} + \text{Amortizações} + \text{Imparidades}$$

(v) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *stakeholders* da Empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral de acionistas as medidas consideradas necessárias.

A Empresa procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida + capital próprio)).

	2021	2020
Financiamentos obtidos	41.703.313	36.929.580
Caixa e Equivalentes a Caixa	(12.750.072)	(8.141.407)
Endividamento líquido	28.953.241	28.788.173
Capital Próprio	148.602.839	145.705.269
Rácio de alavancagem financeira	16,31%	16,50%

O *gearing* permanece dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecidos pela gestão.

(vi) Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa resulta essencialmente:

- do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e
- do risco de recuperação dos créditos das entidades exteriores à Empresa.

O risco de crédito é avaliado no momento inicial e ao longo do tempo, de forma a acompanhar a sua evolução.

Uma parte significativa dos valores a receber de clientes encontra-se dispersa por um número elevado de entidades, um fator que contribui para a redução do risco de concentração de crédito.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado pelo departamento financeiro da Empresa, supervisionado pelo Conselho de Administração, com base: i) na natureza societária dos devedores; ii) no tipo de transações originadoras dos saldos a receber; iii) na experiência de transações realizadas no passado; iv) nos limites de crédito estabelecidos para cada cliente e v) nas eventuais garantias prestadas por alguns clientes, nomeadamente concessionários e reparadores independentes com quem estão celebrados contratos de concessão automóvel.

A Empresa considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, a Empresa compara o risco de incumprimento ocorrer por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial.

De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, a Empresa tem em consideração, entre outros, os seguintes indicadores:

- Risco de crédito interno;
- Risco de crédito externo (caso disponível);
- Alterações adversas correntes ou expectáveis ao nível dos resultados operacionais do devedor;
- Aumentos significativos no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros do devedor;
- Alterações significativas no valor dos colaterais sobre as responsabilidades, ou na qualidade das garantias de terceiros;
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor, incluindo alterações nas condições de pagamento do devedor ao nível do Grupo a que pertence, assim como alterações ao nível dos seus resultados operacionais.
- Informações macroeconómicas (tais como taxas de juro de mercado ou taxas de crescimento) são incorporadas no modelo de crédito interno.

Independentemente da análise acima, presume-se um aumento significativo no risco de crédito, se um devedor se atrasar mais de 30 dias a contar da data de pagamento contratual.

Em termos de instrumentos de melhoria creditícia associados às contas a receber de clientes, a Empresa dispõe da seguinte situação:

Concessionários e Reparadores Independentes: esta tipologia de terceiro respeita à rede de retalho automóvel dos concessionários das marcas “Toyota” e “Lexus”, os quais operam ao abrigo de contratos de concessão para a compra, revenda de viaturas e prestação de serviços de assistência técnica (a Empresa tem atualmente 21 contratos estabelecidos com concessionários e reparadores independentes). Cada um destes concessionários e reparadores independentes mantém uma garantia bancária “*on first demand*” a favor da Empresa, com um plafond previamente estabelecido, assegurando-se a Empresa que tal limite não é ultrapassado;

Considera-se que existe incumprimento quando a contraparte não cumpre com os pagamentos contratuais até 90 dias da data de vencimento das faturas. A Empresa analisa casuisticamente os saldos a receber de clientes que evidenciam problemas de cobrança e realização, desenvolvendo todos os esforços no sentido da respetiva recuperação, por via de acordo com o cliente ou por via judicial, mantendo igualmente tais saldos (ainda que objeto de registo de uma perda por imparidade) na demonstração da posição financeira, até que sejam esgotadas todas as ações de tentativa de recuperação do saldo em aberto e verificada a inexistência de ativos para recuperação dos referidos saldos em caso de falência.

Desta forma, os ativos financeiros correspondentes a contas a receber de clientes são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação e após o processo acima descrito ter sido concluído, sendo obtidas as necessárias aprovações internas para tal desreconhecimento. Não existem assim situações de possibilidade de recuperação de contas a receber que tenham sido objeto de desreconhecimento ao nível das demonstrações financeiras.

Em caso de recuperação de valores, tais quantias são reconhecidas nos resultados do exercício.

Imparidade de ativos financeiros

(i) Clientes e Outras dívidas de terceiros

A Empresa aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos

os saldos de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros”. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de Clientes e “Outras dívidas de terceiros” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas e antiguidade. As perdas de crédito estimadas incorporam informação de estimativas prospetivas. A antiguidade dos saldos de clientes encontra-se detalhada na Nota 12.

(ii) Financiamentos concedidos a entidades relacionadas

Considera-se que os saldos de “Financiamentos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, consequentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo (Nota 10).

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, a Empresa exige a obtenção de garantias bancárias *on first demand*, cujo montante, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de, aproximadamente, 8.679.470 Euros e 9.114.470 Euros respetivamente, que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontram-se divulgados na Nota 22.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 22.

Os montantes relativos a clientes e outras dívidas de terceiros apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

(iii) Equivalentes a caixa

As seguintes tabelas apresentam um resumo em 31 de dezembro de 2021 da qualidade do crédito dos depósitos bancários:

Rating Depósitos LP	Agência de Rating	Depósitos à Ordem
A2	Moody's	530 979
A3	Moody's	3 059 105
Aa3	Moody's	18 689
B1	Moody's	119 357
B2	Moody's	348 299
Baa2	Moody's	7 993 241
Baa3	Moody's	12 638
	Outros sem rating atribuído	595 186
Total		12 668 493

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Agência de rating Moody's.

RISCOS EXTERNOS

Outro tipo de riscos são os riscos externos, que não sendo do espectro direto da Empresa têm influência na mesma. São de realçar três riscos diferentes: o risco de fornecimento de mercadorias e materiais, o risco do contexto macroeconómico e o risco de concorrência.

(i) Risco de fornecimento de mercadorias e materiais

O risco de fornecimento de mercadorias e materiais traduz-se no risco de falta de componentes, materiais, matérias-primas necessárias à produção e ao normal funcionamento da Empresa. A pandemia SARS-CoV-2 levou à ocorrência de constrangimentos na cadeia de abastecimentos, com a escassez na oferta de componentes; em paralelo e como consequência, também a logística associada ao transporte dos bens foi afetada; de facto, o tempo total associado ao transporte destes bens tornou-se mais longo (maior lead time na prestação deste serviço), facto que resulta da redução generalizada no recurso a este serviço conjugado com a necessidade de rentabilização pelos operadores dos meios utilizados. Pelo exposto, assistiu-se ao aumento da relevância deste risco, passando de baixo para médio a elevado.

O impacto deste risco na atividade da Empresa é agora cotado como moderado a significativo. Para fazer face a este contexto, a Toyota Caetano Portugal, S.A. implementou medidas concretas, nomeadamente:

- a área da indústria, nomeadamente na montagem das viaturas, centrou-se na produção nos modelos nos quais se verifica menor escassez de materiais; esta estratégia está totalmente concertada junto do cliente e fornecedores relevantes envolvidos nesta atividade;
- na área das máquinas de movimentação de carga, considerando a fraca capacidade de influenciar a cadeia de abastecimento, está a recorrer-se à colocação, junto de clientes, de equipamentos usados em aluguer temporário ou cedência;
- a gestão de stocks quer a montante (fornecedores) quer a jusante (concessionários e clientes finais) é efetuada de forma rigorosa, em consonância com o contexto de escassez que se vive;
- assiste-se a uma orientação das vendas para os canais de maior rentabilidade;
- também a gestão das viaturas de demonstração, cortesia e de serviço foi revista, optando-se por menor rotação sem comprometer a divulgação e promoção das marcas representadas;
- reviram-se as diretrizes sobre matriz de exposição de viaturas, adaptando-as à realidade, nomeadamente: menor número de viaturas em exposição e colocação de viaturas semi-novas nos stands alocados à atividade de viaturas novas;
- a política de descontos junto de clientes foi igualmente revista;
- de forma transversal, e na continuidade do que é prática habitual, a Toyota Caetano Portugal, S.A. tem reforçado a sua estratégia de redução de custos e otimização dos recursos disponíveis;
- adicionalmente, e também como denominador comum a estas empresas, assiste-se a um reforço na comunicação com colaboradores, fornecedores e clientes para informar sobre os desafios que enfrentamos; nomeadamente, junto dos clientes, tem-se incentivado a efetivação de contratos para entregas mais tardias assistindo-se, assim, a um aumento da carteira de contratos.

(ii) Risco de contexto macroeconómico

Quanto ao risco de contexto macroeconómico trata-se do risco de fatores externos macroeconómicos influenciarem a capacidade financeira/produtiva de uma empresa. Este risco foi também impulsionado pela pandemia, sendo que a desaceleração da atividade económica e o aumento das taxas de juro e inflação são os principais fatores que influenciaram o aumento da probabilidade de ocorrência deste risco de baixa para média. A Empresa acompanha atentamente todas as alterações macroeconómicas tanto em Portugal, como na Europa e no resto do mundo, de forma a garantir que se encontra em cima do acontecimento e pronta para atuar no momento certo.

(iii) Risco de concorrência

Por último, o risco de concorrência traduz-se no risco de perda de quota de mercado para outros concorrentes. No atual panorama, a Empresa procura garantir que não perde a atual quota de mercado, e desta forma aposta numa estratégia assente na inovação, excelência de serviço, maior presença em canais digitais e sustentabilidade. Para além disso, é importante destacar que a Toyota é uma marca de renome e prestigiada, com várias provas dadas a nível de inovação e diversificação de produtos. Exemplos disso são a estratégia *Beyond Zero* onde o destino não é zero emissões, mas ir além disso, estratégia conjugada com a oferta de mais e melhor mobilidade para todos, promovendo um futuro mais sustentável, e o programa BRIT (*Best Retailer in Town*) que tem como objetivo motivar todos os concessionários a serem os melhores nas zonas onde operam. Ainda de ressaltar que a Empresa realiza frequentemente ações de benchmarking aos seus concorrentes. Assim sendo, considera-se que este risco tem uma probabilidade média de ocorrência.

RISCOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO (IT) E CIBERSEGURANÇA

Os riscos de IT e *cibersegurança* são fundamentalmente riscos relacionados com a segurança dos sistemas de informação. Os sistemas de informação estão na base da Empresa e, como tal, considera-se de importância estratégica a existência de uma cultura de segurança que propicie a todos os colaboradores e parceiros uma perspetiva clara das suas responsabilidades no âmbito da segurança da informação. Qualquer falha de segurança, quer intencional, negligência ou crime, pode ter um impacto significativo na confidencialidade dos dados, na qualidade das operações, na disponibilidade da informação, entre outros, que poderão afetar negativamente a

rentabilidade e a reputação da Empresa. É indispensável assegurar a todos os colaboradores o acesso à informação necessária ao desempenho das respetivas atividades, mas exigindo destes o respeito pelos controlos de segurança da informação implementados e o comprometimento com os valores da confidencialidade, integridade e disponibilidade. Neste sentido a Empresa adotou o referencial para a segurança da Toyota Motor Corporation denominado *All Toyota Security Guidelines*. Este contempla um conjunto de medidas técnicas e organizativas em diversos domínios, nomeadamente, na gestão da segurança da informação, na segurança operacional e de redes, na segurança física, na gestão de incidentes, na classificação e proteção da informação, no controlo de acessos, na análise de risco e na formação.

Considerando a diversidade e complexidade das áreas dos Sistemas de Informação no geral e da Segurança da informação em particular, a Toyota Caetano Portugal, S.A. externaliza os serviços relativos aos Sistemas de Informação à Rigor, Consultoria e Gestão S.A., empresa do Grupo Salvador Caetano com valências em todos os domínios dos Sistemas de Informação.

Face ao aumento do teletrabalho, ao aumento do cibercrime e à evolução das técnicas utilizadas pelos cibercriminosos, a Empresa não só mantém monitorização e auditorias constantes aos seus sistemas como também tem planeada a implementação de medidas técnicas e organizativas adicionais para fazer face a estes novos riscos.

RISCOS LEGAIS, FISCAIS E REGULATÓRIOS

A Toyota Caetano Portugal, S.A. identifica riscos fiscais decorrentes maioritariamente do contexto de permanente mudança legislativa em que vivemos. Se por um lado, as exigências resultantes dos programas da OCDE e da legislação europeia se têm vindo a elevar, por outro, a própria legislação nacional produz constantemente alterações regulatórias com impacto na atividade da Empresa.

O contexto de instabilidade normativa fiscal pode não só conduzir a perdas resultantes do incumprimento da legislação vigente, como também condicionar direta e indiretamente as opções estratégicas de negócio, afetando a rentabilidade económica do mesmo. A acrescer aos riscos fiscais inerentes à atividade empresarial, há ainda o risco resultante da imprevisibilidade da fiscalidade automóvel, com impactos diretos no comportamento dos nossos Clientes.

A Toyota Caetano Portugal, S.A. empenha-se no cumprimento de todas as obrigações fiscais a que está sujeita, valorizando o seu ativo reputacional e assumindo uma postura ativa na prossecução deste objetivo.

Para assegurar a constante prevenção e mitigação de riscos fiscais, recorre a equipas internas especificamente dedicadas a esta área, e a consultoria externa prestada por entidades de reconhecidos padrões éticos e profissionais.

No que respeita aos riscos jurídicos, o principal risco da atividade da Empresa tem que ver com eventuais alterações legislativas que possam ter impacto sobre as operações – nomeadamente legislação laboral, regulação ambiental, regulação europeia e nacional ao nível da concorrência e práticas restritivas de comércio, entre outras – que possam afetar o desenvolvimento da atividade.

A Direção Jurídica do Grupo Salvador Caetano procura, em estreita cooperação com a área fiscal, a área dos recursos humanos e as áreas operacionais acautelar os interesses da Empresa, de uma forma sustentável e com respeito pela legislação aplicável.

Os processos em contencioso em que a Empresa está envolvida são regularmente comunicados à gestão, por forma a que se tomem preventivamente medidas que possam evitar similares processos no futuro.

A Direção Jurídica é ainda responsável pela prevenção e monitorização dos riscos associados ao incumprimento da legislação relativa à proteção de dados pessoais, governo societário e corrupção, pugnando pela verificação da aplicação do código de conduta e do acompanhamento do canal de comunicação de irregularidades.

Em ambas as áreas – jurídica e fiscal - é valorizada a formação contínua, a abordagem integrada das diversas equipas técnicas e operacionais e a promoção das melhores práticas identificadas.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe de Caixa e Depósitos bancários era o seguinte:

	2021	2020
Numerário	81 579	87 994
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	12 668 493	8 053 413
Meios financeiros líquidos	12 750 072	8 141 407

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2021	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outro ativo fixo tangível	Ativos fixos tangíveis em curso	Ativos sob direito de uso	Total
Valor bruto:									
Saldo inicial	5 421 700	33 601 232	53 993 366	24 223 867	6 268 756	3 048 467	30 280	26 272 588	152 860 256
Adições	-	187 231	236 859	50 535	318	38 770	70 837	-	584 550
Alienações	(11)	(610 154)	(63)	(6 462 750)	-	-	-	(182 958)	(7 255 936)
Transferências (reg existências)	-	-	-	1 859 306	-	-	-	4 973 347	6 832 653
Transferências e abates	-	-	-	6 047 505	-	-	-	(6 047 505)	-
Saldo final	5 421 689	33 178 309	54 230 162	25 718 462	6 269 074	3 087 237	101 118	25 015 472	153 021 523
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial	-	31 277 102	52 127 693	22 109 245	6 228 734	2 962 020	-	14 745 570	129 450 364
Depreciações do exercício	-	272 662	499 638	1 732 816	12 795	30 326	-	4 169 245	6 717 483
Transferências, alienações e abates	-	(610 154)	(63)	(308 813)	-	-	-	(5 308 161)	(6 227 190)
Saldo final	-	30 939 610	52 627 268	23 533 249	6 241 530	2 992 346	-	13 606 654	129 940 656
Valor líquido	5 421 689	2 238 699	1 602 894	2 185 213	27 545	94 891	101 118	11 408 818	23 080 866

2020	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outro ativo fixo tangível	Ativos fixos tangíveis em curso	Ativos sob direito de uso	Total
Valor bruto:									
Saldo inicial	5 421 882	33 049 277	53 442 648	11 171 651	6 261 001	3 027 901	504 267	41 146 951	154 025 580
Adições	-	40 666	281 837	393 722	7 755	19 830	124 811	-	868 621
Alienações	(182)	-	(10 581)	(5 691 194)	-	(1 424)	-	-	(5 703 381)
Transferências e abates	-	511 289	279 462	18 349 686,00	-	2 160,00	(598 798)	(14 874 362)	3 669 437
Saldo final	5 421 700	33 601 232	53 993 366	24 223 865	6 268 756	3 048 467	30 280	26 272 589	152 860 257
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial	-	30 807 893	51 589 811	9 503 562	6 202 438	2 934 087	-	25 587 331	126 625 123
Depreciações do exercício	-	469 209	548 463	2 278 470	26 296	29 357	-	4 378 486	7 730 281
Transferências, alienações e abates	-	-	(10 581)	10 327 214	-	(1 424)	-	(15 220 248)	(4 905 039)
Saldo final	-	31 277 102	52 127 693	22 109 246	6 228 734	2 962 020	-	14 745 569	129 450 365
Valor líquido	5 421 700	2 324 130	1 865 673	2 114 619	40 022	86 447	30 280	11 527 020	23 409 892

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas e a máquinas de movimentação de carga (Empilhadores) ao serviço da Empresa, bem como para aluguer operacional a clientes.

As transferências em 2021 entre a rubrica “Ativos sob direito de uso” e “Equipamento de transporte” no montante de 6.047.505 Euros correspondem à reclassificação pela Empresa das máquinas de movimentação de carga cujo contrato de financiamento terminou, tendo a Empresa adquirido as mesmas de acordo com a contratualização estabelecida.

A rubrica “alienações” em 2021 inclui a alienação de Edifício em Vila Nova de Gaia tendo gerado uma mais-valia de 900 mil Euros (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como segue:

2021	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Ativos sob direito de uso Equipamentos industriais	25 015 472	(13 606 654)	11 408 818

2020	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Ativos sob direito de uso Equipamentos industriais	26 272 589	(14 745 569)	11 527 020

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pela Empresa que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo subsequentemente sujeitos a depreciação em conformidade com as vidas úteis definidas.

Os rendimentos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Outros rendimentos operacionais” e ascenderam a 2.927.645 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (3.106.216 Euros em 31 de dezembro de 2020) divulgados na Nota 27.

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas efetuadas por entidades especializadas independentes, reportadas a 31 de dezembro de 2021 ou a exercícios anteriores, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 62,2 milhões de Euros (61,9 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2020).

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade.

O detalhe do valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento”, bem como o respetivo justo valor, pode ser resumido como segue:

Imóvel	Local	2021			2020		
		Valor líquido contabilístico	Valor de avaliação	Data de avaliação externa	Valor líquido contabilístico	Valor de avaliação	Data de avaliação externa
Instalações fabris	V.N. Gaia	2 257 781	14 903 000	29/12/2020	2 435 727	14 903 000	29/12/2020
Instalações fabris	V.N. Gaia	202 054	625 100	28/12/2020	213 887	625 100	28/12/2020
Instalações fabris	Carregado	4 898 390	19 412 500	30/12/2020	4 922 944	19 412 500	30/12/2020
Armazém industrial	V.N. Gaia	743 455	8 918 700	20/12/2021	763 797	9 165 200	20/12/2019
Instalações comerciais	Cascais	252 003	1 606 000	20/12/2021	266 859	1 000 000	05/03/2018
Instalações comerciais	Prior Velho	3 174 172	15 447 300	29/12/2020	3 195 563	15 447 300	29/12/2020
Instalações comerciais	Vila Franca Xira	325 985	1 302 500	29/12/2020	348 064	1 302 500	29/12/2020
		11 853 840	62 215 100		12 146 841	61 855 600	

O justo valor das avaliações externas das propriedades de investimento que são objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas independentes por um dos seguintes métodos consoante a situação concreta do imóvel: Método de Mercado, Método do Custo ou Método do Rendimento. A Empresa promove a realização periódica e rotativa de avaliações imobiliárias por entidades independentes e especializadas às suas propriedades de investimento, assegurando desta forma que a divulgação do justo valor se mantém atualizada.

No que respeita à classificação das metodologias de avaliação acima referidas, para efeitos de enquadramento, em sede de hierarquia de justo valor (IFRS 13), as mesmas classificam-se essencialmente no Nível 3 (justo valor determinado com base em inputs não observáveis no mercado, desenvolvidos para refletir os pressupostos a utilizar pelos agentes de mercado).

As avaliações externas independentes efetuadas suportam-se essencialmente na aplicação do método comparativo de mercado que tem por inputs, nomeadamente, o índice unitário de venda por metro quadrado de ativos comparáveis e a área do imóvel, e o método do rendimento que tem como inputs os rendimentos passíveis de serem gerados pelo mesmo e uma taxa de capitalização (yield) considerada adequada face às características e localização do ativo imobiliário em questão.

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi como segue:

2021	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de Investimento em curso	Total
Ativo bruto:				
Saldo inicial	8 884 303	30 117 653	-	39 001 955
Adições	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-
Saldo final	8 884 303	30 117 653	-	39 001 955
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	-	26 855 114	-	26 855 114
Depreciações do exercício	-	293 001	-	293 001
Transferências, alienações e abates	-	-	-	0
Saldo final	-	27 148 115	-	27 148 115
Valor líquido	8 884 303	2 969 538	-	11 853 840

2020	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de Investimento em curso	Total
Ativo bruto:				
Saldo inicial	8 884 303	30 185 325	521 622	39 591 250
Adições	-	75 758	-	75 758
Alienações	-	(417 282)	-	(417 282)
Transferências e abates	-	273 851	(521 622)	(247 771)
Saldo final	8 884 303	30 117 653	-	39 001 955
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	-	26 836 602	-	26 836 602
Depreciações do exercício	-	343 846	-	343 846
Transferências, alienações e abates	-	(325 334)	-	(325 334)
Saldo final	-	26 855 114	-	26 855 114
Valor líquido	8 884 303	3 262 539	-	12 146 841

Os movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 devem-se a melhorias nas instalações do Prior Velho e Vila Nova de Gaia e à alienação das instalações comerciais de Cascais (alienação pelo montante de 1.300.000 Euros, de que resultou uma mais-valia no valor de cerca de 1.200.000 Euros (Nota 27)).

7. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*.

A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito à Atividade BT (empilhadores) resultante da aquisição, em anos anteriores, da subsidiária Movicargo cuja atividade foi transferida (através de um processo de incorporação por fusão) para a Toyota Caetano Portugal, S.A. em anos anteriores.

O *Goodwill* não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do Goodwill com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base *business plans*

desenvolvidos pelos responsáveis da Empresa e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa e utilizando taxas de desconto que refletem os riscos inerentes do negócio.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:

	2021	2020
Período de projeção (anos):	5	5
Taxa de crescimento das vendas no período de projeção:	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento (g) (1):	0%	0%
Taxa de desconto utilizada (2):	7,21%	6,75%

(1) Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no *business plan*.

(2) Taxa de desconto aplicada aos cash flows projetados.

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2021, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo *goodwill* (612 milhares de Euros), não excede o seu valor recuperável (25 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2021	Despesas de desenvolvimento	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor bruto:				
Saldo inicial	1 477 217	1 174 902	598 320	3 250 439
Adições	-	-	305 848	305 848
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-
Saldo final	1 477 217	1 174 902	904 167	3 556 287
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	1 477 217	1 174 902	-	2 652 119
Amortização do exercício	-	-	-	-
Transferências, alienações e abates	-	-	-	-
Saldo final	1 477 217	1 174 902	-	2 652 119
Valor líquido	-	-	904 167	904 167

2020	Despesas de desenvolvimento	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor bruto:				
Saldo inicial	1 477 217	1 174 902	202 804	2 854 924
Adições	-	-	395 515	395 515
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-
Saldo final	1 477 217	1 174 902	598 320	3 250 439
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	1 477 217	1 174 902	-	2 652 119
Amortização do exercício	-	-	-	-
Transferências, alienações e abates	-	-	-	-
Saldo final	1 477 217	1 174 902	-	2 652 119
Valor líquido	-	-	598 320	598 320

Os valores registados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 na rubrica “Ativos intangíveis em curso” estão relacionados com projetos de implementação de novos softwares de gestão, estando previsto passar a firme durante os anos de 2022 e 2024.

9. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Na rubrica em causa encontram-se contabilizados os investimentos em subsidiárias, associadas e em empreendimentos conjuntos conforme descrito na Nota 2.3 t).

Decomposição do valor contabilístico de investimentos em subsidiárias

O movimento dos investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Participadas			MEP Ajustamentos	TOTAL
	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	CAETANO RENTING		
Saldo em 31 de dezembro 2019	40 705 788	3 781 702	3 252 839	(3 326 527)	44 413 802
Aquisições durante o exercício	22 191				22 191
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial					
Resultado líquido do exercício					
Apropriação do resultado líquido da participada	350 469	(878 310)	(976 651)		(1 504 492)
Suspensão de margens em inventários e ativos fixos				175 740	175 740
Outros ajustamentos de homogeneização de políticas contabilísticas				(183 352)	(183 352)
	350 469	(878 310)	(976 651)	(7 612)	(1 512 104)
Outro rendimento integral					
Apropriação do outro rendimento integral do exercício da participada	(501 875)		(83 477)		(585 352)
Outros ajustamentos de homogeneização de políticas contabilísticas				443 646	443 646
	(501 875)		(83 477)	443 646	(141 706)
Saldo em 31 de dezembro 2020	40 576 573	2 903 392	2 192 711	(2 890 493)	42 782 183
Aquisições durante o exercício	92 738				92 738
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial					
Resultado líquido do exercício					
Apropriação do resultado líquido da participada	4 362 074	303 591	751 816		5 417 481
Ajustamento					
Suspensão de margens em inventários e ativos fixos				(1 335 085)	(1 335 085)
Outros ajustamentos de homogeneização de políticas contabilísticas	(112 173)	23 981			(88 192)
	4 249 901	327 572	751 816	(1 335 085)	3 994 206
Outro rendimento integral					
Apropriação do outro rendimento integral do exercício da participada	394 316		5 317		399 633
Outros ajustamentos de homogeneização de políticas contabilísticas	280 155				280 155
	674 471		5 317		679 788
Saldo em 31 de dezembro 2021	45 593 683	3 230 964	2 949 844	(4 225 578)	47 548 913

As percentagens de capital detidas nas participações financeiras em subsidiárias, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser resumidas como segue:

Caetano Auto		Caetano Renting		Caetano Auto CV	
2021	2020	2021	2020	2021	2020
98,74%	98,50%	100,00%	100,00%	81,24%	81,24%

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontra-se evidenciado no quadro abaixo informação financeira das subsidiárias:

2021			
	Caetano Auto	Caetano Auto CV	Caetano Renting
Ativos			
Corrente	61 030 894	6 851 947	3 827 271
Não corrente	52 534 776	1 235 518	30 174 375
Passivos			
Corrente	57 957 898	2 700 514	28 710 836
Não corrente	9 523 420	1 439 437	2 340 966
Capital próprio	46 084 352	3 947 514	2 949 845
Volume de negócios	211 630 931	14 409 965	33 059 945
Resultado operacional	5 473 784	412 776	1 370 480
Resultados financeiros	288 113	(9 906)	(410 414)
Resultado líquido	4 417 741	373 697	751 816

2020			
	Caetano Auto	Caetano Auto CV	Caetano Renting
Ativos			
Corrente	63 306 582	5 156 424	5 793 908
Não corrente	55 992 716	1 337 305	21 455 527
Passivos			
Corrente	78 102 026	1 480 474	25 268 361
Não corrente	8 495 092	1 439 437	108 350
Capital próprio	41 197 272	3 573 817	2 192 711
Volume de negócios	169 892 849	11 126 418	22 616 173
Resultado operacional	845 642	(1 058 449)	(933 839)
Resultados financeiros	(82 588)	(198)	(338 564)
Resultado líquido	355 792	(1 081 130)	(976 651)

Decomposição do valor contabilístico de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a rubrica de investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos detalha-se como segue:

	Sede	% de detenção	31/12/2021	31/12/2020
Associada				
Kinto Portugal, S.A. (consolidado)	Vila Nova de Gaia	49%	23.699.123	22.785.000
Empreendimento conjunto				
CaetanoBus- Fabricação de Carroçarias, S.A. (consolidado)	Vila Nova de Gaia	61,94%	20.295.498	16.320.000
			43.994.621	39.105.000

Relativamente à CaetanoBus, apesar da percentagem de capital detido ser de 61,94%, atendendo à existência de um acordo de investimento com o outro acionista daquela sociedade, que prevê que as decisões sobre as atividades relevantes (operacionais e financeiras) deverão ser tomadas com unanimidade dos dois acionistas, foi considerado pelo Conselho de Administração que o investimento efetuado corresponde a um empreendimento conjunto, facto pelo qual o mesmo é contabilizado de acordo com o método de equivalência patrimonial. Em 2020, atendendo a que as referidas aquisições apenas foram concretizadas no mês de dezembro, o efeito da aplicação do método de equivalência foi nulo, atendendo à imaterialidade da aplicação do referido método em relação a alguns dias do mês de dezembro de 2020.

No âmbito da transação efetuada, o acordo de investimento que anteriormente vigorava em sede da anterior estrutura acionista foi integralmente mantido e transposto para a estrutura acionista pós transação. Assim, tal acordo, que já era considerado pelo anterior acionista e vendedor da participação como um empreendimento conjunto, foi objeto de uma avaliação e análise por parte do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A., que manteve o mesmo entendimento. Com efeito, o referido acordo de investimento (e igualmente os Estatutos da sociedade adquirida), estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da participada carecem de unanimidade ao nível da Assembleia Geral de Acionistas. As principais atividades / decisões relevantes são ao nível da Assembleia Geral como segue:

- Qualquer alteração à escritura de constituição, aos estatutos ou de qualquer outro documento constituinte da sociedade;
- Qualquer alteração ao tipo societário da Sociedade, qualquer fusão, ou consolidação com outra entidade, qualquer alienação ou transferência da totalidade ou de parte substancial dos ativos ou negócio, bem como a sua liquidação ou dissolução;
- Qualquer emissão ou resgate de ações da Sociedade ou qualquer outro aumento, diminuição ou outra modificação ao capital social da Sociedade;
- Qualquer alteração à política dos dividendos da Sociedade ou qualquer alteração à distribuição de lucros ou bens;
- Constituição de uma participada ou aquisição de uma outra entidade pela Sociedade;
- Qualquer oferta pública ou cotação em bolsa de quaisquer ações da Sociedade;
- Adoção ou modificação das compensações dos administradores ou das chefias da Sociedade ou da política geral de compensações para os colaboradores da Sociedade;
- Concessão de garantias de valor igual ou superior a 500.000 Euros para garantir as obrigações das participadas da Sociedade;
- Alteração e aprovação do Plano de Negócios Anual da Sociedade ou de Novo Plano de Negócios;
- Designação ou remoção de qualquer Diretor Executivo, Diretor Financeiro, Diretor Operacional ou qualquer Diretor ou Diretor Geral, ou qualquer posição similar ao Diretor Geral da Sociedade.

Por outro lado, em sede de Conselho de Administração (composto por um máximo de nove membros), as decisões sobre as atividades relevantes carecem de voto favorável de, pelo menos, três administradores nomeados pela Toyota Caetano Portugal, S.A. e do voto favorável de dois administradores nomeados pelo acionista Mitsui & Co., Ltd.. Ao nível do Conselho de Administração, as atividades / decisões relevantes que carecem de unanimidade são como segue:

- Quaisquer transações entre a Sociedade e as suas participadas, exceto transações no curso ordinário do negócio;
- Qualquer venda (outra que não no curso ordinário do negócio) de qualquer bem, ou transferência ou outra alienação ou concessão de qualquer garantia ou outro encargo

sobre quaisquer ativos da Sociedade, desde que não estejam incluídos ou previstos em nenhum dos Planos de Negócios ou com um valor superior a 100.000 Euros numa transação ou numa série de transações no mesmo ano;

- Início de qualquer litígio, arbitragem ou processo legal, cujo valor do processo exceda 10.000 Euros;
- Qualquer empréstimo ou outro financiamento pela Sociedade (excluindo financiamento comercial a clientes no curso ordinário do negócio até ao montante individual que não exceda 1.000.000 Euros, desde que tal montante não esteja coberto por carta de crédito, seguro comercial, ou qualquer garantia de instituições confiáveis como bancos) a qualquer pessoa ou qualquer garantia a prestar pela Sociedade para garantir obrigações de qualquer entidade que não a Sociedade ou as suas participadas, exceto se os referidos empréstimos ou financiamentos forem prestados até ao montante individual que não exceda 100.000 Euros;
- Qualquer empréstimo ou outro facto que gere dívida, ou emissão de obrigações ou debentures (quer sejam convertíveis ou não), pela Sociedade, no valor superior a 1.500.000 Euros numa transação ou numa série de transações no mesmo ano;
- Qualquer compra, locação (exceto no curso ordinário do negócio) ou outra aquisição de quaisquer bens ou outros investimentos pela Sociedade não incluídas em nenhum dos Planos de Negócios ou envolvendo um montante superior a 500.000 Euros numa transação ou numa série de transações num mesmo ano;
- Qualquer locação no curso normal do negócio pela Sociedade não incluída em qualquer dos Planos de Negócios ou envolvendo um montante superior a 1.000.000 Euros numa transação ou numa série de transações num mesmo ano;
- Celebração, alteração ou termo de qualquer contrato entre a Sociedade e suas participadas que contenha compromissos de recompra dos produtos vendidos pelas participadas;
- Garantias prestadas pela Sociedade para garantir as obrigações de qualquer das suas participadas ou terceiros, com valor inferior a 500.00 Euros;
- Celebrar, alterar ou terminar contrato com um acionista ou suas participadas (do acionista);
- Qualquer desenvolvimento de novo produto ou linha de produção com um valor superior

a 500.000 Euros pela Sociedade, se não estiver incluído ou previsto no Plano de Negócios;

- Celebrar, alterar ou terminar qualquer contrato com prazo superior a um ano ou envolvendo um montante superior a 10 milhões de Euros numa transação ou numa série de transações, ou de qualquer distribuição, agência, representante de vendas ou outro contrato-quadro, contrato-mestre ou contrato básico ou qualquer contrato que conceda exclusividade a qualquer pessoa ou entidade.

Por fim, em conformidade com o acordo de investimento, é de realçar que em caso de *deadlock* (impasse), uma eventual decisão nunca decorrerá por maioria simples de direitos de voto, e qualquer um dos acionistas tem direito em última instância a adquirir a participação ao outro acionista.

O acima exposto constitui assim a base de avaliação que o Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. considerou para concluir sobre a classificação deste investimento como um empreendimento conjunto.

Informação financeira resumida das participadas:

2021		
	Caetanobus consolidado b)	Kinto Portugal consolidado a)
Ativos		
Corrente	50 570 262	48 046 846
Não corrente	33 523 649	158 001 149
Passivos		
Corrente	49 176 116	91 377 845
Não corrente	7 268 551	93 741 924
Capital próprio	27 649 244	20 928 226
Volume de negócios	51 163 531	98 908 826
Resultado operacional	(7 959 329)	9 419 552
Resultados financeiros	(1 036 922)	(3 141 025)
Resultado líquido	(7 548 440)	(4 480 154)

2020		
	Caetanobus	Kinto Portugal
Ativos		
Corrente	49 647 272	34 171 856
Não corrente	30 490 160	150 845 872
Passivos		
Corrente	52 358 236	65 235 590
Não corrente	8 041 750	102 942 484
Capital próprio	19 737 445	16 839 655
Volume de negócios	89 606 768	107 997 586
Resultado operacional	(4 467 074)	2 528 803
Resultados financeiros	(1 026 458)	(3 167 769)
Resultado líquido	(4 500 102)	(818 198)

- a) No que diz respeito ao Grupo Kinto Portugal, as contas consolidadas apresentadas são contas “pró-forma” elaboradas para inclusão no consolidado do Grupo Toyota Caetano Portugal, em virtude de o calendário de fecho atual da Kinto Portugal é diferente de 31 de dezembro, encerrando em 31 de março. A Kinto Portugal, S.A. detém uma associada no Senegal (Caetano Renting Senegal, S.A.).
- b) A CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. detém um Empreendimento Conjunto na Alemanha (Cobus Industries, GmbH), e uma subsidiária no Reino Unido (Caetano UK, Ltd).

O volume de negócios e os resultados operacionais da associada Kinto Portugal, S.A. e do empreendimento conjunto CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A. foram no exercício de 2020 impactados de modo negativo pela Pandemia Covid-19, sendo que no exercício de 2021 as operações daquela associada apresentaram uma evolução vincadamente positiva, com uma clara recuperação da sua rentabilidade, tendo os efeitos negativos ao nível do empreendimento conjunto permanecido e agravado.

O Conselho de Administração daquele empreendimento conjunto, perante a existência de indícios de imparidade ao nível dos seus ativos não correntes, levou a cabo uma análise de imparidade formal sobre os mesmos, tendo concluído pela inexistência de qualquer imparidade.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A., atendendo aos indícios de imparidade existentes relativamente àquele empreendimento conjunto, levou igualmente a cabo uma análise de imparidade formal, cujos resultados e principais pressupostos de base se encontram descritos na secção que se segue.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido na rubrica de investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos, detalha-se como segue:

	2021	2020
<u>Associada – Kinto Portugal, S.A. (consolidado)</u>		
Saldo em 1 de janeiro	22.785.000	-
Aquisições durante o exercício	-	22.785.000
Aplicação do método de equivalência patrimonial:		
Efeito no resultado líquido do exercício	871.265	-
Efeito no outro rendimento integral	42.858	-
Saldo em 31 de dezembro	23.699.123	22.785.000
<u>Empreendimento conjunto – CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A (consolidado)</u>		
Saldo em 1 de janeiro	16.320.000	-
Aquisições durante o exercício	-	16.320.000
Aumento de capital	9.290.322	-
Aplicação do método de equivalência patrimonial:		
Efeito no resultado líquido do exercício	(5.599.875)	-
Efeito no outro rendimento integral	285.051	-
Saldo em 31 de dezembro	20.295.498	16.320.000
Total	43.994.621	39.105.000

As aquisições durante o exercício de 2020 referem-se à compra por parte da Toyota Caetano Portugal, S.A. de 12.000.000 ações da CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A. anteriormente detidas pela empresa Salvador Caetano Indústria, S.G.P.S., S.A. (entidade relacionada pertencente ao perímetro acionista “Grupo Salvador Caetano”), correspondente a cerca de 61,94% dos respetivos direitos de voto, por 16.320.000 Euros e adquiriu 7.350 ações da empresa Kinto Portugal, S.A. (49%) (anteriormente denominada Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.) à empresa-mãe Salvador Caetano Auto - S.G.P.S., S.A. (entidade acionista da Toyota Caetano) correspondente a 49% dos respetivos direitos de voto, pelo montante de 22.785.000 Euros. Alargando a sua atividade a outros domínios da mobilidade, em 2020, a Toyota Caetano Portugal, tornou-se acionista direta da CaetanoBus e da Kinto, empresas do Grupo Salvador Caetano. Nesta estratégia, a Toyota Motor Europe (TME), acionista da Toyota Caetano Portugal, assume um papel preponderante. Se até aqui a TME já fornecia à CaetanoBus a pilha



de combustível para integrar no autocarro movido a hidrogénio, o reforço da parceria permite à Toyota Caetano Portugal contribuir para a expansão da mobilidade sustentável, explorando sinergias com a CaetanoBus no desenvolvimento, produção e venda de autocarros zero emissões. O reforço da parceria com a Kinto, visa desenvolver projetos de mobilidade.

Adicionalmente, pelo facto de as referidas transações apenas terem sido concluídas no mês de dezembro de 2020, não foi possível ao Conselho de Administração recolher a informação necessária para executar os procedimentos de determinação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos e, desta forma, divulgar as respetivas quantias provisórias no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Em virtude de se tratar de duas entidades não controladas, o acesso à totalidade da informação necessária para a preparação de um adequado exercício de alocação de preço não foi viável em tempo útil, tendo o mesmo sido realizado em 2021, dentro do prazo permitido pelo normativo contabilístico internacional.

O exercício de determinação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis e consequente determinação do Goodwill implícito nas referidas transações, concluído no exercício de 2021, pode resumir-se como segue por participada:

a) Associada - Kinto Portugal, S.A. (consolidado)

	31/12/2020	Ajustamentos de justo valor	Ativos líquidos a 31/12/2020 (justo valor)
Ativos fixos tangíveis	151 874 693	13 976 470	165 851 163
Ativos intangíveis	87 628	3 456 202	3 543 830
Outros ativos financeiros	19 435	-	19 435
Inventários	7 163 599	-	7 163 599
Clientes	8 708 339	-	8 708 339
Outros ativos correntes	16 911 697	-	16 911 697
Caixa e equivalentes a caixa	2 225 112	-	2 225 112
Financiamentos obtidos	(149 406 140)	-	(149 406 140)
Provisões	(1 134 398)	-	(1 134 398)
Passivos por impostos diferidos	-	(3 922 351)	(3 922 351)
Fornecedores	(13 472 533)	-	(13 472 533)
Imposto sobre o rendimento	(120 307)	-	(120 307)
Outros passivos correntes	(6 496 520)	-	(6 496 520)
	16 360 605	13 510 321	29 870 926
% de detenção			49%
Ativos líquidos proporcionalizados			14 636 754
Custo de aquisição			22 785 000
Goodwill			8 148 246

Os ajustamentos de justo valor acima apresentados correspondem essencialmente ao seguinte:

- Reconhecimento a justo valor das viaturas registadas em ativos fixos tangíveis, tendo em conta a estimativa de valor de venda das referidas viaturas, atendendo ao histórico de transações efetuadas relativamente a ativos semelhantes;
- Reconhecimento, como ativo intangível, da relação com clientes estabelecida a 31 de dezembro de 2020, tendo por base a metodologia de *Income approach*, considerando os contratos estabelecidos àquela data.

No seguimento da análise efetuada, foram reconhecidos os passivos por impostos diferidos associados aos referidos ajustamentos, sendo que foi entendimento do Conselho de Administração que o justo valor dos restantes ativos líquidos não diferia significativamente da quantia escriturada dos mesmos nas demonstrações financeiras consolidadas da Kinto Portugal, S.A.

b) Empreendimento conjunto - CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. (consolidado)

	31/12/2020	Ajustamentos de justo valor	Ativos líquidos a 31/12/2020 (justo valor)
Investimento financeiro em empreendimento conjunto	14 533 921	(5 129 647)	9 404 274
Goodwill	475 700	(475 700)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	9 971 138	1 951 718	11 922 856
Ativos por impostos diferidos	2 249 927	-	2 249 927
Inventários	39 713 973	2 297 080	42 011 053
Clientes	10 327 931	-	10 327 931
Outros ativos correntes	2 818 790	-	2 818 790
Caixa e equivalentes a caixa	389 343	-	389 343
Financiamentos obtidos	(25 810 618)	-	(25 810 618)
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	(3 109 843)	-	(3 109 843)
Passivos por impostos diferidos	-	(847 351)	(847 351)
Passivos por locação	(2 107 970)	-	(2 107 970)
Fornecedores	(16 670 388)	-	(16 670 388)
Imposto sobre o rendimento	(280 987)	-	(280 987)
Outros passivos correntes	(12 763 471)	-	(12 763 471)
	<u>19 737 446</u>	<u>(2 203 900)</u>	<u>17 533 546</u>
% de detenção			<u>61,94%</u>
Ativos líquidos proporcionalizados por percentagem de detenção			<u>10 860 278</u>
Custo de aquisição			<u>16 320 000</u>
Goodwill			<u>5 459 722</u>

Os ajustamentos de justo valor acima apresentados correspondem essencialmente ao seguinte:

- i. Investimento financeiro em empreendimento conjunto:
 - a. Desconsideração do Goodwill gerado na aquisição da Cobus Industries, GmbH pela CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. em exercícios anteriores;
 - b. Reconhecimento a justo valor dos ativos imobiliários detidos por aquela entidade, tendo por base avaliação efetuada por entidade especializada e independente;
 - c. Reconhecimento a justo valor dos inventários daquela participada, tendo em consideração a estimativa do valor de venda dos referidos ativos, atendendo ao histórico de transações efetuadas e preços de venda acordados para inventários semelhantes;
 - d. Reconhecimento dos passivos por impostos diferidos associados aos referidos ajustamentos.

- ii. Ao nível da rubrica de *Goodwill*, o montante apresentado refere-se à desconsideração do Goodwill gerado na aquisição da Caetano UK, Ltd. pela CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A. em exercícios anteriores;
- iii. Ao nível da rubrica de ativos fixos tangíveis e intangíveis, o montante apresentado respeita ao reconhecimento a justo valor dos ativos imobiliários detidos pelo Grupo CaetanoBus, tendo por base avaliação efetuada por entidade especializada e independente;
- iv. Ao nível da rubrica de inventários o montante apresentado respeita ao reconhecimento a justo valor dos inventários daquela participada, tendo em consideração a estimativa de valor de venda dos referidos ativos, atendendo ao histórico de transações efetuadas de ativos semelhantes e/ou preços de venda acordados;

No seguimento da análise efetuada, foram reconhecidos os passivos por impostos diferidos associados aos referidos ajustamentos, sendo que foi entendimento do Conselho de Administração que o justo valor dos restantes ativos líquidos não diferia significativamente da quantia escriturada dos mesmos nas demonstrações financeiras consolidadas da CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a reconciliação do capital próprio das participadas com o valor registado como participação financeira, detalha-se como segue:

Kinto Portugal, S.A. (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Capital próprio sem interesses sem controlo	20 928 226	16 360 606
% de detenção	49%	49%
	10 254 831	8 016 697
Goodwill	8 148 246	8 148 246
Valorização a justo valor de viaturas	5 478 776	6 848 470
Carteira de clientes	1 354 831	1 693 539
Passivos por impostos diferidos	(1 537 562)	(1 921 952)
Participação financeira	23 699 123	22 785 000

CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Capital próprio sem interesses sem controlo	27 649 244	19 737 446
% de detenção	61,94%	61,94%
	17 125 942	12 225 374
Goodwill	5 459 722	5 459 722
Valorização empreendimento conjunto	(3 241 543)	(3 177 303)
Desconsideração de GW nas contas da participada	(294 649)	(294 649)
Valorização a justo valor de imóveis	1 126 470	1 208 894
Valorização a justo valor de inventários	418 098	1 422 811
Passivos por impostos diferidos	(298 184)	(524 849)
Outros	(358)	-
Participação financeira	20 295 498	16 320 000

Conforme descrito na secção “Informação financeira resumida das participadas” da presente Nota, foram identificados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, indícios de imparidade relativamente à participação financeira no empreendimento conjunto CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A., tendo por esse motivo o Conselho de Administração levado a cabo uma análise de imparidade formal sobre a referida participação financeira.

Os principais pressupostos que serviram de base à referida análise, divididos por geografia em que o referido empreendimento conjunto opera, são como segue:

	Portugal	Reino Unido	Alemanha
Taxa de crescimento composta das vendas na projeção	49%	27%	37%
Margem EBITDA	[-1%,6%]	[3%,4%]	[1%,3%]
G (taxa de crescimento na perpetuidade)	2,00%	2,00%	2,00%
WACC (taxa de desconto)	5,75%	5,02%	4,64%

Os pressupostos acima evidenciados ao nível da taxa de crescimento das vendas e rentabilidade refletem a expectativa do Conselho de Administração do Grupo e daquela participada de recuperação e regresso a níveis de operação pré-pandemia a partir do exercício de 2022.

Decorrente da análise efetuada é entendimento do Conselho de Administração que não existe a necessidade de reconhecimento de qualquer perda por imparidade, sendo seu entendimento que uma variação razoável num dos pressupostos acima indicados não afetaria a conclusão.

10. FINANCIAMENTOS A EMPRESAS PARTICIPADAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os movimentos ocorridos na presente rubrica foram como se segue:

	2021	2020
<u>Outros ativos financeiros</u>		
Saldo em 1 de janeiro	18 847 236	1 995 191
Aumentos durante o exercício	11 155 000	21 000 000
Reembolsos durante o exercício	(25 745 934)	(4 147 955)
Saldo em 31 de dezembro	4 256 303	18 847 237

Os “Financiamentos a Empresas Participadas” em 31 de dezembro de 2021 compreendem empréstimos de tesouraria concedidos às subsidiárias Caetano Auto, S.A. (2.400.000 Euros) e Caetano Renting, S.A. (1.856.303 Euros) vencendo juros a taxas de mercado (Nota 30).

11. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Mercadorias	44 205 972	36 174 245
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	13 775 081	7 359 274
Produtos acabados e intermédios	2 687 059	2 106 622
Produtos e trabalhos em curso	696 301	1 339 325
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 22)	(137 131)	(137 131)
	61 227 283	46 842 336

O valor das mercadorias com reconhecimento de perda de imparidade evidenciadas na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021, repartido por escalões de antiguidade, é como segue:

Mercadorias	<6	6 a 12	12 a 24	>24	total
Peças	1 576 599	34 335	182 813	163 688	1 957 435
Viaturas Novas	29 810 456	568 647	-	-	30 379 103
Viaturas Usadas	5 794 527	3 122 501	830 324	308 739	10 056 092
Outros	1 301 545	98 426	101 072	175 170	1 676 212
Total	38 483 127	3 823 909	1 114 209	647 597	44 068 842

A rubrica de mercadorias inclui o montante de 10 milhões de Euros relativamente a viaturas usadas (9,9 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2020).

A Empresa tem definidos critérios de imparidade relativamente a viaturas usadas que assumem uma desvalorização face à antiguidade das mesmas. Os critérios seguidos pela Empresa encontram-se suportados por informação de mercado obtida junto de entidades externas com referência a 31 de dezembro (sendo convicção do Conselho de Administração que tal informação reflete já os impactos da Pandemia e da crise de fornecimento de chips / componentes). Desta forma, não é expectativa do Conselho de Administração que em exercícios futuros venham a ser geradas perdas no processo de alienação e realização das referidas viaturas usadas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existem bens do inventário da Empresa que estejam dados como penhor na garantia de passivos contraídos.

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi apurado como segue:

	2021			2020		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais	36 174 245	7 359 274	43 533 520	65 860 457	6 772 894	72 633 351
Compras líquidas	256 958 035	46 120 247	303 078 282	172 974 755	30 725 756	203 700 511
Regularização de inventários	(6 158 119)	-	(6 158 119)	-	-	-
Existências finais	44 205 972	13 775 081	57 981 054	36 174 245	7 359 274	43 533 520
Total	242 768 190	39 704 439	282 472 629	202 660 967	30 139 376	232 800 343

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi apurada como se segue:

	Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso	
	2021	2020
Existências finais	3 383 359	3 445 947
Existências iniciais	3 445 947	3 254 973
Total	(62 588)	190 974

12. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
	Ativos correntes	Ativos correntes
Clientes, conta corrente	65 568 270	55 357 953
Clientes cobrança duvidosa	5 330 196	5 270 330
	70 898 466	60 628 283
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 22)	(5 256 947)	(5 257 750)
	65 641 520	55 370 533

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe por tipologia de clientes da antiguidade das contas a receber, incluindo a informação sobre a existência de instrumentos de melhoria creditícia de que a Empresa dispõe, é como segue:

Maturidade de clientes conta corrente:

2021	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total	Instrumento melhoria creditícia
Entidades Relacionadas	43 591 358	175 696	10 550	146 789	43 924 394	n.a.
Estado	286 655		114		286 770	n.a.
Financeiras	2 367 912	594 672	141 417	332 641	3 436 642	n.a.
Concessionários independentes	6 277 434	932	1 189	6 864	6 286 420	Garantias Bancárias
Outros	11 081 327	238 554	76 641	237 522	11 634 044	n.a.
Total	63 604 687	1 009 855	229 912	723 817	65 568 270	

2020	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total	Instrumento melhoria creditícia
Entidades Relacionadas	34 583 210	1 175 094	147 651	592 946	36 498 900	n.a.
Estado	251 112		449	1 193	252 754	n.a.
Financeiras	61 238		130 086	197 746	389 070	n.a.
Concessionários independentes	6 017 980	37 919	(1 344)	7 068	6 061 623	Garantias Bancárias
Outros	10 842 710	514 283	396 174	402 438	12 155 605	n.a.
Total	51 756 250	1 727 296	673 017	1 201 391	55 357 953	

É entendimento do Conselho de Administração que o risco de crédito associado aos clientes que compõe o escalão etário mais antigo é diminuto, em resultado de:

- a) Empresas Relacionadas: nesta tipologia de clientes encontram-se incluídas diversas entidades pertencentes à esfera do Grupo Salvador Caetano, com quem a Toyota Caetano Portugal mantém transações de índole comercial regulares, sendo que a Empresa mantém igualmente transações enquanto cliente com entidades do mesmo Grupo Salvador Caetano. É assim entendimento do Conselho de Administração que os valores incluídos no escalão etário “+120 dias” relativos a esta tipologia de clientes são integralmente recuperáveis;
- b) Outros clientes: nesta tipologia encontram-se incluídos, entre outros, clientes gerais de viaturas relativamente aos quais existe habitualmente uma cláusula de reserva de propriedade associada à viatura vendida ou, em alternativa, não é transferida a sua propriedade até que a viatura alienada esteja integralmente liquidada. Entende, contudo, o Conselho de Administração que, nesta tipologia de clientes existem situações de risco de crédito moderado, as quais não são materialmente relevantes. O departamento de controlo de crédito e cobranças da Empresa mantém uma monitorização constante destas situações.

Relativamente à aplicação do modelo de *Expected Credit Losses* preconizado na IFRS 9, a Empresa aplicou na análise efetuada a abordagem simplificada de reconhecer as perdas de crédito esperadas na vida económica das contas a receber, tendo em consideração que as mesmas não apresentam uma componente de financiamento significativa.

Importa igualmente referir que, no que respeita aos instrumentos financeiros correspondentes a contas a receber de clientes, não ocorreu genericamente no exercício de 2021 uma alteração relevante no tempo médio de recebimento, sendo de realçar apenas algum agravamento nas

contas a receber associadas ao negócio de rent-a-car. Este facto foi considerado no processo de análise de imparidade de contas a receber levado a cabo pela Empresa.

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data da demonstração da posição financeira consolidada. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Outras dívidas de terceiros	Ativos Correntes	
	2021	2020
Pessoal	55 049	27 341
Adiantamentos a fornecedores	45 851	30 409
Empresas participadas - RETGS (Nota 30)	5 418 853	4 279 883
	5 519 753	4 337 633

14. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Comparticipações a receber das marcas (frotas, bónus, rappel e campanhas)	1 340 782	-
Recuperação de encargos	91 712	-
Juros a receber	52 947	69 493
Indemnizações a receber de seguradoras	-	8 978
Subsídios à formação - IEFP	494 897	280 035
Rendas	-	4 383
Consultoria	98 148	92 698
	2 078 487	455 587
Gastos a reconhecer		
Seguros pagos antecipadamente	74 687	76 882
Encargos de papel comercial (diferidos)	256 654	119 885
Outros	315 288	388 992
	646 629	585 759
	2 725 115	1 041 347

A rubrica “Comparticipação a receber das marcas” corresponde a valores a receber de prémios de desempenho e cumprimento de objetivos alcançados em 2021 concedidos pelas marcas Toyota e Lexus, bem como apoio a campanhas desenvolvidas pelas mesmas.

15. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Impostos sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21% para a matéria coletável, acrescida de derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 22,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa desde 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sediadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado. Adicionalmente, ao lucro tributável apurado em excesso entre 1,5 Milhões de Euros e 7,5 Milhões de Euros, acresce uma Derrama Estadual de 3%, superior a 7,5 Milhões de Euros e até 35 Milhões de Euros acresce uma Derrama Estadual de 5% e ao lucro tributável apurado em excesso superior a 35 Milhões de Euros acresce uma Derrama Estadual de 9%.

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

O detalhe do saldo evidenciado na Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
Estimativa de imposto individual da Entidade	(4 235 672)	81 885 046)
Pagamentos por conta / Pagamento especial por conta	468 819	1 842 126
Retenção na fonte	662 756	919 710
RETGS	(1 225 455)	(4 248)
	(4 329 552)	872 542

Sendo que o imposto sobre o rendimento do exercício evidenciado na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser decomposto da seguinte forma:

	2021	2020
Imposto corrente	3 894 767	1 885 046
Imposto diferido	(100 060)	18 589
	3 794 707	1 903 635

Total imposto corrente	2021	2020
Excesso de estimativa de imposto	(340 905)	
Estimativa de imposto do ano	4 235 672	1 885 046
	3 894 767	1 885 046

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser analisada como se segue:

	2021	2020
Resultado antes de imposto	15 489 712	6 548 361
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%
Imposto teórico (coleta + derrama)	3 485 185	1 473 381
Método de equivalência patrimonial	165.241	340 223
Diferenças entre as mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-	(171 995)
Excesso de estimativa de imposto	(340 905)	-
Outros	(202 934)	12 785
Tributação autónoma	95 725	76 133
Derrama estadual	592 395	173 107
Encargos de imposto efetivo	3 794 707	1 885 046

Impostos Diferidos

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020, podem ser resumidos como se segue:

2021	Saldo inicial	Movimentos refletidos em resultados		Movimentos refletidos em capitais próprios		Saldo final
		Aumento	Diminuição	Aumento	Diminuição	
Ativos por impostos diferidos:						
Por provisões e ajustamentos não aceites como custo fiscal	222 294	-	-	-	-	222 294
Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente	65 868	154 817	(65 868)		-	154 817
Responsabilidade por pensões	1 164 845	-	-	-	(201 736)	963 109
	1 453 007	154 817	(65 868)	-	(201 736)	1 340 220
Passivos por impostos diferidos:						
40% Amortizações resultantes de reavaliações legais efetuadas	35 374	-	(1 282)	-	-	34 092
geradas com alienações de imobilizações	63 796	-	(9 829)	-	-	53 967
	99 169	-	(11 111)	-	-	88 058

2020	Saldo inicial	Movimentos refletidos em resultados		Movimentos refletidos em capitais próprios		Saldo final
		Aumento	Diminuição	Aumento	Diminuição	
Ativos por impostos diferidos:						
Por provisões e ajustamentos não aceites como custo fiscal	317 861	30 854	(126 421)	-	-	222 294
Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente	-	65 868	-	-	-	65 868
Responsabilidade por pensões	1 129 395	-	-	-	35 450	1 164 845
	1 447 256	96 722	(126 421)	-	35 450	1 453 007
Passivos por impostos diferidos:						
40% Amortizações resultantes de reavaliações legais efetuadas	36 656	-	(1 282)	-	-	35 374
geradas com alienações de imobilizações	73 624	-	(9 829)	-	-	63 796
	110 280	-	(11 111)	-	-	99 169

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Empresa não tinha prejuízos fiscais reportáveis.

16. CAPITAL PRÓPRIO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital da Empresa-mãe, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 de ações nominativas, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Salvador Caetano - Auto S.G.P.S., S.A.	69,795%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,000%

Em 2021, a Salvador Caetano - Auto S.G.P.S., S.A. adquiriu 7.059 ações de valor nominal de 1 Euro cada, totalmente realizadas e representativas de 0,02017% do capital social.

Dividendos

Durante o exercício de 2020, e em resultado da conjuntura resultante da pandemia provocada pelo Covid-19 e das restrições decorrentes dos apoios e incentivos de que o Grupo Toyota Caetano Portugal beneficiou, ao abrigo das medidas governamentais (reguladas pelo Decreto-Lei 10-G/2020), não foram distribuídos quaisquer dividendos aos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2021, foi aprovada pelos acionistas a distribuição de dividendos no montante de 10,5 milhões de Euros, por aplicação de valores registados na rubrica de “Resultados transitados”.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem quaisquer restrições à distribuição de dividendos.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas

pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Ajustamentos em ativos financeiros

O valor considerado em “Ajustamentos em ativos financeiros” refere-se aos resultados apropriados pelo Método de Equivalência Patrimonial ainda não distribuídos e aos ajustamentos de transição da aplicação inicial do Método de Equivalência Patrimonial.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

Os montantes distribuíveis em Capital Próprio, excluindo o Resultado Líquido do Exercício apresentam um total de 76.665.581 Euros nas rubricas Reservas Livres e Resultados Transitados.

Proposta de Aplicação de Resultados 2021

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício, no valor de Euros 11.695.005,29 expressos nas demonstrações financeiras separadas da Toyota Caetano Portugal:

- Para a conta de ajustamentos em ativos financeiros por resultados em participações financeiras decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial: EUR - 734.404,92
- Para dividendos a atribuir ao capital, 0,20 EUR por ação, o que atento o seu número 35.000.000 de ações, perfaz: EUR 7.000.000
- O remanescente para a conta de Resultados Transitados: EUR 5.429.410,21

17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a rubrica de “Financiamentos Obtidos” tem o seguinte detalhe:

	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	TOTAL	Corrente	Não corrente	TOTAL
Contas correntes caucionadas	15 000 000	-	15 000 000	-	-	-
Empréstimo bancário	-	-	-	10 000 000	-	10 000 000
Passivo de locação	5 443 445	8 759 868	14 203 313	5 097 337	9 332 243	14 429 580
Empréstimo obrigacionista	-	12 500 000	12 500 000	-	12 500 000	12 500 000
	20 443 445	21 259 868	41 703 313	15 097 337	21 832 243	36 929 580

O movimento ocorrido nos financiamentos obtidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:

Rubricas	2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Contas correntes caucionadas	-	85 000 000	70 000 000	15 000 000
Empréstimos bancários	10 000 000	-	10 000 000	-
Papel comercial	-	113 500 000	113 500 000	-
Passivos de locação	14 429 580	4 968 179	5 194 445	14 203 313
Empréstimo obrigacionista	12 500 000	-	-	12 500 000
	36 929 580	198 500 000	198 694 445	41 703 313
Rubricas	2020			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Contas correntes caucionadas	-	13 250 000	13 250 000	-
Empréstimos bancário	10 000 000	-	-	10 000 000
Papel comercial	-	49 000 000	49 000 000	-
Passivos de locação	18 424 381	2 247 077	6 241 878	14 429 580
Empréstimo obrigacionista	12 500 000	-	-	12 500 000
	40 924 381	64 497 077	68 491 878	36 929 580

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, programas de Papel Comercial e empréstimo obrigacionista, bem como as suas respetivas condições, é como segue:

2021	Montante utilizado	Limite
Corrente		
Conta corrente caucionada	15 000 000	22 000 000
Descoberto bancário	-	4 000 000
<i>Confirming</i>	-	4 500 000
Papel comercial	-	52 000 000
Passivos de locação	5 443 445	5 443 445
	20 443 445	87 943 445
Não corrente		
Passivos de locação	8 759 868	8 759 868
Empréstimo obrigacionista	12 500 000	12 500 000
	21 259 868	21 259 868
	41 703 313	109 203 313

2020	Montante utilizado	Limite
Corrente		
Conta corrente caucionada	-	12 000 000
Descoberto bancário	-	4 000 000
<i>Confirming</i>	-	4 350 000
Empréstimos - Mútuo	10 000 000	10 000 000
Papel comercial	-	32 000 000
Passivos de locação	5 097 337	5 097 337
	15 097 337	67 447 337
Não corrente		
Passivos de locação	9 332 243	9 332 243
Empréstimo obrigacionista	12 500 000	12 500 000
	21 832 243	21 832 243
	36 929 580	89 279 580

Detalhamos, em seguida, o valor relativo a financiamentos obtidos ou linhas de crédito contratadas para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (Nota 31):

- Papel Comercial: 19.000.000 Euros

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor (*floor zero*), acrescidos de um spread que varia entre 0,45% e 2,5%.

A Empresa tinha linhas de crédito em 31 de dezembro de 2021 no montante de, aproximadamente, 109,2 Milhões de Euros (dos quais estavam utilizadas cerca de 41,7 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2021) que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade. Este valor está aplicado em diversas instituições financeiras não existindo concentração excessiva em nenhuma delas.

A rubrica Passivos de locação (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades da Empresa, como locatária, relativas aos direitos de uso relacionados com equipamentos de movimentação de carga. Atendendo aos contratos de locação estabelecidos pela Empresa, não resultaram das atuais condições de mercado associadas à pandemia provocada pelo coronavírus Covid-19, impactos relevantes nos mesmos, nomeadamente apoios de locadores.

O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como segue:

Contrato	Bem locado	Corrente	Não Corrente				SUB-TOTAL	TOTAL
		2022	2023	2024	2025	> 2025		
Diversos	Equipamento industrial Capital	5 443 445	3 164 101	2 578 766	1 507 471	1 509 531	8 759 868	14 203 313

Maturidade da Dívida

As maturidades dos empréstimos existentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes

- Financiamentos

2021	< 1 ano	1 – 3 anos	3 – 5 anos	> 5 anos	Total
Contas correntes caucionadas	15 000 000	-	-	-	15 000 000
Passivos de locação	5 443 445	7 250 338	1 509 531	-	14 203 313
Empréstimo obrigacionista	-	12 500 000	-	-	12 500 000
Total de financiamentos	20 443 445	19 750 338	1 509 531	-	41 703 313

2020	< 1 ano	1 – 3 anos	3 – 5 anos	> 5 anos	Total
Contas correntes caucionadas	10 000 000	-	-	-	10 000 000
Passivos de locação	5 097 337	6 987 595	2 304 317	40 331	14 429 580
Empréstimo obrigacionista	-	12 500 000	-	-	12 500 000
Total de financiamentos	15 097 337	19 487 595	2 304 317	40 331	36 929 580

- Juros

2021	< 1 ano	1 – 3 anos	3 – 5 anos	> 5 anos	Total
Conta corrente caucionada	97 656	-	-	-	97 656
Passivo de locação	286 593	370 285	34 486	-	691 364
Empréstimo obrigacionista	249 670	249 670	-	-	499 340

2020	< 1 ano	1 – 3 anos	3 – 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimo-mútuo	55 625	-	-	-	55 625
Passivo de locação	302 828	310 648	7 989	-	621 465
Empréstimo obrigacionista	256 166	499 340	-	-	755 506

18. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores resultante da atividade ordinária da Empresa, que se vencem todos no curto prazo.

A Empresa, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades serão liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

19. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Outras dívidas a terceiros	Passivos Correntes	
	2021	2020
Pessoal	116 038	34 972
Adiantamentos de clientes	485 757	295 608
Estado e outros entes públicos	17 231 183	13 388 275
Acionistas	24 954	20 194
Outras dívidas a terceiros	282	45 299
	17 858 214	13 784 347

A decomposição da rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	211 243	286 135
Imposto sobre o valor acrescentado	14 179 777	10 921 592
Contribuições para a Segurança Social	293 593	271 538
Tributo das autarquias locais	167 679	169 463
Outros	2 378 890	1 739 547
	17 231 183	13 388 275

A rubrica “Outros” inclui o ISV- Imposto sobre Veículos e IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis.

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

20. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	2021	2020
Credores por acréscimo de gastos		
Remunerações a liquidar	3 053 379	2 721 354
Comparticipações na promoção de vendas	2 838 295	3 694 840
Juros a liquidar	136 539	132 968
Especialização de gastos afetos a viaturas vendidas	507 190	442 834
Seguros a liquidar	9 730	183 190
Imposto automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	1 711 789	2 167 552
Reclamações de garantia	56 829	34 855
Pessoal	627 541	641 082
Publicidade	-	55 367
Antecipação de encargos com FSE's	2 275 884	1 088 177
Royalties	104 650	24 115
	11 321 825	11 186 334
Rendimentos a reconhecer		
Contratos de manutenção de veículos	6 120 106	6 588 386
Subsídio ao investimento	22 040	24 245
Recuperação de sinalética		2 571
Rédito	8 096 303	3 753 657
Outros	214 421	106 556
	14 452 871	10 475 415
	25 774 696	21 661 749

Relativamente à rubrica “Rédito”, refere-se a transações em que não houve transferência do controlo da viatura para outra entidade, não sendo assim reconhecida como uma venda do período, ficando a mesma diferida até ao momento em que as condições de transferência de controlo se efetivam.

21. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, em 9 de agosto de 1996, em 4 de julho de 2003, em 2 de fevereiro de 2007, em 30 de dezembro de 2008, em 23 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2013.

Este Fundo de Pensões constituído previa que, enquanto os seus associados mantivessem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é atualmente gerido pela BPI Vida e Pensões, S.A.).

Em 18 de dezembro de 2007, foi enviado ao Instituto de Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta anteriormente mencionada, de alteração ao regime dos complementos de reforma devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os então reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço nos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passou, a partir daquela data, a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008, foi rececionada uma carta contendo a aprovação pelo ISP – Instituto de Seguros de Portugal, das alterações pretendidas e a vigorar desde 1/1/2008.

O ISP determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em

função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano foram naquela data alocados àqueles dois Planos mediante as regras então instituídas pelo ISP, mantendo-se assim aquele formato até à data atual.

Desta forma, o Fundo de Pensões Salvador Caetano é um fundo único e contempla dois planos distintos: um plano de Benefícios Definidos e um plano de Contribuição Definida.

As principais características do Plano de Pensões Salvador Caetano na parte respeitante aos benefícios definidos são como segue:

- O plano de pensões é complementar dos regimes públicos de Segurança Social, sendo o plano independente das pensões atribuídas pela Segurança Social;
- O plano de pensões prevê o pagamento de pensões em caso de reforma por velhice e reforma por invalidez;
- O plano de pensões prevê a existência de direitos adquiridos;
- A atualização das pensões está dependente da decisão dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano;
- O pagamento dos benefícios é efetuado diretamente pelo Fundo de Pensões;
- Em termos de elegibilidade, são elegíveis os trabalhadores com pelo menos 50 anos de idade em 31 de dezembro de 2017 e que, naquela mesma data, haviam completado 15 anos ao serviço de um dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano;
- A idade normal da reforma respeita à idade estabelecida pelo Regime Geral da Segurança Social;
- O salário pensionável corresponde a 14/13 do último salário auferido pelo trabalhador;
- A pensão de reforma por velhice e invalidez corresponde a 20% do salário pensionável mensal;
- As referidas pensões são pagas 13 vezes por ano;
- Em termos de nível mínimo de solvência, o valor dos ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano não poderá ser inferior ao montante mínimo de solvência calculado de acordo

com as regras estabelecidas pela norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”). O “Cenário Mínimo de Solvência” é assim calculado pelo atuário responsável (BPI Pensões, S.A.) em conformidade com a Norma nº 21/96-R, de 5 de dezembro, da ASF.

O Fundo de Pensões Salvador Caetano tem atualmente celebrado um contrato de gestão com a entidade gestora BPI Vida e Pensões, S.A., agindo esta entidade gestora como “Atuário Responsável”. Em conformidade com a atual legislação em vigor, a entidade gestora deve assegurar que os ativos que integram o património do Fundo de Pensões Salvador Caetano são adequados às responsabilidades decorrentes do plano de pensões, devendo para o efeito ter em conta, nomeadamente:

- A natureza dos benefícios previstos;
- O horizonte temporal das responsabilidades;
- A política de investimento estabelecida e os riscos a que os ativos estão sujeitos; e
- O nível de financiamento das responsabilidades.

Assim, ao abrigo do contrato de gestão estabelecido com a BPI Vida e Pensões, S.A., a entidade gestora deve utilizar os métodos ou técnicas que considerar mais consentâneos com o objetivo de garantir, com elevado nível de razoabilidade, que oscilações desfavoráveis no valor do património não põem em causa o pagamento das responsabilidades assumidas, especialmente as relativas a pensões em pagamento. Nesse sentido, a BPI Vida e Pensões, S.A. desenvolveu um modelo de análise de compatibilização entre os ativos e os passivos do Fundo de Pensões, designado de “Modelo ALX”, que tem por objetivo determinar a composição adequada de uma carteira de ativos financeiros, compatibilizando a natureza, risco, duração e rentabilidade dos ativos, com a maturidade média das responsabilidades a cargo do Fundo, quer respeitantes às pensões em pagamento, quer respeitantes às pensões a pagar no futuro relativas a trabalhadores ainda no ativo. Este modelo não elimina, contudo, o recurso a modelos mais sofisticados e completos de ALM (*Asset Liability Management*).

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Contrato de Gestão do Fundo de Pensões, a tabela abaixo apresenta a alocação objetivo (“Peso”) excluindo imobiliário e outros ativos nacionais:

	Limite Mínimo	Valor Central	Limite Máximo
Obrigações dívida Privada da zona Euro	45.0%	50.0%	55.0%
Obrigações dívida Pública da zona Euro	20.0%	25.0%	30.0%
Ações Globais	13.0%	17.0%	22.0%
Retorno Absoluto	3.0%	8.0%	13.0%
Outros ativos	0.0%	-	10.0%
High Yield	0.0%	-	10.0%
Cash	0.0%	0.0%	12.8%

Apresenta-se em seguida a descrição de cada um dos riscos na atividade da BPI Vida e Pensões, S.A., assim como, os modelos de informação utilizados para a respetiva monitorização:

RISCO DE MERCADO

Os principais riscos de mercado advêm de variações dos preços dos títulos das carteiras, decorrentes da perceção dos investidores a fatores intrínsecos ao emitente ou aos mercados, ou ainda a fatores geopolíticos.

As ferramentas utilizadas para medir e quantificar a exposição aos riscos de mercado são as seguintes:

VaR – *Value at Risk*

Entende-se por *Value at Risk* (VaR) a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira num determinado horizonte temporal com um determinado nível de confiança.

O sistema de cálculo do VaR da BPI Vida e Pensões, S.A. recorre às volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos e preços nos últimos 365 dias, determinando o VaR de cada carteira para um intervalo temporal de 30 dias e um nível de confiança de 95%.

Os resultados das políticas de cobertura, implementadas pelos gestores, são igualmente avaliados e consolidados, nomeadamente através dos valores do VaR determinados com e sem derivados.

Cenários de *stress*

De forma a complementar a informação fornecida para cada carteira pelo VaR, que é baseada em séries históricas, a BPI Vida e Pensões, S.A. avalia também a exposição aos riscos de mercado, analisando o impacto no valor e respetiva rentabilidade futuros de cada carteira, considerando a repetição de cenários passados de *stress*.

Estes cenários de *stress* são aplicados às variáveis chave, avaliando-se o seu impacto individual e o impacto conjunto com outras variáveis.

RISCO DE CRÉDITO (diversificação da carteira)

O risco de crédito de cada título é avaliado tendo em consideração o risco de crédito de cada emissor e a natureza de sua dívida, bem como a notação de rating e a probabilidade de *default*.

RISCO DE LIQUIDEZ

Para avaliar o risco de liquidez, cada gestor acompanha em permanência os fluxos previstos de entradas e saídas das carteiras e mantém níveis de liquidez adequados aos vencimentos de passivos previstos.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é avaliado tendo em conta a base de dados de perdas operacionais da BPI Vida e Pensões, S.A., a qual disponibiliza o registo de todos os eventos e respetivo impacto financeiro.

Adicionalmente, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não existiu qualquer alteração, cancelamento antecipado ou liquidação do Plano de Benefícios Definidos.

De acordo com estudo atuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo (BPI Vida e Pensões, S.A.), a Empresa tem vindo a efetuar contribuições para o plano de benefício definido, permitindo que a situação patrimonial desse Fundo ascendesse em 31 de dezembro de 2021 a, aproximadamente 14.824 milhares de Euros (14.720 milhares de euros em 31 de dezembro de 2020). A parcela da responsabilidade global estimada atuarialmente para o Plano de Benefícios Definido, na quota-parte respeitante à Empresa ascende em 31 de dezembro de 2021 a, aproximadamente, 19.041 milhares de Euros (21.105 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2020).

Os pressupostos atuariais utilizados para a avaliação de 2021 e 2020 pela sociedade gestora incluem as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV88/90 e Suisse Re 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 0% (0% em 2020), 0% (0% em 2020) e 0,99% (0,7% em 2020), respetivamente.

A respeito da consideração de uma projeção futura de aumento salarial de 0%, importa referir que tal se deve ao facto de o universo (fechado) de participantes do Plano de Benefícios Definidos

contemplar, em 31 de dezembro de 2021, cerca de 505 pessoas, sendo que destas, apenas 9 participantes eram ativos nas empresas da Toyota Caetano Portugal, S.A., pelo que qualquer estimativa de aumento salarial futuro só a esta se aplicaria. Atendendo a que a referida população alvo de potenciais aumentos salariais é residual e se encontra em fim de carreira (idades médias de cerca de 65 anos), foi decisão do Conselho de Administração da Empresa considerar uma taxa de atualização salarial de 0% no processo de apuramento das responsabilidades atuariais.

	Número de pessoas	Idade média
Ativos	9	65,0
Ex-participantes	15	70,5
Reformados	481	74,4

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de Benefícios Definido nos exercícios de 2021 e 2020 pode ser resumido como se segue:

	2021	2020
Responsabilidades no início do exercício	21 104 665	19 049 297
Custo dos serviços correntes	36 000	40 127
Custo dos juros	142 832	183 463
(Ganhos) e perdas atuariais	11 978	245 772
Cortes no plano (<i>settlement</i>)	(301 076)	-
Alteração da tábua de mortalidade	-	2 668 590
Pagamentos de Pensões (Benefícios pagos)	(1 472 045)	(1 486 185)
Transferências líquidas efetuadas	-	(129 988)
Alteração de pressupostos	(481 246)	533 589
Responsabilidades no final do exercício	19 041 108	21 104 665

O movimento da situação patrimonial do Fundo de Pensões, que cobre o plano de benefícios definidos, durante o exercício de 2021 e 2020, foi como se segue:

	2021	2020
Valor do Fundo no início do exercício	14 720 140	15 365 426
Contribuições da Empresa	1 051 100	-
Rendimentos de juros	98 141	146 625
Ganho / (perda) de rendimento	465 043	880 240
Benefícios pagos	(1 509 751)	(1 542 163)
Transferências líquidas efetuadas	-	(129 988)
Valor do Fundo no final do exercício	14 824 673	14 720 140

A 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a composição da carteira de ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano que cobre o Plano de benefícios definidos, é como segue:

Carteira do Fundo	Peso da carteira	Valor	Peso da carteira	Valor
	2021		2020	
Ações	9,8%	1 449 853	9,9%	1 454 350
Obrigações taxa fixa	33,2%	4 919 568	30,7%	4 516 139
Obrigações taxa variável	2,4%	359 498	5,2%	758 087
Imobiliário	46,2%	6 841 587	44,6%	6 566 654
Liquidez	3,9%	579 645	3,4%	503 429
Retorno absoluto	4,6%	674 523	6,3%	921 481
Total	100,0%	14 824 673	100,0%	14 720 140

A 31 de dezembro de 2021, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano que cobre o Plano de Benefícios Definidos, apresentam-se como se segue:

Ativo	Peso Carteira	Valor Carteira 31-12-2021
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	46,15%	31 861 284

As responsabilidades da Empresa com o Plano de benefícios definidos e a situação patrimonial do Fundo de Pensões Salvador Caetano afeto podem ser resumidos como se segue:

Plano de benefício definido	2021	2020
Valor das Responsabilidades	19 041 108	21.104.665
Valor do Fundo	14 824 673	14 720 140

A responsabilidade líquida da Empresa acima evidenciada encontra-se acautelada, não apenas pelos ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano afetos ao plano de benefícios definidos, mas igualmente através de uma provisão constituída no valor de cerca de 4,2 milhões de Euros (6,3 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2020), refletida na demonstração da posição financeira na rubrica “Responsabilidades por planos de benefícios definidos”.

Adicionalmente e conforme acima referido, a Empresa é parte integrante de um plano de contribuição definida, tendo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 efetuado

contribuições para o mesmo no montante de 305.702 Euros (185.347 Euros em 31 de dezembro de 2020), registados na demonstração dos resultados na rubrica de gastos com pessoal.

22. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:

2021	Saldo Inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Imparidade de dívidas a receber (Nota 12)	5 257 750	15 662	-	(16 465)	5 256 947
Imparidade de inventários (Nota 11)	137 131	-	-	-	137 131
Total	5 394 880	15 662	-	(16 465)	5 394 077

2020	Saldo Inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Imparidade de dívidas a receber (Nota 12)	4 821 966	514 556	-	(78 772)	5 257 750
Imparidade de inventários (Nota 11)	561 873	137 131	-	(561 873)	137 131
Total	5 383 839	651 687	-	(640 646)	5 394 880

23. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi como se segue:

	2021	2020	Var (%)	2021	2020	Var (%)	2021	2020	Var (%)
	Mercado interno			Mercado externo			Total		
Viaturas ligeiras	235 333 301	198 738 724	18%	46 017 598	32 542 982	41%	281 350 899	231 281 706	22%
Veículos pesados	5 712 164	-	-	137 509	520 164	-74%	5 849 672	520 164	1025%
Máquinas industriais	8 224 245	8 205 363	0%	33 565	22 855	47%	8 257 809	8 228 218	0%
Peças e acessórios	36 208 625	32 935 191	10%	717 182	501 207	43%	36 925 807	33 436 399	10%
Outros	18 446 450	19 236 710	-4%	36 767	16 988	116%	18 483 217	19 253 697	-4%
	303 924 784	259 115 988	17%	46 942 621	33 604 196	40%	350 867 405	292 720 184	20%

24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe do relato por segmentos é o seguinte:

2021	Nacional					Outros	Externo					TOTAL
	Veículos automóveis		Equipamento industrial				Veículos automóveis		Equipamento industrial			
	Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer		Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer	
RÉDITOS												
Volume de negócios	5 890 913	272 911 611	8 201 245	4 991 594	11 929 421		38 754 608	8 063 109	56 565	61 808	6 531	350 867 405
RESULTADOS												
Resultados operacionais	(220 195)	12 587 628	1 295 683	2 019 104	1 201 210		883 859	213 827	2 797	41 603	5 317	18 030 832
Resultados financeiros	(-17 448)	(1 539 108)	(34 062)	(18 233)	(40 887)		(129 112)	(27 334)	(258)	(251)	(22)	(1 806 715)
Resultados em associadas												
Resultados participações financeiras												
em empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas						(734 405)						(734.405)
Imposto s/ rendimento exercício						(3 794 707)						(3 794 707)
Resultados líquidos	(237.643)	11 048 521	1.261.621	2.000.871	1.160.324	(4 529 112)	754.747	186.493	2.538	41352	5.294	11.695.005
Depreciações	244.585	4.366.405	34.689	6576	2.358.229							7.010.484

2020	Nacional					Outros	Externo					TOTAL
	Veículos automóveis		Equipamento industrial				Veículos automóveis		Equipamento industrial			
	Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer		Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer	
RÉDITOS												
Volume de negócios	45 263	233 314 936	8 205 363	4 595 875	12 954 551		27 838 856	5 672 617	22 855	54 020	15 847	292 720 184
RESULTADOS												
Resultados operacionais	4 677	9 439 289	441 951	991 500	447 445		(1 617 473)	116 437	(46)	24 407	10 413	9 858 599
Resultados financeiros	(111)	(1 599 991)	(21 581)	(10 920)	(32 836)		(111 185)	(21 155)	(78)	(203)	(74)	(1 798 134)
Resultados participações financeiras em empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas						(1 512 104)						-1 512 104
Imposto s/ rendimento exercício						(1 903 635)						-1 903 635
Resultados líquidos	4 566	7 839 298	420 370	980 579	414 609	(3 415 739)	(1 728 658)	95 282	(124)	24 205	10 339	4 644 726
Depreciações	589 587	1 433 086	71 597	24 216	5 955 640							8 074 127



A informação por segmentos acima apresentada corresponde àquela que é apresentada em sede do Conselho de Administração para efeitos de aprovação das contas da Empresa e igualmente utilizada no processo de tomada de decisão. O sub-segmento respeitante à atividade industrial de montagem de viaturas está incluído no segmento “Veículos Automóveis - Indústria”. Adicionalmente, a atividade formação e desenvolvimento de recursos humanos, assim como atividade de gestão de imóveis (propriedades de investimento), uma vez que representam uma atividade sem grande expressão, estão repartidas pelos vários segmentos. O Conselho de Administração entende que a apresentação destas atividades em segmentos autónomos não aportaria qualquer valor acrescentado ao nível do relato financeiro da Empresa.

Não existem créditos associados a transações entre o segmento de veículos automóveis e o segmento de equipamento industrial.

25. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresenta-se da seguinte forma:

	2021	2020
Subcontratos	127 269	186 181
Serviços especializados	31 556 356	28 169 485
Trabalhos especializados	4 079 194	3 266 234
Publicidade e propaganda	21 694 249	19 457 832
Vigilância e segurança	403 301	432 169
Honorários	1 197 640	960 380
Comissões	145 737	113 690
Conservação e reparação	1 096 803	1 079 795
Outros	2 939 430	2 859 386
Materiais	6 654 073	6 878 181
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	81 037	94 579
Livros e documentação técnica	314 503	281 522
Material de escritório	136 092	168 175
Artigos para oferta	37 980	34 776
Outros	6 084 461	6 299 129
Energia e fluidos	898 743	804 905
Eletricidade	334 661	347 829
Combustíveis	549 785	432 533
Água	14 297	24 543
Deslocações, estadas e transportes	2 109 317	1 790 919
Deslocações e estadas	694 592	584 515
Transportes de pessoal	102 213	86 739
Transportes de mercadorias	1 312 512	1 119 664
Serviços diversos	2 329 204	2 167 599
Rendas e alugueres	593 857	551 709
Comunicação	344 139	433 407
Seguros	552 005	564 806
Royalties	405 725	205 430
Contencioso e notariado	2 891	6 375
Limpeza, higiene e conforto	430 588	405 873
	43 674 962	39 997 270

26. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 decompõem-se da seguinte forma:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	403 801	331 477
Remunerações do pessoal	11 178 075	9 774 699
Pensões	17 316	197 984
Indemnizações	500 097	403 718
Encargos sobre remunerações	3 224 394	2 273 416
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	251 265	194 887
Outros gastos com o pessoal	1 329 555	1 580 782
	16 904 503	14 756 963

Durante os exercícios findos em dezembro de 2021 e 2020, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi o seguinte:

Pessoal	2021	2020
Empregados	382	373
Assalariados	147	156
	529	529

27. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros rendimentos operacionais” tem a seguinte composição:

Outros rendimentos operacionais	2021	2020
Rendimentos de imóveis (Nota 6)	2 927 645	3 106 216
Subsídios à exploração	5 289 208	3 933 176
Recuperação de encargos com publicidade e promoção de vendas	463 442	451 141
Ganhos em inventários	401 674	62 675
Ganhos nos restantes investimentos não financeiros	3 231 675	2 793 935
Imputação de subsídios para investimento	2 204	7 427
Descontos pronto pagamento obtidos	9 589	16 586
Outros não especificados	14 057 811	10 571 533
	26 383 249	20 942 688

Detalhando os principais valores acima mencionados, temos a referir que:

- a rubrica “Recuperação de encargos com publicidade e promoção de vendas” inclui essencialmente valores respeitantes à recuperação de encargos (relativos às marcas representadas, junto do fornecedor (e acionista) Grupo Toyota Japão). Esta rubrica inclui igualmente a recuperação de diversos encargos suportados pela Empresa com atividades de marketing e promoção comercial associados às suas operações, junto do fornecedor Grupo Toyota Japão (acionista), bem como a recuperação de encargos de transporte associados a processos de venda.
- a rubrica “Rendimentos de imóveis” inclui valores relativos a rendas de propriedades de investimento. As referidas rendas são maioritariamente provenientes de contratos de locação de ativos imobiliários celebrados com diversas entidades relacionadas, sendo o respetivo detalhe relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como segue:

Entidade	2021	2020
Caetano Auto S.A	673 751	667 562
Caetano Coatings S.A.	558 759	558 050
Caetano Aeronautic, S.A.	184 160	233 315
Caetanobus - Fabricação Carroçarias, S.A.	792 270	855 100
Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	81 902	81 868
Toyota Kredit Bank	30 186	15 784
Toyota Logistic Services Portugal, Unip., Lda	577 478	602 586
Outras	29 139	91 951
Total Geral	2 927 645	3 106 216

A rubrica “Subsídios à exploração” considera o montante de cerca de 4,5 milhões de Euros respeitante a apoios do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional (3,3 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2020) a respeito das ações de formação ministradas pela Empresa nos seus vários centros de formação profissional, bem como inclui os apoios governamentais para fazer face à pandemia provocada pelo novo coronavírus Covid-19 (Nota 35).

A rubrica “Ganhos nos restantes investimentos não financeiros” inclui a mais valia gerada com a alienação de imóveis (edifício em Vila Nova de Gaia, 900.000 Euros em 2021 (Nota 5) e instalações comerciais em Cascais, 1.200.000 Euros em 2020(Nota 6)), bem como mais valias geradas na alienação de outros ativos fixos tangíveis.

A rubrica de “Outros não especificados” refere-se essencialmente à recuperação de gastos com garantias automóvel que são posteriormente redebitadas à marca Toyota.

Os gastos incorridos associados à recuperação de encargos encontram-se reconhecidos na rubrica de fornecimentos e serviços externos (onde são reconhecidos gastos relacionados com reparações de viaturas efetuadas por concessionários e reparadores independentes, encargos de transporte, encargos de marketing e publicidade, entre outros).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros gastos operacionais” tem a seguinte composição:

Outros gastos operacionais	2021	2020
Impostos	713 971	607 986
Perdas em inventários	9 815	42 411
Descontos pronto pagamento concedidos	8 844	2 902
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	4 426	27 673
Donativos	56 080	449
Quotizações	16 043	17 097
Multas e penalidades	12 868	10 576
Outros não especificados	8 273 411	7 674 082
	9 095 457	8 355 502

A rubrica de “Outros não especificados” inclui essencialmente gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidas aos concessionários.

28. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Juros e gastos similares suportados	2021	2020
Empréstimos bancários	938 983	1 084 245
Outros	1 047 504	785 973
	1 986 487	1 870 218

Juros e rendimentos similares obtidos	2021	2020
Outros	179 772	72 083
	179 772	72 083

29. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros da Empresa em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Instrumentos financeiros	Nota	Ativos financeiros		Passivos financeiros	
		2021	2020	2021	2020
Outros ativos financeiros		19 600	19 600		
Financiamentos a empresas Participadas	10	4 256 303	18 847 237		
Clientes	12	65 641 520	55 370 533		
Outras dívidas de terceiros	13	5 538 753	4 337 633		
Outros Ativos Correntes	14	2 078 487	455 587		
Financiamentos obtidos	17			41 703 313	36 929 580
Outras dívidas a terceiros	19			646 031	396 073
Fornecedores	18			38 901 165	31 015 239
Outros passivos correntes	20			11 321 825	11 186 334
Caixa e equivalentes a caixa	4	12 750 072	8 141 407		

30. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar com as empresas subsidiárias do Grupo Toyota Caetano Portugal, que em 31 de dezembro de 2021 e 2020, se encontram refletidas nas rubricas da demonstração da posição financeira “Outras dívidas de terceiros”, e “Outros ativos financeiros” podem ser resumidos como segue:

	2021	2020
Outras dividas de terceiros - Empresas do Grupo inseridas no "RETGS" (Nota 13)		
Caetano Renting, S.A.	(703 771)	(915 693)
Caetano Auto, S.A.	6 122 624	5 195 576
	5 418 853	4 279 883
Outros ativos financeiros - Empréstimos a Empresas Participadas (Nota 10)		
Caetano Renting, S.A.	1 856 302	16 852 045
Caetano Auto, S.A.	2 400 000	1 995 192
	4 256 302	18 847 237

Apresenta-se em seguida o quadro-resumo de saldos e fluxos com as entidades subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Toyota Caetano Portugal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Empresas relacionadas 2021	Dívidas		Outros Ativos e Passivos correntes		Produtos		Ativos fixos tangíveis		Serviços	Outros		Financeiros	
	A receber	A pagar	Outros Passivos Correntes	Outros Ativos correntes	Vendas e Serv Prestados	Compras	Aquisições	Alienações	Obtidos	Gastos	Rendimentos	Gastos	Rendimentos
Subsidiárias	31 829 373	(2 109 402)	(3 583 834)	66 452	(126 521 415)	26 919 731	0	(1 033 506)	14 814 939	3 718 414	(2 351 837)	0	(231 144)
Associada	345 646	(153)	(47 305)	0	(2 098 346)	192 113	0	0	910 241	205	(184 811)	0	0
Empreendimentos Conjuntos	2 240 413	(1 961 506)	(47 821)	189 769	(5 801 593)	4 834 060	0	(2 500)	254 975	0	(1 998 116)	0	0

Empresas relacionadas 2020	Dívidas		Outros Ativos e Passivos Correntes		Produtos		Ativos fixos tangíveis		Serviços	Outros		Financeiros	
	A receber	A pagar	Outros Passivos Correntes	Outros Ativos correntes	Vendas e Serv Prestados	Compras	Aquisições	Alienações	Obtidos	Gastos	Rendimentos	Gastos	Rendimentos
Subsidiárias	30 896 062	(1 677 272)	(2 068 183)	0	(107 671 023)	15 971 701	0	(518 455)	13 279 623	5 165 929	(2 304 571)	54	0
Associada	683 396	0	(343 282)	0	(2 205 684)	58 001	0	(35 000)	424 221	48 802	(130 971)	0	0
Empreendimentos Conjuntos	2 308 265	(134 845)	(280 877)	0	(4 980 186)	5 414 405	51 858	0	129 519	(161 371)	(-1 994 978)	0	0

O detalhe dos saldos e transações entre a Empresa e as entidades relacionadas do denominado Grupo Salvador Caetano, do Grupo Toyota Motor Corporation e Outras Entidades relacionadas, pode ser resumido como segue em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Entidades 2021	Dívidas		Outros Ativos e Passivos correntes		Produtos		Ativos fixos tangíveis		Serviços	Outros		Financeiros	
	A receber	A pagar	Outros Passivos Correntes	Outros Ativos correntes	Vendas e Serv Prestados	Compras	Aquisições	Alienações	Obtidos	Gastos	Rendimentos	Gastos	Rendimentos
Accionistas	3 916 133	(20 244 541)	(141 039)	1 390 000	(38 336 556)	202 456 417	0	0	774 641	0	(6 173 146)	6 337	(383)
Outras partes relacionadas Grupo Salvador Caetano	2 365 865	(1 908 673)	(856 181)	0	(5 658 441)	756 225	228 499	(110 626)	7 798 385	736 457	(1 998 156)	0	0
Outras partes Relacionadas Grupo Toyota Japão	3 219 619	(8 728 073)	(4 701 630)	0	(69 160 653)	58 683 455	39 681	0	797 831	1 538 306	(1 721 234)	290 288	0
Outras partes relacionadas	1621	(45 072)	0	49 200	0	0	111 378	0	316 409	0	(8 726)	0	0

Entidades 2020	Dívidas		Outros Ativos e Passivos Correntes		Produtos		Ativos fixos tangíveis		Serviços	Outros		Financeiros	
	A receber	A pagar	Outros Passivos Correntes	Outros Ativos correntes	Vendas e Serv Prestados	Compras	Aquisições	Alienações	Obtidos	Gastos	Rendimentos	Gastos	Rendimentos
Accionistas	441 178	(18 761 000)	(120 932)	0	(27 517 926)	141 862 037	0	0	426 936	138 930	(3 863 278)	3 797	(306)
Entidades Relaconadas Grupo Salvador Caetano	1 542 866	(1 700 847)	(1 056 502)	5 466	(5 884 370)	597 505	9 771	(33 955)	5 817 670	198 095	(1 710 843)	500	0
Entidades Relacionadas Grupo Toyota Japão	616 563	(5 574 927)	(80 858)	304	(46 685 833)	39 290 529	20 200	0	702 607	1 865 167	(1 115 478)	16 527	0
Outras entidades Relacionadas	9 294	(77 314)	(70 000)	0	(210)	0	114 421	0	231 045	16 280	(9 805)	0	0

Em 31 de dezembro de 2021, não existem saldos correntes pendentes com o pessoal-chave da gestão da Empresa (incluindo Órgãos Sociais).

As entidades relacionadas com que a Empresa tem relações são as seguintes:

ACIONISTAS

Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A.	Portugal
Toyota Motor Europe, Nv/Sa	Bélgica

OUTRAS PARTES RELACIONADAS GRUPO SALVADOR CAETANO

Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Portugal
Amorim, Brito & Sardinha, Lda.	Portugal
Atlântica- Companhia Portuguesa De Pesca, S.A.	Portugal
Caetano Aeronautic, S.A.	Portugal
Caetano Baviera- Comércio De Automóveis, S.A.	Portugal
Caetano City, S.A.	Portugal
Caetano Drive, Sport E Urban, S.A.	Portugal
Caetano Energy, S.A.	Portugal
Caetano Formula Cádiz, SLU	Espanha
Caetano Fórmula West Africa, S.A.	Portugal
Caetano Formula Galicia, SLU	Espanha
Caetano Fórmula, S.A.	Portugal
Caetano Mobility, SGPS, SA	Portugal
Caetano Motors, S.A.	Portugal
Caetano Motors Cádiz, SLU	Espanha
Caetano Move África, S.A.	Portugal
Caetano One Cv, Lda	Cabo Verde
Caetano Parts, Lda.	Portugal
Caetano Power, S.A.	Portugal
Caetano Reicomsa, Slu	Espanha
Caetano Retail España, Sau	Espanha
Caetano Retail, SGPS, S.A.	Portugal
Caetano Squadra África, S.A.	Portugal
Caetano Star, S.A.	Portugal
Caetano Technik, S.A.	Portugal
Caetsu Publicidade, S.A.	Portugal
Carplus, S.A.	Portugal
Choice Car, S.A.	Portugal
Fundação Salvador Caetano	Portugal
Gamobar- Sociedade De Representações, S.A.	Portugal
Guérin- Rent-A-Car (Dois), Lda.	Portugal
Grupo Salvador Caetano, (S.G.P.S.), S.A.	Portugal

Hyundai Portugal, S.A.	Portugal
Lidera Soluciones, SI	Espanha
Lusilectra- Veículos E Equipamentos, S.A.	Portugal
Mds Auto- Mediação Seguros Sa	Portugal
Movicargo- Serviços Aduaneiros, Lda.	Portugal
P.O.A.L.- Pavimentações E Obras Acessórias, S.A.	Portugal
Portianga- Comércio Internacional E Participações, S.A.	Portugal
Rigor- Consultoria E Gestão, S.A.	Portugal
Robert Hudson, Ltd	Angola
Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Portugal
Salvador Caetano Indústria, SGPS, S.A.	Portugal
Sózó Portugal, S.A.	Portugal
Turispaiwa- Sociedade Turística Paivense, S.A.	Portugal
Useragency- Agência De Publicidade, Lda.	Portugal
Vas África, S.A.	Portugal

OUTRAS PARTES RELACIONADAS GRUPO TOYOTA MOTOR CORPORATION

Toyota Motor Corporation	Japão
Toyota Kreditbank, Gmbh- Sucursal Em Portugal	Portugal
Toyota Logísticos Serviços Portugal, Unipessoal, Lda.	Portugal
Toyota Material Handling Deutschland	Alemanha
Toyota Material Handling Espanha Sa	Espanha
Toyota Material Handling Europe	Bélgica
Toyota Material Handling Europe Brussels	Bélgica
Toyota Material Handling Europe Logistics	Suécia
Toyota Material Handling France	França
Toyota Material Handling Manufact, France, Sas	França
Toyota Material Handling Manufact, Italy, Spa	Itália
Toyota Material Handling Manufact, Sweden	Suécia
Toyota Material Handling Nerdlands	Países Baixos
Toyota Tsusho Asia Pacific Pte Ltd	Singapura
Toyota Tsusho Corporation	Japão
Toyota Tsusho Europe S.A.	Bélgica

OUTRAS PARTES RELACIONADAS

Cociga- Construções Civas De Gaia, S.A.	Portugal
Covim- Soc Agrícola S Imobiliária S.A.	Portugal
Rarcon- Arquitectura, Consultadoria E Med. Imobiliária, S.A.	Portugal
Simoga- Sociedade Imobiliária De Gaia, S.A.	Portugal
Unboxagency- Agência De Publicidade, Unipessoal, Lda.	Portugal

31. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos na Demonstração da Posição Financeira

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Empresa tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	2021	2020
Caução	4 000 000	4 000 000
Outras garantias financeiras	1 659 071	1 660 174
	5 659 071	5 660 174

Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante de 4 milhões de Euros refere-se à caução prestada à A.T.A. (Autoridade Tributária e Aduaneira) que se destina a garantir junto desta o pagamento à posteriori dos valores resultantes dos direitos e imposições, assim como o imposto sobre veículos nos despachos e pedidos de matrícula efetuados.

Na sequência de financiamentos contratados no valor de 19 milhões de Euros, a Toyota Caetano concedeu à respetiva instituição financeira, garantias reais relativas a imóveis escriturados na Empresa em cerca de 1,3 milhões de Euros.

Outras informações - Veículos em fim de vida

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data, quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Empresa está a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em

devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É, no entanto, nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

Outras informações - Informação relativa à área ambiental

A Empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2021.

32. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2021	2020
Resultado	11 695 005	4 644 725
Número de ações	35 000 000	35 000 000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,33	0,13
Rendimento integral	13 223 143	4 380 913
Número de ações	35 000 000	35 000 000
Rendimento integral I(básico e diluído)	0,38	0,13

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

33. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

Órgãos sociais	2021	2020
Conselho de Administração	463 750	391 783
Conselho Fiscal	5 040	6 790

34. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos aos Revisores Oficiais de Contas da Empresa nos exercícios de 2021 e 2020 foram como segue:

	2021	2020
Honorários totais referentes à revisão de contas	58.500	27.500

35. COVID-19

No seguimento da declaração por parte da OMS – Organização Mundial da Saúde do estado de Pandemia devido à disseminação do novo coronavírus Covid-19 em março de 2020, que se prolongou durante o ano de 2021 importa referir alguns impactos nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2020 e 2021:

Atividade/Rentabilidade

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras anexas, no exercício de 2020 a atividade da Empresa sofreu uma quebra de cerca de 22%, fruto dos diversos constrangimentos que a pandemia provocou, sendo de destacar as interrupções / paragens de produção ora provocadas pelas medidas restritivas de saúde pública implementadas, ora provocadas pelas dificuldades logísticas em movimentar pessoas, mercadorias e equipamentos.

Ao nível da rentabilidade, fruto das interrupções / paragens ocorridas com o consequente impacto negativo na produtividade e na diluição dos custos fixos, o EBITDA* sofreu igualmente uma quebra de cerca de 41%.

* EBITDA= RES. Operacionais+Amortizações+Imparidades

Importa referir que a Empresa manteve uma atividade de constante monitorização dos efeitos da pandemia ao longo de todo o exercício de 2021, mantendo um adequado controlo sobre os seus custos operacionais e adequando a aquisição de viaturas junto dos seus principais fornecedores operacionais (viaturas e peças), reagindo assim às flutuações do negócio.

A escassez de chips/componentes que se sentiu ao longo do exercício de 2021, teve e continua a ter um forte impacto na economia em geral, não apenas pela falta de peças/equipamentos/matérias-primas, mas igualmente ao nível da logística associada ao transporte de bens.

De facto, quer na venda e aluguer de viaturas e equipamentos de movimentação de carga, bem como na respetiva assistência e, ainda, na montagem de viaturas exercida nas instalações produtivas de Ovar, a Toyota Caetano Portugal tem sido afetada nas diversas atividades que desenvolve. Paralelamente, o tempo de transporte destes bens tornou-se mais longo, facto que resulta da redução generalizada no recurso a este serviço, conjugado com a necessidade de rentabilização dos meios utilizados.

Perante este contexto, a Toyota Caetano Portugal implementou medidas concretas para minimizar o risco acrescido que daqui resulta, nomeadamente:

- i. Na área da indústria, principalmente na montagem de viaturas, centrou-se a produção nos modelos nos quais se verifica menor escassez de materiais, estando esta estratégia totalmente concertada junto do cliente e fornecedores relevantes envolvidos nesta atividade;

- ii. Na área das máquinas de movimentação de carga, considerando a fraca capacidade de influenciar a cadeia de abastecimento, recorreu-se à colocação junto dos clientes, de equipamentos usados em aluguer temporário ou cedência;
- iii. A gestão de inventários, quer a montante (fornecedores), quer a jusante (concessionários e clientes finais) é efetuada de forma rigorosa, em consonância com o contexto de escassez que se vive;
- iv. Promoveu-se a canalização das vendas para os canais de maior rentabilidade, tendo igualmente sido revista a gestão das viaturas de demonstração, cortesia e de serviço, optando-se por uma menor rotação sem comprometer a divulgação e promoção das marcas representadas;
- v. Foram revistas as diretrizes sobre a matriz de exposição de viaturas, adaptando-as à realidade: menor número de viaturas em exposição e colocação de viaturas semi-novas nos estabelecimentos comerciais alocados à atividade de viaturas novas;
- vi. Foi revista a política de descontos junto de clientes.

A dimensão dos efeitos da conjuntura sentida em 2021 não foi assim significativa, não tendo igualmente impactado de forma relevante as principais estimativas contabilísticas. Não obstante, foram efetuadas análises de indícios de imparidade e, quando necessário, análises de imparidade formais (quer pela determinação do valor de uso, quer pela determinação do valor de venda), das quais não resultaram necessidades de registo de perdas por imparidade adicionais. As análises levadas a cabo contemplaram a utilização de projeções atuais que contêm informação prospetiva sobre a evolução do mercado automóvel, nomeadamente em relação ao timing de retorno aos indicadores e volumes atingidos no período pré-pandemia.

Há que salientar que as expectativas da Empresa se concretizaram e à medida que se foi retomando o ritmo normal de atividade a rentabilidade voltou a atingir os níveis alcançados no passado.

As demonstrações financeiras anexas evidenciam para o exercício de 2021 uma retoma da atividade da Empresa em cerca de 20%, fruto das medidas concretas tomadas para minimizar os diversos constrangimentos atrás referidos que a pandemia provocou.

Ao nível da rentabilidade o EBITDA* sofreu igualmente um crescimento de cerca de 40%.

* EBITDA= RES. Operacionais + Amortizações + Imparidades

Financiamento

Pese embora a menor rentabilidade das operações face ao período pré-pandemia, as necessidades de financiamento da Empresa não se agravaram, tendo conseguido financiar a sua atividade através de linhas de crédito disponibilizadas sem necessidade de recorrer às linhas estabelecidas pelo Estado / sistema financeiro português para fazer face ao momento de crise, como as linhas Covid e processo de moratórias estabelecido pelo Estado / sistema financeiro português.

Por outro lado, fruto das medidas de apoio à economia implementadas pelo Estado Português, não se verificou um agravamento nos custos de financiamento.

Por último, até à data, não foi sentido igualmente nenhum agravamento significativo no prazo médio de recebimento dos clientes que tenha afetado as necessidades de financiamento da Empresa.

Liquidez

De acordo com a sua política de gestão direcionada à manutenção de uma reserva de liquidez adequada, e estando a Empresa consciente dos reflexos económico-financeiros, os quais terão inerentemente efeitos negativos sobre a sua atividade/rentabilidade futura, importa referir que se encontram disponíveis no momento linhas de crédito bancário não utilizadas no montante de mais de 67,5 M€, estando assim assegurada, em nosso entender, a continuidade das operações pelo menos por um período de 12 meses (Nota17).

Mecanismos de apoio colocados à disposição pelo Governo

O Governo, consciente dos reflexos económico-financeiros sobre a atividade/rentabilidade das empresas, implementou uma série de medidas de apoio que a Empresa utilizou com o seguinte montante aproximado de benefício:

- Apoio extraordinário à manutenção do contrato de trabalho	194.584 Euros
- Apoio extraordinário retoma progressiva	195.973 Euros
- Incentivo à normalização da atividade	518.700 Euros

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Toyota Caetano Portugal, SA tem acompanhado com atenção os acontecimentos relacionados com a situação na Ucrânia, manifestando total solidariedade com o seu povo.

Certos do poder das organizações em contribuir para uma sociedade justa e com igualdade de oportunidades para todos, e tendo em conta que a preocupação com as Pessoas é um dos Valores que orienta a nossa atividade, desde a primeira hora manifestamos inteira disponibilidade na integração de refugiados ucranianos no mercado laboral, através das oportunidades profissionais nas nossas empresas. Em simultâneo, estamos a analisar a possibilidade de dar formação a estes cidadãos, tirando proveito da rede de centros de formação que temos a nível nacional.

No que diz respeito aos efeitos esperados pelo atual contexto de guerra, temos assistido a uma crescente instabilidade dos mercados económicos e financeiros, com consequências imprevisíveis em termos de inflação, subida exponencial do preço dos combustíveis e dos custos energéticos, abrandamento do consumo e do investimento.

Principais impactos na atividade do Grupo Toyota Caetano Portugal:

O Grupo Toyota Caetano Portugal vê também a sua atividade afetada por esta guerra, não só devido às suas implicações diretas, como pela instabilidade dos mercados externos, resultado do mundo global em que vivemos.

A conjuntura complexa associada a este conflito dificulta as previsões atuais. Tudo dependerá da escala e duração do mesmo. Abaixo, resumimos as nossas principais preocupações e apontamos os principais riscos.

- Dependência dos preços das matérias energéticas nos mercados internacionais

No caso do Grupo Toyota Caetano Portugal, a elevada dependência do país relativamente aos preços das matérias energéticas nos mercados internacionais, causa, naturalmente, impacto na atividade da empresa; não apenas ao nível do acréscimo de gastos, mas também no impacto junto aos consumidores dos produtos e serviços disponibilizados pelo conjunto das empresas deste Grupo.

De notar que em 2021 foram celebrados contratos de fornecimento de energia elétrica a preços fixos até 2031, não se antevendo oscilações significativas de preços. As mesmas, a existirem, serão efetuadas apenas por via das componentes reguladas.

Em paralelo, estão implementadas severas medidas de controlo de custos com o objetivo de redução dos gastos gerais das empresas.

▪ Aumento das matérias-primas

No que à aquisição de matérias-primas diz respeito, perspetiva-se um aumento generalizado dos preços. Para fazer face a este desafio:

- estão a ser encetadas negociações com fornecedores para redução de preços através de uma maior visibilidade de quantidades a adquirir e respetivos timings de entrega (*rolling forecast, binding forecast...*);
- em determinadas circunstâncias, recorre-se à antecipação de colocação de encomendas de forma a fixar os atuais preços, com negociação de prazos alargados de entrega e de pagamento;
- *procurement* de fornecedores alternativos e em geografias distintas;
- sempre que possível, desenvolvimento de soluções alternativas com materiais menos afetados pelo aumento de preço;
- orientação da política comercial para produtos e serviços de maior rentabilidade e gestão muito atenta e controlada dos descontos de venda a conceder.

▪ Logística e cadeias de abastecimento

Como é do conhecimento geral e conforme referido na secção dos “nossos riscos”, já há largos meses que o setor automóvel sofre com as restrições de fornecimentos, de produção e de vendas face à perturbação causada pela falta de semicondutores aliada à crise pandémica. Espera-se que este conflito agudize ainda mais os prazos de entrega.

Ainda desconhecemos o real impacto que este contexto possa ter na produção de veículos produzidos em França, Inglaterra, Turquia, República Checa, Japão e África do Sul, que são as origens dos nossos abastecimentos de viaturas.

Nas peças com destino ao mercado de após-venda, idêntico raciocínio se aplica relativo ao fabrico das mesmas, quer nas fábricas sediadas na Europa, quer no Japão/outras países asiáticos.

Em simultâneo, perspetiva-se um aumento considerável de custos em toda a cadeia de transportes, que implicitamente agravará os custos das viaturas e peças para o mercado de após-venda.

▪ Comportamento do Consumidor /Mercado:

Os sucessivos aumentos de custos dos combustíveis irão naturalmente ter efeitos a curto prazo nos hábitos do consumidor, que passará a utilizar muito menos o seu automóvel, situação que se traduz na redução de Km's por viatura e que impacta na atividade diária das Concessões.

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de abril de 2022.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente

MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS

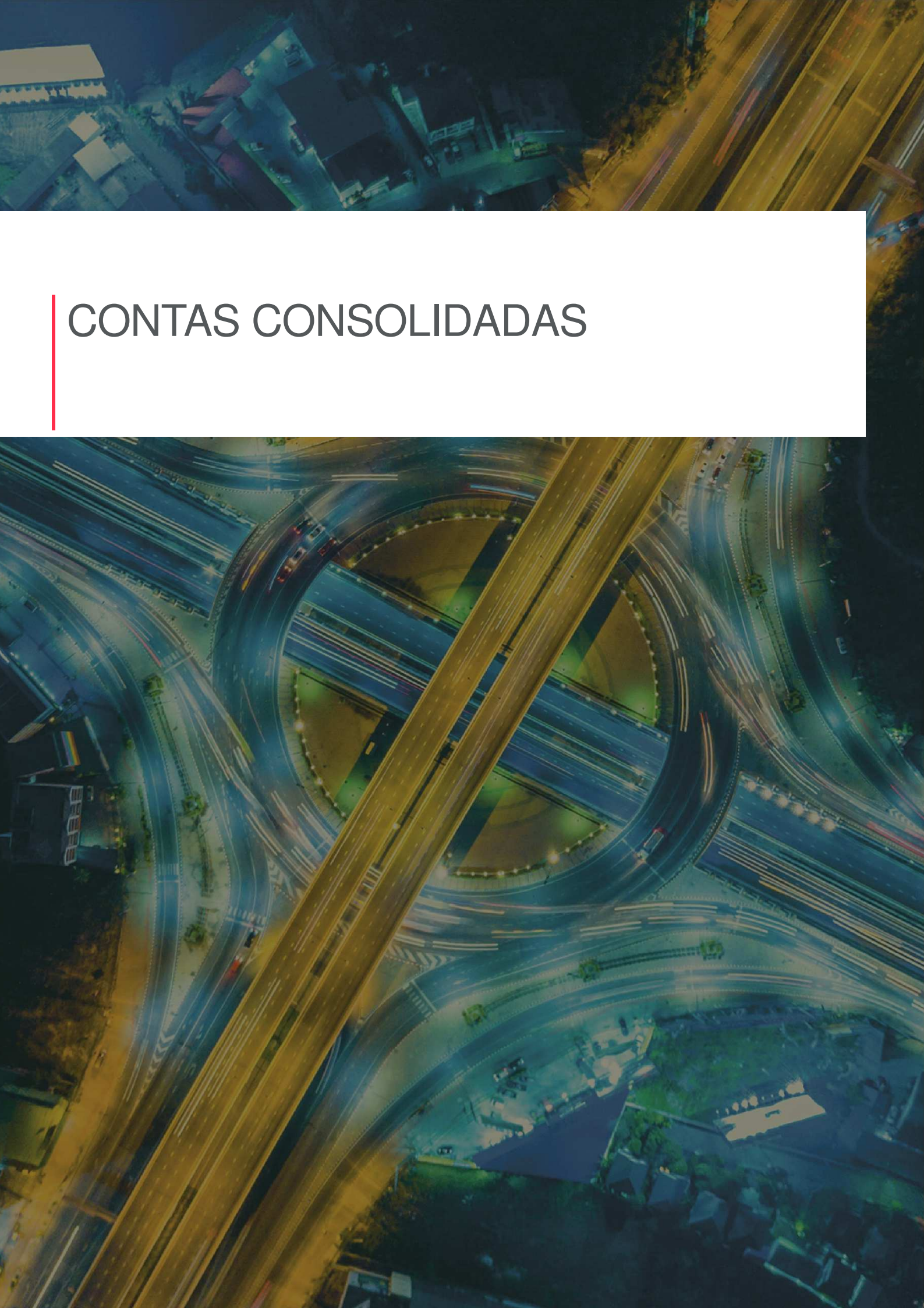
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO

MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS

GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

TOM FUX

KAZUNORI TAKAGI



CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill	9	611.997	611.997
Ativos intangíveis	5	994.965	721.490
Ativos fixos tangíveis	6	101.371.198	96.730.530
Propriedades de investimento	7	10.076.343	11.159.678
Investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos	10	43.994.621	39.105.000
Outros investimentos	11	4.606.025	4.219.437
Ativos por impostos diferidos	16	3.528.735	3.148.683
Clientes	13	766.236	654.046
Total de ativos não correntes		165.950.120	156.350.861
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	12	86.801.921	78.708.164
Clientes	13	53.704.915	45.050.337
Outras dívidas de terceiros	14	1.028.878	5.574.066
Imposto sobre o rendimento a recuperar	23	-	871.404
Outros ativos correntes	15	4.130.654	4.754.890
Caixa e equivalentes a caixa	17	22.122.760	11.437.547
Total de ativos correntes excluindo ativos não correntes detidas para venda		167.789.128	146.396.408
Ativos não correntes detidas para venda	8	3.175.221	2.157.708
Total de ativos correntes		170.964.349	148.554.116
Total do ativo		336.914.469	304.904.977
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		35.000.000	35.000.000
Reserva legal		7.498.903	7.498.903
Reservas de justo valor		1.460.711	1.178.658
Outras reservas e resultados transitados		92.948.220	97.382.982
Resultado consolidado líquido do exercício		11.695.005	4.644.726
Interesses que não controlam	18	148.602.839	145.705.269
	19	1.329.406	1.284.674
Total do capital próprio		149.932.245	146.989.943
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	20	25.375.771	26.913.455
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	25	7.105.288	11.171.634
Provisões	26	1.918.478	1.973.126
Outras dívidas a terceiros	22	2.275.204	-
Passivos por impostos diferidos	16	1.873.647	1.839.798
Total de passivos não correntes		38.548.388	41.898.013
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	20	22.280.235	17.341.752
Fornecedores	21	43.622.927	38.187.645
Outras dívidas a terceiros	22	54.687.631	37.571.414
Imposto sobre o rendimento a pagar	23	4.307.955	-
Outros passivos correntes	24	23.535.088	22.916.210
Total de passivos correntes		148.433.836	116.017.021
Total do passivo		186.982.224	157.915.034
Total do passivo e capital próprio		336.914.469	304.904.977

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS
GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS
TOM FUX
KAZUNORI TAKAGI

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE

2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos operacionais:			
Vendas	30	362.895.229	319.482.015
Prestações de serviços	30	41.263.502	38.354.623
Outros rendimentos operacionais	33	30.396.482	25.061.606
Variação da produção	12	(43.953)	188.420
Total de rendimentos operacionais		434.511.260	383.086.664
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	12	(307.684.030)	(274.833.481)
Fornecimentos e serviços externos	31	(40.142.735)	(38.284.349)
Gastos com o pessoal	32	(39.293.472)	(35.674.340)
Amortizações e depreciações	5, 6 e 7	(20.903.183)	(20.323.547)
Imparidade de inventários	26	959.968	409.735
Imparidade de dívidas a receber	26	443.036	(961.564)
Provisões e perdas por imparidade	26	208.917	(1.250.192)
Outros gastos operacionais	33	(4.453.640)	(3.269.322)
Total de gastos operacionais		(410.865.139)	(374.187.060)
Resultados operacionais		23.646.121	8.899.604
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	10	(4.728.610)	-
Gastos e perdas financeiros	34	(2.701.575)	(2.388.772)
Rendimentos e ganhos financeiros	34	32.448	17.162
Resultados antes de impostos		16.248.384	6.527.994
Impostos sobre o rendimento	27	(4.422.245)	(2.076.261)
Resultado líquido consolidado do período		11.826.139	4.451.733
Resultado líquido consolidado atribuível:			
ao Grupo		11.695.005	4.644.726
a interesses que não controlam	19	131.134	(192.993)
		11.826.139	4.451.733
Básico	28	0,338	0,127
Diluído	28	0,338	0,127

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente
 MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
 SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
 MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS
 GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS
 TOM FUX
 KAZUNORI TAKAGI

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**(Montantes expressos em Euros)**

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas e resultados transitados			Resultado líquido	Subtotal	Interesses que não controlam	Total
				Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Total de reservas e resultados transitados				
Saldos em 1 de janeiro de 2020		35.000.000	7.498.903	883.196	86.348.273	87.231.469	11.593.984	141.324.356	1.514.227	142.838.583
Aplicação do resultado consolidado de 2019		-	-	-	11.593.984	11.593.984	(11.593.984)	-	-	-
Rendimento integral consolidado do exercício		-	-	295.462	(559.275)	(263.813)	4.644.726	4.380.913	(207.362)	4.173.551
Aquisição a Interesses que não controlam		-	-	-	-	-	-	-	(22.191)	(22.191)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		35.000.000	7.498.903	1.178.658	97.382.982	98.561.640	4.644.726	145.705.269	1.284.674	146.989.943
Saldos em 1 de janeiro de 2021		35.000.000	7.498.903	1.178.658	97.382.982	98.561.640	4.644.726	145.705.269	1.284.674	146.989.943
Aplicação do resultado consolidado de 2020		-	-	-	4.644.726	4.644.726	(4.644.726)	-	-	-
Rendimento integral consolidado do exercício		-	-	282.053	1.420.512	1.702.565	11.695.005	13.397.570	137.040	13.534.610
Aquisição a Interesses que não controlam		-	-	-	-	-	-	-	(92.308)	(92.308)
Distribuição de dividendos	18	-	-	-	(10.500.000)	(10.500.000)	-	(10.500.000)	-	(10.500.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		35.000.000	7.498.903	1.460.711	92.948.220	94.408.931	11.695.005	148.602.839	1.329.406	149.932.245

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente
 MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
 SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
 MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS
 GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS
 TOM FUX
 KAZUNORI TAKAGI

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Montantes expressos em Euros)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado líquido consolidado do exercício	11.826.139	4.451.733
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, passíveis de serem subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:		
Método Equivalência Patrimonial - Associadas e Empreendimento conjuntos (Nota 10)	327.910	-
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, que não serão subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:		
Variação do justo valor de instrumentos de capital ao justo valor por via de capital (Nota 11)	282.053	295.462
Variação nas responsabilidades com plano de benefícios definidos – valor bruto (Nota 25)	1.419.502	(1.546.407)
Variação nas responsabilidades com plano de benefícios definidos – efeito imposto (Nota 16)	(319.216)	613.941
Outros – valor bruto	(1.778)	584.263
Outros – efeito imposto	-	(225.441)
Rendimento integral consolidado do exercício	<u>13.534.610</u>	<u>4.173.551</u>
Atribuível a:		
Acionistas da empresa mãe	13.397.570	4.380.913
Interesses que não controlam	137.040	(207.362)

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente
 MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
 SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
 MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS
 GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS
 TOM FUX
 KAZUNORI TAKAGI

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Montantes expressos em Euros)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2021	31/12/2020
Recebimentos de Clientes	555.201.533	476.780.959
Pagamentos a Fornecedores	(411.436.697)	(328.625.355)
Pagamentos ao Pessoal	(35.756.427)	(31.832.823)
Fluxo gerado pelas Operações	108.008.409	116.322.781
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	105.195	(2.265.054)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional	(76.862.168)	(68.253.194)
Fluxo das Atividades Operacionais	31.251.436	45.804.533
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros	430	-
Propriedade de Investimento	79.300	-
Ativos Fixos Tangíveis	1.195.884	1.301.592
Juros e Proveitos Similares	9.034	4.600
	1.284.648	1.306.192
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	(9.383.060)	(39.127.191)
Propriedade de Investimento	-	(72.445)
Ativos Fixos Tangíveis	(2.024.135)	(1.679.855)
Ativos Intangíveis	(458.332)	(334.434)
	(11.865.527)	(41.213.925)
Fluxo das Atividades de Investimento	(10.580.879)	(39.907.733)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos Obtidos (Nota 20)	198.500.000	62.612.760
Passivos de Locação (Nota 20)	4.968.473	2.370.979
	203.468.473	64.983.739
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos (Nota 20)	(193.582.230)	(62.250.000)
Rendas de Passivos de Locação (Nota 20)	(7.490.088)	(7.815.570)
Juros e Custos Similares	(1.594.857)	(1.732.058)
Outros Credores	(300.114)	(176.325)
Dividendos (Nota 18)	(10.486.528)	-
	(213.453.817)	(71.973.953)
Fluxo das Atividades de Financiamento	(9.985.344)	(6.990.214)
CAIXA E EQUIVALENTES		
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 17)	11.437.547	12.530.961
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 17)	22.122.760	11.437.547
Variação de Caixa e Seus Equivalentes	10.685.213	(1.093.414)

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS
GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS
TOM FLUX
KAZUNORI TAKAGI

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e é a empresa-mãe de um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência após-venda, a criação e operacionalização de projetos de formação e desenvolvimento de recursos humanos, bem como a gestão de imóveis próprios, incluindo o arrendamento dos mesmos, e ainda o aluguer de veículos de curta ou longa duração, com ou sem condutor.

A Toyota Caetano Portugal, S.A., pertence ao Grupo Salvador Caetano Auto (Grupo liderado pela sociedade Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.), sendo detida diretamente pela sociedade Salvador Caetano Auto - S.G.P.S., S.A., desde finais do ano de 2016.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota (viaturas e empilhadores), Lexus (viaturas) e BT (empilhadores) para Portugal, encabeçando um Grupo (“Grupo Toyota Caetano”) cujo perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2021 se detalha na Nota 4.

O Grupo detém ainda participações financeiras num empreendimento conjunto e numa associada que se detalham na Nota 10.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.3.c).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido endossadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em 1 de janeiro de 2021.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, do justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras consolidadas, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua

significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos / passivos;

Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.5.

2.2 ADOÇÃO DE IAS/IFRS NOVOS OU REVISTOS

Novas normas e alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2021

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram aprovadas (endorsed) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e alterações às normas, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – <i>“Covid 19 Related Rent Concessions beyond 30 June 2021”</i>	Esta emenda estende para 30 de junho de 2022 a aplicação do expediente prático opcional pelo qual os locatários ficam dispensados de analisar se as concessões de renda até essa data, tipicamente suspensões ou reduções de renda, relacionadas com a pandemia “COVID-19” correspondem a modificações contratuais	1 de abril de 2021
IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021
IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência (“IBOR”), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	1 de janeiro de 2021

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em resultado da adoção das normas e alterações acima referidas.

Normas, interpretações emendas e revisões irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas materiais, em detrimento de políticas contabilísticas significativas	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária	1 de janeiro de 2023

Relativamente a estas normas, emendas e revisões, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Normas (novas e alterações) que se tornaram efetivas, em ou após 1 janeiro de 2021, ainda não endossadas pela UE.

As seguintes normas contabilísticas foram emitidas pelo IASB com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros e, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, não se encontram ainda aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de “liquidação” de um passivo	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfazamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “ <i>overlay</i> ” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023

Estas normas não foram ainda adotadas (*endorsed*) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

2.3 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo Grupo:

- a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo esteja exposto, ou tenha direitos, a retornos variáveis, em consequência do seu envolvimento nessas empresas, e tenha a capacidade de afetar esses retornos, através do poder sobre essas empresas (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na rubrica “Interesses que não controlam”. As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas que não controlam excedem os interesses que não controlam no capital próprio da subsidiárias, os interesses que não controlam absorvem esse excesso na proporção da percentagem detida.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do grupo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como Goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada dos resultados.

Para as concentrações de atividades empresariais ocorridas após 1 de janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista, o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de atividades, com algumas alterações significativas:

- (i) os montantes que compõem o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção, de transação a transação, mensurar os “interesses que não controlam” pela proporção do valor dos ativos líquidos do Grupo adquiridos ou ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos;

(ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos.

Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *goodwill* negativo.

Igualmente foi aplicada desde 1 de janeiro de 2010 a IAS 27 revista, entretanto substituída para este efeito pela IFRS 10, a qual exige que todas as transações com os interesses que não controlam sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre o Grupo, não havendo lugar ao registo de *goodwill* ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido pelo Grupo, qualquer interesse remanescente detido pelo Grupo é remensurado ao justo valor, e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração consolidada dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e empreendimentos conjuntos (empresas em que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relacionadas com a atividade exigem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo) são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica “Investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos”.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da adquirida na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor da rubrica “Investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos” (Nota 10). Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração consolidada dos resultados “Resultados relativos a investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma análise de imparidade formal dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da participada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a mesma, sendo nesses casos registada uma provisão na rubrica do passivo “Provisões” para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na participada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As participações em associadas e empreendimentos conjuntos encontram-se detalhadas na Nota 10.

c) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira consolidada, e os gastos e os rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio “Outras reservas e resultados transitados”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

2.4 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao seu “*deemed cost*”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respetivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração consolidada dos resultados.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico e ferramentas	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 6
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras ativos fixos tangíveis	4 - 8

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção / desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração consolidada dos resultados como “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração consolidada dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 7). O Grupo promove a realização periódica e rotativa de avaliações dos referidos ativos imobiliários por entidades especializadas independentes. Nos exercícios em que determinado ativo imobiliário não é selecionado para efeitos de avaliação externa independente, é requerido à equipa interna do Grupo (que tem competências técnicas nesta área) uma avaliação sobre a possibilidade de existência de alterações relevantes no valor de mercado de tais ativos imobiliários, face à última avaliação externa obtida.

As propriedades de investimento são igualmente depreciadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de dez a cinquenta anos. As depreciações do exercício das propriedades de investimento são registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

Quando o justo valor destes ativos imobiliários se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada, sempre que se justifique, uma perda por imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” na demonstração consolidada dos resultados. Quando as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Perdas por imparidade” na demonstração consolidada dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor resultante das avaliações externas das propriedades de investimento, que é objeto de divulgação, foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidades especializadas independentes (utilizando habitualmente o Método de mercado, o Método do custo ou o Método do rendimento).

d) Locações (na ótica do locatário)

Identificação de locações

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período, em troca de um valor. No início de cada contrato, é avaliado e identificado se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se o Grupo, enquanto locatário, obtém substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se tem o direito de controlar o uso do ativo.

Todos os contratos que constituam uma locação são contabilizados pelo locatário com base num modelo único de reconhecimento na demonstração da posição financeira consolidada.

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e., o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e., o direito de uso – “right-of-use” ou “RoU”). O custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do RoU são reconhecidos separadamente.

O passivo da locação é remensurado aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Esta remensuração do passivo da locação é reconhecida como um ajustamento no RoU.

Direitos de uso de ativos

O Grupo reconhece um ativo sob direito de uso na data de entrada em vigor do contrato de arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O direito de uso dos ativos encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas e ajustado por eventuais novas mensurações do passivo das locações. O custo do direito de uso dos ativos inclui o valor inicial do passivo da locação, eventuais custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já efetuados antes da data de entrada em vigor, deduzido de quaisquer incentivos recebidos e acrescido dos custos de restauro, se existentes. Os ativos de direito de uso encontram-se registados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” da demonstração da posição financeira consolidada.

Sempre que o Grupo incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no respetivo direito de uso.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de carência de rendas) são reconhecidos como elementos de mensuração do direito de uso e passivos da locação. As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidas como gastos no exercício em que são apuradas ou ocorre o pagamento.

Os ativos de direitos de uso são depreciados de acordo com o prazo da locação, pelo método linear, ou de acordo com a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao período de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

A menos que seja razoavelmente certo que o Grupo obtenha a propriedade do ativo arrendado no final do prazo da locação, o direito de uso dos ativos reconhecido é depreciado pelo método linear com base no prazo da locação.

A imparidade dos direitos de uso é testada de acordo com o preconizado pela IAS 36 – Imparidade de ativos (nota 2.4.i)).

Nas locações de ativos de baixo valor e de curta duração, o Grupo não reconhece os direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

Os contratos de locação podem conter componentes de locação e não-locação. Foi considerado, no entanto, o expediente previsto na norma de não separar os componentes de serviço dos componentes de locação, contabilizando-os como um único componente de arrendamento.

Passivos de locação

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação, e inclui os referidos saldos na rubrica da demonstração da posição financeira consolidada “Financiamentos obtidos”.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis, dependentes de um índice ou de uma taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos

da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o Grupo exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo rescinda o contrato.

Os pagamentos relativos a componentes não locação não são reconhecidos como passivos de locação. Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no exercício em que o evento que lhes der origem ocorra.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, o Grupo usa a taxa de empréstimo incremental na data de entrada em vigor, se a taxa de juro implícita não for facilmente determinável.

As opções de extensão e de rescisão estão previstas em vários contratos de locação e a sua aplicação tem por base a maximização operacional. Para determinar o prazo da locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de extensão ou não exercer uma opção de rescisão. A maioria das opções de extensão não foi incluída no passivo da locação e, quando exercidas, são-no pelo Grupo e não pelo locador.

O prazo é revisto apenas se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja sob o controle do locatário.

Após a data de entrada em vigor, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se houver uma modificação, como uma alteração no prazo da locação, nos pagamentos fixos ou na decisão de compra do ativo subjacente.

Tratamento contabilístico de operações de “Sale and Leaseback”

O tratamento contabilístico das Operações de “Sale and Leaseback” depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados no reconhecimento do rédito. De acordo com o IFRS 16, caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos do IFRS 15, então a mesma deverá ser contabilizada como uma venda de um ativo, sendo que, o vendedor-locatário deverá mensurar o direito de uso (RoU) do ativo como uma proporção do valor contabilístico anterior do ativo que está relacionado com o direito de uso, reconhecendo apenas como ganho e perda o relacionado

com os direitos transferidos para o comprador-locador, i.e. aqueles que decorrem para além do período de locação.

De acordo com a IFRS 16 o valor do direito de uso a reconhecer (RoU) é inferior ao que seria caso o contrato de locação fosse celebrado sem a operação de venda anterior. Efetivamente o valor do RoU é calculado pela proporção do valor retido sobre o valor do ativo vendido.

Nas situações em que o Grupo recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

e) Locações (na ótica do locador)

Nas locações em que o Grupo age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira consolidada do Grupo e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação na rubrica “Outros rendimentos operacionais” quando respeitante a imóveis (atividade imobiliária do Grupo apresenta-se como secundária e residual), e reconhecida na rubrica de “Prestações de serviços” quando relacionada com a locação de viaturas.

f) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o valor dos mesmos for recuperado através de uma operação de venda, ao invés do seu uso continuado. Contudo, tal classificação exige que a transação de venda seja altamente provável, que o ativo se encontre disponível para venda imediata, que o Conselho de Administração do Grupo esteja comprometido com a alienação do mesmo e que a mesma ocorra no curto prazo (normalmente, mas não exclusivamente, no prazo de um ano).

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são registados ao mais baixo do seu valor contabilístico, ou do seu justo valor, deduzido dos gastos com a sua alienação, sendo, no caso dos ativos fixos afetos à unidade operacional detida para venda, interrompida a depreciação durante tal período.

g) Inventários

Os inventários do Grupo associados à atividade de importação e retalho da área automóvel e equipamento industrial (que compreendem essencialmente mercadorias compostas por viaturas novas e usadas, equipamento de movimentação de carga, bem como peças e acessórios) são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O custo compreende as despesas incorridas para trazer os inventários à sua localização e condição atuais. A fórmula de custeio utilizada para as peças e acessórios corresponde ao custo médio, sendo que em relação às viaturas (novas e usadas) o custeio é específico por chassis ou matrícula.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado menos todos os custos estimados de conclusão e custos a serem incorridos em marketing, venda e distribuição. As viaturas usadas são contabilizadas pelo menor valor entre o custo ou valor justo menos os custos de venda, geralmente com base em dados de mercado externo disponíveis para veículos usados. Uma imparidade de inventários é reconhecida em situações em que o valor realizável líquido seja menor que o custo (como obsolescência, deterioração, queda no preço de venda). Ao calcular a imparidade, o Conselho de Administração considera a natureza e o estado do inventário (viatura), bem como aplica premissas em torno da possibilidade de venda antecipada, determinada nas condições existentes no final do período de relato financeiro. Com exceção no que respeita a peças e acessórios, geralmente os ajustamentos ao valor realizável líquido são aplicados item a item.

Finalmente, nos trabalhos em curso (reparação e assistência automóvel), a mão-de-obra aplicada encontra-se valorizada ao preço de custo.

Relativamente à atividade industrial relacionada com a montagem de viaturas nas instalações fabris de Ovar (os inventários nesta atividade correspondem a matérias-primas e subsidiárias, produção em curso e produtos acabados), as matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, sendo utilizada como fórmula de custeio o custo médio. Relativamente ao custo dos produtos acabados e intermédios, assim como dos produtos e trabalhos em curso, o mesmo corresponde ao seu custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas incorporadas na produção, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico incorporados, tomando por base o nível normal de produção. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos como estas naturezas de inventários entre o início e o final do exercício é reconhecido como variação da produção na

demonstração consolidada dos resultados. A fórmula de custeio das saídas corresponde ao custo específico de cada viatura / chassis produzido.

São igualmente constituídas imparidades para estes inventários, para reduzir o valor contabilístico dos mesmos ao respetivo valor realizável, essencialmente com base em indicadores de rotação.

h) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que o Grupo já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

i) Imparidade de ativos

Ativos não correntes exceto Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira consolidada sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A

quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como “Perdas por imparidade”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Goodwill

O valor do *Goodwill* não é amortizado sendo testado anualmente, no final de cada exercício, para verificar se existem perdas por imparidade, ou seja, se o *Goodwill* não se encontra registado por um valor superior à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do *Goodwill* são registadas na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica “Perdas por imparidade”. As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas.

j) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração consolidada dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo fixo que leve necessariamente um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda, caso em que são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira consolidada e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 26).

l) Ativos Financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo Grupo na gestão do recebimento dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa, venda dos fluxos de caixa, ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber (se inclui apenas capital mais juro ou se inclui outras variáveis).

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode

incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade):

- a) Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b) Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o Grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o Grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através de capital, por se referirem a investimentos que não são detidos para negociação.
- (iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A classificação dos ativos financeiros do Grupo por categoria encontra-se na Nota 35.

Mensuração

O Grupo mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas por imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Rendimentos e ganhos financeiros”, nos resultados financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

Perdas por imparidade

O Grupo avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” e aos Ativos de contratos com clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Justo Valor de Investimentos Financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado (Nível 1). Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados) – Nível 2. Para os restantes casos, são utilizadas técnicas de valorização, não baseadas em dados de mercado observáveis – Nível 3.

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste

último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados.

Os “instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira consolidada, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração consolidada dos resultados.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo.

O justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração da posição financeira consolidada.

O Grupo efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira consolidada sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativa de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda por imparidade anteriormente

reconhecida na demonstração consolidada dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

(i) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes a caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

(ii) Clientes e Dívidas de terceiros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de venda e serviços prestados no âmbito da atividade ordinária do Grupo e outros saldos relacionados com atividades operacionais. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato.

As rubricas de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos em “Perdas por imparidade”. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração consolidada dos resultados em “imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados.

m) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Financiamentos obtidos” (Nota 20), “Fornecedores” (Nota 21) e “Outras dívidas a terceiros” (Nota 22). Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

(i) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração consolidada dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração consolidada dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

(ii) Fornecedores e Dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o Grupo adquiriu no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados

como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

As dívidas a fornecedores e terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo, para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

n) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2013.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira consolidada representam o valor presente dos benefícios futuros, ajustado de ganhos ou perdas atuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 25). Este plano de pensões define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração. Este plano de pensões está a cargo da entidade BPI Vida e Pensões, S.A..

O passivo reconhecido na demonstração da posição financeira consolidada relativamente ao plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data das demonstrações financeiras consolidadas. As obrigações do plano de benefícios definidos são calculadas anualmente por atuário independente, utilizando o método da unidade de crédito projetada (“*Projected Unit Credit Method*”). O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de

elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio e apresentados em “Outro rendimento integral”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, exceto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do exercício em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios definidos sejam reduzidos, com efeito material, originando assim uma redução nas responsabilidades com o plano.

As contribuições para o Plano de Contribuição Definida são registadas em gastos do exercício.

o) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, mas divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

p) Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”), o qual inclui as empresas subsidiárias do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal: Toyota Caetano Portugal, S.A., Caetano Renting, S.A. e Caetano Auto, S.A..

Para as restantes empresas com sede em Portugal e para as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro (Caetano Auto Cabo Verde), a tributação é efetuada numa base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira consolidada e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de Goodwill ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

q) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração das empresas do Grupo.

r) Rédito - Contratos com clientes

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade do Grupo. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Na determinação do valor do rédito, o Grupo avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efetua a sua melhor estimativa.

O rédito é registado na demonstração consolidada dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em

data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.

O rédito da venda de mercadorias é reconhecido quando a obrigação de transferir a mercadoria (viaturas, peças ou acessórios) para o cliente for satisfeita e o rédito pode ser mensurado com segurança. A obrigação de transferir mercadorias para o cliente é considerada satisfeita quando as viaturas ou peças são faturadas e fisicamente despachadas ou recolhidas.

A receita com a prestação de serviços ao cliente é considerada satisfeita quando o serviço é realizado.

Quando um veículo ou um equipamento industrial é vendido a uma empresa de leasing e o Grupo se compromete a recomprar o veículo por um valor especificado a uma data predeterminada, a venda não é reconhecida na base de que a possibilidade de a recompra ser exercida é altamente provável. Consequentemente, tais veículos e equipamentos são retidos dentro de “ativos fixos tangíveis” na demonstração da posição financeira consolidada ao custo e são depreciados pelo seu valor residual ao longo da vida do arrendamento.

Quando serviços adicionais estão incluídos na venda de uma viatura ou equipamento industrial a um cliente como parte do pacote total do veículo (contratos de manutenção) e o Grupo atua como principal no cumprimento do serviço, o valor dos serviços adicionais é identificado separadamente, deduzido da contraprestação a receber, reconhecido como receita diferida na demonstração da posição financeira consolidada e subsequentemente reconhecida como receita quando o serviço é prestado, ou reconhecida numa base de entrada com referência à quantidade de tempo decorrido sob o contrato ao qual o serviço se refere. Esses saldos são considerados passivos contratuais. A consideração alocada a serviços adicionais é baseada na venda autónoma relativa ao preço dos serviços adicionais dentro do contrato.

Quando o Grupo atua como um agente em nome de um principal em relação a financiamentos para aquisição de viaturas a crédito, seguros e produtos semelhantes, o rédito da comissão é reconhecido como rédito, na rubrica “Prestações de serviços” (Nota 30) no período em que o produto financeiro ou o seguro relacionado é vendido e o correspondente pagamento pode ser assegurado.

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

O rédito do Grupo Toyota Caetano Portugal, é composto pelo rédito proveniente das atividades mencionadas na Nota 1.

Os valores registados na rubrica " Outros ativos correntes " com o montante de 357.495 euros (226.209 euros em 31 de dezembro de 2020) constituem contract assets no âmbito da IFRS 15 (Nota 15). Os valores registados nas rubricas "Outras dívidas a terceiros" e " Outros passivos correntes " com o montante de 2.446.886 euros e 3.556.395 euros (1.076.820 euros e 25.161 euros em 31 de dezembro de 2020), respetivamente, constituem contract liabilities no âmbito da IFRS 15 (Notas 22 e 24).

s) Classificação na demonstração da posição financeira consolidada

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira consolidada são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, as rubricas "Ativos por impostos diferidos", "Passivos por impostos diferidos" e "Provisões" são classificadas como ativos e passivos não correntes.

t) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da demonstração da posição financeira consolidada. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira consolidada, são registadas como ganhos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

u) Política do resultado por ação

Básico:

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro tributável aos acionistas, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como ações próprias.

Diluído:

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas, ajustado pelos dividendos de ações preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período acrescido do número médio de ações ordinárias possíveis de emitir na conversão de ações ordinárias potenciais diluidoras.

v) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio aplicáveis ao Grupo. Os mesmos encontram-se definidos de acordo com o organigrama funcional do Grupo, e do modo como a informação de gestão está organizada.

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente do Grupo:

- (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos;
- (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A informação relativa ao nível dos segmentos operacionais identificados (veículos automóveis e equipamento industrial), é incluída na Nota 29.

Na referida nota é ainda dada informação por geografia e por subsegmentos. Para o segmento de veículos automóveis foram agregados os subsegmentos, indústria, comércio, serviços e aluguer. Para o segmento de equipamento industrial foram agregados o subsegmento de máquinas, serviços e aluguer.

w) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira consolidada que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira consolidada (*“adjusting events”*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira consolidada que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira consolidada (*“non adjusting events”*), se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.5 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, bem como das propriedades de investimento;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao Goodwill (Nota 9);
- d) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma (Nota 25);
- f) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- g) Análises de imparidade relativamente a investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 10).

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos

eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os julgamentos significativos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.6 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

No Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal.

O Grupo Toyota Caetano Portugal é ainda apoiado por departamentos internos do Grupo Salvador Caetano, com os quais mantém sinergias, como sejam, Direção Jurídica e Compliance / Direção de Planeamento, Controlo de Gestão e Auditoria Interna /Fiscalidade/ Serviços Informáticos e pela Auditoria realizada pelos Auditores Externos. Sempre que oportuno, os relatórios relevantes são partilhados com o Conselho Fiscal.

A política de risco é preparada pelo Conselho de Administração, avaliada pelo Conselho Fiscal e, finalmente, aprovada em sede de Conselho de Administração.

No desenvolvimento das suas atividades o Grupo Toyota Caetano Portugal S.A. está sujeito, em cada uma das suas áreas de negócio ou das suas participadas, a uma multiplicidade de riscos, que se identificaram com o objetivo de os mitigar e controlar.

RISCOS FINANCEIROS

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano Portugal, S.A. de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definidos os princípios de gestão de risco globais bem como políticas específicas para determinadas áreas, como sejam o risco de taxa de câmbio, o risco de preço, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de capital e o risco de crédito.

(i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde e, desde dezembro de 2020, um empreendimento conjunto a operar no Reino Unido (a subsidiária do Grupo Caetano Bus, a entidade Caetano UK). Por política do Grupo, é definida uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Caetano Auto Cabo Verde, e a Libra Esterlina, relativamente à participada da Caetano Bus sediada no Reino Unido), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus *cash flows*. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão do risco da taxa de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.3 c), os ativos e passivos de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira consolidada e os gastos e ganhos dessas entidades são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão - Cambial”.

O montante de ativos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como se segue:

	Ativos		Passivos	
	2021	2020	2021	2020
Escudo de Cabo Verde (CVE)	8.087.466	6.493.729	4.139.952	2.919.912
Libra Esterlina (GBP)	-	-	1.830	-
Yene Japonês (JPY)	137.899	-	1.546.703	236.610
Kwanza Angolano (AOA)	-	-	80	-

A sensibilidade do Grupo a variações da taxa de câmbio pode ser resumida como segue:

	Variação	2021		2020	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Libra Esterlina (GBP)	5%	(92)	-	-	-
Yene Japonês (JPY)	5%	(77.335)	-	(11.830)	-
Dólar Americano (USD)	5%	(4)	-	-	-

Relativamente à sensibilidade de variações da taxa de câmbio do Escudo de Cabo Verde (CVE), dado que a taxa de câmbio definida não sofre alterações (taxa de câmbio fixa face ao Euro), o Grupo não tem risco cambial associado.

(ii) Risco de preço

O Grupo Toyota está exposto a alterações dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nomeadamente das componentes automóveis. No entanto, tendo em conta que a aquisição de matérias-primas não está de acordo com um preço cotado em bolsa ou formado em mercados voláteis, este risco de preço não é significativo.

Adicionalmente, o Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2021 e 2020, esteve exposto ao risco de variação de preço dos “Outros investimentos”. Aquela rubrica é composta em 31 de dezembro de 2021 e 2020 unicamente por Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de

Investimento Imobiliário Fechado. Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como “Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital”, o efeito de alterações no respetivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.4.I) para aquele tipo de instrumento financeiro.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos “Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” pode ser resumida como segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação	2021		2020	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
FUNDO CIMOVEL	10%	-	447.466	-	419.260
FUNDO CIMOVEL	-10%	-	(447.466)	-	(419.260)

(iii) Risco da taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano Portugal aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da

posição financeira consolidada. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- A taxa de juro efetiva é superior em 0,25 p.p. face à taxa de juro suportada;
- A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação	2021		2020	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Contas correntes caucionadas	0,25 p.p.	37.500	-	-	-
Descobertos Bancários	0,25 p.p.	21	-	312	-
Empréstimo bancário	0,25 p.p.	701	-	25.907	-
Empréstimo obrigacionista	0,25 p.p.	31.250	-	31.250	-
Total		69.472	-	57.469	-
Contas correntes caucionadas	(0,25 p.p.)	(37.500)	-	-	-
Descobertos Bancários	(0,25 p.p.)	(21)	-	(312)	-
Empréstimo bancário	(0,25 p.p.)	(701)	-	(25.907)	-
Empréstimo obrigacionista	(0,25 p.p.)	(31.250)	-	(31.250)	-
Total		(69.472)	-	(57.469)	-

(iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

O *Chief Financial Officer* do Grupo monitoriza regularmente o nível de financiamentos obtidos, facilidades de crédito disponíveis, disponibilidades de tesouraria, bem como as perspetivas de cash outflow no curto e médio prazo (incluindo necessidades resultantes de planos de investimento, os quais, com exceção das aquisições de participações financeiras realizadas no final de 2020, têm sido relativamente reduzidos), por forma a gerir o risco de liquidez.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

No quadro seguinte pode-se verificar a maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

2021	Menos de 1 ano	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 e 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Financiamentos obtidos	22.280.235	17.447.880	6.152.931	1.774.960	47.656.006
Fornecedores	43.622.927	-	-	-	43.622.927
Outras dívidas a terceiros	33.812.518	2.275.204	-	-	36.087.722
	<u>99.715.680</u>	<u>19.723.084</u>	<u>6.152.931</u>	<u>1.774.960</u>	<u>127.366.655</u>

2020	Menos de 1 ano	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 e 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Financiamentos obtidos	17.341.752	6.124.815	19.161.101	1.627.539	44.255.207
Fornecedores	38.187.645	-	-	-	38.187.645
Outras dívidas a terceiros	22.643.270	-	-	-	22.643.270
	<u>78.172.667</u>	<u>6.124.815</u>	<u>19.161.101</u>	<u>1.627.539</u>	<u>105.086.122</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 25.533.246 Euros e 32.817.660 Euros, respetivamente, divididos entre financiamentos correntes e não correntes (Nota 20) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 17) contratados junto de diversas instituições. As linhas de crédito disponíveis e não utilizadas àquela data totalizam, aproximadamente, 69 milhões de Euros.

Importa salientar que a Empresa, com exceção do financiamento com garantia real onde está previsto o *covenant* rácio entre dívida líquida e EBITDA* calculado com base nas contas consolidadas do ano anterior, não tem contratualizados quaisquer instrumentos de dívida com cláusulas de reembolso acelerado, para além das que decorrem das cláusulas habituais relacionadas com o cumprimento das obrigações por parte da Empresa, nomeadamente, obrigações de pagamento, interrupção de atividade, *ownership clause*, *pari passu*, *negative pledge*, sendo que as situações em que os financiamentos obtidos incluem garantias reais encontram-se divulgadas na Nota 37.

* EBITDA = Res. Operacionais + Amortizações + Imparidades

(v) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes

stakeholders do Grupo. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral de acionistas as medidas consideradas necessárias.

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida + capital próprio)).

	2021	2020
Financiamentos obtidos	47.656.006	44.255.207
Caixa e Equivalentes a Caixa	(22.122.760)	(11.437.547)
Endividamento líquido	25.533.246	32.817.660
Capital Próprio	149.932.245	146.989.943
Rácio de alavancagem financeira	14,55%	18,25%

O gearing permanece dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecido pela gestão.

(vi) Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo resulta essencialmente:

- do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e
- do risco de recuperação dos créditos das entidades exteriores ao Grupo.

O risco de crédito é avaliado no momento inicial e ao longo do tempo, de forma a acompanhar a sua evolução.

Uma parte significativa dos valores a receber de clientes encontra-se dispersa por um número elevado de entidades, um fator que contribui para a redução do risco de concentração de crédito. Regra geral, os clientes do Grupo não têm rating de crédito atribuído.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado pelo departamento financeiro do Grupo, supervisionado pelo Conselho de Administração, com base: i) na natureza societária dos devedores; ii) no tipo de transações originadoras dos saldos a receber; iii) na experiência de transações realizadas no passado; iv) nos limites de crédito estabelecidos para cada cliente e v) nas eventuais garantias prestadas por alguns clientes, nomeadamente concessionários e reparadores independentes com quem estão celebrados contratos de concessão automóvel.

O Grupo considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, o Grupo compara o risco de incumprimento ocorrer por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial.

De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, o Grupo tem em consideração, entre outros, os seguintes indicadores:

- Risco de crédito interno;
- Risco de crédito externo (caso disponível);
- Alterações adversas correntes ou expectáveis ao nível dos resultados operacionais do devedor;
- Aumentos significativos no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros do devedor;
- Alterações significativas no valor dos colaterais sobre as responsabilidades, ou na qualidade das garantias de terceiros;
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor, incluindo alterações nas condições de pagamento do devedor ao nível do Grupo a que pertence, assim como alterações ao nível dos seus resultados operacionais;
- Informações macroeconómicas (tais como taxas de juro de mercado ou taxas de crescimento) são incorporadas no modelo de crédito interno.

Independentemente da análise acima, presume-se um aumento significativo no risco de crédito, se um devedor se atrasa mais de 30 dias a contar da data de pagamento contratual.

Em termos de instrumentos de melhoria creditícia associados às contas a receber de clientes, o Grupo dispõe das seguintes situações:

- i. Concessionários e Reparadores Independentes: esta tipologia de terceiro respeita à rede de retalho automóvel dos concessionários das marcas “Toyota” e “Lexus”, os quais operam ao abrigo de contratos de concessão para a compra, revenda de viaturas e prestação de serviços de assistência técnica (O Grupo tem atualmente 21 contratos estabelecidos com concessionários e reparadores independentes). Cada um destes concessionários e reparadores independentes mantém uma garantia bancária “on first demand” a favor do Grupo, com um plafond previamente estabelecido, assegurando-se o Grupo que tal limite não é ultrapassado;
- ii. Clientes gerais de viaturas: apesar de esta tipologia de clientes genericamente adquirir viaturas a pronto pagamento, existem, contudo, situações em que o Grupo aceita condições de pagamento a prazo (nomeadamente em alguns clientes da área de rent-a-car e escolas de condução). Na generalidade destas situações, a venda efetuada considera uma cláusula de reserva de propriedade associada à viatura vendida ou, em alternativa, não é transferida a sua propriedade até que a viatura esteja integralmente liquidada.

Considera-se que existe incumprimento quando a contraparte não cumpre com os pagamentos contratuais até 90 dias da data de vencimento das faturas. O Grupo analisa casuisticamente os saldos a receber de clientes que evidenciam problemas de cobrança e realização, desenvolvendo todos os esforços no sentido da respetiva recuperação, por via de acordo com o cliente ou por via judicial, mantendo igualmente tais saldos (ainda que objeto de registo de uma perda por imparidade) na demonstração da posição financeira consolidada, até que sejam esgotadas todas as ações de tentativa de recuperação do saldo em aberto e verificada a inexistência de ativos para recuperação (incluindo a componente respeitante ao Imposto sobre o Valor Acrescentado junto da Autoridade Tributária) dos referidos saldos em caso de falência.

Desta forma, os ativos financeiros correspondentes a contas a receber de clientes são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação e após o processo acima descrito ter sido concluído, sendo obtidas as necessárias aprovações internas para tal desreconhecimento. Não existem assim situações de possibilidade de recuperação de contas a receber que tenham sido objeto de desreconhecimento ao nível das demonstrações financeiras consolidadas.

Imparidade de ativos financeiros

(i) Clientes e Outras dívidas de terceiros

O Grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros”. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de Clientes e “Outras dívidas de terceiros” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas e antiguidade. As perdas de crédito estimadas incorporam informação de estimativas prospetivas. A antiguidade dos saldos de clientes encontra-se detalhada na Nota 13.

(ii) Financiamentos concedidos a entidades relacionadas

Considera-se que os saldos de “Financiamentos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, consequentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias “on first demand”, cujo montante, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de, aproximadamente, 8.679.470 Euros e 9.114.470 Euros, respetivamente, que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontram-se divulgados na Nota 26.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas por imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 26.

Os montantes relativos a clientes e outras dívidas de terceiros apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

(iii) Equivalentes a caixa

As seguintes tabelas apresentam um resumo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 da qualidade do crédito dos depósitos bancários:

2021		
Rating Depósitos	Agência de Rating	Valor
A2	Moody's	575.024
A3	Moody's	3.957.555
Aa3	Moody's	18.689
B1	Moody's	615.096
B2	Moody's	536.638
Baa2	Moody's	12.075.366
Baa3	Moody's	12.638
	Outros sem rating atribuído	4.213.816
Total		22.004.822

2020

Rating Depósitos	Agência de Rating	Valor
A2	Moody's	24.184
A3	Moody's	227.042
Aa3	Moody's	11.674
B1	Moody's	130.762
B2	Moody's	540.560
Baa1	Moody's	4.453.811
Baa3	Moody's	3.766.115
	Outros sem rating atribuído	2.160.158
Total		11.314.308

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Agência de rating Moody's.

RISCOS EXTERNOS

Outro tipo de riscos são os riscos externos, que não sendo do espectro direto do Grupo têm influência no mesmo. São de realçar três riscos diferentes: o risco de fornecimento de mercadorias e materiais, o risco do contexto macroeconómico e o risco de concorrência.

(i) Risco de fornecimento de mercadorias e materiais

O risco de fornecimento de mercadorias e materiais traduz-se no risco de falta de componentes, materiais, matérias-primas necessárias à produção e ao normal funcionamento do Grupo. A pandemia SARS-CoV-2 levou à ocorrência de constrangimentos na cadeia de abastecimentos, com a escassez na oferta de componentes; em paralelo e como consequência, também a logística associada ao transporte dos bens foi afetada; de facto, o tempo total associado ao transporte destes bens tornou-se mais longo (maior lead time na prestação deste serviço), facto que resulta da redução generalizada no recurso a este serviço conjugado com a necessidade de rentabilização pelos operadores dos meios utilizados. Pelo exposto, assistiu-se ao aumento da relevância deste risco, passando de baixo para médio a elevado.

O impacto deste risco na atividade do Grupo é agora cotado como moderado a significativo. Para fazer face a este contexto, o Grupo Toyota Caetano Portugal implementou medidas concretas, nomeadamente:

- na área da indústria, nomeadamente na montagem das viaturas, centrou-se na produção nos modelos nos quais se verifica menor escassez de materiais; esta estratégia está totalmente concertada junto dos clientes e fornecedores relevantes envolvidos nesta atividade;
- na área das máquinas de movimentação de carga, considerando a fraca capacidade de influenciar a cadeia de abastecimento, está a recorrer-se à colocação, junto de clientes, de equipamentos usados em aluguer temporário ou cedência;
- na gestão de stocks quer a montante (fornecedores) quer a jusante (concessionários e clientes finais) é efetuada de forma rigorosa, em consonância com o contexto de escassez que se vive;
- assiste-se a uma orientação das vendas para os canais de maior rentabilidade;
- também a gestão das viaturas de demonstração, cortesia e de serviço foi revista, optando-se por menor rotação sem comprometer a divulgação e promoção das marcas representadas;
- reviram-se as diretrizes sobre matriz de exposição de viaturas, adaptando-as à realidade, nomeadamente: menor número de viaturas em exposição e colocação de viaturas semi-novas nos stands alocados à atividade de viaturas novas;
- a política de descontos junto de clientes foi igualmente revista;
- de forma transversal, e na continuidade do que é prática habitual, as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal têm reforçado a sua estratégia de redução de custos e otimização dos recursos disponíveis;
- adicionalmente, e também como denominador comum a estas empresas, assiste-se a um reforço na comunicação com colaboradores, fornecedores e clientes para informar sobre os desafios que enfrentamos; nomeadamente, junto dos clientes, tem-se incentivado a efetivação de contratos para entregas mais tardias assistindo-se, assim, a um aumento da carteira de contratos.

(ii) Risco de contexto macroeconómico

Quanto ao risco de contexto macroeconómico, trata-se do risco de fatores externos macroeconómicos influenciarem a capacidade financeira/produtiva de uma empresa. Este risco foi também impulsionado pela pandemia, sendo que a desaceleração da atividade económica e o aumento das taxas de juro e inflação são os principais fatores que influenciaram o aumento da probabilidade de ocorrência deste risco de baixa para média.

O Grupo acompanha atentamente todas as alterações macroeconómicas tanto em Portugal, como na Europa e no resto do mundo, de forma a garantir que se encontra em cima do acontecimento e pronto para atuar no momento certo.

(iii) Risco de concorrência

O risco de concorrência traduz-se no risco de perda de quota de mercado para outros concorrentes. No atual panorama, o Grupo procura garantir que não perde a atual quota de mercado, e desta forma aposta numa estratégia assente na inovação, excelência de serviço, maior presença em canais digitais e sustentabilidade. Para além disso, é importante destacar que a Toyota é uma marca de renome e prestigiada, com várias provas dadas a nível de inovação e diversificação de produtos. Exemplos disso são a estratégia Beyond Zero onde o destino não é zero emissões, mas ir além disso, estratégia conjugada com a oferta de mais e melhor mobilidade para todos, promovendo um futuro mais sustentável, e o programa BRIT (Best Retailer in Town) que tem como objetivo motivar todos os concessionários a serem os melhores nas zonas onde operam. Ainda de ressaltar que o Grupo realiza frequentemente ações de benchmarking aos seus concorrentes. Assim sendo, considera-se que este risco tem uma probabilidade média de ocorrência.

RISCOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO (IT) E CIBERSEGURANÇA

Os riscos de IT e cibersegurança são fundamentalmente riscos relacionados com a segurança dos sistemas de informação. Os sistemas de informação estão na base do Grupo e, como tal, considera-se de importância estratégica a existência de uma cultura de segurança que propicie a todos os colaboradores e parceiros uma perspetiva clara das suas responsabilidades no âmbito da segurança da informação. Qualquer falha de segurança, quer intencional, negligência ou crime, pode ter um impacto significativo na confidencialidade dos dados, na qualidade das operações, na

disponibilidade da informação, entre outros, que poderão afetar negativamente a rentabilidade e a reputação do Grupo. É indispensável assegurar a todos os colaboradores o acesso à informação necessária ao desempenho das respetivas atividades, mas exigindo destes o respeito pelos controlos de segurança da informação implementados e o comprometimento com os valores da confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Neste sentido, o Grupo adotou o referencial para a segurança da Toyota Motors Corporation denominado All Toyota Security Guidelines. Este contempla um conjunto de medidas técnicas e organizativas em diversos domínios, nomeadamente, na gestão da segurança da informação, na segurança operacional e de redes, na segurança física, na gestão de incidentes, na classificação e proteção da informação, no controlo de acessos, na análise de risco e na formação.

Considerando a diversidade e complexidade das áreas dos Sistemas de Informação no geral e da Segurança da informação em particular, a Toyota Caetano Portugal, S.A. externaliza os serviços relativos aos sistemas de informação à Rigor - Consultoria e Gestão, S.A, empresa do Grupo Salvador Caetano com valências em todos os domínios dos Sistemas de Informação.

Face ao aumento do teletrabalho, ao aumento do cibercrime e à evolução das técnicas utilizadas pelos cibercriminosos, o Grupo não só mantém monitorização e auditorias constantes aos seus sistemas como também tem planeada a implementação de medidas técnicas e organizativas adicionais para fazer face a estes novos riscos.

RISCOS LEGAIS, FISCAIS E REGULATÓRIOS

O Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A. identifica riscos fiscais decorrentes maioritariamente do contexto de permanente mudança legislativa em que vivemos. Se por um lado, as exigências resultantes dos programas da OCDE e da legislação Europeia se têm vindo a elevar, por outro, a própria legislação nacional produz constantemente alterações regulatórias com impacto na atividade do Grupo.

O contexto de instabilidade normativa fiscal pode não só conduzir a perdas resultantes do incumprimento da legislação vigente, como também condicionar direta e indiretamente as opções estratégicas de negócio, afetando a rentabilidade económica do mesmo. A acrescer aos riscos



fiscais inerentes à atividade empresarial, há ainda o risco resultante da imprevisibilidade da fiscalidade automóvel, com impactos diretos no comportamento dos nossos clientes.

O Grupo Toyota Caetano empenha-se no cumprimento de todas as obrigações fiscais a que está sujeita, valorizando o seu ativo reputacional e assumindo uma postura ativa na prossecução deste objetivo. Para assegurar a constante prevenção e mitigação de riscos fiscais, recorre a equipas internas especificamente dedicadas a esta área, e a consultoria externa prestada por entidades de reconhecidos padrões éticos e profissionais.

No que respeita aos riscos jurídicos, o principal risco da atividade do Grupo tem que ver com eventuais alterações legislativas que possam ter impacto sobre as operações – nomeadamente legislação laboral, regulação ambiental, regulação europeia e nacional ao nível da concorrência e práticas restritivas de comércio, entre outras – que possam afetar o desenvolvimento da atividade.

A Direção Jurídica do Grupo Salvador Caetano procura, em estreita cooperação com a área fiscal, a área dos recursos humanos e as áreas operacionais acautelar os interesses do Grupo, de uma forma sustentável e com respeito pela legislação aplicável.

Os processos em contencioso em que o Grupo está envolvido são regularmente comunicados à gestão, por forma a que se tomem preventivamente medidas que possam evitar similares processos no futuro.

A Direção Jurídica é ainda responsável pela prevenção e monitorização dos riscos associados ao incumprimento da legislação relativa à proteção de dados pessoais, governo societário e corrupção, pugnando pela verificação da aplicação do código de conduta e do acompanhamento do canal de comunicação de irregularidades.

Em ambas as áreas – jurídica e fiscal - é valorizada a formação contínua, a abordagem integrada das diversas equipas técnicas e operacionais e a promoção das melhores práticas identificadas.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são como se segue:

Empresas	Percentagem de participação efetiva	
	2021	2020
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa Mãe	
Caetano Auto CV, S.A.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	100,00%	100,00%
Caetano - Auto, S.A.	98,74%	98,50%
Destaque Mourisco - Sociedade Imobiliária, Lda. a)	56,28%	-

a) Empresa constituída no exercício de 2021 sendo detida diretamente pela empresa Caetano-Auto, S.A. em 57%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pela IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto e exposição aos retornos das atividades relevantes).

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2021	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	1.504.751	615.996	81.485	2.154.870	598.319	4.955.421
Adições	-	-	-	13.607	337.552	351.159
Alienações e abates	-	(30.000)	-	-	-	(30.000)
Transferências	(27.534)	81.485	(81.485)	27.534	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	1.477.217	667.481	-	2.196.011	935.871	5.276.580
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	1.477.217	523.250	81.485	2.151.979	-	4.233.931
Amortização do exercício	-	70.831	-	6.853	-	77.684
Alienações e abates	-	(30.000)	-	-	-	(30.000)
Transferências	-	81.485	(81.485)	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	1.477.217	645.566	-	2.158.832	-	4.281.615
Valor líquido	-	21.915	-	37.179	935.871	994.965

2020	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	1.477.217	615.996	81.485	2.154.870	202.804	4.532.372
Adições	27.534	-	-	-	395.515	423.049
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1.504.751	615.996	81.485	2.154.870	598.319	4.955.421
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	1.477.217	358.038	81.485	2.150.245	-	4.066.985
Amortização do exercício	-	165.212	-	1.734	-	166.946
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1.477.217	523.250	81.485	2.151.979	-	4.233.931
Valor líquido	27.534	92.746	-	2.891	598.319	721.490

Os valores registados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 na rubrica “Ativos intangíveis em curso” estão relacionados com projetos de implementação de novos softwares de gestão estando previsto passar a firme durante os anos de 2022 e 2024.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2021

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos fixos Tangíveis em Curso	Ativos sob direito de Uso	Total
Ativo bruto:									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	17.195.624	88.367.387	63.523.819	61.104.368	9.042.508	4.895.565	75.520	39.305.385	283.510.176
Adições	-	508.378	569.531	26.317	113.387	133.472	420.657	773.059	2.544.801
Alienações e abates	(11)	(625.094)	(20.643)	(6.746.705)	-	-	-	(182.956)	(7.575.409)
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de/para Inventário	-	-	-	6.790.784	-	-	-	4.973.347	11.764.131
Transferências e reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	150.000	-	-	-	-	-	-	634.163	784.163
Reversão de ativos para a entidade com término de locação	701.350	2.109.541	103.432	6.047.505	-	-	(16.891)	(8.944.937)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	18.046.963	90.360.212	64.176.139	67.222.269	9.155.895	5.029.037	479.286	36.558.061	291.027.862
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	-	65.148.062	59.035.719	33.351.180	8.050.869	4.429.953	-	16.763.863	186.779.646
Depreciação do exercício	-	1.803.885	876.166	11.950.602	211.978	109.365	-	5.587.832	20.539.828
Alienações e abates	-	(615.010)	(16.971)	(5.544.696)	-	-	-	(137.783)	(6.314.460)
Transferências de/para Inventário	-	-	-	(11.832.090)	-	-	-	-	(11.832.090)
Transferências e reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	483.740	483.740
Reversão de ativos para a entidade com término de locação	-	498.891	22.087	5.170.379	-	-	-	(5.691.357)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	-	66.835.828	59.917.001	33.095.375	8.262.847	4.539.318	-	17.006.295	189.656.664
Valor líquido	18.046.963	23.524.384	4.259.138	34.126.894	893.048	489.719	479.286	19.551.766	101.371.198

2020

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos fixos Tangíveis em Curso	Ativos sob direito de Uso	Total
Ativo bruto:									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	17.195.806	87.612.619	62.460.383	38.454.361	8.950.525	4.797.117	1.142.255	71.191.220	291.804.286
Adições	-	277.524	792.684	3.273.621	91.813	102.467	94.123	7.220.328	11.852.560
Alienações e abates	(182)	(417.283)	(9.320)	(13.085.693)	170	(4.019)	-	(1.340.945)	(14.857.272)
Transferências de/para Inventário	-	-	-	(5.303.139)	-	-	-	-	(5.303.139)
Transferências e reclassificações	-	894.527	280.072	37.765.218	-	-	(1.160.858)	(37.765.218)	13.741
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	17.195.624	88.367.387	63.523.819	61.104.368	9.042.508	4.895.565	75.520	39.305.385	283.510.176
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	-	64.066.808	58.138.994	16.443.832	7.528.716	4.325.527	-	31.280.803	181.784.680
Depreciação do exercício	-	2.027.817	906.091	11.352.869	220.567	106.061	-	5.106.098	19.719.503
Alienações e abates	-	(946.563)	(9.366)	(6.789.728)	169	(1.635)	-	(1.072.751)	(8.819.874)
Transferências de/para Inventário	-	-	-	(6.206.080)	301.417	-	-	-	(5.904.663)
Transferências e reclassificações	-	-	-	18.550.287	-	-	-	(18.550.287)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	-	65.148.062	59.035.719	33.351.180	8.050.869	4.429.953	-	16.763.863	186.779.646
Valor líquido	17.195.624	23.219.325	4.488.100	27.753.188	991.639	465.612	75.520	22.541.522	96.730.530



O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas do exercício de 2020 acima apresentado difere da versão apresentada no relatório e contas publicado relativamente a 31 de dezembro de 2020, na medida em que no decorrer do exercício de 2021 foram identificadas incorreções na sua preparação. A versão acima apresentada trata-se da versão corrigida, sem que se altere o valor contabilístico líquido.

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas e a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo, bem como para aluguer operacional a clientes.

As transferências entre a rubrica “Ativos sob direito de uso” e “Equipamento de transporte” no montante de 877.126 Euros correspondem à reclassificação pelo Grupo das máquinas de movimentação de carga cujo contrato de financiamento terminou, tendo o Grupo adquirido as mesmas de acordo com a contratualização estabelecida.

O valor de perdas por imparidade acumuladas em 31 de dezembro de 2020 ascendia a 150.000 Euros. Em 31 de dezembro de 2021 este valor foi totalmente revertido.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, os bens utilizados em regime de locação apresentam-se como segue:

Posição de bens adquiridos por leasing	Valores no AFT em 2021			Valores no AFT em 2020		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Santarém Stand	-	-	-	1.400.000	346.500	1.053.500
Santarém Colisão	235.000	21.738	213.262	235.000	18.212	216.788
Carnaxide	3.246.231	750.691	2.495.540	3.246.231	689.824	2.556.407
Santa Maria da Feira	-	-	-	670.950	39.838	631.112
Caldas da Rainha	936.837	70.263	866.574	936.837	52.697	884.140
Maia Colisão	-	-	-	723.050	52.146	670.904
Equipamento Oficial	-	-	-	103.432	15.623	87.809
Equipamentos industriais	25.015.473	13.606.654	11.408.819	26.272.588	14.745.570	11.527.018
Guimarães - Edifício	940.138	355.957	584.181	217.552	98.887	118.665
Trofa - Edifício	89.117	89.117	-	81.634	32.654	48.980
Aveiro - Edifício	416.274	176.312	239.962	59.185	49.321	9.864
Tomar - Stand	39.630	21.009	18.621	11.672	7.003	4.669
Tomar - Oficina	27.582	15.799	11.783	6.592	5.274	1.318
Rio de Mouro - Edifício	5.131.055	1.795.869	3.335.186	4.967.761	599.557	4.368.204
Braga - Garagem	368.245	98.199	270.046	372.900	10.757	362.143
Equipamento básico	112.479	4.687	107.792	-	-	-
TOTAL	36.558.061	17.006.295	19.551.766	39.305.384	16.763.863	22.541.522



7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo subsequentemente sujeitos a depreciação em conformidade com as vidas úteis definidas, bem como ao registo de perdas por imparidade sempre que tal se revele necessário.

As rendas obtidas referentes a Propriedades de Investimento ascenderam a 2.333.194 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (2.523.363 Euros em 31 de dezembro de 2020), encontrando-se as mesmas incluídas na divulgação efetuada na Nota 33.

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas efetuadas por entidades especializadas independentes, reportadas a 31 de dezembro de 2021 ou a exercícios anteriores, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 51,3 milhões de Euros (53,1 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2020).

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas por imparidade, para além das perdas que se encontram refletidas em 31 de dezembro de 2021.



O detalhe do valor líquido contabilístico em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento”, bem como o respetivo justo valor, pode ser resumido como segue:

Localização	2021		Data de avaliação externa	2020		Data de avaliação externa
	Valor Líquido Contabilístico	Valor de avaliação		Valor Líquido Contabilístico	Valor de avaliação	
Vila Nova de Gaia - Av. da República	113.999	1.179.900	18/12/2020	117.984	1.179.900	18/12/2020
Braga - Av. da Liberdade	-	2.146.800	20/12/2021	-	2.330.000	12/11/2019
Porto - Rua do Campo Alegre	680.918	2.886.000	20/12/2021	719.327	3.315.000	14/09/2018
Caldas da Rainha - Rua Dr. Miguel Bombarda	17.531	86.000	28/12/2021	17.531	85.000	31/12/2012
Amadora - Rua Elias Garcia	167.185	160.200	18/12/2020	170.641	160.200	18/12/2020
Portalegre - Zona Industrial	163.249	156.100	21/12/2020	168.391	156.100	21/12/2020
Portimão - Cabeço do Mocho	724.781	707.700	20/12/2021	724.781	487.100	23/12/2020
Rio Maior	107.000	117.100	21/12/2020	107.000	117.100	21/12/2020
Castelo Branco - Oficinas	-	-	-	680.334	1.100.000	28/12/2020
Teivas	-	-	-	117.333	72.800	27/12/2019
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios A e B)	2.257.781	14.903.000	29/12/2020	2.435.728	14.903.000	29/12/2020
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios G)	743.455	8.918.700	20/12/2020	763.797	9.165.200	20/12/2019
Carregado - Quinta da Boa Água / Quinta do Peixoto	4.898.390	19.412.500	30/12/2020	4.922.944	19.412.500	30/12/2020
Vila Nova de Gaia - Rua das Pereiras	202.054	625.100	28/12/2020	213.887	625.100	28/12/2020
	10.076.343	51.299.100		11.159.678	53.109.000	

O justo valor das avaliações externas das propriedades de investimento que são objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas independentes por um dos seguintes métodos consoante a situação concreta do imóvel: Métodos de comparativo de mercado, Método do custo ou Método do rendimento. A Empresa promove a realização periódica e rotativa de avaliações imobiliárias por entidades independentes e especializadas às suas propriedades de investimento, assegurando desta forma que a divulgação do justo valor se mantém atualizada.

Relativamente ao ativo imobiliário localizado em Braga – Avenida da Liberdade, trata-se de uma propriedade antiga, adquirida em 1981, relativamente à qual não foi, na respetiva data de aquisição, considerado qualquer montante afeto à componente “terreno”. Consequentemente, à data atual a totalidade daquele custo de aquisição foi objeto de depreciação, apresentando assim aquele ativo um valor líquido contabilístico nulo.

No que respeita à classificação das metodologias de avaliação acima referidas, para efeitos de enquadramento, em sede de hierarquia de justo valor (IFRS 13), as mesmas classificam-se essencialmente no Nível 3 (justo valor determinado com base em inputs não observáveis no mercado, desenvolvidos para refletir os pressupostos a utilizar pelos agentes de mercado).



As avaliações externas independentes efetuadas suportam-se essencialmente na aplicação do método comparativo de mercado que tem por inputs, nomeadamente, o índice unitário de venda por metro quadrado de ativos comparáveis e a área do imóvel, e o método do rendimento que tem como inputs os rendimentos passíveis de serem gerados pelo mesmo e uma taxa de capitalização (yield) considerada adequada face às características e localização do ativo imobiliário em questão.

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi como segue:

2021

Valor Bruto:	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	7.259.140	32.696.944	39.956.084
Transferências	(339.913)	(3.756.688)	(4.096.601)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	6.919.227	28.940.256	35.859.483
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	-	28.796.406	28.796.406
Depreciações do exercício	-	285.671	285.671
Transferências	-	(3.298.937)	(3.298.937)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	-	25.783.140	25.783.140
Valor Líquido	6.919.227	3.157.116	10.076.343

2020

Valor Bruto:	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	8.995.216	35.252.218	44.247.434
Adições	-	77.758	77.758
Transferências	(1.736.076)	(2.633.032)	(4.369.108)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	7.259.140	32.696.944	39.956.084
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	-	30.570.706	30.570.706
Depreciações do exercício	-	437.099	437.099
Transferências	-	(2.211.399)	(2.211.399)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	-	28.796.406	28.796.406
Valor Líquido	7.259.140	3.900.538	11.159.678

O valor de perdas por imparidade acumuladas em 2021 e 2020, ascende a 200.000 euros.

As transferências ocorridas nas Propriedades de Investimento em 2021 referem-se a imóveis transferidos para Ativos não Correntes detidos para Venda.



8. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os “Ativos Não Correntes Detidos para Venda” correspondiam a ativos não operacionais do Grupo que estavam ao abrigo de contratos promessa de compra e venda celebrados, sendo expectativa do Conselho de Administração que a correspondente vende se processará no ano de 2022.

O detalhe dos ativos não correntes detidos para venda em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é:

Ativos não correntes detidos para venda	2021	2020
- Imóvel de Castelo Branco	646.218	-
- Imóvel de Teivas, Viseu	1.034.116	662.821
- Imóvel da Quinta do Cano, Viseu	1.494.887	1.494.887
Valor Líquido	3.175.221	2.157.708

9. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*.

A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição, em anos anteriores, da subsidiária Movicargo cuja atividade foi transferida (através de um processo de incorporação por fusão) para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A. em anos anteriores.

O *Goodwill* não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do Goodwill com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base *business plans* desenvolvidos pelos responsáveis do Grupo e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, utilizando taxas de desconto que refletem os riscos inerentes do negócio.

Em 31 de dezembro de 2021, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:



	2021	2020
Período de projeção (anos):	5	5
Taxa de crescimento das vendas no período de projeção:	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento (g) (1):	0%	0%
Taxa de desconto utilizada (2):	7,21%	6,75%

1 Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no *business plan*

2 Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo goodwill (612 milhares de Euros), não excede o seu valor recuperável.

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas por imparidade.

10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Decomposição do valor contabilístico de investimentos em empreendimento conjunto e associada

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a rubrica de investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos detalha-se como segue:

	Sede	% de detenção	31/12/2021	31/12/2020
Associada				
Kinto Portugal, S.A. (consolidado)	Vila Nova de Gaia	49%	23.699.123	22.785.000
Empreendimento conjunto				
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A. (consolidado)	Vila Nova de Gaia	61,94%	20.295.498	16.320.000
			43.994.621	39.105.000



Relativamente à CaetanoBus, apesar da percentagem de capital detido ser de 61,94%, atendendo à existência de um acordo de investimento com o outro acionista daquela sociedade, que prevê que as decisões sobre as atividades relevantes (operacionais e financeiras) deverão ser tomadas com unanimidade dos dois acionistas, foi considerado pelo Conselho de Administração que o investimento efetuado corresponde a um empreendimento conjunto, facto pelo qual o mesmo é contabilizado de acordo com o método de equivalência patrimonial. Em 2020, atendendo a que as referidas aquisições apenas foram concretizadas no mês de dezembro, o efeito da aplicação do método de equivalência foi nulo, atendendo à imaterialidade da aplicação do referido método em relação a alguns dias do mês de dezembro de 2020.

No âmbito da transação efetuada, o acordo de investimento que anteriormente vigorava em sede da anterior estrutura acionista foi integralmente mantido e transposto para a estrutura acionista pós transação. Assim, tal acordo, que já era considerado pelo anterior acionista e vendedor da participação como um empreendimento conjunto, foi objeto de uma avaliação e análise por parte do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A., que manteve o mesmo entendimento. Com efeito, o referido acordo de investimento (e igualmente os Estatutos da sociedade adquirida), estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da participada carecem de unanimidade ao nível da Assembleia Geral de Acionistas. As principais atividades / decisões relevantes são ao nível da Assembleia Geral como segue:

- Qualquer alteração à escritura de constituição, aos estatutos ou de qualquer outro documento constituinte da sociedade;
- Qualquer alteração ao tipo societário da Sociedade, qualquer fusão, ou consolidação com outra entidade, qualquer alienação ou transferência da totalidade ou de parte substancial dos ativos ou negócio, bem como a sua liquidação ou dissolução;
- Qualquer emissão ou resgate de ações da Sociedade ou qualquer outro aumento, diminuição ou outra modificação ao capital social da Sociedade;
- Qualquer alteração à política dos dividendos da Sociedade ou qualquer alteração à distribuição de lucros ou bens;
- Constituição de uma participada ou aquisição de uma outra entidade pela Sociedade;
- Qualquer oferta pública ou cotação em bolsa de quaisquer ações da Sociedade;
- Adoção ou modificação das compensações dos administradores ou das chefias da Sociedade ou da política geral de compensações para os colaboradores da Sociedade;
- Concessão de garantias de valor igual ou superior a 500.000 Euros para garantir as obrigações das



participadas da Sociedade;

- Alteração e aprovação do Plano de Negócios Anual da Sociedade ou de Novo Plano de Negócios;
- Designação ou remoção de qualquer Diretor Executivo, Diretor Financeiro, Diretor Operacional ou qualquer Diretor ou Diretor Geral, ou qualquer posição similar ao Diretor Geral da Sociedade.

Por outro lado, em sede de Conselho de Administração (composto por um máximo de nove membros), as decisões sobre as atividades relevantes carecem de voto favorável de, pelo menos, três administradores nomeados pela Toyota Caetano Portugal, S.A. e do voto favorável de dois administradores nomeados pelo acionista Mitsui & Co., Ltd.. Ao nível do Conselho de Administração, as atividades / decisões relevantes que carecem de unanimidade são como segue:

- Quaisquer transações entre a Sociedade e as suas participadas, exceto transações no curso ordinário do negócio;
- Qualquer venda (outra que não no curso ordinário do negócio) de qualquer bem, ou transferência ou outra alienação ou concessão de qualquer garantia ou outro encargo sobre quaisquer ativos da Sociedade, desde que não estejam incluídos ou previstos em nenhum dos Planos de Negócios ou com um valor superior a 100.000 Euros numa transação ou numa série de transações no mesmo ano;
- Início de qualquer litígio, arbitragem ou processo legal, cujo valor do processo exceda 10.000 Euros;
- Qualquer empréstimo ou outro financiamento pela Sociedade (excluindo financiamento comercial a clientes no curso ordinário do negócio até ao montante individual que não exceda 1.000.000 Euros, desde que tal montante não esteja coberto por carta de crédito, seguro comercial, ou qualquer garantia de instituições confiáveis como bancos) a qualquer pessoa ou qualquer garantia a prestar pela Sociedade para garantir obrigações de qualquer entidade que não a Sociedade ou as suas participadas, exceto se os referidos empréstimos ou financiamentos forem prestados até ao montante individual que não exceda 100.000 Euros;
- Qualquer empréstimo ou outro facto que gere dívida, ou emissão de obrigações ou debentures (quer sejam convertíveis ou não), pela Sociedade, no valor superior a 1.500.000 Euros numa transação ou numa série de transações no mesmo ano;
- Qualquer compra, locação (exceto no curso ordinário do negócio) ou outra aquisição de quaisquer bens ou outros investimentos pela Sociedade não incluídas em nenhum dos Planos de Negócios ou envolvendo um montante superior a 500.000 Euros numa transação ou numa série de transações num mesmo ano;
- Qualquer locação no curso normal do negócio pela Sociedade não incluída em qualquer dos Planos de Negócios ou envolvendo um montante superior a 1.000.000 Euros numa transação ou numa série de



transações num mesmo ano;

- Celebração, alteração ou termo de qualquer contrato entre a Sociedade e suas participadas que contenha compromissos de recompra dos produtos vendidos pelas participadas;
- Garantias prestadas pela Sociedade para garantir as obrigações de qualquer das suas participadas ou terceiros, com valor inferior a 500.00 Euros;
- Celebrar, alterar ou terminar contrato com um acionista ou suas participadas (do acionista);
- Qualquer desenvolvimento de novo produto ou linha de produção com um valor superior a 500.000 Euros pela Sociedade, se não estiver incluído ou previsto no Plano de Negócios;
- Celebrar, alterar ou terminar qualquer contrato com prazo superior a um ano ou envolvendo um montante superior a 10 milhões de Euros numa transação ou numa série de transações, ou de qualquer distribuição, agência, representante de vendas ou outro contrato-quadro, contrato-mestre ou contrato básico ou qualquer contrato que conceda exclusividade a qualquer pessoa ou entidade.

Por fim, em conformidade com o acordo de investimento, é de realçar que em caso de deadlock (impasse), uma eventual decisão nunca decorrerá por maioria simples de direitos de voto, e qualquer um dos acionistas tem direito em última instância a adquirir a participação ao outro acionista.

O acima exposto constitui assim a base de avaliação que o Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. considerou para concluir sobre a classificação deste investimento como um empreendimento conjunto.



Informação financeira resumida das participadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a informação financeira resumida da associada e empreendimento conjunto acima detalhados pode ser analisada como segue:

Rubrica	CaetanoBus Consolidado ^{b)}		Kinto Portugal Consolidado ^{a)}	
	2021	2020	2021	2020
Ativo não corrente	33.523.649	27.230.686	158.001.149	151.981.756
Ativo corrente	50.570.262	53.250.037	48.046.846	35.008.747
Ativo total	84.093.911	80.480.723	206.047.995	186.990.503
Passivo não corrente	7.268.551	8.041.750	93.741.924	104.137.548
Passivo corrente	49.176.116	52.701.527	91.377.845	66.492.350
Capital próprio	27.649.244	19.737.446	20.928.226	16.360.605
Capital próprio sem interesses que não controlam	27.649.244	19.737.446	20.928.226	16.360.606
Vendas e Prestações de Serviços	51.163.531	97.611.030	98.908.826	108.388.706
Resultado operacional	(7.958.329)	(4.055.562)	9.419.552	2.520.507
Resultado financeiro	(1.036.922)	(1.043.550)	(3.141.025)	(3.224.592)
Impostos	1.757.691	996.671	(1.798.373)	(157.084)
Resultado líquido	(7.548.440)	(4.500.103)	4.480.154	(861.169)
Resultado líquido sem interesses que não controlam	(7.548.440)	(4.500.103)	4.480.154	(861.169)

a) No que diz respeito ao Grupo Kinto Portugal, as contas consolidadas apresentadas são contas “pró-forma” elaboradas para inclusão no consolidado do Grupo Toyota Caetano Portugal, em virtude de o calendário de fecho atual da Kinto Portugal é diferente de 31 de dezembro, encerrando em 31 de março. A Kinto Portugal, S.A. detém uma associada no Senegal (Caetano Renting Senegal, S.A.).

b) A CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. detém um Empreendimento Conjunto na Alemanha



(Cobus Industries, GmbH), e uma subsidiária no Reino Unido (Caetano UK, Ltd).

O volume de negócios e os resultados operacionais da associada Kinto Portugal, S.A. e do empreendimento conjunto CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A. foram no exercício de 2020 impactados de modo negativo pela Pandemia Covid-19, sendo que no exercício de 2021 as operações daquela associada apresentaram uma evolução vincadamente positiva, com uma clara recuperação da sua rentabilidade, tendo os efeitos negativos ao nível do empreendimento conjunto permanecido e agravado.

O Conselho de Administração daquele empreendimento conjunto, perante a existência de indícios de imparidade ao nível dos seus ativos não correntes, levou a cabo uma análise de imparidade formal sobre os mesmos, tendo concluído pela inexistência de qualquer imparidade.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A., atendendo aos indícios de imparidade existentes relativamente àquele empreendimento conjunto, levou igualmente a cabo uma análise de imparidade formal, cujos resultados e principais pressupostos de base se encontram descritos na secção que se segue.

Movimento ocorrido durante o exercício

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido na rubrica de investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos, detalha-se como segue:

	2021	2020
<u>Associada – Kinto Portugal, S.A. (consolidado)</u>		
Saldo em 1 de janeiro	22.785.000	-
Aquisições durante o exercício	-	22.785.000
Aplicação do método de equivalência patrimonial:		
Efeito no resultado líquido do exercício	871.265	-
Efeito no outro rendimento integral	42.858	-
Saldo em 31 de dezembro	23.699.123	22.785.000
<u>Empreendimento conjunto – CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A (consolidado)</u>		
Saldo em 1 de janeiro	16.320.000	-
Aquisições durante o exercício	-	16.320.000
Aumento de capital	9.290.322	-
Aplicação do método de equivalência patrimonial:		
Efeito no resultado líquido do exercício	(5.599.875)	-
Efeito no outro rendimento integral	285.051	-
Saldo em 31 de dezembro	20.295.498	16.320.000
Total	43.994.621	39.105.000



As aquisições durante o exercício de 2020 referem-se à compra por parte da Toyota Caetano Portugal, S.A. de 12.000.000 ações da CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A. anteriormente detidas pela empresa Salvador Caetano Indústria, S.G.P.S., S.A. (entidade relacionada pertencente ao perímetro acionista “Grupo Salvador Caetano”), correspondente a cerca de 61,94% dos respetivos direitos de voto, por 16.320.000 Euros e adquiriu 7.350 ações da empresa Kinto Portugal, S.A. (49%) (anteriormente denominada Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.) à empresa-mãe Salvador Caetano Auto - S.G.P.S., S.A. (entidade acionista da Toyota Caetano) correspondente a 49% dos respetivos direitos de voto, pelo montante de 22.785.000 Euros. Alargando a sua atividade a outros domínios da mobilidade, em 2020, a Toyota Caetano Portugal, tornou-se acionista direta da CaetanoBus e da Kinto, empresas do Grupo Salvador Caetano. Nesta estratégia, a Toyota Motor Europe (TME), acionista da Toyota Caetano Portugal, assume um papel preponderante. Se até aqui a TME já fornecia à CaetanoBus a pilha de combustível para integrar no autocarro movido a hidrogénio, o reforço da parceria permite à Toyota Caetano Portugal contribuir para a expansão da mobilidade sustentável, explorando sinergias com a CaetanoBus no desenvolvimento, produção e venda de autocarros zero emissões. O reforço da parceria com a Kinto, visa desenvolver projetos de mobilidade.

Adicionalmente, pelo facto de as referidas transações apenas terem sido concluídas no mês de dezembro de 2020, não foi possível ao Conselho de Administração recolher a informação necessária para executar os procedimentos de determinação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos e, desta forma, divulgar as respetivas quantias provisórias no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Em virtude de se tratar de duas entidades não controladas, o acesso à totalidade da informação necessária para a preparação de um adequado exercício de alocação de preço não foi viável em tempo útil, tendo o mesmo sido realizado em 2021, dentro do prazo permitido pelo normativo contabilístico internacional.



O exercício de determinação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis e consequente determinação do Goodwill implícito nas referidas transações, concluído no exercício de 2021, pode resumir-se como segue por participada:

a) Associada - Kinto Portugal, S.A. (consolidado)

	31/12/2020	Ajustamentos de justo valor	Ativos líquidos a 31/12/2020 (justo valor)
Ativos fixos tangíveis	151 874 693	13 976 470	165 851 163
Ativos intangíveis	87 628	3 456 202	3 543 830
Outros ativos financeiros	19 435	-	19 435
Inventários	7 163 599	-	7 163 599
Clientes	8 708 339	-	8 708 339
Outros ativos correntes	16 911 697	-	16 911 697
Caixa e equivalentes a caixa	2 225 112	-	2 225 112
Financiamentos obtidos	(149 406)	-	(149 406)
	140)	-	140)
Provisões	(1 134 398)	-	(1 134 398)
Passivos por impostos diferidos	-	(3 922 351)	(3 922 351)
Fornecedores	(13 472 533)	-	(13 472 533)
Imposto sobre o rendimento	(120 307)	-	(120 307)
Outros passivos correntes	(6 496 520)	-	(6 496 520)
	16 360 605	13 510 321	29 870 926
% de detenção			49%
Ativos líquidos proporcionalizados			14 636 754
Custo de aquisição			22 785 000
Goodwill			8 148 246

Os ajustamentos de justo valor acima apresentados correspondem essencialmente ao seguinte:

- Reconhecimento a justo valor das viaturas registadas em ativos fixos tangíveis, tendo em conta a estimativa de valor de venda das referidas viaturas, atendendo ao histórico de transações efetuadas relativamente a ativos semelhantes;
- Reconhecimento, como ativo intangível, da relação com clientes estabelecida a 31 de dezembro de 2020, tendo por base a metodologia de Income approach, considerando os contratos estabelecidos àquela data.

No seguimento da análise efetuada, foram reconhecidos os passivos por impostos diferidos associados aos referidos ajustamentos, sendo que foi entendimento do Conselho de Administração que o justo valor dos



restantes ativos líquidos não diferia significativamente da quantia escriturada dos mesmos nas demonstrações financeiras consolidadas da Kinto Portugal, S.A.

b) Empreendimento conjunto - CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. (consolidado)

	31/12/2020	Ajustamentos de justo valor	Ativos líquidos a 31/12/2020 (justo valor)
Investimento financeiro em empreendimento conjunto	14 533 921	(5 129 647)	9 404 274
Goodwill	475 700	(475 700)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	9 971 138	1 951 718	11 922 856
Ativos por impostos diferidos	2 249 927	-	2 249 927
Inventários	39 713 973	2 297 080	42 011 053
Clientes	10 327 931	-	10 327 931
Outros ativos correntes	2 818 790	-	2 818 790
Caixa e equivalentes a caixa	389 343	-	389 343
Financiamentos obtidos	(25 810 618)	-	(25 810 618)
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	(3 109 843)	-	(3 109 843)
Passivos por impostos diferidos	-	(847 351)	(847 351)
Passivos por locação	(2 107 970)	-	(2 107 970)
Fornecedores	(16 670 388)	-	(16 670 388)
Imposto sobre o rendimento	(280 987)	-	(280 987)
Outros passivos correntes	(12 763 471)	-	(12 763 471)
	19 737 446	(2 203 900)	17 533 546
% de detenção			61,94%
Ativos líquidos proporcionalizados por percentagem de detenção			10 860 278
Custo de aquisição			16 320 000
Goodwill			5 459 722

Os ajustamentos de justo valor acima apresentados correspondem essencialmente ao seguinte:

- i. Investimento financeiro em empreendimento conjunto:
 - a. Desconsideração do Goodwill gerado na aquisição da Cobus Industries, GmbH pela CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. em exercícios anteriores;
 - b. Reconhecimento a justo valor dos ativos imobiliários detidos por aquela entidade, tendo por base avaliação efetuada por entidade especializada e independente;
 - c. Reconhecimento a justo valor dos inventários daquela participada, tendo em consideração a estimativa do valor de venda dos referidos ativos, atendendo ao histórico de transações efetuadas e preços de venda acordados para inventários semelhantes;
 - d. Reconhecimento dos passivos por impostos diferidos associados aos referidos ajustamentos.



- ii. Ao nível da rubrica de Goodwill, o montante apresentado refere-se à desconsideração do Goodwill gerado na aquisição da Caetano UK, Ltd. pela CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A. em exercícios anteriores;
- iii. Ao nível da rubrica de ativos fixos tangíveis e intangíveis, o montante apresentado respeita ao reconhecimento a justo valor dos ativos imobiliários detidos pelo Grupo CaetanoBus, tendo por base avaliação efetuada por entidade especializada e independente;
- iv. Ao nível da rubrica de inventários o montante apresentado respeita ao reconhecimento a justo valor dos inventários daquela participada, tendo em consideração a estimativa de valor de venda dos referidos ativos, atendendo ao histórico de transações efetuadas de ativos semelhantes e/ou preços de venda acordados;

No seguimento da análise efetuada, foram reconhecidos os passivos por impostos diferidos associados aos referidos ajustamentos, sendo que foi entendimento do Conselho de Administração que o justo valor dos restantes ativos líquidos não diferia significativamente da quantia escriturada dos mesmos nas demonstrações financeiras consolidadas da CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a reconciliação do capital próprio das participadas com o valor registado como participação financeira, detalha-se como segue:

Kinto Portugal, S.A. (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Capital próprio sem interesses sem controlo	20 928 226	16 360 606
% de detenção	49%	49%
	10 254 831	8 016 697
Goodwill	8 148 246	8 148 246
Valorização a justo valor de viaturas	5 478 776	6 848 470
Carteira de clientes	1 354 831	1 693 539
Passivos por impostos diferidos	(1 537 562)	(1 921 952)
Participação financeira	23 699 123	22 785 000



CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. (Consolidado)

	31/12/2021	31/12/2020
Capital próprio sem interesses sem controlo	27 649 244	19 737 446
% de detenção	61,94%	61,94%
	17 125 942	12 225 374
Goodwill	5 459 722	5 459 722
Valorização empreendimento conjunto	(3 241 543)	(3 177 303)
Desconsideração de GW nas contas da participada	(294 649)	(294 649)
Valorização a justo valor de imóveis	1 126 470	1 208 894
Valorização a justo valor de inventários	418 098	1 422 811
Passivos por impostos diferidos	(298 184)	(524 849)
Outros	(358)	-
Participação financeira	20 295 498	16 320 000

Conforme descrito na secção “Informação financeira resumida das participadas” da presente Nota, foram identificados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, indícios de imparidade relativamente à participação financeira no empreendimento conjunto CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A., tendo por esse motivo o Conselho de Administração levado a cabo uma análise de imparidade formal sobre a referida participação financeira.

Os principais pressupostos que serviram de base à referida análise, divididos por geografia em que o referido empreendimento conjunto opera, são como segue:

	Portugal	Reino Unido	Alemanha
Taxa de crescimento composta das vendas na projeção	49%	27%	37%
Margem EBITDA	[-1%,6%]	[3%,4%]	[1%,3%]
G (taxa de crescimento na perpetuidade)	2,00%	2,00%	2,00%
WACC (taxa de desconto)	5,75%	5,02%	4,64%

Os pressupostos acima evidenciados ao nível da taxa de crescimento das vendas e rentabilidade refletem a expectativa do Conselho de Administração do Grupo e daquela participada de recuperação e regresso a níveis de operação pré-pandemia a partir do exercício de 2022.

Decorrente da análise efetuada é entendimento do Conselho de Administração que não existe a necessidade de reconhecimento de qualquer perda por imparidade, sendo seu entendimento que uma variação razoável num dos pressupostos acima indicados não afetaria a conclusão.



11. OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Outros Investimentos” detalha-se como segue:

Participação	2021	2020
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	4.474.657	4.192.604
Outros	131.368	26.833
	4.606.025	4.219.437

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os movimentos ocorridos na rubrica “Outros investimentos” foi como se segue:

	2021	2020
<u>Outros investimentos</u>		
Justo valor em 1 de janeiro	4.219.437	3.923.974
Aquisições durante o ano	104.535	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	282.053	295.463
Justo valor na data de referência	4.606.025	4.219.437

A 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outros investimentos” inclui o montante de 4.474.657 Euros (4.192.604 Euros em 31 de dezembro de 2020) correspondente a 580.476 unidades de participação no Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (9,098%), estando as mesmas registadas ao valor da Unidade de Participação divulgada a 31 de dezembro de 2021 (o custo de aquisição das referidas unidades de participação ascendeu a 3.013.947 Euros), encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 1.460.711 Euros. A presente participação, mensurada a justo valor por outro rendimento integral, foi assim designada na data do seu reconhecimento.

O montante remanescente representa investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.



Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 do registo da participação no Fundo Cível ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	2021	2020
Variação no justo valor	282.053	295.463
Efeito no capital próprio	282.053	295.463

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	13.775.081	7.359.274
Produtos e Trabalhos em Curso	765.005	1.386.890
Produtos Acabados e Intermédios	2.687.059	2.106.622
Mercadorias	71.414.389	70.741.590
	88.641.534	81.594.376
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 26)	(1.839.613)	(2.886.212)
	86.801.921	78.708.164



O valor das mercadorias evidenciadas na demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2021 e 2020, repartido por escalões de antiguidade, é como segue:

2021

Mercadorias	- 6 meses	6 - 12 meses	12 - 24 meses	+ 24 meses	Total
Peças	2.618.658	99.436	343.946	781.746	3.843.786
Viaturas novas	36.984.034	677.774	83.731	33.218	37.778.757
Viaturas usadas	17.161.235	8.230.424	3.314.617	999.731	29.706.007
Outros	85.839	-	-	-	85.839
Total	56.849.766	9.007.634	3.742.294	1.814.695	71.414.389

2020

Mercadorias	- 6 meses	6 - 12 meses	12 - 24 meses	+ 24 meses	Total
Peças	1.895.079	139.266	238.072	677.204	2.949.621
Viaturas novas	31.365.309	2.322.812	594.038	20.382	34.302.542
Viaturas usadas	15.352.982	7.392.500	9.708.310	985.390	33.439.183
Outros	50.244	-	-	-	50.244
Total	48.663.615	9.854.577	10.540.421	1.682.977	70.741.590

Conforme se pode verificar no quadro acima, as mercadorias com mais de 24 meses de antiguidade ascendem em 31 de dezembro de 2021 a, aproximadamente, 1,8 milhões de Euros (aproximadamente 1,7 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2020), sendo que, relativamente a este universo, encontravam-se constituídas imparidades no montante de, aproximadamente, 574 mil Euros (1,3 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2020).

O Grupo tem definidos critérios de imparidade relativamente a viaturas usadas que assumem uma desvalorização face à antiguidade das mesmas. Os critérios seguidos pelo Grupo encontram-se suportados por informação de mercado obtida junto de entidades externas com referência a 31 de dezembro (sendo convicção do Conselho de Administração que tal informação reflete já os impactos da pandemia e da crise de fornecimento de chips / componentes). Desta forma, não é expectativa do Conselho de Administração que em exercícios futuros venham a ser geradas perdas no processo de alienação e realização das referidas viaturas usadas.



Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de inventários inclui o montante de 28 milhões de euros relativos a viaturas usadas (31 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existem bens do inventário do Grupo que estejam dados como penhor na garantia de passivos contraídos.

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi apurado como segue:

	2021			2020		
	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências Iniciais	70.741.590	7.359.274	78.100.864	98.814.645	6.772.894	105.587.539
Compras Líquidas	289.387.652	46.009.069	335.396.721	219.496.248	30.738.657	250.234.905
Transferências de/para Inventários	(23.596.221)	-	(23.596.221)	(601.524)	-	(601.524)
Regularização de inventários	2.972.136	-	2.972.136	(2.286.575)	-	(2.286.575)
Existências Finais	(71.414.389)	(13.775.081)	(85.189.470)	(70.741.590)	(7.359.274)	(78.100.864)
Total	268.090.768	39.593.262	307.684.030	244.681.205	30.152.277	274.833.481

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi apurada como se segue:

	2021			2020		
	Produtos acabados, intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total	Produtos acabados, intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Existências Finais	2.687.059	765.005	3.452.064	2.106.622	1.386.890	3.493.512
Regularização de existências	(21.302)	18.797	(2.505)	(7.364)	33.436	26.072
Existências Iniciais	(2.106.622)	(1.386.890)	(3.493.512)	(2.567.925)	(763.239)	(3.331.164)
Total	(559.135)	603.088	(43.953)	468.667	(657.087)	188.420

13. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES		ATIVOS NÃO CORRENTES	
	2021	2020	2021	2020
Clientes, conta corrente	53.783.729	44.821.308	766.236	654.046
Clientes cobrança duvidosa	9.898.488	10.649.367	-	-
	63.682.217	55.470.675	766.236	654.046
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 26)	(9.977.302)	(10.420.338)	-	-
	53.704.915	45.050.337	766.236	654.046

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe por tipologia de clientes da antiguidade das contas a receber, incluindo a informação sobre a existência de instrumentos de melhoria creditícia de que o Grupo dispõe, é como segue:

Antiguidade das contas a receber

2021						
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total	Instrumentos de melhoria creditícia
Empresas participadas	3.609.799	52.308	32.057	127.710	3.821.874	n.a.
Estado	354.071	18.250	5.433	51.031	428.785	n.a.
Financeiras	5.715.379	663.182	174.490	464.373	7.017.424	n.a.
Seguradoras	1.227.093	113.172	33.697	74.083	1.448.045	n.a.
Clientes com Acordos de pagamento	17.012	331	147	748.746	766.236	Acordos de pagamento
Outros clientes	31.989.928	829.982	223.561	1.404.184	34.447.655	n.a.
Concessionários Independentes	6.279.052	1.455	1.913	337.526	6.619.946	Garantias Bancárias
Total	49.192.335	1.678.680	471.297	3.207.654	54.549.965	

2020						
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total	Instrumentos de melhoria creditícia
Empresas participadas	3.985.884	95.321	118.902	583.678	4.783.785	n.a.
Estado	574.179	12.029	5.059	36.855	628.122	n.a.
Financeiras	2.189.707	120.229	175.799	327.028	2.812.763	n.a.
Seguradoras	1.327.788	51.653	(528)	76.581	1.455.495	n.a.
Clientes com Acordos de pagamento	-	-	-	654.046	654.046	Acordos de pagamento
Outros clientes	24.577.274	1.116.799	796.234	2.589.213	29.079.519	n.a.
Concessionários Independentes	6.017.980	37.919	(1.344)	7.068	6.061.623	Garantias Bancárias
Total	38.672.812	1.433.951	1.094.122	4.274.469	45.475.354	



Maturidade das dívidas com reconhecimento de perdas por imparidade

2021

	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes Cob. Duvidosa	68.951	11.656	25.969	9.791.912	9.898.488
Total	68.951	11.656	25.969	9.791.912	9.898.488

2020

	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes Cob. Duvidosa	41.692	22.586	3.239	10.581.850	10.649.367
Total	41.692	22.586	3.239	10.581.850	10.649.367

É entendimento do Conselho de Administração que o risco de crédito associado aos clientes que compõe o escalão etário mais antigo é diminuto, em resultado de:

- Cientes com acordos de pagamento: tendo em consideração as análises de crédito efetuadas, o conhecimento dos clientes em causa e a informação externa obtida sobre a situação financeira dos mesmos, é entendimento que estes clientes não apresentam risco de crédito significativo, sendo que o Conselho de Administração mantém regularmente uma monitorização do cumprimento dos acordos estabelecidos, envolvendo tais acordos um número reduzido de entidades;
- Empresas Relacionadas: nesta tipologia de clientes encontram-se incluídas diversas entidades pertencentes à esfera do Grupo Salvador Caetano, com quem o Grupo Toyota Caetano Portugal mantém transações de índole comercial regulares, sendo que o Grupo mantém igualmente transações enquanto cliente com entidades do mesmo Grupo Salvador Caetano. É assim entendimento do Conselho de Administração que os valores incluídos no escalão etário “+120 dias” relativos a esta tipologia de clientes são integralmente recuperáveis;
- Outros clientes: nesta tipologia de clientes encontram-se incluídos, entre outros, clientes gerais de viaturas relativamente aos quais existe habitualmente uma cláusula de reserva de propriedade associada à viatura vendida ou, em alternativa, não é transferida a sua propriedade até que a viatura alienada esteja integralmente liquidada. Entende, contudo, o Conselho de Administração que, nesta tipologia de clientes existem situações de risco de crédito moderado, as quais não são materialmente relevantes. O departamento de controlo de crédito e cobranças do Grupo mantém uma monitorização constante destas situações.

Relativamente à aplicação do modelo de *Expected Credit Losses* preconizado na IFRS 9, o Grupo aplicou na análise efetuada a abordagem simplificada de reconhecer as perdas de crédito esperadas na vida económica



das contas a receber, tendo em consideração que as mesmas não apresentam uma componente de financiamento significativa.

Importa igualmente referir que, no que respeita aos instrumentos financeiros correspondentes a contas a receber de clientes, não ocorreu genericamente no exercício de 2021 uma alteração relevante no tempo médio de recebimento, sendo de realçar apenas algum agravamento nas contas a receber associadas ao negócio de *rent-a-car*. Este facto foi considerado no processo de análise de imparidade de contas a receber levado a cabo pelo Grupo.

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira consolidada encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data da demonstração da posição financeira consolidada. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

14. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES	
	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores	59.135	37.217
Estado e outros entes públicos (IVA)	149.751	3.127.197
Outros devedores	819.992	2.409.652
	1.028.878	5.574.066

A rubrica “Outros devedores” inclui, em 31 de dezembro de 2020, o montante de, aproximadamente, 800.000 Euros a receber da empresa relacionada Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A., tendo este montante sido totalmente regularizado em 2021.

Finalmente, refira-se que a presente rubrica inclui igualmente um saldo a receber no valor de 13.822 Euros da parte relacionada Fundação Salvador Caetano (649.625 Euros em 31 de dezembro de 2020).



15. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Comparticipações a receber de marcas	1.933.690	1.546.478
Apoio à retoma (subsídios à exploração "Covid-19")	-	542.290
Subsídios à formação (IEFP)	494.897	280.035
Comissões de intermediação (financiamento e seguros)	357.495	226.209
Rendas	140.575	220.138
Consultoria	98.148	92.698
Reclamações de Garantia	98.107	85.911
Outros	226.799	654.275
	3.349.711	3.648.034
Gastos a reconhecer		
Seguros	141.934	138.480
Rendas	51.733	140.582
Encargos com papel comercial	256.654	119.885
Outros	330.622	588.025
	780.943	1.106.857
Total	4.130.654	4.754.890

A rubrica “Comparticipação a receber das marcas” corresponde a valores a receber de prémios de desempenho e cumprimento de objetivos alcançados em 2021 concedidos pelas marcas Toyota e Lexus, bem como apoio a campanhas desenvolvidas pelas mesmas.

16. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, podem ser resumidos como se segue:

2021					
	2020	Outras Variações	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	2021
<u>Impostos diferidos ativos:</u>					
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custo fiscal	278.676	-	579.709	-	858.385
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	2.225.687	-	(285.473)	(319.216)	1.620.998
Anulação de ativos fixos tangíveis/inventários	578.453	-	387.103	(71.020)	894.536
Outros - Rédito de operações	65.867	-	88.949	-	154.816
	<u>3.148.683</u>	<u>-</u>	<u>770.288</u>	<u>(390.236)</u>	<u>3.528.735</u>
<u>Impostos diferidos passivos:</u>					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.514.350)	3.547	19.784	-	(1.491.019)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(60.248)	(3.547)	9.829	-	(53.966)
Imputação do justo valor de ativos financeiros	(265.200)	-	(63.462)	-	(328.662)
	<u>(1.839.798)</u>	<u>-</u>	<u>(33.849)</u>	<u>-</u>	<u>(1.873.647)</u>
Efeito líquido (Nota 27)		<u>-</u>	<u>736.439</u>	<u>(390.236)</u>	

	2019	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	2020
<u>Impostos diferidos ativos:</u>				
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custo fiscal	352.914	(74.238)	-	278.676
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	1 611.745	-	613.942	2.225.687
Anulação de ativos fixos tangíveis/inventários	646.827	(68.374)	-	578.453
Outros - Rédito de operações	-	65.867	-	65.867
	<u>2.611.486</u>	<u>(76.745)</u>	<u>613.942</u>	<u>3.148.683</u>
<u>Impostos diferidos passivos:</u>				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.430.283)	(60.831)	(23.236)	(1.514.350)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(70.077)	9.829	-	(60.248)
Imputação do justo valor de outros ativos financeiros	-	(66.479)	(198.721)	(265.200)
	<u>(1.500.360)</u>	<u>(117.481)</u>	<u>(221.957)</u>	<u>(1.839.798)</u>
Efeito líquido (Nota 27)		<u>(194.226)</u>	<u>391.985</u>	

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as empresas do Grupo não tinham prejuízos fiscais reportáveis.



Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

País origem da filial:	Taxa de imposto	
	2021	2020
Portugal	22,5%- 21%	22,5%-21%
Cabo Verde	25%	25,5%

As empresas subsidiárias do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da autoridade tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2018 a 2021 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da autoridade tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas do Grupo sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado. Adicionalmente, ao lucro tributável apurado em excesso entre 1,5 Milhões de Euros e 7,5 Milhões de Euros, acresce uma Derrama Estadual de 3%, superior a 7,5 Milhões de Euros e até 35 Milhões de Euros acresce uma Derrama Estadual de 5% e ao lucro tributável apurado em excesso superior a 35 Milhões de Euros acresce uma Derrama Estadual de 9%.



17. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

	2021	2020
Numerário	117.938	123.239
Depósitos bancários	22.004.822	11.314.308
	22.122.760	11.437.547

18. CAPITAL PRÓPRIO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital da Empresa-mãe, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 de ações nominativas, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Salvador Caetano - Auto S.G.P.S., S.A.	69,79%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

Em 2021, a Salvador Caetano - Auto S.G.P.S., S.A. adquiriu 7.059 ações de valor nominal de 1 Euro cada, totalmente realizadas e representativas de 0,02017% do capital social.

Dividendos

Durante o exercício de 2020, e em resultado da conjuntura resultante da pandemia provocada pelo Covid-19 e das restrições decorrentes dos apoios e incentivos de que o Grupo Toyota Caetano Portugal beneficiou, ao abrigo das medidas governamentais (reguladas pelo Decreto-Lei 10-G/2020), não foram distribuídos quaisquer dividendos aos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2021, foi aprovada pelos acionistas a distribuição de dividendos no montante de 10,5 milhões de Euros, por aplicação de valores registados na rubrica de “Resultados transitados”.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem quaisquer restrições à distribuição de dividendos.



Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos (Nota 11).

Outras reservas e resultados transitados

Nos termos da legislação Portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, S.A., apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Grupo procedeu à revisão da apresentação das reservas em capital próprio reclassificando igualmente o comparativo de modo que a informação apresentada seja mais clara e relevante.

19. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi como se segue:

	2021	2020
Saldo inicial em 1 de janeiro	1.284.674	1.514.227
Entrada no perímetro - Destaque Mourisco	430	-
Aquisição de interesses que não controlam	(86.832)	(36.559)
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	131.134	(192.993)
	1.329.406	1.284.674



A decomposição do valor por empresa subsidiária é como se segue em 2021 e 2020:

2021	% IQNC	Interesses que não controlam	Resultado do exercício de Interesses que não controlam
Caetano Auto CV	18,76%	731.836	75.643
Caetano Auto	1,26%	597.201	55.551
Destaque Mourisco	43,72%	369	(60)
		1.329.406	131.134

2020	% IQNC	Interesses que não controlam	Resultado do exercício de Interesses que não controlam
Caetano Auto CV	18,76%	656.192	(199.418)
Caetano Auto	1,50%	628.482	6.425
		1.284.674	(192.993)



O resumo da informação financeira das empresas subsidiárias discriminadas acima encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

	Caetano Auto		Caetano Auto CV		Destaque Mourisco
Rubrica	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20	dez/21
Ativo Não Corrente	52.534.776	55.992.716	1.235.518	1.337.305	-
Ativo Corrente	61.030.895	60.680.227	6.851.947	5.156.424	861
Total Ativo	113.565.671	116.672.943	8.087.465	6.493.729	861
Passivo Não Corrente	9.523.420	8.495.092	1.439.437	1.439.437	-
Passivo Corrente	57.957.899	66.980.580	2.700.514	1.480.474	-
Capital Próprio	46.084.352	41.197.272	3.947.514	3.573.817	861
Vendas e Prestações de Serviços	211.630.931	188.332.072	14.409.965	11.482.372	-
Resultados Operacionais	5.473.784	845.643	412.776	(1.058.449)	(139)
Resultados Financeiros	(288.113)	(82.588)	(9.906)	(198)	-
Impostos	(767.930)	(407.263)	(29.173)	(22.482)	-
Resultado Líquido	4.417.741	355.792	373.697	(1.081.130)	(139)

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a rubrica de “Financiamentos Obtidos” tem o seguinte detalhe:

	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	TOTAL	Corrente	Não Corrente	TOTAL
Empréstimos Bancários	15.280.530	-	15.280.530	10.362.760	-	10.362.760
Descobertos Bancários	8.203	-	8.203	124.994	-	124.994
Empréstimo Obrigacionista	-	12.500.000	12.500.000	-	12.500.000	12.500.000
Passivos por Locação	6.991.502	12.875.771	19.867.273	6.853.998	14.413.455	21.267.453
	22.280.235	25.375.771	47.656.006	17.341.752	26.913.455	44.255.207

O movimento ocorrido nos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos, programas de Papel Comercial e empréstimo obrigacionista, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:

2021	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Outras variações (*)	Saldo Final
Empréstimos Bancários	10.362.760	-	10.082.230	-	280.530
Descobertos Bancários	124.994	-	-	(116.791)	8.203
Contas correntes caucionadas	-	85.000.000	70.000.000	-	15.000.000
Papel comercial	-	113.500.000	113.500.000	-	-
Empréstimo Obrigacionista	12.500.000	-	-	-	12.500.000
Passivos por Locação	21.267.453	-	7.490.088	6.089.908	19.867.273
	44.255.207	198.500.000	201.072.318	5.973.117	47.656.006



2020	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Outras variações (*)	Saldo Final
Empréstimos Bancários	10.000.000	362.760	-	-	10.362.760
Descobertos Bancários	162.681	-	-	(37.687)	124.994
Contas correntes caucionadas	-	13.250.000	13.250.000	-	-
Papel comercial	-	49.000.000	49.000.000	-	-
Empréstimo Obrigacionista	12.500.000	-	-	-	12.500.000
Passivos por Locação	21.570.710	2.370.979	7.815.570	5.141.335	21.267.453
	44.233.391	64.983.739	70.065.570	5.103.648	44.255.207

(*) Sem impacto na demonstração de fluxos de caixa



Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, programas de Papel Comercial e empréstimo obrigacionista, bem como as suas respetivas condições, é como segue:

2021

Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
<u>Não corrente</u>				
Empréstimo obrigacionista				
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	09/08/2018	5 anos
	<u>12.500.000</u>	<u>12.500.000</u>		
<u>Corrente</u>				
Contas correntes caucionadas				
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	20.000.000	03/12/2021	1 ano
Toyota Caetano Portugal	-	2.000.000	27/11/2011	3 meses (*)
Empréstimo Linha Covid				
Caetano Auto CV	280.530	280.530		
Descobertos bancários	8.203	5.500.000		
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	4.500.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	-	19.000.000	27/02/2021	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	10.000.000	18/08/2020	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	4.000.000	17/07/2017	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	4.000.000	24/02/2021	1 ano
		15.000.000	14/06/2021	5 anos
	<u>15.288.733</u>	<u>84.280.530</u>		
	<u>27.788.733</u>	<u>96.780.530</u>		

(*) renovável trimestralmente



2020

Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
<u>Não corrente</u>				
Empréstimo obrigacionista				
Toyota Caetano Portugal	12 500 000	12 500 000	09/08/2018	5 anos
	12 500 000	12 500 000		
<u>Corrente</u>				
Contas correntes caucionadas	-	12 000 000		
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	10 000 000	10 000 000	11/03/2016	5 anos
Empréstimo Linha Covid				
Caetano Auto CV	362 760	362 760		
Descobertos bancários	124 994	5 500 000		
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	4 350 000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	-	14 000 000	27/02/2020	1 ano
Toyota Caetano Portugal	-	10 000 000	18/08/2020	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	4 000 000	17/07/2017	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	4 000 000	24/02/2020	1 ano
	10 487 754	64 212 760		
	22 987 754	76 712 760		

Detalhamos, em seguida, o valor relativo a financiamentos obtidos ou linhas de crédito contratadas para as quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (Nota 37):

- Papel Comercial: 19.000.000 Euros
- Empréstimo Linha Covid: 280.530 Euros

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor (floor zero), acrescidos de um “spread” que varia entre 0,45% e 2,5%.

O Grupo e as suas participadas têm contratadas linhas de crédito em 31 de dezembro de 2021 no montante de, aproximadamente, 97 Milhões de Euros (dos quais estavam utilizadas cerca de 28 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2021) que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer



compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessas facilidades. Este valor está aplicado em diversas instituições financeiras não existindo concentração excessiva em nenhuma delas.

A rubrica Passivos de locação (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo, como locatário, relativas aos direitos de uso relacionados com equipamentos de movimentação de carga e imóveis arrendados para levar a cabo uma parte reduzida das suas operações, uma vez que a maior parte da atividade operacional do Grupo é desenvolvida em imóveis próprios. Atendendo aos contratos de locação estabelecidos pelo Grupo, não resultaram das atuais condições de mercado associadas à pandemia provocada pelo coronavírus Covid-19, impactos relevantes nos mesmos, nomeadamente apoios de locadores/senhórios.

Responsabilidades por intervalos de maturidade:

Financiamentos

2021

	12m	12-24m	24-36m	36-48m	>48m	Total
Empréstimo bancário	15.280.530	-	-	-	-	15.280.530
Empréstimo obrigacionista	-	12.500.000	-	-	-	12.500.000
Descobertos Bancários	8.203	-	-	-	-	8.203
Passivos de Locação	6.991.502	4.947.880	3.999.009	2.153.922	1.774.960	19.867.273
Total financiamentos	22.280.235	17.447.880	3.999.009	2.153.922	1.774.960	47.656.006



2020

	12m	12-24m	24-36m	36-48m	>48m	Total
Empréstimo bancário	10 362 760	-	-	-	-	10 362 760
Empréstimo obrigacionista	-	-	-	12 500 000	-	12 500 000
Descobertos bancários	124 994	-	-	-	-	124 994
Passivos de Locação	6 853 998	6 124 814	3 672 045	2 989 056	1 627 539	21 267 453
Total financiamentos	17 341 752	6 124 814	3 672 045	15 489 056	1 627 539	44 255 207

Juros

2021

	12m	12-24m	24-36m	36-48m	>48m	Total
Empréstimo bancário	97.656	-	-	-	-	97.656
Passivos de Locação	414.532	291.748	160.781	76.716	42.024	985.801
Empréstimo obrigacionista	249.670	249.670	-	-	-	499.340
Total juros	761.858	541.418	160.781	76.716	42.024	1.582.797



2020

	12m	12-24m	24-36m	36-48m	>48m	Total
Empréstimo bancário	55 625	-	-	-	-	55 625
Passivos de Locação	344 147	212 106	113 875	47 602	48 485	766 215
Empréstimo obrigacionista	256 166	249 670	249 670	-	-	755 506
Total juros	655 938	461 776	363 545	47 602	48 485	1 577 346

21. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem integralmente no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades serão liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

22. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES		PASSIVOS NÃO CORRENTES	
	2021	2020	2021	2020
Retenção de impostos sobre o Rendimento	436.836	501.841	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	14.697.609	10.735.683	-	-
Imposto automóvel	2.378.890	1.739.547	-	-
Contribuições para a Segurança Social	740.956	698.562	-	-
Tributos das autarquias locais	167.679	169.463	-	-
Outros	6.257	6.228	-	-
Estado e outros entes públicos - Subtotal	18.428.227	13.851.324	-	-
Acionistas	24.954	20.798	-	-
Adiantamentos de Clientes	2.446.886	1.076.820	-	-
Outras dívidas a terceiros	33.787.564	22.622.473	2.275.204	-
Outras dívidas a terceiros - Subtotal	36.259.404	23.720.091	2.275.204	-
	54.687.631	37.571.414	2.275.204	-

Em determinadas situações, o Grupo está a recorrer a entidade financeira das marcas representadas, nomeadamente à entidade Toyota Kreditbank, GMBH - Sucursal em Portugal (Nota 36), para efeitos de aquisição de viaturas, necessárias para os níveis de atividade desenvolvidos. Os montantes devidos a esta entidade encontram-se incluídos na rubrica de “Outras dívidas a terceiros” e perfazem o montante de 35.280.151 Euros em 31 de dezembro de 2021 (21.924.724 Euros em 31 de dezembro de 2020).

É entendimento do Conselho de Administração que as contas a pagar à Toyota Kreditbank, GMBH – Sucursal em Portugal para efeitos de aquisição de viaturas, apresentam características específicas que justificam uma apresentação separada das rubricas de financiamentos obtidos e de fornecedores. Com efeito, o Grupo financia a aquisição de viaturas novas (para exposição) e de viaturas matriculadas (destinadas a demonstração, cortesia



e aluguer) através da entidade financeira do Grupo Toyota Japão, a Toyota Kreditbank, GMBH – Sucursal em Portugal, sendo que os referidos acordos celebrados com esta entidade determinam que a liquidação do passivo deverá ser efetuada na mais recente das seguintes datas: a data da maturidade do acordo ou a data da venda da viatura. Esta é uma característica relevante, específica e única desta tipologia de passivos, facto que foi tomado em consideração por parte do Conselho de Administração no processo de avaliação da classificação do referido passivo financeiro. No referido assessment, o Conselho de Administração considerou ainda ser prática do setor a não apresentação desta tipologia de passivos como financiamentos obtidos, quando se encontra especificamente associado à aquisição de viaturas.

Os valores em aberto com a Toyota Kreditbank, GMBH – Sucursal em Portugal em 31 de dezembro de 2021 e 2020 respeitam a financiamentos com maturidades inferiores a 640 dias, taxas de juro entre os 1,45% e 2%, sendo que as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal garantem os mesmos através da entrega de uma livrança em branco com o respetivo pacto de preenchimento.

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (Demonstração da posição financeira)

A decomposição da rubrica de Imposto sobre o rendimento a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como se segue:

	2021	2020
<u>Saldos devedores</u>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	-	-
Imposto sobre o rendimento a receber	-	871.404
	-	871.404
<u>Saldos credores</u>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Imposto sobre o rendimento a pagar	4.307.955	-
	4.307.955	-

24. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	2021	2020
Credores por acréscimos de gastos		
Encargos com férias e subsídios de férias	6.148.853	5.598.535
Campanhas publicitárias e promoção vendas	746.823	2.526.622
Comissões a liquidar	217.178	825.623
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	1.711.789	2.167.552
Encargos com FSE's a liquidar	1.178.933	1.282.396
Encargos de rappel atribuíveis a entidades gestoras de frotas	308.099	268.057
Especialização de custos afetos a viaturas vendidas	1.119.811	990.729
Seguros a liquidar	32.420	243.651
Juros a liquidar	136.539	133.176
Contribuição Autárquica/IMI	98.723	113.000
Royalties	104.650	24.115
Outros	1.736.527	1.794.350
	13.540.345	15.967.806
Rendimentos a reconhecer		
Contratos de Manutenção / Assistência de viaturas	6.192.449	6.777.533
Diferimento do rédito	3.556.395	25.161
Outros	245.899	145.710
	9.994.743	6.948.404
Total	23.535.088	22.916.210

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Diferimento do rédito” inclui faturação emitida a clientes relativamente a processos de venda em curso para os quais não foi ainda cumprida a obrigação de desempenho associada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Contratos de Manutenção / Assistência de viaturas”, inclui o montante diferido relativo a contratos de manutenção de viaturas, plurianuais, já faturados e recebidos, para os quais a obrigação de desempenho associada ainda não foi cumprida, motivo pelo qual o respetivo rédito se encontra diferido. O referido montante é reconhecido à medida em que a obrigação de desempenho é cumprida.



25. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano Portugal (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, em 9 de agosto de 1996, em 4 de julho de 2003, em 2 de fevereiro de 2007, em 30 de dezembro de 2008, em 23 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2021, as seguintes subsidiárias do Grupo Toyota Caetano eram associadas do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído previa que, enquanto os seus associados mantivessem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é atualmente gerido pela BPI Vida e Pensões, S.A.).

Em 18 de dezembro de 2007, foi enviado ao Instituto de Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta anteriormente mencionada de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões, inclui a manutenção de um regime de Benefícios Definidos para os então reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço nos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passou, a partir daquela data, a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.



Em 29 de dezembro de 2008, foi rececionada uma carta contendo a aprovação pelo ISP – Instituto de Seguros de Portugal, das alterações pretendidas e a vigorar desde 1/1/2008.

O ISP determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício. Os ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano foram naquela data alocados àqueles dois Planos mediante as regras então instituídas pelo ISP, mantendo-se assim aquele formato até á data atual.

Desta forma, o Fundo de Pensões Salvador Caetano é um fundo único e contempla dois planos distintos: um plano de Benefícios Definidos e um plano de Contribuição Definida.

As principais características do Plano de Pensões Salvador Caetano na parte respeitante aos benefícios definidos são como segue:

- O plano de pensões é complementar dos regimes públicos de Segurança Social, sendo o plano independente das pensões atribuídas pela Segurança Social;
- O plano de pensões prevê o pagamento de pensões em caso de reforma por velhice e reforma por invalidez;
- O plano de pensões prevê a existência de direitos adquiridos;
- A atualização das pensões está dependente da decisão dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano;
- O pagamento dos benefícios é efetuado diretamente pelo Fundo de Pensões;
- Em termos de elegibilidade, são elegíveis os trabalhadores com pelo menos 50 anos de idade em 31 de dezembro de 2017 e que, naquela mesma data, haviam completado 15 anos ao serviço de um dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano;
- A idade normal da reforma respeita à idade estabelecida pelo Regime Geral da Segurança Social;
- O salário pensionável corresponde a 14/13 do último salário auferido pelo trabalhador;
- A pensão de reforma por velhice e invalidez corresponde a 20% do salário pensionável mensal;
- As referidas pensões são pagas 13 vezes por ano;



- Em termos de nível mínimo de solvência, o valor dos ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano não poderá ser inferior ao montante mínimo de solvência calculado de acordo com as regras estabelecidas pela norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”). O “Cenário Mínimo de Solvência” é assim calculado pelo atuário responsável (BPI Pensões, S.A.) em conformidade com a Norma nº 21/96-R, de 5 de dezembro, da ASF.

O Fundo de Pensões Salvador Caetano tem atualmente celebrado um contrato de gestão com a entidade gestora BPI Vida e Pensões, S.A., agindo esta entidade gestora como “Atuário Responsável”. Em conformidade com a atual legislação em vigor, a entidade gestora deve assegurar que os ativos que integram o património do Fundo de Pensões Salvador Caetano são adequados às responsabilidades decorrentes do plano de pensões, devendo para o efeito ter em conta, nomeadamente:

- A natureza dos benefícios previstos;
- O horizonte temporal das responsabilidades;
- A política de investimento estabelecida e os riscos a que os ativos estão sujeitos; e
- O nível de financiamento das responsabilidades.

Assim, ao abrigo do contrato de gestão estabelecido com a BPI Vida e Pensões, S.A., a entidade gestora deve utilizar os métodos ou técnicas que considerar mais consentâneos com o objetivo de garantir, com elevado nível de razoabilidade, que oscilações desfavoráveis no valor do património não põem em causa o pagamento das responsabilidades assumidas, especialmente as relativas a pensões em pagamento. Nesse sentido, a BPI Vida e Pensões, S.A. desenvolveu um modelo de análise de compatibilização entre os ativos e os passivos do Fundo de Pensões, designado de “Modelo ALX”, que tem por objetivo determinar a composição adequada de uma carteira de ativos financeiros, compatibilizando a natureza, risco, duração e rentabilidade dos ativos, com a maturidade média das responsabilidades a cargo do Fundo, quer respeitantes às pensões em pagamento, quer respeitantes às pensões a pagar no futuro relativas a trabalhadores ainda no ativo. Este modelo não elimina, contudo, o recurso a modelos mais sofisticados e completos de ALM (*Asset Liability Management*).



De acordo com a política de investimentos estabelecida no Contrato de Gestão do Fundo de Pensões, a tabela abaixo apresenta a alocação objetivo (“Peso”) excluindo imobiliário e outros ativos nacionais:

	Limite Mínimo	Valor Central	Limite Máximo
Obrigações dívida Privada da zona Euro	45,0%	50,0%	55,0%
Obrigações dívida Pública da zona Euro	20,0%	25,0%	30,0%
Ações Globais	13,0%	17,0%	22,0%
Retorno Absoluto	3,0%	8,0%	13,0%
Outros ativos	0,0%	-	10,0%
High Yield	0,0%	-	10,0%
Cash	0,0%	0,0%	12,8%

Apresenta-se em seguida a descrição de cada um dos riscos na atividade da BPI Vida e Pensões, S.A., assim como, os modelos de informação utilizados para a respetiva monitorização:

RISCO DE MERCADO

Os principais riscos de mercado advêm de variações dos preços dos títulos das carteiras, decorrentes da perceção dos investidores a fatores intrínsecos ao emitente ou aos mercados, ou ainda a fatores geopolíticos.

As ferramentas utilizadas para medir e quantificar a exposição aos riscos de mercado são as seguintes:

VaR – *Value at Risk*

Entende-se por *Value at Risk* (VaR) a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira num determinado horizonte temporal com um determinado nível de confiança.

O sistema de cálculo do VaR da BPI Vida e Pensões, S.A. recorre às volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos e preços nos últimos 365 dias, determinando o VaR de cada carteira para um intervalo temporal de 30 dias e um nível de confiança de 95%.

Os resultados das políticas de cobertura, implementadas pelos gestores, são igualmente avaliados e consolidados, nomeadamente através dos valores do VaR determinados com e sem derivados.

Cenários de stress

De forma a complementar a informação fornecida para cada carteira pelo VaR, que é baseada em séries históricas, a BPI Vida e Pensões, S.A. avalia também a exposição aos riscos de mercado, analisando o impacto



no valor e respetiva rentabilidade futuros de cada carteira, considerando a repetição de cenários passados de stress.

Estes cenários de stress são aplicados às variáveis chave, avaliando-se o seu impacto individual e o impacto conjunto com outras variáveis.

RISCO DE CRÉDITO (diversificação da carteira)

O risco de crédito de cada título é avaliado tendo em consideração o risco de crédito de cada emissor e a natureza de sua dívida, bem como a notação de rating e a probabilidade de default.

RISCO DE LIQUIDEZ

Para avaliar o risco de liquidez, cada gestor acompanha em permanência os fluxos previstos de entradas e saídas das carteiras e mantém níveis de liquidez adequados aos vencimentos de passivos previstos.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é avaliado tendo em conta a base de dados de perdas operacionais da BPI Vida e Pensões, S.A., a qual disponibiliza o registo de todos os eventos e respetivo impacto financeiro.

Adicionalmente, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não existiu qualquer alteração, cancelamento antecipado ou liquidação do Plano de Benefícios Definidos.

De acordo com estudo atuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo (BPI Vida e Pensões, S.A.), o Grupo tem vindo a efetuar contribuições para o plano de benefícios definidos, permitindo que a situação patrimonial desse Fundo ascendesse em 31 de dezembro de 2021 a, aproximadamente 24.948 milhares de Euros (24.701 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2020). A parcela da responsabilidade global estimada atuarialmente para o Plano de Benefícios Definidos, na quota-parte respeitante ao Grupo, ascende em 31 de dezembro de 2021 a, aproximadamente, 32.053 milhares de Euros (35.872 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2020).

Os pressupostos atuariais utilizados para a avaliação de 2021 e 2020 pela sociedade gestora incluem as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV88/90 e Suisse Re 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 0% (0% em 2020), 0% (0% em 2020) e 0,99% (0,7% em 2020), respetivamente.

A respeito da consideração de uma projeção futura de aumento salarial de 0%, importa referir que tal se deve ao facto de o universo (fechado) de participantes do Plano de Benefícios Definidos contemplar, em 31 de dezembro de 2021, cerca de 853 pessoas, sendo que destas, apenas 14 participantes eram ativos nas empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal, pelo que qualquer estimativa de aumento salarial futuro só a estes se aplicaria. Atendendo a que a referida população alvo de potenciais aumentos salariais é residual e se encontra



em fim de carreira (idades médias de cerca de 65 anos), foi decisão do Conselho de Administração do Grupo considerar uma taxa de atualização salarial de 0% no processo de apuramento das responsabilidades atuariais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a duration das responsabilidades determinada pelo Atuário Responsável é de 9 anos. No que respeita ao número e idade média dos beneficiários, a mesma detalha-se por componente do Grupo Toyota Caetano Portugal e tipologia de participante, como segue:

	Caetano Auto, S.A.		Toyota Caetano Portugal, S.A.		Caetano Renting, S.A.	
	Número de pessoas	Idade média	Número de pessoas	Idade média	Número de pessoas	Idade média
Participantes (Ativos e ex-participantes)						
Ativos < 66 anos	4	64,7	8	64,8	-	-
Ativos > 66 anos	1	66,5	1	66,4	-	-
Ex-participantes	11	70,4	15	70,5	-	-
Pré-reformados	-	-	-	-	-	-
	16	68,7	24	68,4	-	-
Reformados						
Reforma por velhice	312	74,0	469	74,5	4	68,6
Reforma por invalidez	16	71,6	12	70,8	-	-
	328	73,9	481	74,4	4	68,6



O movimento das responsabilidades do Grupo com o Plano de Benefícios Definidos nos exercícios de 2021 e 2020 pode ser resumido como se segue:

	2021	2020
Saldo inicial	35 872 461	32 274 303
Efeito em resultado líquido do exercício		
Custos dos serviços correntes	66 039	84 137
Custos dos juros	242 935	311 218
Cortes no plano	(892 545)	-
Efeitos em outro rendimento integral		
(Ganhos) e perdas atuariais	135 644	501 931
Benefícios previstos	(2 466 640)	(2 473 454)
Alteração de Pressupostos	(810 674)	914 111
Alteração da tabela de mortalidade - já contemplada em 2019	-	2 966 826
Alteração da tabela de mortalidade	-	1 555 820
Transferências líquidas efetuadas	(93 958)	(262 431)
Saldo final	<u>32 053 262</u>	<u>35 872 461</u>



O movimento da situação patrimonial do Fundo de Pensões Salvador Caetano, que cobre o plano de benefícios definidos acima referido, durante os exercícios de 2021 e de 2020, foi como segue:

	2021	2020
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2019	24 700 826	25 765 129
Efeito em resultado líquido do exercício		
Rendimentos de juros	164 735	246 126
Efeitos em outro rendimento integral		
Ganhos/ (Perdas) de rendimento	777 926	1 475 801
Pagamentos de Pensões (Benefícios pagos)	(2 500 094)	(2 523 799)
Transferências líquidas efetuadas	(93 958)	(262 431)
Contribuições da empresa (inclui pagamentos diretos)	1 898 540	-
Saldo final	<u>24 947 975</u>	<u>24 700 826</u>

A 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a composição da carteira de ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano que cobre o Plano de Benefícios Definidos, é como segue:

Carteira do Fundo	Peso Carteira	Valor 31-12-2021	Peso Carteira	Valor 31-12-2020
Ações	9,80%	2.444.901	9,90%	2.445.382
Obrigações taxa fixa	33,20%	8.282.728	30,70%	7.583.153
Obrigações taxa variável	2,40%	598.751	5,20%	1.284.444
Imobiliário	46,20%	11.525.965	44,60%	11.016.568
Liquidez	3,90%	972.971	3,40%	839.828
Outros Ativos	4,50%	1.122.659	6,20%	1.531.451
Total	100,00%	<u>24.947.975</u>	100%	<u>24.700.826</u>



A 31 de dezembro de 2021, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano que cobre o Plano de Benefícios Definidos, apresentam-se como se segue:

Ativo	Peso Carteira	Valor 31-12-2021
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	46,20%	11.525.965

A responsabilidade líquida do Grupo Toyota Caetano Portugal acima evidenciada encontra-se acautelada, não apenas pelos ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano afetos ao plano de benefícios definidos, mas igualmente através de uma provisão constituída no valor de cerca de 7.105.288 Euros (11.171.634 Euros em 31 de dezembro de 2020), refletida na demonstração da posição financeira consolidada na rubrica “Responsabilidades por planos de benefícios definidos”.

Adicionalmente e conforme acima referido, o Grupo é parte integrante de um plano de contribuição definida, tendo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 efetuado contribuições para o mesmo no montante de 564.897 Euros (590.070 Euros em 31 de dezembro de 2020), registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de gastos com pessoal.



26. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:

2021

Rubricas	Saldos iniciais	Variação do Perímetro	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras regularizações	Saldos Finais
Perdas por imparidade acumuladas em ativos fixos tangíveis (Nota 6)	150.000			(150.000)		-
Perdas por imparidade acumuladas em propriedades de investimento (Nota 7)	200.000	-	-		-	200.000
Perdas por imparidade acumuladas em Ativos não correntes detidos para venda	2.328.814			(219.845)		2.108.969
Perdas por imparidade acumuladas dívidas a receber (Nota 13)	10.420.338	-	1.064.731	(1.507.767)	-	9.977.302
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 12)	2.886.212	-	3.193.706	(4.153.674)	(86.631)	1.839.613
Provisões	1.973.126	-	360.928	(200.000)	(215.576)	1.918.478

2020

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras regularizações	Total
Perdas por imparidade acumuladas em ativos fixos tangíveis (Nota 6)	150.000	-	-	-	150.000
Perdas por imparidade acumuladas em propriedades de investimento (Nota 7)	2.528.814	-	-	(2.328.814)	200.000
Perdas por imparidade acumuladas em Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	2.328.814	2.328.814
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 13)	9.458.773	1.049.507	(87.942)	-	10.420.338
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 12)	3.448.675	259.131	(668.866)	(152.728)	2.886.212
Provisões	944.772	1.550.192	(300.000)	(221.838)	1.973.126

Em 2020, o montante considerado na coluna “Outras regularizações” ao nível das Propriedades de investimento corresponde à transferência das imparidades associadas a ativos imobiliários anteriormente classificados nesta



rubrica para a rubrica “Ativos não correntes detidos para venda”, em virtude de os imóveis em questão estarem em processo de alienação.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica “Provisões” pode ser resumido como segue:

Provisões	2021	2020
Garantias a clientes	276.626	278.329
Processos judiciais em curso	1.439.438	1.439.437
Sinistros em viaturas sem danos próprios	52.414	55.360
Outros riscos e encargos	150.000	200.000
	1.918.478	1.973.126

A rubrica “Processos judiciais em curso” considera essencialmente uma provisão criada no exercício de 2020 no montante de, aproximadamente, 1,4 milhões de Euros, correspondente a um processo de contencioso que envolve a subsidiária Caetano Auto CV, S.A. com a autoridade aduaneira de Cabo Verde. É entendimento do Conselho de Administração, suportado nos seus assessores legais, que do desfecho deste processo poderão resultar impactos para o Grupo, facto pelo qual entendeu reconhecer uma provisão pelo montante em risco.



27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (Demonstração consolidada dos resultados)

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados como se segue:

	2021	2020
Imposto corrente	5.158.684	1.882.035
Imposto diferido (Nota 16)	(736.439)	194.226
	4.422.245	2.076.261

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser analisada como segue:

	2021	2020
Resultados antes de impostos	16.248.384	6.527.994
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%
Imposto teórico (Coleta + Derrama)	3.655.886	1.468.799
Provisões que não deram origem ao reconhecimento de impostos diferidos ativos	-	301.614
Diferenças entre as mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-	(231.020)
Tributação Autónoma	289.119	269.150
Derrama Estadual	720.395	173.107
Benefícios fiscais	124.564	-
Excesso/Insuficiência estimativa de imposto	(331.617)	-
Outros	(36.102)	94.611
Imposto efetivo	4.422.245	2.076.261



28. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2021	2020
Resultado		
Básico	11.826.139	4.451.733
Diluído	11.826.139	4.451.733
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,338	0,127

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

29. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe do relato por segmentos é o seguinte:

2021

	NACIONAL								EXTERNO					ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
	Veículos Automóveis				Equipamento Industrial			Outros	Veículos Automóveis		Equipamento Industrial				
	Indústria	Comércio	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços	Aluguer		Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer		
RÉDITO															
Volume de negócios	5.890.913	491.999.582	18.722.222	5.433.099	10.330.375	4.991.594	13.043.562	-	38.754.608	22.473.074	56.565	61.808	6.531	(204.245.850)	407.518.083
RESULTADOS															
Resultados operacionais	(220.333)	15.352.508	3.175.558	1.159.828	1.295.683	2.019.104	1.455.695	-	883.859	626.603	2.797	41.603	5.317	(2.152.101)	23.646.121
Resultados financeiros	(17.310)	(1.580.795)	(424.564)	(398.732)	(34.062)	(18.233)	(40.887)	-	(129.112)	(37.240)	(259)	(251)	(24)	12.342	(2.669.127)
Imposto sobre rendimento do exercício								(4.422.245)							(4.422.245)
Resultados líquidos com Interesses que não controlam	(184.173)	10.165.497	2.345.058	543.914	977.757	1.550.675	1.153.736	(4.728.610)	584.929	518.229	1.967	32.047	4.103	(1.138.990)	11.826.139
OUTRAS INFORMAÇÕES															
Depreciações e amortizações	244.585	6.068.960	2.304.422	9.503.341	34.689	6.576	3.115.026	-	-	175.299	-	-	-	(549.715)	20.903.183

2020

RÉDITO

Volume de negócios

RESULTADOS

Resultados operacionais

Resultados financeiros

Imposto sobre rendimento do exercício

Resultados líquidos com Interesses que não controlam

OUTRAS INFORMAÇÕES

Depreciações e amortizações

NACIONAL							
Veículos Automóveis				Equipamento Industrial			Outros
Indústria	Comércio	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços	Aluguer	
45 263	420 988 992	18 441 142	3 107 249	9 922 981	4 595 875	14 217 296	-
4 677	10 821 258	1 412 275	(682 551)	441 951	991 500	178 308	-
(111)	(1 815 798)	(36 650)	(320 328)	(21 581)	(10 920)	(32 964)	-
							(2 076 261)
4 566	6 632 147	1 043 468	(707 127)	420 370	980 579	145 206	-
589 587	4 966 718	416 599	6 839 851	71 597	21 216	6 782 203	1 459

EXTERNO				
Veículos Automóveis		Equipamento Industrial		
Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer
27 838 856	17 360 977	22 855	54 020	15 847
(1 617 473)	(940 752)	(46)	24 407	10 413
(111 185)	(21 771)	(79)	(203)	(74)
(1 728 658)	(985 662)	(124)	24 205	10 339
-	181 382	-	-	-

ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
(158 774 715)	357 836 638
(1 744 363)	8 899 604
54	(2 371 610)
	(2 076 261)
(1 387 576)	4 451 733
15 837	19 886 449



A informação por segmentos acima apresentada corresponde àquela que é apresentada em sede do Conselho de Administração para efeitos de aprovação das contas do Grupo e igualmente utilizada no processo de tomada de decisão. O sub-segmento respeitante à atividade industrial de montagem de viaturas está incluído no segmento “Veículos Automóveis - Indústria”. Adicionalmente, a atividade de formação e desenvolvimento de recursos humanos, assim como a atividade de gestão de imóveis (propriedades de investimento), uma vez que representam uma atividade secundária e sem grande expressão, estão repartidas pelos vários segmentos. O Conselho de Administração entende que a apresentação destas atividades em segmentos autónomos não se apresenta como relevante ao nível do relato financeiro do Grupo.

A coluna “Eliminações” inclui essencialmente a anulação das transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento “Veículos Automóveis”.

Não existem créditos associados a transações entre o segmento de veículos automóveis e o segmento de equipamento industrial.

30. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi como se segue:

Mercado	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Nacional	350.015.281	86,60%	316.274.113	88,39%
Bélgica	38.346.846	9,49%	27.536.353	7,70%
Palop's	15.514.193	3,84%	13.844.054	3,87%
Espanha	83.204	0,02%	67.519	0,02%
Reino Unido	153.000	0,04%	9.273	0,00%
Alemanha	-	-	7.258	0,00%
Outros Mercados	46.207	0,01%	98.068	0,02%
	404.158.731	100,00%	357.836.638	100,00%

31. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresenta-se da seguinte forma:

	2021	2020
Subcontratos	1.941.582	1.886.006
Serviços especializados	22.181.096	19.875.209
Trabalhos especializados	6.303.803	5.467.585
Publicidade e propaganda	11.923.217	10.552.463
Vigilância e segurança	536.641	546.090
Honorários	1.280.293	1.047.198
Comissões	135.720	171.210
Conservação e reparação	2.001.422	2.090.663
Materiais	758.702	773.397
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	215.628	229.725
Livros e documentação técnica	315.239	282.259
Material de escritório	167.116	199.719
Artigos para oferta	60.719	61.694
Energia e fluidos	2.697.100	2.619.888
Eletricidade	979.638	1.068.665
Combustíveis	1.385.348	1.200.365
Água	147.621	168.073
Outros	184.493	182.785
Deslocações, estadas e transportes	2.500.012	2.235.973
Deslocações e estadas	932.796	861.556
Transportes de pessoal	96.489	83.090
Transportes de mercadorias	1.470.727	1.291.327
Serviços diversos	10.064.243	10.893.876
Locações de curto prazo e baixo valor	1.365.033	1.735.857
Comunicação	578.364	672.655
Seguros	1.161.714	1.252.388
Royalties	405.725	205.430
Contencioso e notariado	14.604	34.534
Limpeza, higiene e conforto	1.155.380	1.049.437
Outros serviços	5.383.423	5.943.575
	40.142.735	38.284.349



32. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 decompõem-se da seguinte forma:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais na empresa-mãe	355.250	343.840
Remunerações dos órgãos sociais nas participadas	314.125	301.560
Remunerações do pessoal	28.143.350	25.492.504
Pensões	312.307	255.769
Indemnizações	950.383	998.573
Encargos sobre remunerações	6.774.591	4.885.828
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	401.823	337.475
Outros gastos com o pessoal	2.041.643	3.058.791
	39.293.472	35.674.340

Durante os exercícios findos em dezembro de 2021 e 2020, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi o seguinte:

Pessoal	2021	2020
Empregados	1.092	1.046
Assalariados	419	457
	1.511	1.503



33. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros rendimentos operacionais” tem a seguinte composição:

Outros rendimentos operacionais	2021	2020
Recuperação de encargos com garantias e outras despesas operacionais	8.415.719	5.972.619
Rendas cobradas	3.373.233	3.712.400
Trabalhos para a própria entidade	3.256.417	3.083.412
Subsídios à exploração	6.421.277	5.065.186
Recuperação de encargos com publicidade e promoção de vendas	3.493.223	1.161.437
Serviços prestados	2.483.041	2.858.917
Recuperação de despesas	1.439.641	1.567.060
Mais-valias na alienação de ativos	1.105.830	1.360.381
Correções relativas a exercícios anteriores	194.634	202.830
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	155.377	75.666
Indemnização de sinistros	58.090	1.698
	30.396.482	25.061.606

Detalhando os principais valores acima mencionados, temos a referir que:

- as rubricas “Recuperação de encargos com garantias e outras despesas operacionais” e “Recuperação de encargos com publicidade e promoção de vendas” incluem essencialmente valores respeitantes à recuperação de encargos (relativos às marcas representadas, junto do fornecedor Grupo Toyota Japão) com reparações efetuadas ao abrigo de garantias nos montantes de 2.840 mil Euros (em 31 de dezembro de 2021) e 2.975 mil Euros (em 31 de dezembro de 2020). Esta rubrica inclui igualmente a recuperação de diversos encargos suportados pelo Grupo com atividades de marketing e promoção comercial associados às suas operações, junto do fornecedor Grupo Toyota Japão, bem como a recuperação de encargos de transporte associados a processos de venda. Os gastos incorridos associados àquela recuperação de encargos encontram-se reconhecidos em diversas rubricas da demonstração consolidada dos resultados, nomeadamente: (i) custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (relativamente a materiais incorporados e consumidos nos processos de reparação de viaturas, (ii) gastos com pessoal (relativamente à mão-de-obra utilizada nos processos de reparação de viaturas), e (iii) fornecimentos e serviços externos (onde são reconhecidos gastos



relacionados com reparações de viaturas efetuadas por concessionários e reparadores independentes, encargos de transporte, encargos de marketing e publicidade, entre outros).

- a rubrica “Rendas cobradas” inclui um valor relativo a rendas de propriedades de investimento de cerca de 2,3 milhões de euros (2,5 milhões de euros em 2020). As referidas rendas são parcialmente provenientes de contratos de locação de ativos imobiliários celebrados com diversas entidades relacionadas, sendo o respetivo detalhe relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, como segue:

Entidade	2021	2020
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	792.270	855.010
Toyota Logistic. Serviços Portugal, Unip., Lda.	577.478	602.586
Caetano Aeronautic, S.A.	184.160	233.315
Outras Partes Relacionadas	181.089	173.452



- a rubrica “Serviços Prestados” refere-se essencialmente a débitos de fees administrativos a empresas fora do perímetro Toyota Caetano, incluindo diversas entidades relacionadas. O detalhe dos “Serviços Prestados” com partes relacionadas relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Entidade	2021	2020
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	677.413	446.740
Caetano Retail S.G.P.S., S.A.	263.812	285.201
Caetano Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	183.880	179.052
Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	130.772	78.395
Caetano Aeronautic, S.A.	113.083	123.551
Guérin - Rent-a-Car (Dois), S.A.	77.912	96.405
Outras partes relacionadas	404.071	369.481
Outros	632.098	1.280.092
Total	2.483.041	2.858.917

- a rubrica “Recuperação de despesas” inclui, entre outros, rendimentos relacionados com serviços sociais (débito de despesas com cantina e formação a empresas relacionadas);
- a rubrica “Mais-valias na alienação de ativos” inclui o montante de, aproximadamente, 900 mil Euros correspondente à mais valia obtida pelo Grupo com a alienação de instalações comerciais utilizadas na sua atividade, localizadas em Vila Nova de Gaia.
- a rubrica “Subsídios à exploração” considera o montante de cerca de 6,4 milhões de Euros respeitante a apoios do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional (5 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2020) a respeito das ações de formação ministradas pelo Grupo nos seus vários centros de formação profissional, bem como, apoios governamentais para fazer face à pandemia provocada pelo novo coronavírus Covid-19 (Nota 40).



Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros gastos operacionais” tem a seguinte composição:

Outros gastos operacionais	2021	2020
Impostos	1.213.198	1.167.963
Correções relativas a exercícios anteriores	170.990	73.468
Multas e penalidades	39.013	34.345
Perdas em Inventários	68.472	171.721
Quotizações	32.222	45.525
Dívidas incobráveis	1.473.672	570.167
Donativos	60.204	3.949
Outros não especificados	1.395.869	1.202.184
	4.453.640	3.269.322

A rubrica de “Outros não especificados” inclui essencialmente gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidas aos concessionários.



34. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

Gastos e Perdas	2021	2020
Juros Suportados	1.372.103	1.592.105
Juros das Locações (IFRS 16)	196.191	-
Outros gastos e perdas financeiros	1.133.281	796.667
	2.701.575	2.388.772

Rendimentos e Ganhos	2021	2020
Juros Obtidos	32.448	17.162
	32.448	17.162



35. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	Nota	Ativos ao custo amortizado	Ativos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros ativos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2021					
Ativos não correntes					
Outros investimentos	11	131.368	4.474.657	-	4.606.025
Clientes	13	766.236	-	-	766.236
		897.604	4.474.657	-	5.372.261
Ativos correntes					
Clientes	13	53.704.915	-	-	53.704.915
Outras Dívidas de terceiros	14	819.992	-	208.886	1.028.878
Outros ativos correntes	15	3.349.711	-	780.943	4.130.654
Caixa e Equivalentes a caixa	17	22.122.760	-	-	22.122.760
		79.997.378	-	989.829	80.987.207



Descrição	Nota	Ativos ao custo amortizado	Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros ativos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2020					
Ativos não correntes					
Outros investimentos	11	26.833	4.192.604	-	4.219.437
Clientes	13	654.046	-	-	654.046
		680.879	4.192.604	-	4.873.483
Ativos correntes					
Clientes	13	45.050.337	-	-	45.050.337
Outras dívidas de terceiros	14	2.409.652	-	3.164.414	5.574.066
Outros ativos correntes	15	3.648.034	-	1.106.857	4.754.891
Caixa e equivalentes a caixa	17	11.437.547	-	-	11.437.547
		62.545.570	-	4.271.271	66.816.841



Descrição	Nota	Passivos ao custo amortizado	Outros passivos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2021				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	20	25.375.771	-	25.375.771
Outras dívidas a terceiros	22	2.275.204	-	2.275.204
		27.650.975	-	27.650.975
Passivo corrente				
Financiamentos obtidos	20	22.280.235	-	22.280.235
Fornecedores	21	43.622.927	-	43.622.927
Outras dívidas a terceiros	22	33.812.518	20.875.113	54.687.631
Outros passivos correntes	24	13.540.345	9.994.743	23.535.088
		113.256.025	30.869.856	144.125.881



Descrição	Nota	Passivos ao custo amortizado	Outros passivos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2020				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	20	26.913.455	-	26.913.455
		26.913.455	-	26.913.455
Passivo corrente				
Financiamentos obtidos	20	17.341.752	-	17.341.752
Fornecedores	21	38.187.645	-	38.187.645
Outras dívidas a terceiros	22	22.643.270	14.928.144	37.571.414
Outros passivos correntes	24	15.967.806	6.948.404	22.916.210
		94.140.473	21.876.548	116.017.021

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 93 da IFRS 13, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

- Nível 1 - preços cotados - participação no Fundo Címovel, registada na rubrica “Outros investimentos” (Nota 11): 4.474.657 Euros (4.192.604 Euros em 31 de dezembro de 2020);
- Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (*inputs* não observáveis).

36. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas (incluindo as entidades associadas e os empreendimentos conjuntos), pode ser resumido como segue em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

2021

Empresa Relacionadas	Dividas comerciais		Outros Ativos e Passivos Correntes		Produtos		Ativos Fixos Tangíveis		Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Outros Passivos correntes	Outros Ativos correntes	Vendas	Compras	Aquisições	Aliações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
Empresas participadas	3.821.874	2.057.884	438.507	215.919	15.242.877	5.385.329	-	2.500	443.525	1.908.872	10.030	2.186.511
Acionista	3.916.133	20.244.541	141.039	1.390.000	38.336.556	202.456.417	-	-	-	774.641	-	6.173.146
Outras partes relacionadas - Grupo Salvador Caetano	4.388.856	4.252.770	1.061.123	183.766	10.745.681	8.947.381	339.877	110.626	1.152.744	11.131.015	743.513	3.689.201
Outras partes relacionadas - Grupo Toyota Japão	3.967.927	10.513.067	36.147.957	464.064	71.549.131	88.825.865	39.681	-	2.647.494	823.764	1.973.778	2.373.457
	16.094.790	37.068.262	37.788.626	2.253.749	135.874.245	305.614.992	379.558	113.126	4.243.763	14.638.292	2.727.321	14.422.315

2020

Empresa Relacionadas	Dividas comerciais		Outros Ativos e Passivos Correntes		Produtos		Ativos Fixos Tangíveis		Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Outros Passivos correntes	Outros Ativos correntes	Vendas	Compras	Aquisições	Alienações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
Empresas participadas	4.783.784	172.558	343.282	-	11.351.683	10.543.409	51.858	35.000	548.951	1.550.107	48.802	1.827.144
Acionista	441.178	18.761.000	120.932	-	27.517.926	141.862.037	-	-	-	426.936	138.930	3.863.278
Outras partes relacionadas - Grupo Salvador Caetano	3.268.100	3.186.587	1.126.502	5.466	7.729.390	8.542.494	124.192	33.955	2.305.263	8.855.691	214.374	2.065.931
Outras partes relacionadas - Grupo Toyota Japão	786.865	8.191.202	6.665.684	304	21.167.721	41.886.566	20.200	-	2.463.969	813.954	1.865.167	1.115.479
	9.279.927	30.311.347	8.256.400	5.770	67.766.720	202.834.506	196.250	68.955	5.318.183	11.646.688	2.267.273	8.871.832

As entidades relacionadas da Empresa-mãe são as seguintes:

Empresa Relacionadas	
Acionista	
Salvador Caetano Auto, (S.G.P.S.), S.A.	Portugal
Toyota Motor Europe, NV/SA	Bélgica
Empresa participadas	
Kinto Portugal, S.A.	Portugal
Caetano UK, Ltd	Reino Unido
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	Portugal
Cobus Industries, GMBH	Alemanha
Outras empresas relacionadas - Grupo Salvador Caetano	
Amorim Brito & Sardinha, Lda.	Portugal
Atlântica - Companhia Portuguesa de Pesca, S.A.	Portugal
Auto Partner Imobiliária, S.A.	Portugal
Cabo Verde Rent-a-Car, Lda.	Cabo Verde
Caetano Aeronautic, S.A.	Portugal
Caetano Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal
Caetano Formula Cádiz, SLU	Espanha
Caetano Formula East África, S.A.	Portugal
Caetano Formula Galicia, SLU	Espanha
Caetano Formula Galicia, SLU	Espanha
Caetano City e Active (Norte), S.A.	Portugal
Caetano Mobility, SGPS, SA	Portugal
Caetano Motors Cádiz, SLU	Espanha
Caetano Drive, Sport e Urban, S.A.	Portugal
Caetano Energy, S.A.	Portugal
Caetano Fórmula , S.A.	Portugal
Caetano Fórmula West África, S.A.	Portugal
Caetano Motors, S.A.	Portugal
Caetano Move África, S.A.	Portugal
Caetano One CV, Lda.	Cabo Verde
Caetano Parts, Lda.	Portugal
Caetano Power, S.A.	Portugal
Caetano Retail (S.G.P.S.), S.A.	Portugal
Caetano Retail España, S.A.U.	Portugal
Caetano Squadra África, S.A.	Portugal



Caetano Star, S.A.	Portugal
Caetano Technik, Lda.	Portugal
Caetsu Publicidade, S.A.	Portugal
Carplus - Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal
Choice Car, S.A.	Portugal
COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A.	Portugal
COVIM - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Portugal
Fundação Salvador Caetano	Portugal
Gamobar - Sociedade de representações S.A.	Portugal
Grupo Salvador Caetano, (S.G.P.S.), S.A.	Portugal
Guérin - Rent-a-Car (Dois), Lda.	Portugal
Hyundai Portugal, S.A.	Portugal
Ibericar Motors Cádiz, S.L.	Espanha
Ibericar Reicomsa, S.A.	Espanha
Lidera Soluciones, S.L.	Espanha
Lusilectra - Veículos e Equipamentos, S.A.	Portugal
MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Portugal
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	Portugal
P.O.A.L. - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	Portugal
Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	Portugal
RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A.	Portugal
Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Portugal
Robert Hudson, LTD	Angola
Salvador Caetano Auto África, (S.G.P.S.), S.A.	Portugal
Salvador Caetano Capital, (S.G.P.S.), S.A.	Portugal
Salvador Caetano Equipamentos, S.A.	Portugal
Salvador Caetano Indústria, (S.G.P.S.), S.A.	Portugal
SIMOGA - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	Portugal
Sózó Portugal, S.A.	Portugal
Turispaiwa - Sociedade Turística Paivense, S.A.	Portugal
UNBOXAGENCY - Agência de publicidade, Unipessoal, Lda.	Portugal
USERAGENCY - Agência de publicidade, Unipessoal, Lda.	Portugal
VAS África (S.G.P.S.), S.A.	Portugal
Vas Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	Cabo Verde
Outras - Grupo Toyota Japão	
Toyota Motor Corporation	Japão



Toyota Kredibank, GMBH - Sucursal em Portugal	Portugal
Toyota Logísticos Serviços Portugal, Unipessoal, Lda.	Portugal
Toyota Material Handling Deutschland	Alemanha
Toyota Material Handling Espanha S.A.	Espanha
Toyota Material Handling Europe	Bélgica
Toyota Material Handling Europe Brussels	Bélgica
Toyota Material Handling Europe Logistics	Suécia
Toyota Material Handling France	França
Toyota Material Handling Manufact, France, SAS	França
Toyota Material Handling Manufact, Italy, SPA	Itália
Toyota Material Handling Manufact, Sweden	Suécia
Toyota Material Handling Nederland	Países Baixos
Toyota Tsusho Asia Pacific PTE Ltd	Singapura
Toyota Tsusho Corporation	Japão

Relativamente à divulgação das remunerações do pessoal-chave da gestão do Grupo, e para além do mencionado na Nota 32, importa referir que as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal (com exceção da Caetano Auto Cabo Verde, por ser uma sociedade de direito Cabo Verdiano) disponibilizam a todos os seus colaboradores (incluindo membros dos Órgãos Sociais que façam dos seus quadros de pessoal e que auferam remuneração) o acesso ao Fundo de Pensões Salvador Caetano nas condições estabelecidas no seu Contrato Constitutivo, e que são iguais para todos, desde que cumpridas as condições específicas de acesso a cada um dos planos existentes (Contribuição Definida ou Benefício Definido, Nota 25).

Adicionalmente, todos os colaboradores das empresas referidas (e seus familiares) têm igualmente acesso a comparticipações nas suas despesas de saúde e de educação, sendo que beneficiam ainda de subsídios (natalidade e morte). Estes apoios são facultados aos membros do Conselho de Administração nas mesmas condições que as concedidas aos restantes colaboradores.

Em 31 de dezembro de 2021, não existem saldos correntes pendentes relevantes com o pessoal-chave da gestão do Grupo Toyota Caetano Portugal (incluindo Órgãos Sociais).



37. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos na Demonstração da Posição Financeira Consolidada:

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	2021	2020
Fianças prestadas	4.000.000	4.000.000
Outras garantias financeiras	1.947.262	1.906.565
	5.947.262	5.906.565

O montante apresentado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 relativo a “Fianças prestadas”, refere-se à caução prestada à A.T.A. (Autoridade Tributária e Aduaneira) que se destina a garantir junto desta o pagamento à posteriori dos valores resultantes dos direitos e imposições, assim como, o imposto sobre veículos nos despachos e pedidos de matrícula efetuados.

Na sequência de financiamentos contratados no valor de cerca de 26,8 milhões de Euros, a Toyota Caetano concedeu às respetivas instituições financeiras, garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis escriturados em cerca de 14 milhões de Euros.

Outras Informações - Veículos em fim de vida

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data, quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Empresa e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.



É, no entanto, nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado Português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

Outras informações - Informação relativa à área ambiental

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2021.

38. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da empresa mãe nas diversas subsidiárias do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

Órgãos Sociais	2021	2020
Conselho de Administração		
Remuneração na Empresa-Mãe	355.250	343.840
Remuneração nas participadas	314.125	301.560
Conselho Fiscal	5.040	6.790



39. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos aos Revisores Oficiais de Contas do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	2021	2020
Honorários Totais referentes à revisão de contas	78.500	47.000
	78.500	47.000

40. COVID-19

No seguimento da declaração por parte da OMS – Organização Mundial da Saúde do estado de Pandemia devido à disseminação do novo coronavírus Covid-19 em março de 2020, que se prolongou durante o ano de 2021, importa referir alguns impactos nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas a 31 de dezembro de 2020 e 2021:

Atividade/Rentabilidade

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, no exercício de 2020 a atividade do Grupo Toyota Caetano Portugal sofreu uma quebra de cerca de 22%, fruto dos diversos constrangimentos que a pandemia provocou, sendo de destacar as interrupções / paragens de produção ora provocadas pelas medidas restritivas de saúde pública implementadas, ora provocadas pelas dificuldades logísticas em movimentar pessoas, mercadorias e equipamentos.

Ao nível da rentabilidade, fruto das interrupções / paragens ocorridas com o consequente impacto negativo na produtividade e na diluição dos custos fixos, o EBITDA* sofreu igualmente uma quebra de cerca de 41%.

* EBITDA= RES. Operacionais+Amortizações+Imparidades

Importa referir que o Grupo manteve uma atividade de constante monitorização dos efeitos da pandemia ao longo de todo o exercício de 2021, mantendo um adequado controlo sobre os seus custos operacionais e adequando a aquisição de viaturas junto dos seus principais fornecedores operacionais (viaturas e peças), reagindo assim às flutuações do negócio.



A escassez de *chips*/componentes que se sentiu ao longo do exercício de 2021, teve e continua a ter um forte impacto na economia em geral, não apenas pela falta de peças/equipamentos/matérias-primas, mas igualmente ao nível da logística associada ao transporte de bens.

De facto, quer na venda e aluguer de viaturas e equipamentos de movimentação de carga, bem como na respetiva assistência e, ainda, na montagem de viaturas exercida nas instalações produtivas de Ovar, a Toyota Caetano Portugal tem sido afetada nas diversas atividades que desenvolve. Paralelamente, o tempo de transporte destes bens tornou-se mais longo, facto que resulta da redução generalizada no recurso a este serviço, conjugado com a necessidade de rentabilização dos meios utilizados.

Perante este contexto, a Toyota Caetano Portugal implementou medidas concretas para minimizar o risco acrescido que daqui resulta, nomeadamente:

- i. Na área da indústria, principalmente na montagem de viaturas, centrou-se a produção nos modelos nos quais se verifica menor escassez de materiais, estando esta estratégia totalmente concertada junto do cliente e fornecedores relevantes envolvidos nesta atividade;
- ii. Na área das máquinas de movimentação de carga, considerando a fraca capacidade de influenciar a cadeia de abastecimento, recorreu-se à colocação junto dos clientes, de equipamentos usados em aluguer temporário ou cedência;
- iii. A gestão de inventários, quer a montante (fornecedores), quer a jusante (concessionários e clientes finais) é efetuada de forma rigorosa, em consonância com o contexto de escassez que se vive;
- iv. Promoveu-se a canalização das vendas para os canais de maior rentabilidade, tendo igualmente sido revista a gestão das viaturas de demonstração, cortesia e de serviço, optando-se por uma menor rotação sem comprometer a divulgação e promoção das marcas representadas;
- v. Foram revistas as diretrizes sobre a matriz de exposição de viaturas, adaptando-as à realidade: menor número de viaturas em exposição e colocação de viaturas semi-novas nos estabelecimentos comerciais alocados à atividade de viaturas novas;
- vi. Foi revista a política de descontos junto de clientes.

A dimensão dos efeitos da conjuntura sentida em 2021 não foi assim significativa, não tendo igualmente impactado de forma relevante as principais estimativas contabilísticas. Não obstante, foram efetuadas análises de indícios de imparidade e, quando necessário, análises de imparidade formais (quer pela determinação do valor de uso, quer pela determinação do valor de venda), das quais não resultaram necessidades de registo de perdas por imparidade adicionais. As análises levadas a cabo contemplaram a utilização de projeções atuais que



contêm informação prospetiva sobre a evolução do mercado automóvel, nomeadamente em relação ao timing de retorno aos indicadores e volumes atingidos no período pré-pandemia.

Há que salientar que as expectativas do Grupo se concretizaram e à medida que se foi retomando o ritmo normal de atividade a rentabilidade voltou a atingir os níveis alcançados no passado.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas evidenciam para o exercício de 2021 uma retoma na atividade do Grupo em cerca de 13%, fruto das medidas concretas para minimizar os diversos constrangimentos que a pandemia provocou.

Ao nível da rentabilidade, o EBITDA* sofreu igualmente um crescimento de cerca de 43%.

* EBITDA= RES. Operacionais+Amortizações+Imparidades

Financiamento

Pese embora a menor rentabilidade das operações face ao período pré-pandemia, as necessidades de financiamento do Grupo Toyota Caetano Portugal não se agravaram, tendo conseguido financiar a sua atividade através de linhas de crédito disponibilizadas sem necessidade de recorrer às linhas estabelecidas pelo Estado / sistema financeiro Português para fazer face ao momento de crise, como as linhas Covid e processo de moratórias estabelecido pelo Estado / sistema financeiro Português.

Por outro lado, fruto das medidas de apoio à economia implementadas pelo Estado Português, não se verificou um agravamento nos custos de financiamento.

Por último, até à data, não foi sentido igualmente nenhum agravamento significativo no prazo médio de recebimento dos clientes que tenha afetado as necessidades de financiamento do Grupo.

Liquidez

De acordo com a sua política de gestão direcionada à manutenção de uma reserva de liquidez adequada, e estando o Grupo consciente dos reflexos económico-financeiros, os quais terão inerentemente efeitos negativos sobre a sua atividade/rentabilidade futura, importa referir que se encontram disponíveis no momento linhas de crédito bancário não utilizadas no montante de mais de 68 milhões de Euros, estando assim assegurada, em nosso entender, a continuidade das operações pelo menos por um período de 12 meses.

Mecanismos de apoio colocados à disposição pelo Governo

O Governo, consciente dos reflexos económico-financeiros sobre a atividade/rentabilidade das empresas, implementou uma série de medidas de apoio que o Grupo utilizou com o seguinte montante aproximado de benefício:



- Apoio extraordinário à manutenção do contrato de trabalho	198.051
- Apoio extraordinário retoma progressiva	195.973
- Incentivo à normalização da atividade	1.591.714

41. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A. tem acompanhado com atenção os acontecimentos relacionados com a situação na Ucrânia, manifestando total solidariedade com o seu povo.

Certos do poder das organizações em contribuir para uma sociedade justa e com igualdade de oportunidades para todos, e tendo em conta que a preocupação com as Pessoas é um dos Valores que orienta a nossa atividade, desde a primeira hora manifestamos inteira disponibilidade na integração de refugiados ucranianos no mercado laboral, através das oportunidades profissionais nas nossas empresas. Em simultâneo, estamos a analisar a possibilidade de dar formação a estes cidadãos, tirando proveito da rede de centros de formação que temos a nível nacional.

No que diz respeito aos efeitos esperados pelo atual contexto de guerra, temos assistido a uma maior volatilidade nos mercados financeiros, com riscos acrescidos em termos de inflação, preço dos combustíveis e custos energéticos, com impacto nos índices de confiança que se poderão refletir negativamente nos indicadores de consumo e investimento.

Principais impactos na atividade do Grupo Toyota Caetano Portugal:

O Grupo Toyota Caetano Portugal vê também a sua atividade afetada por esta guerra, não só devido às suas implicações diretas, como pela conjuntura internacional.

As ramificações complexas associadas a este conflito dificultam as previsões atuais. Tudo dependerá da escala e duração do mesmo. Abaixo, resumimos as nossas principais preocupações e apontamos os principais riscos.

▪ Dependência dos preços das matérias energéticas nos mercados internacionais

Os preços das matérias energéticas nos mercados internacionais no segmento de combustíveis fósseis causa, naturalmente, impacto na atividade do Grupo; não apenas ao nível do acréscimo de gastos, mas também no impacto junto dos consumidores dos produtos e serviços disponibilizados pelo conjunto das empresas deste Grupo.



De notar que em 2021 foram celebrados contratos de fornecimento de energia elétrica a preços fixos até 2031, não se antevendo oscilações significativas de preços. As mesmas, a existirem, serão efetuadas apenas por via das componentes reguladas.

Em paralelo, estão implementadas severas medidas de controlo de custos com o objetivo de redução dos gastos gerais das empresas.

▪ Aumento do preço das matérias-primas

No que à aquisição de matérias-primas diz respeito, perspetiva-se um aumento generalizado dos preços. Para fazer face a este desafio:

- estão a ser encetadas negociações com fornecedores para redução de preços através de uma maior visibilidade de quantidades a adquirir e respetivos timings de entrega (*rolling forecast* e *binding forecast*);
- em determinadas circunstâncias recorre-se à antecipação de colocação de encomendas de forma a fixar os atuais preços, com negociação de prazos alargados de entrega e de pagamento;
- *procurement* de fornecedores alternativos e em geografias distintas;
- sempre que possível, desenvolvimento de soluções alternativas com materiais menos afetados pelo aumento de preço;
- orientação da política comercial para produtos e serviços de maior rentabilidade e gestão muito atenta e controlada dos descontos de venda a conceder.

▪ Logística e cadeias de abastecimento

Como é do conhecimento geral e conforme referido na secção dos “nossos riscos”, o setor automóvel tem operado sob restrições de fornecimentos, de produção e de vendas resultantes da falta de semicondutores aliada à crise pandémica. Espera-se que este conflito agudize ainda mais os prazos de entrega.

Ainda desconhecemos o real impacto que este novo contexto possa ter nos veículos produzidos em França, Inglaterra, Turquia, República Checa, Japão e África do Sul, que são as origens dos nossos abastecimentos de viaturas.

Nas peças com destino ao mercado de após-venda, idêntico raciocínio se aplica relativamente ao fabrico das mesmas, quer nas fábricas sediadas na Europa, quer no Japão/outras países asiáticos.



Em simultâneo, perspectiva-se um aumento considerável de custos em toda a cadeia de transportes, que implicitamente agravará os custos das viaturas e peças para o mercado de após-venda.

▪ Comportamento do Consumidor /Mercado:

Os sucessivos aumentos de custos dos combustíveis irão naturalmente ter efeitos a curto prazo nos hábitos do consumidor, que passará, em média, a utilizar menos o seu automóvel, reduzindo os Km's por viatura, o que impacta negativamente a atividade diária das Concessões.

42. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de abril de 2022.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Presidente

MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS

SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO

MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS

GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

TOM FUX

KAZUNORI TAKAGI



PARECERES



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2021 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.

2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos, durante o exercício, ao acompanhamento dos negócios sociais, sua evolução e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis e adequadas, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e das políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados pela sociedade.

3. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

4. Analisamos a Certificação Legal das Contas individuais e a Certificação Legal das Contas consolidadas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com as quais concordamos.

Assim sendo,

5. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

6. E, nos termos do n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. declara que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 245.º- A do Código dos Valores Mobiliários.



7. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:

- a) Aprove o relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021;
- b) Aprove a proposta de Aplicação de Resultados contida no relatório do Conselho de Administração.

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2022

José Domingos da Silva Fernandes- Presidente

Antonieta Isabel da Costa Moura – Vogal

Daniel Broekhuizen – Vogal



Declaração do Conselho Fiscal

Todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Vila Nova de Gaia, 29 de abril de 2022

José Domingos da Silva Fernandes- Presidente

Antonieta Isabel da Costa Moura – Vogal

Daniel Broekhuizen – Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Toyota Caetano Portugal, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração individual da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 281.474.270 euros e um total de capital próprio de 148.602.839 euros, incluindo um resultado líquido de 11.695.005 euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual do rendimento integral, a demonstração individual das alterações no capital próprio e a demonstração individual dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira individual de Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 138, 4150-146 Porto



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Imparidade de viaturas usadas (Notas 2.3 e), 11 e 22 do anexo às demonstrações financeiras) Conforme referido na Nota 11 do anexo às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, os inventários da Entidade ascendem a 61,2 milhões de euros (representando cerca de 22% do ativo total), dos quais o montante de 10 milhões de euros corresponde a viaturas usadas. De acordo com a IAS 2 Inventários, as viaturas usadas encontram-se valorizadas ao menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. As perdas por imparidade acumuladas refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido dos inventários (Nota 2.3 e)). O valor realizável líquido das viaturas usadas é determinado pela aplicação de critérios de desvalorização definidos pelo órgão de gestão tendo em consideração a antiguidade das mesmas, bem como através da consulta de indicadores de mercado obtidos de fontes externas, os quais consideram igualmente as características e antiguidade de cada viatura. Esta matéria é considerada uma matéria relevante de auditoria em virtude da volatilidade do valor de mercado de viaturas usadas e do caráter julgamental associado ao apuramento das perdas por imparidade, nomeadamente tendo em consideração a atual conjuntura de quebra de atividade no setor onde a Entidade se insere em resultado da Pandemia provocada pela doença provocada pelo novo coronavírus e da atual crise de fornecimento de componentes que se vive no setor automóvel, entretanto agravada com o estalar do recente conflito armado na Ucrânia e as sanções relacionadas contra a Federação Russa e Bielorrússia que poderão ter um impacto significativo nas economias europeias.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a análise do processo de valorização de inventários correspondentes a viaturas usadas implementado pela Entidade, verificando a sua conformidade com o previsto ao nível do normativo contabilístico e visando assegurar a mitigação do risco de o valor de tais inventários poder ser superior ao respetivo valor de realização. Entre outros procedimentos levados a cabo, destacamos os seguintes: • Teste de detalhe ao custo de aquisição de viaturas usadas em 31 de dezembro de 2021; • Validação dos critérios adotados pelo órgão de gestão da Entidade relativamente ao registo de perdas por imparidade para viaturas usadas e realização de testes aritméticos; • Análise das margens históricas nas vendas de viaturas usadas; • Análise e confrontação dos valores líquidos contabilísticos das viaturas usadas em 31 de dezembro de 2021 com informação de mercado obtida através de fontes externas, atendendo às características e antiguidade específicas de cada viatura; • Análise de vendas de viaturas usadas ocorridas após 31 de dezembro de 2021, por forma a identificar eventuais transações em que o valor líquido de realização seja inferior ao valor líquido contabilístico registado em inventários em 31 de dezembro de 2021; • Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Imparidade de investimento financeiro em empreendimento conjunto (Notas 2.3 t) e 9 do anexo às demonstrações financeiras) A Entidade detém um investimento financeiro num empreendimento conjunto, Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A., adquirido no decurso do exercício de 2020, cujo valor contabilístico em 31 de dezembro de 2021 ascende a 20,3 milhões de euros (Nota 9). Esta participação financeira é mensurada de acordo com o método de equivalência patrimonial, deduzido de perdas por imparidade (Nota 2.3 t)). A Entidade reconhece perdas de imparidade em investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos quando se determina que o valor de recuperação de um dado ativo é inferior ao seu valor contabilístico. Na Nota 9 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade alerta para os efeitos negativos da pandemia causada pela Covid-19 no volume de negócios e na rentabilidade daquele empreendimento conjunto nos anos de 2021 e 2020, constituindo tal facto um indicio de imparidade relativamente àquele investimento financeiro. Os testes de imparidade incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens perspectivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura. Estes pressupostos consideram as perspetivas associadas à retoma de atividade no período pós-pandemia. Contudo, o recente conflito armado em curso na Ucrânia e as sanções relacionadas contra a Federação Russa e Bielorrússia poderão ter um impacto significativo nas economias europeias, principal destino das vendas da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A.. Como resultado do seu processo de análise, a Entidade não registou nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 qualquer perda de imparidade relativamente ao referido empreendimento conjunto.	Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram: • A avaliação dos controlos relevantes relacionados com a identificação de indícios de imparidade ao nível dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos detidos pela Entidade, bem como a análise do exercício de avaliação de perdas por imparidade nas situações em que são identificados indícios de imparidade; • Atendendo a que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. foram auditadas por outros revisores oficiais de contas, procedemos à execução dos seguintes procedimentos: – Envio de instruções de auditoria para os revisores oficiais de contas da componente, conforme previsto na ISA 600 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Financeiras de Grupos (Incluindo o Trabalho dos Auditores de Componente); – Avaliação da competência técnica dos revisores oficiais de contas em questão; envolvimento no processo de planeamento da referida auditoria; revisão dos papéis de trabalho dos revisores oficiais de contas, verificando que os riscos significativos por nós identificados haviam sido adequadamente endereçados; e avaliação das conclusões dos procedimentos levados a cabo para a mitigação de tais riscos; – Análise dos reportes de auditoria emitidos pelos revisores oficiais de contas da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A., debatendo com os seus representantes as respetivas conclusões.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Imparidade de investimento financeiro em empreendimento conjunto (Notas 2.3 t) e 9 do anexo às demonstrações financeiras)	- No que diz respeito à avaliação do valor de recuperação usado pela Entidade no processo de análise de imparidade, os nossos procedimentos incluíram: - Obtenção do modelo de avaliação utilizado para determinar a quantia recuperável do investimento financeiro e teste à correção aritmética desse modelo; - Avaliação da metodologia usada pelo Grupo no processo de determinação do valor de uso, nomeadamente face aos requisitos do normativo contabilístico aplicável; - Avaliação da razoabilidade dos pressupostos subjacentes ao modelo, nomeadamente ao nível das taxas de desconto e taxas de crescimento de longo prazo utilizadas; - Análise dos testes de sensibilidade realizados; - Realização de discussões com o órgão de gestão da Entidade; - Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 2.3 t) do anexo às demonstrações financeiras, as participações financeiras em subsidiárias são registadas pelo custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade. As demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado. Na Nota 9 do anexo é dada informação adicional sobre as entidades subsidiárias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras de Toyota Caetano Portugal, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 ("Regulamento ESEF").

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF. Os nossos procedimentos tomaram em consideração a Guia de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores de Toyota Caetano Portugal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 1 de julho de 2020 para completar o mandato em curso compreendido entre 2019 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 29 de abril de 2022.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do anterior artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, entretanto revogado, e do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 29 de abril de 2022

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Toyota Caetano Portugal, S.A. ("a Entidade") e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 336.914.469 euros e um total de capital próprio de 149.932.245 euros, incluindo um resultado líquido de 11.695.005 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13.º, 4150-146 Porto

© 2022. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Imparidade de viaturas usadas (Notas 2.4 g), 12 e 26 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas) Conforme referido na Nota 12 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2021, os inventários do Grupo ascendem a 86,8 milhões de euros (representando cerca de 26% do ativo líquido consolidado), dos quais o montante de aproximadamente 28 milhões de euros corresponde a viaturas usadas. De acordo com a IAS 2 Inventários, as viaturas usadas encontram-se valorizadas ao menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. As perdas por imparidade acumuladas refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido dos inventários (Nota 2.4 g)). O valor realizável líquido das viaturas usadas é determinado pela aplicação de critérios de desvalorização definidos pelo órgão de gestão tendo em consideração a antiguidade das mesmas, bem como através da consulta de indicadores de mercado obtidos de fontes externas, os quais consideram igualmente as características e antiguidade de cada viatura. Esta matéria é considerada uma matéria relevante de auditoria em virtude da volatilidade do valor de mercado de viaturas usadas e do caráter julgamental associado ao apuramento das perdas por imparidade, nomeadamente tendo em consideração a atual conjuntura de quebra de atividade no setor onde o Grupo se insere em resultado da Pandemia provocada pela doença provocada pelo novo coronavírus e da atual crise de fornecimento de componentes na área automóvel, entretanto agravada com o estalar do recente conflito armado na Ucrânia e as sanções relacionadas contra a Federação Russa e Bielorrússia que poderão ter um impacto significativo nas economias europeias.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a análise do processo de valorização de inventários correspondentes a viaturas usadas implementado pela Entidade, verificando a sua conformidade com o previsto ao nível do normativo contabilístico e visando assegurar a mitigação do risco de o valor de tais inventários poder ser superior ao respetivo valor de realização. Entre outros procedimentos levados a cabo, destacamos os seguintes: • Teste de detalhe ao custo de aquisição de viaturas usadas em 31 de dezembro de 2021; • Validação dos critérios adotados pelo órgão de gestão da Entidade relativamente ao registo de perdas por imparidade para viaturas usadas e realização de testes aritméticos; • Análise das margens históricas nas vendas de viaturas usadas; • Análise e confrontação dos valores líquidos contabilísticos das viaturas usadas em 31 de dezembro de 2021 com informação de mercado obtida através de fontes externas, atendendo às características e antiguidade específicas de cada viatura; • Análise de vendas de viaturas usadas ocorridas após 31 de dezembro de 2021, por forma a identificar eventuais transações em que o valor líquido de realização seja inferior ao valor líquido contabilístico registado em inventários em 31 de dezembro de 2021; • Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Imparidade de investimento financeiro no empreendimento conjunto Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. (Notas 2.3 b) e 10 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas) O Grupo detém um investimento financeiro num empreendimento conjunto, Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A., adquirido no decurso do exercício de 2020, cujo valor contabilístico em 31 de dezembro de 2021 ascende a 20,3 milhões de euros (Nota 10). Esta participação financeira é mensurada de acordo com o método de equivalência patrimonial, deduzido de perdas por imparidade. A Entidade reconhece perdas por imparidade em investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos quando se determina que o valor de recuperação de um dado ativo é inferior ao seu valor contabilístico. Na Nota 10 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Entidade alerta para os efeitos negativos da pandemia causada pela Covid-19 no volume de negócios e na rentabilidade daquele empreendimento conjunto nos anos de 2021 e 2020, constituindo tal facto um indício de imparidade relativamente àquele investimento financeiro. Os testes de imparidade incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens perspectivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura. Estes pressupostos consideram as perspetivas associadas à retoma de atividade no período pós-pandemia. Contudo, o recente conflito armado em curso na Ucrânia e as sanções relacionadas contra a Federação Russa e Bielorrússia poderão ter um impacto significativo nas economias europeias, principal destino das vendas da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A.. Como resultado do seu processo de análise, a Entidade não registou nas suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 qualquer perda por imparidade relativamente ao referido empreendimento conjunto.	Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram: • A avaliação dos controlos relevantes relacionados com a identificação de indícios de imparidade ao nível dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos detidos pelo Grupo, bem como a análise do exercício de avaliação de perdas por imparidade nas situações em que são identificados indícios de imparidade; • Atendendo a que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. foram auditadas por outros revisores oficiais de contas, procedemos à execução dos seguintes procedimentos: – Envio de instruções de auditoria para os revisores oficiais de contas da componente, conforme previsto na ISA 600 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Financeiras de Grupos (Incluindo o Trabalho dos Auditores de Componente); – Avaliação da competência técnica dos revisores oficiais de contas em questão; envolvimento no processo de planeamento da referida auditoria; revisão dos papéis de trabalho dos revisores oficiais de contas, verificando que os riscos significativos por nós identificados haviam sido adequadamente endereçados; e avaliação das conclusões dos procedimentos levados a cabo para a mitigação de tais riscos; – Análise dos reportes de auditoria emitidos pelos revisores oficiais de contas da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A., debatendo com os seus representantes as respetivas conclusões.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
Imparidade de investimento financeiro no empreendimento conjunto Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. (Notas 2.3 b) e 10 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas) Tendo em consideração a relevância do referido ativo nas demonstrações financeiras consolidadas, a complexidade inerente à análise de imparidade efetuada, sustentada em estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas e de mercado, num ambiente de acrescida incerteza associada aos eventos acima referidos, consideramos esta área como uma matéria relevante de auditoria.	
	- No que diz respeito à avaliação do valor de recuperação estimado pela Entidade no processo de análise de imparidade, os nossos procedimentos incluíram: - Obtenção do modelo de avaliação utilizado para determinar a quantia recuperável do investimento financeiro e teste à correção aritmética desse modelo; - Avaliação da metodologia usada pelo Grupo no processo de determinação do valor de uso, nomeadamente face aos requisitos do normativo contabilístico aplicável; - Avaliação dos pressupostos subjacentes ao modelo, nomeadamente ao nível das taxas de desconto e taxas de crescimento de longo prazo utilizadas; - Análise dos testes de sensibilidade realizados; - Realização de discussões com o órgão de gestão da Entidade; - Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas de Toyota Caetano Portugal, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 ("Regulamento ESEF").

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração a Guia de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL, utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela Entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira, prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores de Toyota Caetano Portugal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 1 de julho de 2020 para completar o mandato em curso, compreendido entre 2019 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 29 de abril de 2022.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do anterior artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, entretanto revogado, e do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 29 de abril de 2022



GOVERNO DA SOCIEDADE



RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2021

CONTEÚDO

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DO CAPITAL

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

b) Exercício de Direito de Voto

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

b) Funcionamento

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

III. FISCALIZAÇÃO (Conselho Fiscal)

a) Composição

b) Funcionamento

c) Competências e funções

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

V. AUDITOR EXTERNO



C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

- I. ESTATUTOS
- II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES
- III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS
- IV. APOIO AO INVESTIDOR
- V. SÍTIO DE INTERNET

D. REMUNERAÇÕES

- I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO
- II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES
- III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES
- IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES
- V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS
- VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO
- II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

ANEXOS

- | | |
|-----------|--|
| Anexo I | Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações |
| Anexo II | Regulamento interno do Conselho de Administração |
| Anexo III | Regulamento interno do Conselho Fiscal |



Anexo IV	Política de remunerações
Anexo V	Política de comunicação de irregularidades
Anexo VI	Regulamento de conflitos de interesses e transações com partes relacionadas
Anexo VII	Regulamento interno da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações



PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DO CAPITAL

1. Estrutura de Capital (Capital Social, Número de Ações, Distribuição do Capital Pelos Acionistas, etc), Incluindo Indicação das Ações Não Admitidas à Negociação, Diferentes Categorias de Ações, Direitos e Deveres Inerentes às Mesmas e Percentagem de Capital que Cada Categoria Representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários - CVM)

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Sociedade é de 35.000.000€, composto por 35.000.000 ações nominativas, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada, sendo que todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

Todas as ações são ordinárias e não há diferentes categorias de ações.

Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b) CVM)

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a) CVM)

Não existem ações próprias.



4. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, exceto se a Sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j) CVM)

A Sociedade não é parte em acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

A Sociedade não prevê estatutariamente nem adota quaisquer medidas defensivas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-a, n.º 1, al. g) CVM)

Tanto quanto seja do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer acordos parassociais entre acionistas da Toyota Caetano Portugal (“TCAP”), nomeadamente os que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.



II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-a, n.º 1, als. C) e d) CVM e art. 16.º CVM), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação

Os titulares de participações qualificadas no capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A., calculadas nos termos do n.º 1 do Artigo 20.º do CVM, com base na totalidade das ações de acordo com a alínea b do n.º 3 do artigo 16.º C, a 31 de dezembro de 2021 eram os seguintes:

Acionista	Nº de Ações	% Capital Social com direito de voto
Salvador Caetano Auto (S.G.P.S), S.A.	24.428.155	69,795%
Toyota Motor Europe NV/SA	9.450.000	27,000%

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, (de acordo como disposto no n.º 5 do Artigo 447º CSC)

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não detêm, a título pessoal, ações nem obrigações da Sociedade.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não realizaram, a título pessoal, durante o exercício de 2021 quaisquer aquisições, onerações ou cessações de titularidade que tenham por objeto ações ou obrigações da Sociedade.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital (art. 245.º-a, n.º 1, al. I) CVM), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos



Os aumentos do capital social da Sociedade carecem de deliberação da Assembleia Geral. Todas as atribuições do Conselho de Administração constam dos seus Estatutos, que podem ser consultados no sítio da internet da Sociedade, <https://toyotacaetano.pt/investidores/governo-das-sociedades>, no separador Estatutos.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade

Durante o exercício de 2021 as operações e transações comerciais entre a Sociedade e os titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, conforme detalhe na Nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, são operações e transações que ocorrem no curso normal das atividades do Grupo Toyota Caetano Portugal (“TCAP”), não tendo sido realizadas fora das condições normais de mercado.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é composta por todos os acionistas com direito de voto.

A Sociedade coloca à disposição dos membros da mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos e apoio adequados às suas necessidades, através do departamento legal da Sociedade. Este colabora ativamente na preparação das Assembleias Gerais, garantindo a publicação das respetivas convocatórias, receção e controlo de todas as comunicações de acionistas e intermediários financeiros, trabalhando em estreita colaboração e garantindo, igualmente, toda a logística das Assembleias Gerais.



a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

A Mesa da Assembleia Geral é composta por 4 membros conforme a seguir indicado:

- Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta – Presidente
- António José da Cruz Espinheira Rio – Vice-Presidente
- Alírio Ferreira dos Santos – Secretário
- João António Ferreira de Araújo Sequeira – Secretário

A atual mesa da Assembleia Geral foi eleita em 12 de abril de 2019 por um período de 4 anos e cessa o seu mandato em 31 dezembro 2022.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f)).

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, artigo 4º n.º 6, a cada grupo de cem ações corresponde um voto. Os acionistas que não possuam o número mínimo de cem ações podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cuja identificação deverá constar de carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

A presença na Assembleia Geral não se encontra condicionada à detenção de um número de ações.



Voto presencial:

Os acionistas que pretendam estar presentes na Assembleia Geral deverão cumprir os requisitos previstos em cada uma das convocatórias e no artigo 23º-C do CVM.

Assim, em 2021, puderam participar e votar nas reuniões de Assembleia Geral os acionistas que reuniram as seguintes condições:

- quem, na data de registo era titular de ações que lhe conferiam pelo menos um voto;
- quem declarou essa intenção, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado estivesse aberta, o mais tardar, até às 23:59 horas (GMT) do dia anterior ao da data de registo, podendo, para este efeito, utilizar o correio eletrónico e os formulários de declaração que estão disponíveis na sede da Sociedade e no sítio desta na *Internet*, www.toyotacaetano.pt, sendo que para as declarações ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pode ser utilizado o endereço de correio eletrónico assembleiageral@toyotacaetano.pt.
- se, até às 23:59 horas (GMT) do dia do registo, o intermediário financeiro que seja informado da intenção dos Acionistas seus clientes de participar na Assembleia Geral, enviou ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral tal informação, podendo, para o efeito, utilizar o endereço de correio eletrónico assembleiageral@toyotacaetano.pt.

Havendo contitularidade de ações, apenas o representante comum ou um seu representante, poderá participar na Assembleia Geral.

Voto por correspondência:

Os Acionistas da Sociedade podem exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

- Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, carta essa que incluirá declaração emitida por intermediário financeiro comprovativa da titularidade das ações e, ainda, sobrescrito fechado contendo a declaração de voto;



- A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa coletiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o ato;
- Os votos por correspondência serão considerados no momento destinado à votação na Assembleia Geral, sendo adicionados aos aí exercidos;
- Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:
 - a indicação da Assembleia Geral e do ponto ou pontos da respetiva ordem de trabalhos a que respeita;
 - a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta a declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.
 - a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o acionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.
- Entende-se que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência votam negativamente todas as propostas de deliberação apresentadas em momento ulterior à emissão do voto.

A Toyota Caetano Portugal, S.A. disponibiliza no sítio da internet da Sociedade (<https://toyotacaetano.pt/investidores/assembleias-gerais/>) um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Conforme descrição, as declarações de voto têm de ser rececionadas pela Sociedade até cinco dias antes da realização da Assembleia Geral.



Voto por meios telemáticos

Nos termos do artigo 337º, 6, alínea b), salvo disposição em contrário no pacto social da Sociedade, a Assembleia Geral pode ser efetuada por meios telemáticos. Em consequência, não sendo tais meios proibidos pelo pacto social, as reuniões por meios telemáticos são possíveis.

Tal possibilidade, que é reconhecida pela Sociedade como uma forma de potenciar o exercício dos seus direitos pelos acionistas, é divulgada nas convocatórias emitidas para as Assembleias Gerais da Sociedade e no sítio institucional na internet.

Assim, podem participar nas reuniões de Assembleia Geral por meios telemáticos os acionistas que o tenham comunicado, e indicado o seu endereço de email na declaração escrita de intenção de participação em Assembleia Geral, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Neste caso, ser-lhe-á enviado um link, por email, para participação na reunião através da plataforma Teams/Zoom ou equivalente.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Art. 20.º.

Não se encontram consideradas nos Estatutos da Sociedade regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

É necessária uma maioria qualificada de 75% para a aprovação das seguintes matérias:

- Alteração do contrato da Sociedade;
- Incorporação de fundos de reservas no capital social, nomeada e especificamente reservas de reavaliação;



- Transmissão, locação ou cessão de exploração de toda ou de uma parte importante da atividade da Sociedade, e sucessão ou aceitação da atividade de uma terceira entidade;
- Redução ou aumento de capital;
- Divisão de lucros e fixação de percentagem de dividendos, bem como a eventual distribuição de fundos de Reservas Livres;
- Emissão de obrigações;
- Eleição ou destituição de todos ou de alguns dos membros dos órgãos sociais;
- Eleição ou destituição dos membros da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações;
- Fusão, cisão ou dissolução da Sociedade, bem como a nomeação de liquidatários;
- Aquisição, alienação, transmissão, locação e cessão de bens do ativo fixo tangível com valor de transação superior a dois milhões e quinhentos mil euros.

Se, para deliberar sobre os assuntos referidos no número anterior, em primeira convocatória, não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado

A Sociedade adota o modelo de governação que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um Conselho Fiscal e por um revisor oficial de contas. Da avaliação efetuada pelo Conselho de Administração



conclui-se que a adoção deste modelo permite a existência de um órgão de fiscalização com poderes de fiscalização efetivos e reforçados.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do conselho de administração (art. 245.º-a, n.º 1, al. h)). Política de diversidade

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, pelo período de quatro anos, renovável, a quem compete praticar todos os atos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objeto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, acionistas e trabalhadores. A Assembleia Geral poderá igualmente eleger dois administradores suplentes.

Os requisitos para a nomeação dos membros do Conselho de Administração estão descritos no Regulamento Interno do Conselho de Administração, requisitos estes que se consideram adequados à verificação da adequação do perfil, conhecimentos, e experiência à função a desempenhar.

De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. a designação e substituição dos membros do Órgão de Administração seguem as seguintes regras:

- Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os Administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;
- Por eleição de novo Administrador.

A nomeação de novos Administradores não executivos é efetuada por eleição em Assembleia Geral.

A partir de 2022, a Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações desempenhará um papel ativo na nomeação dos membros do Conselho de Administração, nos termos do seu regulamento interno, anexo ao presente relatório.



Política de Diversidade

Os acionistas mantiveram a salvaguarda da diversidade de género, de idade, de habilitações e de antecedentes profissionais na seleção dos membros dos órgãos de administração e fiscalização nos termos previstos na al r) do n.º1, do Artigo 245.º-A CVM na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho.

Na atual composição do Conselho de Administração consideram-se salvaguardados os princípios da diversidade de género, idade, habilitações profissionais e antecedentes profissionais.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Conselho de Administração eleito em 2019, por um período de quatro anos, cessando o seu mandato em 2022, composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, por sete membros efetivos e um membro suplente, eleitos pela Assembleia Geral.



Composição à data de 31.12.2021:

Titular	Função		Independência	Data primeira designação
José Reis da Silva Ramos	Presidente	Executivo	Não	29/01/2010
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	30/03/1989
Salvador Acácio Martins Caetano	Vogal	Não executivo	Não	30/03/1989
Miguel Pedro Caetano Ramos	Vogal	Não executivo	Não	23/04/2010
Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos	Vogal	Executivo	Não	01/07/2020
Tom Fux	Vogal	Não executivo	Não	01/07/2021
Kiyohito Morimoto	Vogal	Não Executivo	Não	01/07/2021
Masaru Shimada	Vogal Suplente	Não Executivo	Não	26/10/2017

O mandato de todos os membros acima indicados termina a 31.12.2022.

18. [Distinção dos membros executivos e não executivos do conselho de administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes](#)

A Sociedade procura um equilíbrio na composição do Conselho de Administração, entre Administradores executivos e não executivos, nos termos na recomendação 2005/162/CE da comissão da união europeia, de 15.02.2015, considerando-se Administradores executivos aqueles que estão encarregues da gestão corrente da Sociedade e Administradores não executivos aqueles que não o estão.



Todos os administradores não executivos têm o dever genérico de acompanhamento, vigilância, suporte à estratégia e à tomada de decisão do Conselho de administração.

No ponto 17 encontram-se discriminados os Administradores executivos e não executivos, bem como aqueles que são considerados independentes.

Neste momento, o Conselho de Administração integra três administradores executivos e quatro não executivos, bem como um membro suplente, também não executivo.

Os membros não executivos do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. não podem ser considerados independentes em virtude da sua nomeação corresponder também a propostas dos dois maiores acionistas da Toyota Caetano Portugal, S.A..

A avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração realizada pelo órgão de administração tem por base o art.º 414º nº5 do Código das Sociedades Comerciais e a recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, de 2018, revisto em 2020.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do conselho de administração

Encontram-se divulgadas em anexo (Anexo I) as qualificações profissionais dos membros efetivos do Conselho de Administração.

Para além do currículo de cada um dos membros efetivos do Conselho de Administração – demonstrativo das suas habilitações e antecedentes profissionais, a Sociedade assume o compromisso de, a partir de 2022 e para novas nomeações, procurar uma avaliação individual efetuada pelo departamento de Recursos Humanos e validada pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações, que será, também a partir de 2022, a comissão responsável pela avaliação das candidaturas para membros dos órgãos sociais.

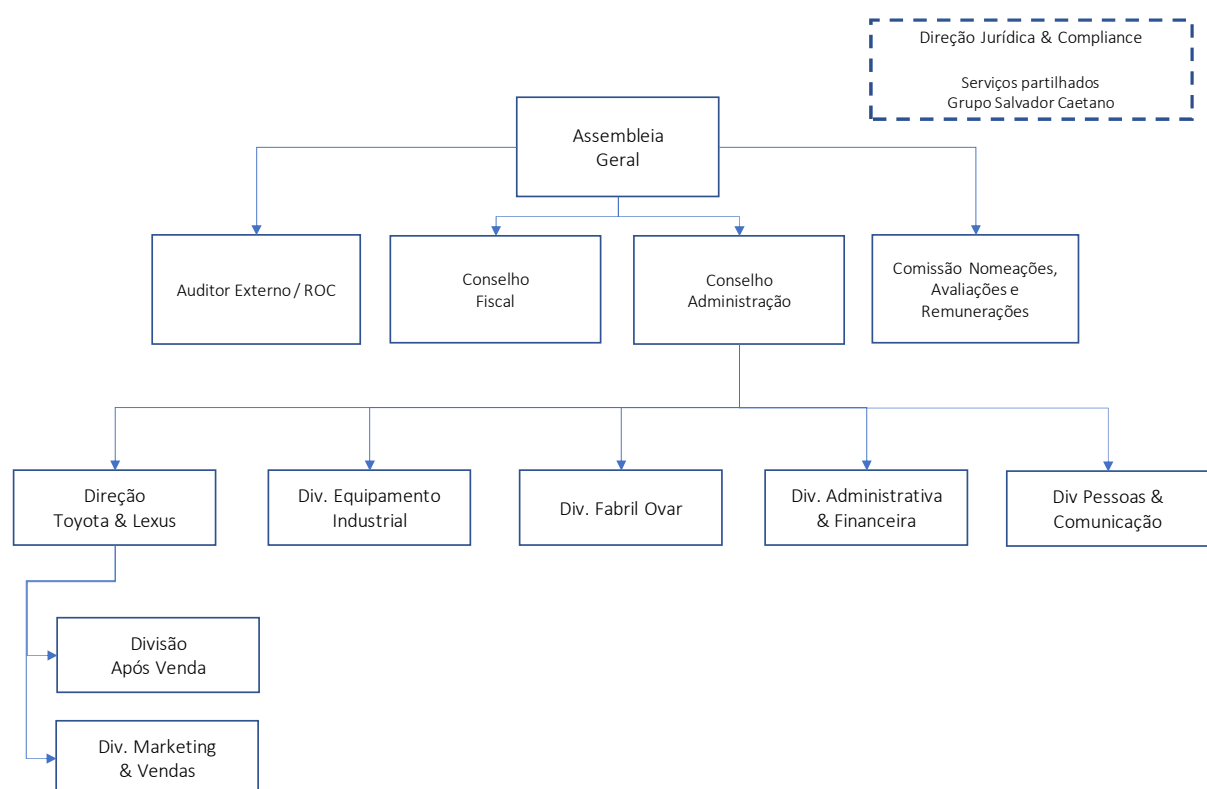
20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do conselho de administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Nenhum membro do Conselho de Administração detém ações da Sociedade, não existindo relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do



Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

21. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.



Conselho de Administração

É ao Conselho de Administração que compete exercer os mais amplos poderes de gestão e definição da estratégia da Sociedade, representando a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, assim como praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social. Em especial, nos termos do Pacto Social, tem as seguintes competências:

- Sem necessidade de deliberação dos acionistas, pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal quer no estrangeiro;



- Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
- Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral;
- Adquirir bens imóveis e, com o parecer prévio do Conselho Fiscal, aliená-los;
- Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, Programas de Emissão de Papel Comercial, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extratos de faturas e outros quaisquer títulos de crédito;
- Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações;
- Constituir mandatários da Sociedade;
- Desempenhar as demais funções previstas nestes Estatutos, noutros regulamentos ou na lei.

Tem ainda como competências, nos termos do seu regulamento interno:

- Definir as políticas de risco e linhas estratégicas da Sociedade;
- Proteger e valorizar o património da Sociedade;
- Implementar e assegurar o cumprimento das linhas estratégicas da Sociedade e sociedades por si dominadas;
- Zelar pela continuidade da Sociedade, dentro de uma perspetiva de longo prazo e de sustentabilidade, que incorpore considerações de ordem económica, social, ambiental e ética na definição dos negócios da Sociedade e sociedades por si dominadas.

Os membros executivos do Conselho de Administração disponibilizam a todos os Órgãos Sociais, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral, informações por estes requeridas, nomeadamente convocatórias e atas das reuniões do Conselho, em tempo útil e de forma adequada ao requerido.



O Conselho de Administração regula o seu funcionamento pelo regulamento que se junta como Anexo II.

Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal, entre outras funções, a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

No âmbito da sua função de fiscalização, o Conselho Fiscal tem acesso a todos os relatórios preparados pela gestão, os quais incluem, entre outras, matérias relacionadas com a prestação de contas.

É também da sua competência representar a Sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento.

O Conselho Fiscal tem um regulamento interno que se junta como Anexo III e que enumera todas as suas competências. O Regulamento Interno do Conselho Fiscal encontra-se ainda disponível na página da internet da Sociedade no separador mencionado no ponto 61 (endereço relevantes).

Comissão Executiva e Administradores Delegados

A Sociedade não tem uma comissão executiva nem administradores delegados.

Direções operacionais

A Sociedade atribui competências a um conjunto de direções operacionais por área de atividade, conforme descrito no organigrama acima, as quais desempenham a gestão corrente da atividade em causa e com as quais o Conselho de Administração se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da atividade desenvolvida e cumprimento do orçamento anual definido.



A Sociedade está organizada por áreas de atividade, cada uma delas gerida por uma direção operacional, que reporta ao Conselho de Administração da Sociedade:

- Divisão Toyota e Lexus (segmento comercial) - é a unidade de negócio da Toyota Caetano Portugal nomeada pela Toyota Motor Europe, que detém a atividade exclusiva de Importador das Marcas Toyota e Lexus, quer na comercialização e venda de viaturas novas, quer na de viaturas seminovas de confiança, através dos seus Programas Exclusivos TUC (Toyota Usados de Confiança) e Lexus Select, complementada pela venda de peças e acessórios originais Toyota e Lexus. Cabe também neste segmento a atividade do Hub Toyota e Lexus onde todas as viaturas são preparadas para entrega aos clientes.
- Divisão de Equipamento Industrial – importação, comercialização (venda e aluguer), atividade de após venda de máquinas industriais (empilhadores contrapesados e de equipamentos de armazém), bem como serviços e soluções de negócio, tais como aluguer de curto prazo, usados e recondicionados, assistência, contratos de manutenção, venda de peças, e gestão de frotas dos referidos equipamentos;
- Divisão Fabril de Ovar (segmento industrial) - fabricação e montagem de viaturas Toyota assim como componentes para autocarros.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração

O Regulamento Interno do Conselho de Administração encontra-se disponível na página da internet da Sociedade no separador mencionado no ponto 61 (endereços relevantes).

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do conselho de administração



O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros.

Durante o ano de 2021 o Conselho de Administração reuniu sete vezes, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho de Administração.

Em todas as reuniões estiveram presentes todos os seus membros, com exceção de duas reuniões, nas quais dois administradores se fizeram representar por outro. (Matthew Peter Harrison e Katsutoshi Nishimoto, que, entretanto, cessaram as suas funções).

Assim, o grau de assiduidade durante 2021 foi o seguinte:

José Reis da Silva Ramos	100% (7 em 7)
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	100% (7 em 7)
Salvador Acácio Martins Caetano	100% (7 em 7)
Miguel Pedro Caetano Ramos	100% (7 em 7)
Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos	100% (7 em 7)
Tom Fux	100% (2 em 2 desde a sua nomeação)
Kiyohito Morimoto	100% (2 em 2 desde a sua nomeação)
Matthew Peter Harrison	50% (2 em 4 até à sua substituição)
Katsutoshi Nishimoto	50% (2 em 4 até á sua substituição)



24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A avaliação do desempenho dos Administradores executivos encontra-se atribuída à Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.

Cabe à Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações, no âmbito da Política de Remunerações aprovada, apreciar o desempenho individual e coletivo dos Administradores executivos, ponderando a sua relevância e impacto na obtenção dos resultados da Sociedade e aferir o seu alinhamento com os interesses da Sociedade.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Conforme estipulado na Política de Remunerações em vigor, existem critérios pré-determinados para a avaliação dos Administradores Executivos, que resultam dessa mesma política, que podem ser verificados no Anexo IV. A política de remunerações encontra-se também disponível na página da internet da Sociedade no separador mencionado no ponto 61 (endereços relevantes).

26. Disponibilidade de cada um dos membros do conselho de administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os membros do Conselho de Administração estão totalmente empenhados no exercício das suas funções e alinhados com o crescimento sustentável da Sociedade.

Cada um dos membros do Conselho de Administração desempenha igualmente funções de Administração nas seguintes empresas:



NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
José Reis da Silva Ramos Presidente do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A. Caetano Auto, S.A. Caetanobus – Fabricação. de Carroçarias, S.A. Lusilectra – Veículos. e Equipamentos, S.A. Caetano Auto CV, S.A. Portianga - Comercio Internacional e Participações, S.A. Salvador Caetano - Indústria (SGPS), S.A. Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A. Fundação Salvador Caetano Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A: ACAP Caetano Aeronautic, S.A. Caetano Renting, S.A Atlântica – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A. Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, Lda. Movicargo - Serviços Aduaneiros, Lda. Crustacil – Comércio de Marisco, Lda.	Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm Vogal do Cons. Adm Presidente da Direção Vogal do Cons. Adm Vogal do Cons. Adm Vogal do Cons. Adm Gerente Gerente Gerente

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal do cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. Caetano Renting, S.A Atlântica – comp. Portuguesa de pesca, S.A. Poal - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A. Auto Partner - Imobiliária, S.A. Cociga – Construções Civas de Gaia, S.A. Covim - soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A. Salvador Caetano Capital,SGPS, S.A. Grupo salvador caetano, SGPS, S.A. Portianga – Com. Int. e Participações, S.A. Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A. Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A. Caetano Auto CV, S.A. Crustacil – Comércio de Marisco, Lda. Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e	Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Vice-Presidente do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Gerente Gerente

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Salvador Acácio Martins Caetano Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A. Caetano-Baviera – Comércio de Automóveis, S.A. Caetano Retail, SGPS, S.A. Turispaiva – Soc. Turística Paivense, s.a Lavorauto - Administração Imb. E Cons. de Empresas, S.A. Salvador Caetano-Auto, SGPS, S.A. Rigor - Consultoria e Gestão, S.A. Caetano Renting, S.A. Portianga – Com. Int. E participações, S.A. Cociga – Construções Civas de Gaia, S.A. Salvador Caetano Auto Africa, SGPS, S.A. Fundação Salvador Caetano Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Vice-Presidente do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm Vogal do Cons. Adm Vogal do Cons. Adm Vogal do Cons. Adm Gerente



NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Miguel Pedro Caetano Ramos Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	Caetano Fórmula East África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Mobility, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanolyrsa, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Drive Angola, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Retail España, S.A.U.	Presidente do Cons. Adm.
	Lidera Soluciones, S.L.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Capital (SGPS), S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Retail, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Auto, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Barcelona Premium, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	MAPFRE Seguros Gerais, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	LATAM OPERACIONAL, S.L.U.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetanobus - Fabricação de Carroçaria, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Kinto Portugal, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Robert Hudson, Limitada	Gerente
	Simba Caetano Fórmula, Limited	Gerente
	Caetsu Publicidade - Comércio e Serviços (SU), Lda	Gerente
	Caetano Renting Angola, LDA	Gerente
	Caetano Peças - Comércio e Serviços (SU), Lda	Gerente

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	Caetanobus - Fabricação de Carroçaria, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria (SGPS), S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Kinto Portugal, S.A.	Vogal do Cons. Adm.

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Tom Fux Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A	Toyota Deutschland GmbH	Managing director - Presidente
	Bauda AS	Vogal e vice presidente do Cons. Adm.
	Kinto Europe GmbH	Managing director - até 1.07.2021
	Toyota Austria GmbH	Managing director

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Kiyohito Morimoto Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A		
	Toyota Motor Europe NV/SA	Vogal do Cons. de Adm.

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Masaru Shimada Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A (suplente)		
	Toyota Auto Finland OY	Vogal do Cons. de Adm. (suplente)

Conforme se pode retirar da informação das listas acima, os membros Executivos do Órgão de Administração exercem funções em órgãos de administração de empresas subsidiárias e em



empresas inseridas no perímetro do denominado Grupo Salvador Caetano que, por serem empresas que se dedicam, de uma forma principal ou secundária, ao mesmo ramo de atividade – ramo automóvel, retiram daí sinergias claras para o desempenho das suas funções dentro da Sociedade, pelo que as funções desempenhadas noutras sociedades não afetaram a disponibilidade dos Administradores executivos para o acompanhamento dos assuntos da Sociedade, como aliás se comprova pelo grau de assiduidade às reuniões do Conselho de Administração.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Considerando a composição do Órgão de Administração, o modelo de governo e a estrutura acionista da Sociedade, o Conselho de Administração não entende adequada às suas especificidades a criação de comissões especializadas, com exceção da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.

28. Composição da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Considerando a composição do Órgão de Administração, o modelo de governo e a estrutura acionista da Sociedade, o Conselho de Administração não entende adequada às suas especificidades a criação de uma comissão executiva e/ou administradores delegados.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

A Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações tem como funções principais:

- elaborar e submeter a Política de Remuneração dos órgãos sociais à aprovação da Assembleia Geral,



- fixar as respectivas remunerações anuais, incluindo os respetivos complementos, de acordo com tal política;
- apoiar o Conselho de Administração na identificação e avaliação da adequação de perfil, conhecimentos e currículo dos membros dos órgãos sociais a designar;
- proceder à avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração.

O Regulamento interno da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações encontra-se no Anexo VII. O Regulamento Interno da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações encontra-se disponível na página da internet da Sociedade no separador mencionado no ponto 61 (endereços relevantes).

III. FISCALIZAÇÃO (Conselho Fiscal)

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal) correspondente ao modelo adotado.

O órgão de fiscalização adotado de acordo com o modelo latino de governação da Sociedade foi o Conselho Fiscal.

31. Composição do Conselho Fiscal com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº18. Política de diversidade.

O Conselho Fiscal é composto, nos termos do Pacto Social, por três membros efetivos e dois suplentes.

O atual Conselho Fiscal foi eleito em 12.04.2019 por um período de 4 anos cessando o seu mandato em 31.12.2022.



A 1 de julho de 2020, face à renúncia do membro Alberto Luis Lema Mandim ao cargo de Vogal do Conselho Fiscal, foi nomeada, por proposta do acionista Salvador Caetano Auto, S.G.P.S, S.A., para o período ainda não decorrido do quadriênio em curso, Antonieta Isabel da Costa Moura para exercer a função de Vogal.

O Conselho Fiscal, suas funções, independência e data da primeira designação detalha-se como segue:

Titular	Função	Independente	Nº ações	Data primeira designação
José Domingos da Silva Fernandes	Presidente	Sim	0	28/04/2011
Antonieta Isabel da Costa Moura	Vogal	Sim	0	01/07/2020
Daniel Broekhuizen	Vogal	Sim	0	28/04/2016
Maria Lívia Fernandes Alves	Suplente	Sim	0	27/04/2012
Akito Takami	Suplente	Sim	0	28/04/2018

A Sociedade considera adequado o número de membros do Conselho Fiscal, permitindo-lhe assegurar, com eficiência, as funções que lhe são atribuídas, atendendo à dimensão da Sociedade e aos riscos inerentes à sua atividade.

O Conselho Fiscal pode ainda suportar-se, livremente, nas recomendações e relatórios do Auditor Externo.



32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º19

O Presidente do Conselho Fiscal e Vogais cumprem os requisitos de independência, nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº21.

Os membros do Conselho Fiscal possuem competências adequadas ao exercício das respetivas funções e o Presidente está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal. Para este efeito, juntam-se, no Anexo I, as qualificações profissionais dos membros do órgão de fiscalização. A partir de 2022 todos os novos membros do Conselho Fiscal serão devidamente avaliados previamente pelo departamento dos recursos humanos que produzirá um relatório que deverá ser ainda validado pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº24.

O Regulamento interno do Conselho Fiscal encontra-se disponível no sítio da internet da Sociedade, no separador mencionado no ponto 61 (endereços relevantes).



35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº25.

O Conselho Fiscal reuniu seis vezes durante o ano 2021, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho Fiscal.

Grau de assiduidade:

José Domingos da Silva Fernandes	100% (6 em 6)
Antonieta Isabel da Costa Moura	100% (6 em 6)
Daniel Broekhuizen	50% (3 em 6)

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daquele órgão no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

Os membros do Conselho Fiscal desempenham, à data, outras funções nas seguintes empresas:

José Domingos da Silva Fernandes

Presidente do Conselho Fiscal na sociedade Caetano – Baviera – Comércio de Automóveis, SA (Grupo Salvador Caetano)

Revisor Oficial de Contas nas sociedades:

- Summertime – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Convemaia – Sociedade Imobiliária, S.A.
- BDS, SGPS, S.A.

Antonieta Isabel da Costa Moura



Vogal do Conselho Fiscal das sociedades:

- CAETANOBUS – Fabricação de Carroçarias, S.A.
- Salvador Caetano Auto, SGPS, SA.

Daniel Broekhuizen

Membro do Conselho Fiscal da sociedade

- Toyota Motor Kazakhstan LLP

Membro do Conselho de administração da sociedade:

- Toyota Logistics Services Ireland Ltd

Maria Livia Fernandes Alves

Vogal do Conselho Fiscal na sociedade Caetano Auto, S.A.

Akito Takami:

Membro do Conselho de Administração das sociedades:

- OOO “Toyota Motor”
- Toyota Denmark A/S
- Toyota Logistics Services Sweden AB

Independentemente do desempenho de outras funções noutras sociedades, todos os membros do Conselho Fiscal se mostraram sempre disponíveis para o exercício das suas funções na Sociedade durante o ano de 2021, participando na vida societária sempre que tal foi necessário ou conveniente.



c) competências e funções

37. Descrição e procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

É competência do Conselho Fiscal da Sociedade interagir com o Auditor Externo, nos termos das suas competências e normas de funcionamento, sendo o Conselho Fiscal o primeiro destinatário do Relatório do Auditor Externo e o interlocutor da Sociedade na relação com este último.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal é responsável por zelar para que sejam asseguradas, dentro da Sociedade, as condições adequadas à prestação dos serviços pelo Auditor Externo.

Por fim, o Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor Externo propondo à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

É assim ao Conselho Fiscal que compete verificar e pronunciar-se sobre a contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo, que fica sujeita à verificação de adequação e aprovação prévia, devidamente fundamentada, do mesmo Conselho Fiscal.

38. Outras funções do órgão de fiscalização

Sumariamente, o Conselho Fiscal é responsável pela fiscalização do negócio e pela verificação da implementação das políticas definidas.

O Órgão de Fiscalização não exerce outras funções que não as que estão previstas na lei, no pacto social, no seu regulamento interno e as acima sumariamente descritas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas da sociedade é a Deloitte & Associados, SROC S.A., inscrita sob o nº 20161389 na CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e na OROC – Ordem dos



Revisores Oficiais de Contas sob o nº 43, e representada por Miguel Nuno Machado Canavarro Fontes, ROC n.º 1397.

40. Identificação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo

O atual Revisor Oficial de Contas exerce funções junto da Sociedade desde 01 de julho de 2020.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo revisor oficial de contas à sociedade

O Conselho de Administração na solicitação de serviços ao atual Revisor Oficial de Contas assegura, antes da respetiva adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002, possam pôr em causa a sua independência.

Durante o exercício de 2021 o Revisor Oficial de Contas prestou serviços de revisão legal de contas à Sociedade, bem como os seguintes serviços adicionais:

- realização de uma revisão limitada às demonstrações financeiras consolidadas da Toyota Caetano Portugal, S.A. para o 1.º Semestre de 2021;
- realização de duas sessões de formação, para cerca de 20 colaboradores da Toyota Caetano Portugal, S. A., à distância, em formato *online*, sobre a tributação direta e indireta associadas à aquisição de veículos elétricos, híbridos e híbridos *plug-in* (serviço prestado não diretamente pelo Revisor Oficial de Contas mas por outra empresa da denominada “Rede Deloitte”, designada Deloitte Tax – Economistas Especialistas em Fiscalidade, SP, S.A.).

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.



A Empresa Deloitte & Associados, SROC S.A é o Auditor Externo da Sociedade, representada por Miguel Nuno Machado Canavarro Fontes (ROC nº 1397) registada na OROC sob o n.º 43 e na CMVM sob o nº 20161389.

43. Identificação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo

O Auditor Externo bem como o sócio que a representa exercem funções junto da Sociedade desde 01 de julho de 2020.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções

Não se encontra definida internamente qualquer política de rotação obrigatória do Auditor Externo, para além da legalmente aplicável às entidades de interesse público, sendo o período de rotação obrigatória do sócio revisor oficial de contas que representa o Auditor Externo no cumprimento dessas funções o decorrente da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (7 anos).

45. Identificação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal procede anualmente a uma avaliação do trabalho do Auditor Externo, podendo propor a sua substituição sempre que entenda verificarem-se causas justificativas para tal.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.



Indicado no ponto 41 supra. Todos os serviços adicionais foram necessários à regular atividade da Sociedade e após ponderação foi entendido ser esta sociedade a mais indicada para a sua prestação, não afetando quer pela sua natureza quer pelo seu valor, a independência do Auditor Externo no exercício das suas funções. É ao Conselho Fiscal que cabe a apreciação e aprovação da contratação de tais serviços.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio)

As remunerações pagas aos auditores da sociedade e a outras pessoas coletivas pertencentes à mesma rede (“Rede Deloitte”), pela sociedade e pelas empresas em relação de domínio ou de grupo, ascendem a 82.000 Euros, distribuídas da seguinte forma:

Pela Sociedade	Valor	%
Valor dos serviços de revisão de contas	58 500,00 €	71,3%
Outros serviços	3 500,00 €	4,3%
Por entidades que integram o grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas	20 000,00 €	24,4%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (Art. 245.º-A n.º1, al. h)).



A alteração de Estatutos da Sociedade só é possível mediante aprovação em Assembleia Geral por maioria de 75% do capital social.

Se, para deliberar sobre o assunto referido no parágrafo anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de 75% dos votos dos acionistas presentes ou representados.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade

A Sociedade tem implementado um sistema de comunicação de irregularidades, conforme Regulamento para a Comunicação de Irregularidades em vigor e publicitado no sítio da internet da sociedade (Anexo V). Qualquer comunicação de factos suscetíveis de enquadrar uma irregularidade deverá ser efetuada por escrito, através de e-mail ou carta dirigidos, para os seguintes endereços:

Endereço E-mail:

compliance@salvadorcaetano.pt

Endereço Postal:

A/C Presidente do conselho Fiscal

Toyota Caetano Portugal, SA

Av. Vasco da Gama, 1410

4430-247 Vila Nova de Gaia



III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal.

A Sociedade é ainda apoiada por departamentos internos do Grupo Salvador Caetano, com os quais mantém sinergias, como sejam, Direção Jurídica e Compliance / Direção de Planeamento, Controlo de Gestão e Auditoria Interna /Fiscalidade/ Serviços Informáticos e pela Auditoria realizada pelos Auditores Externos. Sempre que oportuno, os relatórios relevantes são partilhados com o Conselho Fiscal.

A política de risco é preparada pelo Conselho de Administração, avaliada pelo Conselho Fiscal e, finalmente, aprovada em sede de Conselho de Administração.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade

A Sociedade produz informação financeira com regularidade, sendo que toda a informação de gestão produzida, tanto para uso interno como para divulgação a outras entidades, é preparada com base em sistemas informáticos.

O Conselho de Administração da Sociedade atribui competências de gestão corrente nas suas direções operacionais, com as quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da informação financeira desenvolvida sujeita a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela Direção operacional da Sociedade.

Organograma contido no ponto 21 da Parte I.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos



Não existem outras áreas funcionais com competências exclusivas no âmbito do controlo de risco sendo que face ao modelo de governação todas as áreas têm quota-parte de responsabilidade no controlo de riscos.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade

No desenvolvimento das suas atividades a Toyota Caetano Portugal S.A. está sujeita, em cada uma das suas áreas de negócio ou das suas participadas, a uma multiplicidade de riscos, que se identificaram com o objetivo de os mitigar e controlar. A gestão de risco da Sociedade é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano Portugal, S.A. de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definidos os princípios de gestão de risco globais bem como políticas específicas para determinadas áreas.

Riscos Financeiros

No que diz respeito aos riscos financeiros, o programa de gestão de risco da Sociedade, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho.

A Toyota Caetano Portugal, S.A. dá destaque a três riscos financeiros específicos, sendo o primeiro deles o **risco de crédito**. Este risco traduz-se no risco de um devedor não liquidar os bens/serviços adquiridos, de acordo com as condições negociadas, por falta de liquidez. Na Toyota Caetano Portugal, S.A. a probabilidade de ocorrência deste tipo de risco é baixa, contudo, o seu impacto pode ser moderado a significativo. De forma a mitigar e controlar este risco, as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal têm constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do risco de crédito, tendo como principal objetivo a mitigação do risco de incumprimento de pagamento por parte do cliente, implementando processos com recurso a ferramentas específicas para avaliação e monitorização de créditos, e colocando em prática procedimentos pró-ativos de gestão de crédito e outros mecanismos de cobertura como, garantias bancárias, acordos de pagamento, cláusulas de reserva de propriedade associada a



viaturas vendidas ou, em alternativa, a não transferência de propriedade até integral liquidação das viaturas vendidas, entre outros.

Outro ameaça a destacar é o **risco de taxa de juro** que se traduz, essencialmente, na variação desfavorável das taxas de juro. O endividamento da Sociedade encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Sociedade não é significativo pelos efeitos dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas de resultados (nomeadamente operacionais) da Sociedade/Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); (ii) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente renumeradas a taxas variáveis. De ressaltar que o Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura de dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e as condições e as alternativas existentes no mercado.

O último risco financeiro a destacar é o **risco de liquidez**. Este risco traduz-se na incapacidade de cumprimento das suas obrigações financeiras, tendo este risco na Toyota Caetano Portugal, S.A. uma probabilidade de ocorrência baixa. A gestão do mesmo tem por objetivo garantir que a Sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo, a necessidade de obter financiamentos em condições desfavoráveis. Para tal, é realizado um planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flow* ao nível das operações de acordo com diferentes horizontes temporais. Para além disso, é assegurada uma diversificação de fontes de financiamento e uma diversidade de maturidades de dívida emitida, de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo, de amortizações de dívida. Em paralelo, são efetuadas contratações através de bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados. Neste contexto ainda, o CFO monitoriza regularmente o nível de financiamentos obtidos, facilidades de crédito disponíveis, disponibilidades de tesouraria bem como as perspetivas de *cash out flow* no curto e médio prazo, incluindo necessidades resultantes de planos de investimento.



Riscos Externos

Outro tipo de riscos são os riscos externos, que não sendo do espectro direto da Sociedade têm influência na mesma. São de realçar três riscos diferentes: o risco de fornecimento de mercadorias e materiais, o risco do contexto macroeconómico e o risco de concorrência.

O **risco de fornecimento de mercadorias e materiais** traduz-se no risco de falta de componentes, materiais, matérias-primas necessárias à produção e ao normal funcionamento da Sociedade. A pandemia SARS-CoV-2 levou à ocorrência de constrangimentos na cadeia de abastecimentos, com a escassez na oferta de componentes; em paralelo e como consequência, também a logística associada ao transporte dos bens foi afetada; de facto, o tempo total associado ao transporte destes bens tornou-se mais longo (maior *lead time* na prestação deste serviço), facto que resulta da redução generalizada no recurso a este serviço conjugado com a necessidade de rentabilização pelos operadores dos meios utilizados. Pelo exposto, assistiu-se ao aumento da relevância deste risco, passando de baixo para médio a elevado.

O impacto deste risco na atividade da Sociedade é agora cotado como moderado a significativo. Para fazer face a este contexto, as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal implementaram medidas concretas, nomeadamente:

- a área da indústria, nomeadamente na montagem das viaturas, centrou-se na produção nos modelos nos quais se verifica menor escassez de materiais; esta estratégia está totalmente concertada junto do cliente e fornecedores relevantes envolvidos nesta atividade;
- na área das máquinas de movimentação de carga, considerando a fraca capacidade de influenciar a cadeia de abastecimento, está a recorrer-se à colocação, junto de clientes, de equipamentos usados em aluguer temporário ou cedência;
- a gestão de *stocks* quer a montante (fornecedores) quer a jusante (concessionários e clientes finais) é efetuada de forma rigorosa, em consonância com o contexto de escassez que se vive;
- assiste-se a uma orientação das vendas para os canais de maior rentabilidade;
- também a gestão das viaturas de demonstração, cortesia e de serviço foi revista, optando-se por menor rotação sem comprometer a divulgação e promoção das marcas representadas;



- reviram-se as diretrizes sobre matriz de exposição de viaturas, adaptando-as à realidade, nomeadamente: menor número de viaturas em exposição e colocação de viaturas semi-novas nos stands alocados à atividade de viaturas novas;
- a política de descontos junto de clientes foi igualmente revista;
- de forma transversal, e na continuidade do que é prática habitual, as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal têm reforçado a sua estratégia de redução de custos e otimização dos recursos disponíveis;
- adicionalmente, e também como denominador comum a estas empresas, assiste-se a um reforço na comunicação com colaboradores, fornecedores e clientes para informar sobre os desafios que enfrentamos; nomeadamente, junto dos clientes, tem-se incentivado a efetivação de contratos para entregas mais tardias assistindo-se, assim, a um aumento da carteira de contratos.

Quanto ao **risco de contexto macroeconómico** trata-se do risco de fatores externos macroeconómicos influenciarem a capacidade financeira/produtiva de uma empresa. Este risco foi também impulsionado pela pandemia, sendo que a desaceleração da atividade económica e o aumento das taxas de juro e inflação são os principais fatores que influenciaram o aumento da probabilidade de ocorrência deste risco de baixa para média. A Sociedade acompanha atentamente todas as alterações macroeconómicas tanto em Portugal, como na Europa e no resto do mundo, de forma a garantir que se encontra em cima do acontecimento e pronta para atuar no momento certo.

Por último, o **risco de concorrência** traduz-se no risco de perda de quota de mercado para outros concorrentes. No atual panorama, a Sociedade procura garantir que não perde a atual quota de mercado, e desta forma aposta numa estratégia assente na inovação, excelência de serviço, maior presença em canais digitais e sustentabilidade. Para além disso, é importante destacar que a Toyota é uma marca de renome e prestigiada, com várias provas dadas a nível de inovação e diversificação de produtos. Exemplos disso são a estratégia *Beyond Zero* onde o destino não é zero emissões mas ir além disso, estratégia conjugada com a oferta de mais e melhor mobilidade para todos, promovendo um futuro mais sustentável, e o programa BRIT (*Best Retailer in Town*) que tem como objetivo motivar todos os concessionários a serem os melhores nas zonas onde operam. Ainda de ressaltar que a Sociedade realiza frequentemente ações de *benchmarking* aos



seus concorrentes. Assim sendo, considera-se que este risco tem uma probabilidade média de ocorrência.

Riscos de tecnologias de informação e cibersegurança

Os riscos de IT e cibersegurança são fundamentalmente riscos relacionados com a segurança dos sistemas de informação. Os sistemas de informação estão na base do Grupo e, como tal, considera-se de importância estratégica a existência de uma cultura de segurança que propicie a todos os colaboradores e parceiros uma perspetiva clara das suas responsabilidades no âmbito da segurança da informação. Qualquer falha de segurança, quer intencional, negligência ou crime, pode ter um impacto significativo na confidencialidade dos dados, na qualidade das operações, na disponibilidade da informação, entre outros, que poderão afetar negativamente a rentabilidade e a reputação da Sociedade. É indispensável assegurar a todos os colaboradores o acesso à informação necessária ao desempenho das respetivas atividades, mas exigindo destes o respeito pelos controlos de segurança da informação implementados e o comprometimento com os valores da confidencialidade, integridade e disponibilidade. Neste sentido a Sociedade adotou o referencial para a segurança da Toyota Motors Corporation denominado All Toyota Security Guidelines. Este contempla um conjunto de medidas técnicas e organizativas em diversos domínios, nomeadamente, na gestão da segurança da informação, na segurança operacional e de redes, na segurança física, na gestão de incidentes, na classificação e proteção da informação, no controlo de acessos, na análise de risco e na formação.

Considerando a diversidade e complexidade das áreas dos Sistemas de Informação no geral e da Segurança da informação em particular, a Toyota Caetano Portugal, S.A. externaliza os serviços relativos aos Sistemas de Informação à Rigor, Consultoria e Gestão S.A, empresa do Grupo Salvador Caetano com valências em todos os domínios dos Sistemas de Informação.

Face ao aumento do teletrabalho, ao aumento do cibercrime e à evolução das técnicas utilizadas pelos cibercriminosos, a Sociedade não só mantém monitorização e auditorias constantes aos seus sistemas como também tem planeada a implementação de medidas técnicas e organizativas adicionais para fazer face a estes novos riscos.



Risco de Segurança e Saúde

A área da segurança e saúde é um dos principais pilares do Grupo Toyota Caetano Portugal. A segurança e a saúde dos seus colaboradores são prioridade para Sociedade e, como tal, são desenvolvidas várias ações de formação ao longo do ano com o intuito de promover e manter elevados níveis de bem-estar físico e psicológico, bem como prevenir e reduzir riscos profissionais. Para além disso, os colaboradores têm acesso a serviços de saúde ocupacional gratuitos na *Clínica Ser Caetano* e apoios financeiros relativos a gastos de saúde através da *Fundação Salvador Caetano*.

Os últimos anos foram especialmente desafiantes nesta área devido à pandemia SARS-CoV-2 e o Grupo garantiu um acompanhamento constante aos seus colaboradores, quer através da sua Clínica, quer através do envio de *newsletters* mensais com recomendações para todos os Colaboradores e atualização de medidas relativas à COVID-19. Este risco, até então menosprezado, passou a ser um risco com um impacto significativo para a Sociedade e é acompanhado com a maior atenção por todas as partes envolvidas.

Risco de atração e retenção de talento qualificado

O contexto atual de um mercado de trabalho altamente competitivo e com níveis cada vez maiores de escassez de talento, influencia diretamente a capacidade das empresas atingirem com sucesso os objetivos e estratégia previstos para a sua atividade. Neste sentido, poderemos estar perante um risco cuja probabilidade de ocorrência é cada vez mais elevada e o seu impacto pode ser significativo.

De forma a responder a estas novas tendências na área de Gestão de Pessoas, a Toyota Caetano Portugal, S.A. tem implementado medidas de requalificação das suas equipas, dotando-as do conhecimento adequado para os novos desafios que estão a ser colocados pelo setor automóvel (eletrificação, digitalização, *Business Intelligence*, *e-commerce*, entre outros). A par disso, tem apostado numa estratégia de *employer branding* para afirmar a Toyota Caetano Portugal, cada vez mais, como um empregador de referência, cada vez mais capacitado para ter nos seus Colaboradores os verdadeiros embaixadores da sua Marca junto dos seus Clientes.



Sustentabilidade Organizacional

Como qualquer Organização, a Toyota Caetano Portugal está incluída num ecossistema, sendo diretamente influenciada pelo seu contexto. O desenvolvimento sustentável é uma das principais preocupações atuais, com 90% de consumidores que dizem esperar que as empresas prestem atenção aos temas ambientais e sociais. Para além disto, as empresas com melhor desempenho na área da sustentabilidade, podem reduzir a taxa de *turnover* de Colaboradores em valores entre os 25% e os 50%.

A Toyota Caetano Portugal, S.A. reconhece, desde a sua fundação, que o seu Propósito vai para além da entrega de um produto ou serviço. Como tal, tem vindo a adotar estratégias ambiciosas e consistentes que criem valor a longo prazo em prol das gerações futuras, concentrando os seus esforços no desenvolvimento da comunidade e redução da sua pegada ecológica. Operar num negócio sustentável em constante reinvenção para melhor corresponder às expetativas dos seus Clientes e ter neste um ótimo lugar para se trabalhar faz parte da missão e visão da Toyota Caetano Portugal, S.A.. Nesse sentido, e de forma a cuidar pela dimensão social, ética e ambiental, a Toyota Caetano Portugal, S.A. tem em curso o desenvolvimento e implementação de uma estratégia de sustentabilidade corporativa. Assente no nosso ADN e valores da Organização, têm sido várias as iniciativas desenvolvidas pela TCAP, indo ao encontro daqueles que são os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

Riscos Legais, Fiscais e Regulatórios

A Toyota Caetano Portugal, S.A. identifica riscos fiscais decorrentes maioritariamente do contexto de permanente mudança legislativa em que vivemos. Se por um lado, as exigências resultantes dos programas da OCDE e da legislação Europeia se têm vindo a elevar, por outro, a própria legislação nacional produz constantemente alterações regulatórias com impacto na atividade da Sociedade.

O contexto de instabilidade normativa fiscal pode não só conduzir a perdas resultantes do incumprimento da legislação vigente, como também condicionar direta e indiretamente as opções estratégicas de negócio, afetando a rentabilidade económica do mesmo. A acrescer aos riscos fiscais inerentes à atividade empresarial, há ainda o risco resultante da imprevisibilidade da fiscalidade automóvel, com impactos diretos no comportamento dos nossos Clientes.



A Toyota Caetano empenha-se no cumprimento de todas as obrigações fiscais a que está sujeita, valorizando o seu ativo reputacional e assumindo uma postura ativa na prossecução deste objetivo.

Para assegurar a constante prevenção e mitigação de riscos fiscais, recorre a equipas internas especificamente dedicadas a esta área, e a consultoria externa prestada por entidades de reconhecidos padrões éticos e profissionais.

No que respeita aos riscos jurídicos, o principal risco da atividade da Sociedade e sociedades por si dominadas tem que ver com eventuais alterações legislativas que possam ter impacto sobre as operações – nomeadamente legislação laboral, regulação ambiental, regulação europeia e nacional ao nível da concorrência e práticas restritivas de comércio, entre outras – que possam afetar o desenvolvimento da atividade.

A Direção Jurídica do Grupo Salvador Caetano procura, em estreita cooperação com a área fiscal, a área dos recursos humanos e as áreas operacionais acautelar os interesses da Sociedade, de uma forma sustentável e com respeito pela legislação aplicável.

Os processos em contencioso em que a Sociedade e suas participadas são parte são regularmente comunicados à gestão, por forma a que se tomem preventivamente medidas que possam evitar similares processos no futuro.

A Direção Jurídica é ainda responsável pela prevenção e monitorização dos riscos associados ao incumprimento da legislação relativa à proteção de dados pessoais, financiamento de terrorismo e branqueamento de capitais, governo societário e corrupção, pugnando pela verificação da aplicação do código de conduta é ética profissional e do acompanhamento do canal de comunicação de irregularidades.

Em ambas as áreas – jurídica e fiscal - é valorizada a formação contínua, a abordagem integrada das diversas equipas técnicas e operacionais e a promoção das melhores práticas identificadas.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

Na Toyota Caetano Portugal, S.A. o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal. Não obstante este nível hierárquico de controlo, a gestão de risco está inerente a todos os processos



de gestão, uma vez que o risco pode ter um impacto significativo no desenvolvimento e na continuidade do negócio.

Com a gestão de risco pretende-se identificar, gerir e controlar as oportunidades e as ameaças criando assim valor para a Sociedade. Assim sendo, o Conselho de Administração da Sociedade suporta-se nos diretores responsáveis por cada uma das divisões, com os quais se reúne periodicamente, para análise e acompanhamento da informação financeira e não-financeira.

Neste contexto, a identificação e determinação da probabilidade de ocorrência dos riscos pelo Conselho de Administração da Sociedade surge através de (i) acompanhamento regular e muito próximo das atividades desenvolvidas pela Sociedade; (ii) participação em seminários, formações e *workshops* promovidos por entidades externas e por departamentos corporativos do Grupo Salvador Caetano; (iii) reuniões e comités internos do Grupo Salvador Caetano para partilha de informação e experiências, entre outros.

Paralelamente, é efetuada uma análise do seu impacto na atividade da Sociedade, avaliando o grau de repercussão que o mesmo terá na atividade e determinando estratégias de curto e médio/longo prazo para prevenir, reagir e colmatar esses riscos.

Com o objetivo de antecipar e mitigar impactos negativos que possam advir dos riscos identificados foram desenvolvidos vários mecanismos, entre outros, a saber:

- No que diz respeito à gestão de riscos financeiros é efetuado um acompanhamento mensal dos mesmos, sendo os resultados reportados pela Divisão Administrativa Financeira ao Conselho de Administração da Sociedade;
- Quanto aos riscos externos, e sendo estes de carácter mais amplo, são criados grupos de trabalho específicos para a gestão destes riscos com a participação dos responsáveis das áreas envolvidas. São ainda, e sempre que se entenda oportuno, envolvidas entidades externas para apoio nesta matéria;
- A gestão dos riscos de tecnologia de informação e cibersegurança está assente no referencial para a segurança da Toyota Motors Corporation, denominado All Toyota Security Guidelines;
- No que se refere à gestão do risco de segurança e de saúde são efetuadas ações de prevenção e de correções de riscos identificados;
- Relativamente ao risco de atração e retenção de talento qualificado, a Sociedade tem apostado na requalificação das suas equipas e numa estratégia de *employer branding*;



- A gestão do risco de sustentabilidade organizacional é efetuada no âmbito da estratégia de sustentabilidade corporativa;
- No que diz respeito à gestão dos riscos legais, fiscais e regulatórios é efetuada uma análise e acompanhamento permanente por equipas internas e externas.

Refira-se adicionalmente que esta gestão dos riscos contempla:

- análises de sensibilidade (mensuração de impactos potenciais em função da probabilidade de ocorrência de cada risco);
- alinhamento estratégico da Sociedade em função dos riscos efetivamente incorridos;
- mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
- mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema de alerta de risco.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-a, n.º 1, al. m)

O Conselho de Administração está altamente empenhado em assegurar a fiabilidade do reporte financeiro da Sociedade, nomeadamente, garantindo que a Sociedade tem implementadas políticas adequadas, que garantem de forma razoável que as transações são registadas e reportadas com respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites e que as despesas são só realizadas quando devidamente autorizadas.

Os riscos que envolvem o reporte financeiro encontram-se mitigados, através da segregação de responsabilidades e pela implementação de controlos de prevenção e deteção, os quais envolvem a limitação de acesso a sistemas de IT, e um sistema abrangente de monitorização do desempenho.

Os procedimentos de controle interno e gestão de risco são avaliados anualmente pelo Conselho Fiscal, podendo os mesmos ser ajustados em função de tal avaliação.



IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo Representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o Representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação semestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

57. Representante para as relações com o mercado

Atualmente o Representante para as relações com o mercado é

Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos.

Telefone: 227867202

E-mail: gisela.passos@toyotacaetano.pt

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

O Representante para as relações com o mercado recebe chamadas periodicamente, com várias questões, incluindo esclarecimentos sobre os dividendos, assembleias gerais e outros, geralmente respondidas de imediato ou dentro de um prazo razoável, adequado à natureza do pedido.

Durante 2021, foram recebidos pedidos por escrito ou por correio eletrónico que foram prontamente respondidos.

Não existem pedidos de informação pendentes de resposta.



V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço

A página da Internet da Sociedade, www.toyotacaetano.pt, encontra-se disponível em português e inglês, de acordo com a recomendação VI.1 da CMVM.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

Na página da Internet da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Sociedade”, onde se encontra publicada informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais - <https://toyotacaetano.pt/investidores/sociedade/>.

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Na página da Internet da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador designado “Governo da Sociedade” e dentro deste outro designado “Estatutos” onde se encontra publicado o Pacto Social atualizado da Sociedade. - <https://toyotacaetano.pt/investidores/sociedade/>

Na mesma página, dentro do mesmo separador identificado como “Investidores”, dentro do separador “Governo da Sociedade” existe um separador designado “Políticas e Regulamentos” onde podem ser consultados os Regulamentos internos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.



62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do gabinete de apoio ao investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

Na página da Internet da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores”, dentro do separador “Governo da Sociedade” existe um separador designado “Órgãos Sociais” onde se encontra publicada informação sobre a composição dos Órgãos Sociais. - <https://toyotacaetano.pt/investidores/>

Também na página da Internet da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores” existe um separador relativo a “Apoio ao Investidor”, onde se encontra publicada informação sobre a identidade do representante para as relações com o mercado e com os investidores, bem como os contactos - <https://toyotacaetano.pt/investidores/apoio-ao-investidor/>.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais.

Na página da Internet da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Relatórios e Contas”, onde se encontram divulgados os documentos de prestação de contas que permanecem acessíveis durante, pelo menos, cinco anos. - <https://toyotacaetano.pt/investidores/relatorios-e-contas/>

Na página da Internet da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores”, existem separadores identificados como “Eventos Societários”, “Comunicados”, “Assembleias Gerais” e “Relatório e Contas” onde se encontra disponível o calendário de eventos societários e outra informação.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

Na página da Internet da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Assembleias Gerais” onde se encontram divulgadas as



convocatórias, propostas de deliberação e ata da Assembleia Geral. -
<https://toyotacaetano.pt/investidores/assembleias-gerais/>.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Na página da Internet da Sociedade, dentro do separador identificado como “Investidores”, existe um separador relativo a “Assembleias Gerais” onde se encontra um acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das respetivas votações:
<https://toyotacaetano.pt/investidores/assembleias-gerais/>.

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é fixada pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações. A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por essa mesma Comissão, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição dos critérios acima enunciados são tidos em consideração diversos fatores, entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.



II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações é composta pelos seguintes membros:

- Alberto Luis Lema Mandim
- Francelim Costa da Silva Graça
- Maria Conceição Monteiro Silva

Nenhum dos membros desta Comissão é membro do Órgão de Administração da Sociedade nem tem cônjuge, parentes ou afins nessas circunstâncias, nem tem relações com os membros do Conselho de Administração que possam afetar a sua imparcialidade no exercício das suas funções.

Consideram-se, assim, todos os membros da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações independentes.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

A experiência profissional dos membros da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações permite-lhes exercer as suas responsabilidades de forma eficaz, salvaguardando o interesse da Sociedade. Refira-se a este propósito a antiguidade dos membros da Comissão no exercício das suas funções ou em funções de gestão, a sua experiência em termos de gestão de recursos humanos e o seu conhecimento do Grupo Salvador Caetano, que lhes confere as competências necessárias para o exercício adequado das suas funções.

As suas habilitações profissionais constam do Anexo I.

Esta Comissão pode contratar pessoas singulares ou coletivas para a apoiar no desempenho das suas funções, contando ainda com o apoio do departamento dos recursos humanos e do



departamento jurídico transversal ao Grupo Salvador Caetano. Caso opte pela contratação, deve assegurar que o faz de forma independente, cumprindo os requisitos a seguir descritos.

A Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações não contratou para a apoiar no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração da Sociedade ou que tenha relação atual com a Sociedade ou com consultora da Sociedade.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da lei n.º 28/2009, de 19 de junho

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é aprovada pela Assembleia Geral por proposta da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações independente.

A fixação dos montantes remuneratórios dos membros dos Órgãos Sociais da Sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. deve ter em conta, como princípio genérico, as funções desempenhadas por cada um dos membros, a situação económica da Sociedade e a situação do mercado em que a mesma se insere.

- A remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade e, em geral, de todos os colaboradores, deve ser adequada à estratégia empresarial da Sociedade, aos seus interesses e objetivos, bem como à sua sustentabilidade;
- Para efeitos do número anterior, deverão ser, em termos gerais, seguidos os princípios acima elencados bem como o seguinte:
 - . Alinhamento dos interesses dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização com os interesses da Sociedade, podendo tal ser realizado através de componentes variáveis da remuneração e outros benefícios a serem especificados e definidos pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações;



- . O desempenho individual deverá constituir um critério de determinação da componente variável da remuneração, se aplicável, sem prejuízo de outros critérios que possam ser relevantes, nomeadamente o desempenho da própria Sociedade e o enquadramento macroeconómico;
 - . Interesses da Sociedade a médio e longo prazo;
 - . O contexto nacional e internacional, em particular nos setores onde a Sociedade se insere.
- A presente política de remunerações, especialmente no que respeita aos Administradores executivos, tem em conta as condições de emprego e de remuneração dos colaboradores da Sociedade como um todo, visando um nível de equilíbrio e equidade interna.

Os membros do Conselho de Administração são remunerados do seguinte modo:

- A remuneração será composta por uma parte fixa e, eventualmente, uma parte variável;
- Os valores remuneratórios de natureza fixa devem acompanhar a política salarial a ser aplicada aos restantes colaboradores e ter em consideração as funções desempenhadas por um lado e as práticas de mercado para responsabilidades equiparadas por outro.
- A remuneração fixa é definida pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações e por esta revista anualmente e, salvo decisão em contrário por parte da mesma, corresponderá a um salário mensal pago 14 vezes.
- Não há lugar ao pagamento de senhas de presença.
- A existência ou não da remuneração variável será definida anualmente pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações e o cálculo do montante final da remuneração variável será baseado numa avaliação de desempenho individual anual. Essa avaliação assenta num conjunto de indicadores quantitativos que devem estar em linha com os objetivos estratégicos da Sociedade, e em aspetos de natureza qualitativa considerados essenciais para a sustentabilidade do negócio a longo prazo, nomeadamente:
 - . Indicadores Quantitativos - cumprimento do orçamento global da Sociedade:
 - . Volume de Negócio (em Mio€),



- . EBITDA (em % sobre Volume de Negócios)
- . EBT (em % sobre Volume de Negócios)
- . Indicadores Qualitativos alinhados com os Valores Ser Caetano:
 - . Ambição
 - . Comprometimento
 - . Confiança
 - . Cooperação
 - . Responsabilidade
- Os objetivos individuais quantitativos pesam 90% no cálculo do desempenho individual e refletem a performance financeira relacionada com o crescimento real da empresa e o retorno gerado para os acionistas. Os objetivos individuais qualitativos pesam 10% no cálculo do desempenho individual.
- A atribuição da componente variável anual deve atender aos seguintes critérios:
 - . Anualmente serão definidos valores / peso para cada um dos indicadores identificados;
 - . Considerando o desempenho individual e aplicando as métricas acima referidas, haverá lugar à atribuição, ou não, de remuneração variável.
- A remuneração variável poderá ser paga em numerário ou em espécie.
- A remuneração variável dos membros do Conselho de Administração no seu conjunto não deve exceder os 3% dos resultados distribuíveis apurados no exercício em causa.
- O pagamento da remuneração variável pode ser diferido por um período de até 3 anos, caso seja essa a decisão da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.
- Os membros do Conselho de Administração não executivos não são remunerados.

Os membros do Órgão de Fiscalização podem ser remunerados, devendo, nesse caso, auferir uma remuneração máxima equivalente a um salário mínimo mensal em vigor em Portugal à data da sua atribuição, por 14 meses.



Poderão ser atribuídos aos membros dos Órgãos Sociais benefícios complementares não pecuniários, nos termos e condições a deliberar pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.

O Grupo Salvador Caetano atribui, a todos os trabalhadores da Sociedade, um plano complementar de pensão, ao abrigo do Fundo de Pensões do Grupo Salvador Caetano, que pode ser extensível aos membros dos Órgãos Sociais, com as seguintes regras:

- Plano A - (Benefício Definido): abrange todos os colaboradores (incluindo os administradores) que à data de 01.01.2008 já tinham perfazido, cumulativamente, 50 anos de idade e 15 anos de antiguidade na Sociedade. Consubstancia-se no direito à atribuição de uma pensão complementar paga pelo referido Fundo de Pensões, de valor equivalente a 20% do último salário pensionável, sendo que esta pensão complementar só será garantida se o Colaborador/Membro do Órgão Social atingir a idade legal da reforma ao serviço da Sociedade.
- Plano B – (Contribuição Definida): abrange todos os restantes colaboradores. Consubstancia-se no direito à atribuição de uma pensão complementar de reforma paga pelo Fundo de Pensões, calculada da seguinte forma: a Sociedade todos os anos contribui para o Fundo de Pensões com um montante correspondente a 3% do salário bruto anual de cada colaborador abrangido por este Plano, ficando esse valor afeto ao trabalhador. Atingindo ao serviço da Sociedade, a idade legal de reforma, o valor acumulado das contribuições acrescido dos rendimentos entretanto gerados será transformado numa renda vitalícia a ser paga ao Colaborador/Membro do Órgão Social.

Os benefícios complementares não pecuniários que eventualmente sejam atribuídos aos membros dos Órgãos Sociais não deverão ter um peso relevante, devendo representar menos de 10% do custo da remuneração total.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de



longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

Como resulta da política de remunerações descrita no ponto 69 anterior, a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do Órgão de Administração com os interesses de longo prazo da Sociedade.

A fixação de uma remuneração fixa e outra variável e a dependência da definição da remuneração variável de uma avaliação qualitativa e quantitativa, baseando-se no grau de cumprimento de objetivos (KPI's), perfeitamente definidos, determinam que o desempenho da gestão seja levado a cabo tendo em atenção os interesses da Sociedade, não só a curto prazo como também a médio e longo prazo.

O processo de avaliação de desempenho dos Administradores é anual, com acompanhamento semestral, baseado em evidências concretas e disponibilizadas à Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações para monitorização regular do nível de cumprimento das metas aprovadas.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

A remuneração dos Administradores com funções executivas compreende uma componente fixa e outra variável. A componente variável está dependente do grau de cumprimento de objetivos pré-definidos, que constam da Política de Remunerações e que são avaliados pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Nos termos da política de remunerações é possível o diferimento da componente variável até 3 anos. Durante o exercício de 2021 não houve diferimento do pagamento da componente variável.



73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não há atribuição de remuneração variável em ações e tendo em conta o modelo de remunerações os membros do Órgão de Administração da Sociedade não celebraram contratos, quer com a Sociedade, quer com terceiros, destinados a mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração.

Não existe qualquer acordo celebrado pelos membros dos Órgãos de Administração para a atribuição de remuneração variável em ações.

Não está previsto qualquer plano de atribuição de ações a Administradores.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não está previsto qualquer plano de atribuição opções de aquisição de ações aos Administradores.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Todos os Administradores executivos têm a sua remuneração variável dependente do grau de cumprimento de objetivos pré-definidos.

Todos os Administradores têm direito a outros benefícios complementares, conforme descrito no ponto 69 anterior.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.



A Toyota Caetano Portugal, S.A. (em conjunto com outros associados) constituiu um fundo de pensões por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988. Este Fundo de Pensões constituído previa que, enquanto os seus associados mantivessem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos.

Face à conjuntura económica a 1 de janeiro de 2008, procedeu-se a alterações nas condições do Fundo de Pensões Salvador Caetano, as quais passaram resumidamente pelas seguintes alterações:

- Manutenção de um regime de Benefício Definido (20% do salário pensionável da Segurança Social à data de reforma - 65 anos) para os então reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço nos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano;
- Constituição de um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passou, a partir daquela data, a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam do Fundo Pensões Salvador Caetano desde que cumprindo todos os requisitos exigidos para qualquer outro colaborador de uma das empresas do universo constante do Fundo de Pensões.

Atualmente, o Fundo de Pensões abrange os membros do Conselho de Administração que se encontrem nas condições acima referidas.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade,



incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

As remunerações auferidas pelos membros do Órgão de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante os exercícios de 2021 e 2020, no exercício das suas funções na Sociedade foram como segue:

Pela Sociedade	2020		2021	
	Rem. Fixa	Rem. Variável	Rem. Fixa	Rem. Variável
José Reis da Silva Ramos	157 920 €	50 000 €	164 500 €	50 000 €
Maria Angelina M. Caetano Ramos	115 920 €	20 000 €	120 750 €	20 000 €
Rui Manuel Noronha Mendes	47 943 €	- €	- €	- €
Gisela Maria Falcão S. Pires Passos	- €	- €	108 500 €	- €
Total	321 783 €	70 000 €	393 750 €	70 000 €

O Administrador Rui Manuel Noronha Mendes foi substituído pela Administradora Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos em julho de 2020, sendo que esta Administradora passou a ser remunerada apenas em janeiro de 2021.

Os restantes Administradores, não sendo executivos, não são remunerados.

A Política de remuneração adotada pela Toyota Caetano Portugal está definida de forma a garantir um equilíbrio entre os diversos fatores essenciais à sustentabilidade do negócio.

A remuneração total praticada em 2021 cumpre com a política de remuneração adotada. De facto, os princípios elencados na Política de Remunerações da Sociedade manifestam-se na atuação dos membros dos Órgãos Sociais verificando-se que, durante o ano de 2021, apesar da turbulência resultante do contexto que marcou o ano e com todos os impactos que daí resultaram quer na economia em geral, quer na realidade concreta da Sociedade, assistiu-se a um ano excecional ao nível dos principais indicadores da mesma.

Em termos de remuneração fixa, e no seguimento do estipulado pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações, não se verificou qualquer atualização dos respetivos montantes. A variação que se verifica em termos de valores totais anuais (reportados nos mapas acima) reflete a perda de remuneração em 2020 associada ao “layoff simplificado” (medida estatal de apoio



extraordinário aos empregadores afetados pela pandemia da COVID-19, mas que implica uma redução salarial).

A atribuição da remuneração variável, porque depende do cumprimento de indicadores chave de performance, não se encontra garantida. O conjunto de indicadores selecionados para este efeito em coordenação com os objetivos estratégicos determinados, asseguram o necessário alinhamento entre a performance dos Administradores Executivos e o desempenho da Sociedade a longo prazo.

Em concreto, relativamente aos dados de 2020 verificou-se:

Indicadores Qualitativos	2020		
	Real	Orçamento	Real vs Orçamento
Volume de negócios (€)	488 067 819 €	357 836 638 €	73,32%
EBITDA (em % s/ Volume de Negócios)	8,22%	8,67%	105,53%
EBT (em % s/ Volume de Negócios)	3,21%	1,82%	56,85%

Quanto aos indicadores qualitativos, fruto de avaliação de desempenho dos Administradores Executivos efetuada pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações, apura-se um desempenho de 100% em todos os Valores Ser Caetano (Ambição / Comprometimento / Confiança / Cooperação / Responsabilidade).

Da conjugação destes resultados com as restantes variáveis definidas na Política de Remunerações em vigor e pela Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações, apuraram-se as remunerações variáveis acima referidas.

No mapa abaixo reflete-se a variação anual do desempenho da Sociedade (medido via Resultado Líquido) e a remuneração média de trabalhadores (em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização) durante os últimos 5 exercícios:

Indicadores => Variação Anual	2017	2018	2019	2020	2021
Remuneração média dos colaboradores (sem OS)	-2,12%	2,57%	2,68%	3,02%	1,55%
Resultado Líquido (Desempenho da Sociedade)	56,93%	36,93%	-9,33%	-59,94%	151,79%

A variação negativa da remuneração média dos colaboradores em 2017 (versus 2016) justifica-se pelo facto de se terem verificado saídas de colaboradores com vencimentos relevantes e bastante superiores aos vencimentos das novas admissões.



Por outro lado, a variação nas remunerações dos colaboradores em 2021, que se situou nos 1,55%, refletiu contenção como resultado do contexto macroeconómico que se vive.

Não está prevista a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável.

Não existe qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

As remunerações auferidas pelos membros do Órgão de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante os exercícios de 2021 e 2020, no exercício das suas funções em entidades inseridas no Grupo Toyota Caetano Portugal foram como segue:

Por entidades que integram o Grupo	2020		2021	
	Rem. Fixa	Rem. Variável	Rem. Fixa	Rem. Variável
José Reis da Silva Ramos	- €	- €	- €	- €
Maria Angelina M. Caetano Ramos	301 560 €	- €	314 125 €	- €
Rui Manuel Noronha Mendes	- €	- €	- €	- €
Gisela Maria Falcão S. Pires Passos	- €	- €	- €	- €
Total	301 560 €	- €	314 125 €	- €

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos

A Sociedade não pagou a Administradores qualquer remuneração sob a forma de participação nos lucros ou prémios.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.



Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreu cessação de funções de nenhum Administrador executivo nem foram pagas quaisquer indemnizações a ex-Administradores.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

As remunerações auferidas pelos membros do Órgão de Fiscalização da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante os exercícios de 2021 e 2020, no exercício das suas funções na Sociedade e em Empresas do Grupo foram como segue:

José D. Silva Fernandes:

- 2020: 5.040,00€
- 2021: 5.040,00€

Os restantes membros do Conselho Fiscal não auferiram remuneração em 2021.

Este montante foi integralmente pago pela sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A..

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

Em 2021 o Presidente e o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferiram quaisquer remunerações.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existem limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de Administradores da Sociedade ou qualquer forma de cessação de funções, sendo esta matéria regulada pelo disposto na legislação aplicável.



84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (Art. 245.º-A, n.º 1, al. I).

Não existem acordos para o pagamento de qualquer compensação, além da legalmente devida, se a cessação ou destituição for devida a desadequado desempenho do Administrador bem como que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existe nenhum plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações aos membros dos Órgãos Sociais, nem aos seus trabalhadores.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

Conforme descrito em 85. supra, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ("stock options") de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.



Conforme descrito em 85. supra, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital, pelo que não se justifica a existência de mecanismos de controlo na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

E. TRANSAÇÕES COM PARTE RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24)

Com data de 31 de março de 2021 foi aprovado em Conselho de Administração o “Regulamento de conflitos de interesses e transações com partes relacionadas” onde se estabelecem os procedimentos e critérios que deverão ser observados na aprovação das transações com qualquer parte relacionada e a respetiva divulgação das mesmas (Anexo VI).

As operações extraordinárias não recorrentes e que saem fora do exercício normal da atividade da Sociedade, por se tratarem de operações com relevância para a Sociedade carecem de pareceres prévios por parte do Conselho Fiscal.

Qualquer caso de conflito de interesses ou deteção de irregularidades devem ser partilhados com o Conselho Fiscal, nos termos da política de comunicação de irregularidades.



90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

As transações de natureza comercial realizadas entre Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, foram realizadas nas condições normais de mercado, podendo as transações e respetivos saldos e informações complementares serem consultados na Nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do CVM

A intervenção e avaliação prévia do Conselho Fiscal a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação rege-se pelo disposto no Regulamento de conflitos de interesses e transações com partes relacionadas.

Durante 2021 não foram identificadas transações que necessitassem de avaliação prévia por parte do Conselho Fiscal.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

Os negócios com partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas do Relatório e Contas 2021.



PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

A Sociedade adotou o Código de Governo das Sociedades do IPCG de 2018, na versão atualizada em 2020 (que se encontra publicado no sítio da internet desta instituição em <https://cgov.pt/base-de-dados/codigos-de-governo>), por entender que o mesmo assegura um nível adequado de proteção dos interesses dos acionistas e de transparência do Governo Societário

2. Análise do cumprimento do Código de governo das sociedades adotado

RECOMENDAÇÃO	ADOÇÃO	REMISSÃO
Capítulo I. PARTE GERAL		
I.1. Relação da sociedade com investidores e informação		
I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Adotada	Ponto 21, 56 e 58 a 65
I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		



I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Adotada	Ponto 16 a 19, 26, 31 e 31 a 33 e Regulamentos Internos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros —, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.	Adotada	Ponto 22 e 34
I.2.3 A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Adotada	Ponto 23 e 35 e sítio da internet da Sociedade
I.2.4. Deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.	Adotada	Ponto 49 e sítio da internet da Sociedade



I.3. Relação entre órgãos da sociedade I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos. I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões. I.4 Conflitos de interesses I.4.1. Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respetivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Adotada Adotada Adotada	Ponto 21, 59 a 65 Ponto 21 Ponto 49 e 89 e respetivos Regulamentos	
--	--	---	--



I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respectivos membros lhe solicitarem.	Adotada	Ponto 49, 89 e respectivos Regulamentos
I.5. Transações com partes relacionadas		
I.5.1. O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.	Adotada	Ponto 89 e Regulamento de Conflito de Interesses e Transações com Partes relacionadas
I.5.2. O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral.	Adotada	Ponto 80, 90 e Regulamento de Conflito de Interesses e Transações com Partes relacionadas
Capítulo II. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL		
II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	Não Adotada	Atendendo à dimensão da Sociedade, à estrutura acionista e à pouca liquidez dos títulos, esta foi a opção que os acionistas entenderam ser a mais adequada
II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus	Adotada	Entende-se que a tomada de determinadas decisões com necessidade de maioria



acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.		qualificada, protege os interesses minoritários.
II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão.	Adotada	Ponto 12
II.4. A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica.	Adotada	Ponto 12
II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	Ponto 12
II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Adotada	Ponto 4



Capítulo III. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO		
III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	Não aplicável	Não existem Administradores Independentes Ponto 17 e 18
III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Adotada	Ponto 17 e 18
III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.	Adotada	Ponto 17 e 18
III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os	Não adotada	Ponto 17 e 18



requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;
- ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.



III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).	Não Aplicável	
III.6. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	Adotada	Ponto 50
III.7. As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais, e de tal não ser proibido por lei, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competência nas referidas matérias.	Adotada	A Sociedade tem uma comissão de Remunerações que é também responsável, a partir de 2022, pela nomeação e avaliação de desempenho dos membros dos órgãos sociais, passando a designar-se Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações. A matéria de governance é tratada pela direção jurídica e de Compliance do Grupo Salvador Caetano.
Capítulo IV. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA		
IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o	Adotada	Ponto 22



regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.		
IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Adotada	Ponto 21
IV.3. No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.	Adotada	Ponto 50 a 54 e Relatório de Gestão
Capítulo V. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES		
V.1 Avaliação Anual de Desempenho		
V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Adotada	O Órgão de Administração não tem Comissões nem administradores Delegados. A avaliação de desempenho dos Membros do Órgão de Administração é efetuada, a partir de 2022, pela Comissão de Nomeações, Avaliações e



V.2 Remunerações V.2.1. A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais. V.2.2. A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão. V.2.3. Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações. V.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer		Remunerações. O próprio Conselho procederá à sua auto avaliação na reunião de aprovação de contas. Ponto 25. Ponto 66 e 67 Ponto 66 Ponto 69 e 83 e política de remunerações Ponto 69 a 70 e regulamento da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.
---	--	--



outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.		
V.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.	Adotada	Ponto 68
V.2.6.A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.	Adotada	Ponto 68
V.2.7. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Adotada	Ponto 25
V.2.8. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	Não Adotada	De acordo com a política de remunerações é possível o diferimento da componente Variável, mas foi entendido, até ao momento, não utilizar essa opção.



V.2.9. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não Aplicável	
V.2.10. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Não Aplicável	
V.3. Nomeações		
V.3.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	Adotada	A partir de 2022 a eleição dos membros dos Órgãos Sociais obedecerá aos critérios previstos nos regulamentos internos de cada órgão social e será precedida de uma avaliação dos recursos humanos e da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações.
V.3.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Adotada	Função desempenhada pela Comissão de Nomeações, Avaliações e de Remunerações a partir de 2022



V.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Adotada	Função desempenhada pela Comissão de Nomeações, Avaliações e de Remunerações a partir de 2022
Capítulo VI. GESTÃO DE RISCO VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.	Adotada	Ponto 21, 50 a 52 e 54
VI.2. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Adotada	Ponto 50 a 55
VI.3. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada	Ponto 50 a 55



VI.4. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Não adotada	
VI.5. O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Adotada	Ponto 54 e 55 e 89
VI.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Adotada	Ponto 54 e 55 e Relatório de Gestão
VI.7. A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Adotada	Ponto 54 e 55
Capítulo VII. INFORMAÇÃO FINANCEIRA		



VII.1 Informação financeira VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contábilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada. VII.2 Revisão legal de contas e fiscalização VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas. VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a	Adotada Adotada Adotada Adotada	Ponto 34 e Regulamento interno do Conselho Fiscal Ponto 34 e Regulamento interno do Conselho Fiscal Ponto 37 Ponto 45
---	---	---



resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.			
--	--	--	--



Anexo I Qualificações profissionais dos membros:

. do Conselho de Administração;

. do Conselho Fiscal e

. da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações



José Reis Da Silva Ramos

Data de nascimento: 15/08/1946

Localização: Vila Nova de Gaia

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Atualmente exerce funções de Presidente do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Rigor - Consultoria e Gestão, S.A
- Caetano Auto, S.A.
- Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A.
- Lusilectra – Veículos. e Equipamentos, S.A.
- Caetano Auto CV, S.A.
- Portianga - Comercio Internacional e Participações, S.A.
- Salvador Caetano - Indústria (SGPS), S..A.
- Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.
- Fundação Salvador Caetano

Atualmente exerce funções de Vogal do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.
- Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A:
- Caetano Aeronautic, S.A.
- Caetano Renting, S.A
- Atlântica – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.

Atualmente exerce funções de Gerente nas seguintes Sociedades:

- Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, Lda.
- Movicargo - Serviços Aduaneiros, Lda.

FORMAÇÃO

Licenciatura em Engenharia Metalúrgica, pela Universidade do Porto



FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Frequência de Cursos de Gestão

Participações em Seminários e Congressos Nacionais e Internacionais

Conhecimentos de Inglês Falado e Escrito

OUTRAS ATIVIDADES

Vice-Presidente da Associação Automóvel de Portugal (ACAP), depois de exercer funções como Presidente desta Associação entre 2007 e 2013. Nesta altura, acumula esta função com o cargo desempenhado, desde 1999, de Presidente da Associação Industrial de Montagem de Automóveis (AIMA), que seria mais tarde integrada na ACAP.

Cônsul Geral Honorário do Japão no Porto, desde 2002.

CONDECORAÇÕES

Prémio Kaizen 2018, atribuído pelo Kaizen Institute Portugal. Esta distinção reflete o seu envolvimento direto na promoção de uma cultura empresarial de melhoria contínua e a sua atitude em fazer mais e melhor todos os dias, em todas as áreas, e envolvendo todas as pessoas da Organização.

Homenagem Profissional do Ano, pelo Rotary Club Gaia Sul, em 2017, como reconhecimento pela sua carreira profissional e pelo seu empenho pessoal no serviço à comunidade de Vila Nova de Gaia, destacando o seu contributo para o desenvolvimento da região e empregabilidade.

Medalha de Mérito Municipal Ouro atribuída pelo Município de Ovar, em 2016, pelo seu empenho pessoal na atividade económica local, criação de postos de trabalho e manutenção dos existentes.

“Ordem do Sol Nascente, Raios de Ouro com Laço”, em 2015. Trata-se de uma das mais altas distinções concedidas pelo Imperador do Japão a cidadãos estrangeiros que têm contribuído grandemente para a promoção do mútuo entendimento e dos laços de amizade entre o Japão e os outros países.

Medalha de Mérito da Freguesia de Oliveira de Douro, em 2013.

Prémio de Honra atribuído pela ACAP, em 2013, como reconhecimento pelo contributo e dedicação pessoal prestado ao longo dos 2 mandatos que assumiu enquanto Presidente da Direção.

Medalha de Ouro da Cidade de Vila Nova de Gaia, em 2009, pelo seu empenho pessoal na promoção da atividade económica local e desenvolvimento da comunidade.



Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Data de nascimento: 18/08/1949

Localização: Vila Nova de Gaia

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Atualmente exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A.
- Caetano Renting, S.A
- Atlântica – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.
- Auto Partner - Imobiliária, S.A.
- Cociga – Construções Civas de Gaia, S.A.
- Covim - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.
- Salvador Caetano Capital,SGPS, S.A.

Atualmente exerce o cargo de Vice-Presidente do Conselho Administração nas seguintes Sociedades:

- Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.

Atualmente exerce o cargo de Vogal do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Portianga – Com. Int. e Participações, S.A.
- Caetano Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.
- Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.
- Caetano Auto CV, S.A.

FORMAÇÃO

Licenciatura em Economia, Universidade do Porto



Salvador Acácio Martins Caetano

Data de nascimento: 30/01/1955

Localização: Vila Nova de Gaia

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Atualmente exerce funções de Presidente do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.
- Caetano Baviera – Comércio de Automóveis, S.A.
- Caetano Retail, SGPS, S.A.
- Turispaiva – Soc. Turística Paivense, S.A
- Lavorauto - Administração Imb. E Cons. de Empresas, S.A.

Atualmente exerce funções de Vice-Presidente do Conselho de Administração na seguinte Sociedade:

- Salvador Caetano-Auto, SGPS, S.A.

Atualmente exerce funções de Volgal do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.
- Caetano Renting, S.A.
- Portianga – Com. Int. E participações, S.A.
- Cociga – Construções Cíveis de Gaia, S.A.
- Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.
- Simoga - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.
- Fundação Salvador Caetano

FORMAÇÃO

Licenciatura em Engenharia Mecânica, Universidade do Porto



Miguel Pedro Caetano Ramos

Data de nascimento: 26/09/1971

Localização: Vila Nova de Gaia

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Atualmente exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Caetano Fórmula East África, S.A.
- Caetano Mobility, SGPS, S.A.
- Caetanolyrsa, S.A.
- Drive Angola, S.A.
- Caetano Retail España, S.A.U.

Atualmente exerce o cargo de Vice-Presidente Conselho de Administração:

- Lidera Soluciones, S.L.

Atualmente exerce o cargo de Vogal do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Toyota Caetano Portugal, S.A
- Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.
- Caetano Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.
- Salvador Caetano Capital (SGPS), S.A.
- Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.
- Caetano Retail, SGPS, S.A.
- Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.
- Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A.
- Salvador Caetano Auto África, SGPS, S.A.
- Caetano Aeronautic, S.A.
- Salvador Caetano Indústria, SGPS, S.A.
- Ibericar Barcelona Premium, S.L.
- MAPFRE Seguros Gerais, S.A.
- LATAM OPERACIONAL, S.L.U.
- Caetanobus - Fabricação de Carroçaria, S.A.



- Kinto Portugal, S.A.

Atualmente exerce o cargo de Gerente nas seguintes Sociedades:

- Robert Hudson, Limitada
- Simba Caetano Fórmula, Limited
- Caetano Renting Angola, LDA
- Caetano Peças - Comércio e Serviços (SU), Lda

2015 - 2022 - CEO Salvador Caetano Auto, SGPS

2003 - 2015 - Responsável pela Estratégia Internacional, Fusões, Aquisições no Grupo Salvador Caetano

2002 - Responsável pela internacionalização do sector automóvel em Espanha

2000 - 2001 - Implementação da COL (Customer Oriented Logistics), Toyota

Desenvolvimento de estratégias informáticas

Lançamento e implementação da Carplus - Conceito de Megastore de Carros Usados

Implementação do projeto de carros usados Toyota

1999 - 2000 - Lançamento de operações de rent-a-car e gestão de frota (Guerin, Finlog)

Aquisição e reestruturação Altitude SW

Implementação do programa PDN (Plano de Desenvolvimento de Negócios na Toyota)

1997 - Marketing e Gestão de Vendas Toyota Caetano Portugal

1994 - 1997 - Toyota Motorsports Management

1993 - Estágio no Grupo Salvador Caetano na área de Após Venda, Toyota Caetano Portugal



FORMAÇÃO

MBA em Negócios e Finanças Internacionais, Universidade Europeia

Licenciatura em Engenharia Mecânica, Universidade do Porto

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

2017 – Singularity University Executive Program, Silicon Valley

2003 - Toyota Senior Management Development Program - IMD International, Lausanne

Participação em Seminários e cursos nacionais e internacionais sobre estratégia Empresarial e Gestão Empresarial.

OUTRAS ATIVIDADES

Cônsul Geral Honorário da Correia do Sul, Porto



Tom Fux

Data de Nascimento: 19/12/1973

Localização: Ljubljana, Slovenia

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 2021 - Vice Presidente da Unidade de Negócio Vendas, Toyota Motor Europe
- 2020 - Vice Presidente Mobilidade, Toyota Motor Europe
- 2018 - Diretor Executivo, Toyota Fleet Mobility
- 2014 - Presidente Toyota Alemanha
- 2012 - Diretor de Vendas, Toyota Motor Europe
- 2010 - Diretor de Planeamento e Vendas Toyota Motor Europe
- 2008 - Responsável Planeamento de Vendas, Toyota Motor Europe
- 1998 - 2008 Diretor Geral de Vendas e Marketing, Toyota Adria

EDUCAÇÃO

- Licenciatura em Economia, Universidade Ljubljana
- Bacharelato em Marketing



Kiyohito Morimoto

Data de nascimento: 29/10/1960

Localização: Osaka, Japan

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Exerce funções de membro de Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Toyota Caetano Portugal SA
- Toyota Motor Europe NV/SA

EDUCAÇÃO

Licenciatura em Engenharia



Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos

Data de nascimento: 20/11/1971

Localização: Porto

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2021 - até presente – CFO Direção Financeira, Toyota Caetano Portugal, SA

2015 - 2020 – Direção Financeira, CaetanoBus, Fabricação de Carroçarias, SA

2005 - 2015 - Departamento de Estudos e Planeamento Estratégico - Rigor, Consultoria e Gestão, SA

2004 - 2005 - Gabinete de Estudos e Projetos - Fogeca, SGPS, SA,

1999 - 2003 - Gabinete de Estudos e Projetos - Salvador Caetano, IMVT, SA,

1997 - 1999 - Direção Financeira- Autovia, Soc. Automóveis, Lda,

1994 - 1997 - Departamento de Auditoria - Arthur Andersen

FORMAÇÃO

Licenciatura em Economia, Faculdade de Economia do Porto

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

2021 - Programa de Desenvolvimento Avançado (PDA) de Liderança Estratégica Ser Caetano, focado na aplicação da Neurociência à Liderança, Next Leader

2018/2019 - Liderança Ser Caetano, Porto Business School 2018 - Avaliação de Desempenho, Porto Business School

2017 - Normas Internacionais de Relato Financeiro, PWC, V.N.Gaia

2016 - Programa Leading the future routes, Porto Business School

2013 - Liderança de Equipas, Teambuilding

2013 - Introdução à língua e cultura Japonesa, Toyota Caetano Portugal

2008 - Curso de Fusões e Aquisições, EGP - University of Porto Business School

2008 - Espanhol de Negócios, CESAE

2004 - Formação Segmentada - Constituição, Dissolução, Liquidação e Transformação de Sociedades



2001 - Programa Avançado de Gestão para Executivos, Universidade Católica Portuguesa

OUTRAS ATIVIDADES

Vogal do Conselho de Administração nas seguintes Sociedades:

- Toyota Caetano Portugal, SA
- Caetanobus - Fabricação de Carroçaria, S.A.
- Salvador Caetano Indústria (SGPS), S.A.
- Kinto Portugal, S.A.



José Domingos Silva Fernandes

Data de nascimento: 28/03/1951

Localização: Porto

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Atualmente, exerce funções de Presidente do Conselho Fiscal na Caetano Baviera, S.A. e na Toyota Caetano, S. A. e as de ROC nas sociedades:

- Summertime - Sociedade Imobiliária, SA
- Convemaia - Sociedade Imobiliária, SA
- BDS, SGPS, SA

2001-2005 - Presidente do Conselho Disciplinar da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Desde 1982 - Inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo exercido essas funções em diversas entidades públicas e privadas

1987-2011 Docente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

1975-1993 - Técnico da Inspeção Geral de Finanças

FORMAÇÃO

Curso de Contabilista, do ex-Instituto Comercial do Porto

Licenciatura em Economia da Universidade do Porto

OUTRAS ATIVIDADES

Monitor de diversas ações de formação, nas áreas de Contabilidade e Fiscalidade, promovidas pela Ordem dos Contabilistas Certificados e pela Associação Portuguesa de Contabilistas



Antonieta Isabel da Costa Moura

Data de nascimento: 14/07/1971 Localização: Porto

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2017 - Presente - Diretora de Departamento de Fiscalidade, Grupo Salvador Caetano
2007 - 2017 - Diretora de Contabilidade Caetano Retail Portugal, Grupo Salvador Caetano
2006 - 2017 - Direção Financeira, Fifanta
2003 - 2005 - Direção Financeira, Soporgás
1995 - 2003 - Senior de Auditoria na Deloitte

FORMAÇÃO

Licenciatura em Economia, Universidade de Évora

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Membro da Ordem dos Contabilistas Certificados (nº 59915)
2016 - Programa Leading the future routes, Porto Business School
2017 - Normas Internacionais de Relato Financeiro, PWC, V.N.Gaia
2017/2018/2019 - EY's Annual International Tax Conference, Global Tax Policy, New York Marriott Marquis
2017/2018/2019 - Retiro Ahead of Tax, EY, Tendências Nacionais e Internacionais na Fiscalidade, Torres Vedras
2018/2019 - Liderança Ser Caetano, Porto Business School
2019 - Fiscalidade das Rúbricas de Ativos e Passivos, Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, Porto
2020 - IVA e Quick Fixes, Cuatrecasas, Fundação AEP, Porto
2020 - Reorganização societária e laboral, Cuatrecasas, E-learning
2020 - Processo Tributário, Ordem dos Solicitadores, E-learning
2020 - Reestruturação financeira - aspetos fiscais, Cuatrecasas, E-learning
2020 - Recentes alterações nas locações (IFRS e SNC) e efeitos fiscais, Deloitte, E-learning
2020 - Tax Function of the Future, PWC, E-learning
2021 - Implicações Fiscais e Aduaneiras do Brexit, PWC, E-learning



Formação contínua nas áreas de auditoria, contabilidade, fiscalidade nacional e internacional - Encerramento de contas, IVA, Imposto do Selo, Tributação do Património, Faturação eletrónica, Global Tax, Preços de transferência, Aplicação dos acordos de Dupla Tributação Internacional, Compliance Fiscal Digital, Permanent Establishment Across Europe, Tax in supply chain.

OUTRAS ATIVIDADES

Vogal do Conselho Fiscal - Caetanobus – Fabricação de Carroçaria, S.A

Vogal Suplente do Conselho Fiscal - Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A



Daniel Broekhuizen

Data de Nascimento: 26/07/1965 Localização: Jutphaas, The Netherlands

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Exerce funções nas seguintes Sociedades:

- Membro do Conselho Fiscal, Toyota Caetano Portugal SA
- Membro do Conselho Fiscal, Toyota Motor Kazakhstan LLP
- Membro do Conselho de Administração Toyota Logistics Services Ireland Ltd

EDUCAÇÃO

Mestrado em Gestão e Fiscalidade Internacional pela Boston University / VUB

Bacharelato em Economia Empresarial e Direito Fiscal



Alberto Luís Lema Mandim

Data de nascimento: 07/05/1939

Localização: Porto

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Exerceu funções de Administrador Executivo em várias Empresas do ramo automóvel

1979 a 1999 - Diretor de divisão Administrativa / Adjunto da Administração, Salvador Caetano, IMVT, S.A.

1966 a 1979 - Diretor Administrativo e Financeiro, Soc. Construções Soares da Costa, S.A

1964 a 1966 - Responsável pela Contabilidade e Pessoal, Moto Meca RL

1961 a 1964 - Empregado bancário, Banco Espírito Santo

FORMAÇÃO

2008 - Avaliação de Empresas, CTOC

1990 - Análise de Sistemas Informação, IBM

1964 - Contabilista, ICP

1966 - Técnico Oficial de Contas, membro nº3927 da OTOC

1968 - Programação em FORTRAN, EDP

1981 - Programação em RPG, IBM





Francelim Costa da Silva Graça

Data de nascimento: 15/08/1952

Localização: Cortegaça, Ovar

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Atualmente exerce funções de Presidente do Conselho de Administração - Caetano Energy, S.A.

Membro da Comissão de Remunerações Toyota Caetano Portugal, S.A.

Exerceu funções de Administrador Executivo em diversas Empresas do ramo automóvel, tendo exercido funções de CEO

1990- 2008 - Diretor Administrativo e Financeiro da Baviera - Comércio de Automóveis, SA., Amorim, Brito & Sardinha, Lda e Tovicar, SA.

1985 – 1989 - Diretor do Controlo de Gestão Da Salvador Caetano, IMVT

1982 – 1984 - Diretor Administrativo e Financeiro da Weber Transportes, SA., Transnautica-Transportes e Navegação, Lda.e Transnautica -Viagens e Turismo, Lda.

1979 – 1982 - Exerceu funções na Empresa Salvador Caetano IMVT no Dep. Contabilidade

1978 - Estágio profissional na Siderurgia Nacional Ep nas áreas financeira, de aprovisionamento e plano siderúrgico nacional

1975 – 1978 - Exerceu funções docentes no ensino secundário em disciplinas da área de Contabilidade e Economia.

FORMAÇÃO

Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica Lisboa



Maria da Conceição Monteiro da Silva

Data de nascimento: 20/05/1954

Localização: Vieira do Minho

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Atualmente é Membro da Comissão de Remunerações da:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.



Exerceu funções de Administradora Executiva em diversas Empresas do ramo automóvel, tendo exercido funções de CFO e CEO

FORMAÇÃO

Licenciatura em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto



Anexo II Regulamento interno do Conselho de Administração



REGULAMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

da

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA

ARTIGO 1.º

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO E COMISSÕES

1. O Conselho de Administração tem a composição que for deliberada pela Assembleia Geral ou pelo pacto social e é integrado por membros executivos e não executivos.
2. O Conselho de Administração elege, de entre os seus membros, o seu Presidente.
3. Os membros do Conselho de Administração não executivos têm uma função de acompanhamento e fiscalização.
4. O Conselho de Administração pode constituir comissões especializadas, todas com carácter consultivo, com vista a apoiar a atividade dos administradores e a assegurar a máxima eficácia da gestão dos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho de Administração.
5. Cada uma das comissões será constituída por um número máximo de cinco membros, nomeados pelo Conselho de Administração, que podem não ser membros integrantes do Conselho de Administração.
6. O Conselho de Administração pode delegar alguns dos seus poderes numa Comissão Executiva ou em administradores delegados.
7. O Conselho de Administração pode convidar pessoas externas para participarem nas suas reuniões.



ARTIGO 2.º

PERFIL DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Só poderão ser nomeados membros do Conselho de Administração, pessoas singulares com o seguinte perfil:
 - a. Licenciatura ou formação adequada ao exercício das funções;
 - b. Experiência superior a 3 anos em funções similares;
 - c. Experiência profissional superior a 8 anos;
 - d. Apresentação de certificado criminal sem condenações.
2. Para além dos critérios acima enunciados, os nomeados terão de ter uma avaliação positiva da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações. Para este efeito deverá ser avaliado, nomeadamente, o alinhamento com a atitude e os valores “ser Caetano”, bem como a integridade e disponibilidade para o desempenho das suas funções.

ARTIGO 3º

COMPETÊNCIAS

1. O Conselho de Administração desempenhará as suas funções em conformidade com o interesse social e com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, atendendo aos objetivos gerais e princípios fundamentais da Sociedade, aos interesses de longo prazo dos seus acionistas e ao desenvolvimento sustentável da atividade da Sociedade e da(s) sociedade(s) sua(s) participada(s). O governo societário deve promover e potenciar o desempenho da Sociedade e sedimentar a confiança dos investidores, dos trabalhadores e do público em geral na qualidade e transparência da administração e da fiscalização e no desenvolvimento sustentado da Sociedade.
2. Compete ao Conselho de Administração assegurar a gestão dos negócios sociais e efetuar todas as operações relativas ao objeto social para o que lhe são conferidos os mais amplos poderes incluindo os que constam do pacto social da Sociedade.
3. Compete em particular, ao Conselho de Administração:



- a. criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal quer no estrangeiro.
 - b. Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
 - c. Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral;
 - d. Adquirir bens imóveis e, com o parecer prévio do Conselho Fiscal, aliená-los.
 - e. Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, programas de emissão de papel comercial, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
 - f. Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extratos de faturas e outros quaisquer títulos de crédito;
 - g. Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações;
 - h. Constituir mandatários da Sociedade;
 - i. Definir as políticas de risco e linhas estratégicas da Sociedade;
 - j. Proteger e valorizar o património da Sociedade;
 - k. Implementar e assegurar o cumprimento das linhas estratégicas da Sociedade e sociedades por si dominadas;
 - l. Zelar pela continuidade da Sociedade, dentro de uma perspetiva de longo prazo e de sustentabilidade, que incorpore considerações de ordem económica, social, ambiental e ética na definição dos negócios da Sociedade e sociedades por si dominadas;
 - m. Desempenhar as demais funções previstas nos Estatutos, noutros regulamentos ou na lei.
4. O Conselho de Administração deve proceder anualmente à sua auto-avaliação.



ARTIGO 4º

NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

É da responsabilidade do Conselho de Administração designar o Secretário da Sociedade efetivo e suplente, cujas funções serão as previstas na Lei, nomeadamente:

- a. zelar pelas atas e pela lista de presenças da Assembleia Geral de Acionistas;
- b. enviar as convocatórias e outros documentos legais necessários à realização da Assembleia Geral;
- c. supervisionar a preparação dos documentos de apoio à Assembleia Geral e reuniões do Conselho de Administração e elaborar as respetivas atas das reuniões;
- d. responder a pedidos de informação dos acionistas nos termos da lei;
- e. proceder ao registo legal de qualquer ato ou deliberação dos órgãos sociais da Sociedade.

ARTIGO 5.º

FUNCIONAMENTO

1. O Conselho de Administração reúne, ordinariamente, pelo menos uma vez por trimestre e, além disso, todas as vezes que o Presidente ou outros membros o convoquem.
2. Qualquer administrador pode fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro Administrador mediante carta dirigida ao Presidente do Conselho de Administração, que, indicando o dia e hora da reunião a que se destina, será mencionada na ata e arquivada.
3. As reuniões do Conselho de Administração podem realizar-se através de meios telemáticos nos termos previstos na lei.
4. Sem prejuízo da resposta atempada e adequada aos pedidos de informação que lhes sejam dirigidos pelo Conselho de Administração, devem os membros das comissões constituídas que sejam também membros do Conselho de Administração, informar sumariamente, em cada reunião do Conselho de Administração, os restantes membros sobre os factos relevantes relativos à execução das suas atribuições.



ARTIGO 6.º

QUÓRUM E DELIBERAÇÕES

O Conselho de Administração delibera nos termos da lei e do pacto social.

ARTIGO 7.º

NORMAS DE CONDUTA

No exercício das suas funções como membros do Conselho de Administração e das comissões constituídas pelo Conselho de Administração, deve ser dado cumprimento:

- a. ao Código de Ética e Conduta do Grupo Salvador Caetano, aplicável à Sociedade;
- b. aos procedimentos adotados em matéria de transações com partes relacionadas;
- c. aos procedimentos adotados em matéria de conflitos de interesse;
- d. aos procedimentos adotados em matéria de comunicação de irregularidades;
- e. ao pacto social da Sociedade
- f. aos demais regulamentos e legislação que lhe seja aplicável.

ARTIGO 8.º

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSE

1. As transações com partes relacionadas devem realizar-se nos termos da lei e do regulamento sobre conflitos de interesse e transações com partes relacionadas.
2. Cada Administrador deve informar atempadamente o Presidente do Conselho de Administração de qualquer interesse, direto ou indireto, que tenha, por conta própria ou de terceiro, potencial ou efetivamente em conflito com o interesse da Sociedade no contexto de determinada deliberação, ou de qualquer outra situação relativa ao Administrador ou a um terceiro ligado ao Administrador suscetível de, naquele contexto, limitar por qualquer forma a sua imparcialidade, descrevendo a natureza e extensão de tal interesse ou situação.



3. Fica desde já estabelecido que, nesse caso, o membro em causa deve dar ao Conselho de Administração todas as informações/esclarecimentos que lhe forem pedidos, abstendo-se de votar na decisão em causa.

ARTIGO 9.º

PARTILHA DE INFORMAÇÃO

Os Presidentes do Conselho de Administração e das comissões constituídas assegurarão, atempada e adequadamente, o fluxo de informação necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões, agilizando, nomeadamente, de modo não limitativo, os necessários recursos para a disponibilização das convocatórias, atas e documentação de suporte às decisões tomadas.

ARTIGO 10.º

EXERCÍCIO DE FUNÇÕES EM ENTIDADES FORA DO GRUPO SALVADOR CAETANO

1. Os membros do Conselho de Administração devem comunicar anualmente ao Conselho de Administração todas as entidades fora do Grupo Salvador Caetano nas quais exerçam funções executivas, descrevendo tais funções.
2. Será permitido o exercício de funções noutras entidades fora do Grupo Salvador Caetano desde que tal não afete negativamente a disponibilidade e comprometimento do membro em causa junto da Sociedade.

ARTIGO 11º

REMUNERAÇÕES

As remunerações dos membros do Conselho de Administração serão definidas de acordo com a política de remunerações aplicável à Sociedade.



ARTIGO 12º

ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

1. Os membros não executivos do Conselho de Administração desempenham uma função de supervisão da atuação da gestão executiva.
2. Caberá ao Conselho de Administração conferir aos seus membros não executivos uma efetiva capacidade de acompanhar, avaliar e supervisionar a gestão executiva da Sociedade, designadamente incluindo um número adequado de Administradores não executivos.

ARTIGO 13º

LINHAS ESTRATÉGICAS E POLÍTICA DE RISCO

O Conselho de Administração deve solicitar ao Conselho Fiscal o acompanhamento, a avaliação e parecer sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.

ARTIGO 14º

DISPOSIÇÕES FINAIS

Qualquer alteração do presente regulamento é da competência exclusiva do Conselho de Administração da Sociedade.

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua aprovação em reunião de Conselho de Administração da Sociedade – 28/02/2022

O presente regulamento encontra-se divulgado no sítio da internet da sociedade.



Anexo III Regulamento interno do Conselho Fiscal



REGULAMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL

DA

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA

ARTIGO 1.º

COMPOSIÇÃO

1. O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e dois suplentes, nos termos do Pacto Social, eleitos pela Assembleia Geral da Sociedade.
2. A Assembleia Geral deverá designar o Presidente do Conselho Fiscal.
3. Aos membros suplentes caberá a substituição dos membros efetivos impedidos ou que hajam cessado funções, mantendo-se no cargo até à próxima Assembleia Geral que procederá ao preenchimento da vaga. Não havendo suplentes proceder-se-á a nova eleição pela Assembleia Geral.

ARTIGO 2.º

INDEPENDÊNCIA E INCOMPATIBILIDADES

1. Os membros do Conselho Fiscal deverão reunir os requisitos de independência estabelecidos no n.º 5 do art.º 414.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como não deverão encontrar-se em nenhuma situação de incompatibilidade conforme estabelecido no art.º 414.º do mesmo diploma legal.
2. Se, durante o exercício do seu mandato, se verificar algum facto que determine a perda de independência ou uma incompatibilidade, deverá o respetivo membro dar conhecimento imediato desse facto aos Presidentes do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade.
3. A superveniência de algum motivo de incompatibilidade estabelecido no art.º 414-A do Código das Sociedades Comerciais determina a caducidade da designação.



ARTIGO 3º

PERFIL

- a. Para além dos requisitos de independência e compatibilidade, deverão os membros do Conselho Fiscal corresponder aos seguintes critérios:
 - a. Licenciatura ou formação adequada ao exercício das funções;
 - b. Experiência superior a 3 anos em funções similares;
 - c. Experiência profissional superior a 8 anos;
 - d. Apresentação de certificado criminal sem condenações.
- b. Para além dos critérios acima enunciados, devidamente analisados pelo departamento de recursos humanos da sociedade, os nomeados terão de obter uma avaliação positiva da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações. Neste âmbito, deverá ser avaliado o alinhamento com a atitude e os valores “Ser Caetano”, bem como competência, integridade e disponibilidade para o exercício das suas funções.

ARTIGO 4.º

COMPETÊNCIA

1. Compete ao Conselho Fiscal:
 - a) Fiscalizar a administração da sociedade;
 - b) Pugnar pela observância da lei e do Pacto Social da Sociedade;
 - c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
 - d) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
 - e) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
 - f) Pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e política de risco da sociedade;
 - g) Fiscalizar a adequação do processo de preparação e divulgação de informação financeira



- pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, estimativas e divulgações relevantes e a sua aplicação consistente entre exercícios;
- h) Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes;
 - i) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros, bem como de conflitos de interesses e analisá-las, em conjunto com a Comissão de Compliance do Grupo Salvador Caetano, em conformidade com a política de comunicação de irregularidades da sociedade;
 - j) Contratar, sempre que entender necessário, a prestação de serviços de peritos que coadjuvem no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
 - k) Dar parecer prévio na alienação de imóveis.
 - l) Proceder a todos os atos de verificação e inspeção que considere convenientes para o cumprimento das suas obrigações de fiscalização.
 - m) Participar nas reuniões do Conselho fiscal e assistir às assembleias gerais e bem assim às reuniões do Conselho de Administração sempre que o Presidente daquele órgão social o convoque ou em que se apreciem as contas do exercício;
 - n) Exercer uma fiscalização conscienciosa e imparcial;
 - o) Guardar segredo dos factos e informações de que tiverem conhecimento em razão das suas funções, sem prejuízo do disposto na lei;
 - p) Dar conhecimento ao Conselho de Administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenham feito e do resultado das mesmas;
 - q) Informar os acionistas de todas as irregularidades e inexatidões por eles verificadas e bem assim se obtiveram os esclarecimentos de que necessitaram para o desempenho das suas funções;
 - r) Registar por escrito todas as verificações, fiscalizações, denúncias recebidas e diligências que tenham sido efetuadas e o resultado das mesmas.



- s) Aprovar, previamente, a prestação de serviços de auditoria, bem como os serviços adicionais aos de auditoria a prestar pelo Auditor Externo, ou de quaisquer entidades que com este se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, e aprovar a respetiva remuneração, assegurando que a respetiva prestação de serviços é permitida por lei, não ultrapassa limites razoáveis, e não prejudica a independência do Auditor Externo;
 - t) Supervisionar a atividade desenvolvida pela auditoria interna, caso exista;
 - u) Definir os procedimentos necessários que assegurem a independência do ROC e/ou do Auditor Externo, devendo propor remuneração adequada ao exercício das suas funções e zelar para que tenham as condições adequadas à sua prestação de serviços;
 - v) Ser o principal interlocutor do ROC e/ou Auditor Externo, com ele interagindo diretamente e recebendo em primeira mão os respetivos relatórios;
 - w) Emitir parecer prévio sobre transações nos termos definidos no regulamento sobre Conflito de Interesses e de Transações com Partes Relacionadas;
 - x) Avaliar anualmente o Auditor Externo e/ou o ROC e propor a sua destituição sempre que se mostrar justificadamente adequado.
 - y) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do Contrato de Sociedade.
2. Para o desempenho das suas funções o Conselho Fiscal definirá o seu plano e calendário da atividade anual e obterá do Conselho de Administração as informações necessárias ao exercício da sua atividade.
3. O Conselho Fiscal efetuará, anualmente, uma auto-avaliação da sua atividade e desempenho;
4. O Conselho Fiscal elaborará anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora relativo ao exercício e emitirá parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pelo Conselho de Administração, por forma a serem respeitados os prazos legais de divulgação face à data estabelecida para a realização da Assembleia Geral anual. O relatório do Conselho Fiscal deverá incluir todas as conclusões sobre transações com partes relacionadas.



ARTIGO 5.º

DEVERES

O Conselho Fiscal e cada um dos seus membros devem observância aos deveres que lhe são impostos pela lei enquanto membros de órgão de fiscalização de uma sociedade com ações admitidas à negociação em mercado regulamentado.

ARTIGO 6.º

FUNCIONAMENTO

1. O Conselho Fiscal reúne, pelo menos, todos os trimestres e, para além disso sempre que o Presidente o convocar (ou por convocatória de dois dos seus membros), por iniciativa própria ou a pedido do presidente do Conselho de Administração.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos membros do Conselho Fiscal, devendo ser registados os motivos dos votos discordantes.
3. Nas reuniões do Conselho Fiscal estarão presentes, conforme se mostre adequado ao conteúdo das matérias tratadas, os auditores internos e externos e o Revisor Oficial de Contas, bem como, sempre que as mesmas versem sobre análise da evolução operacional ou financeira da Sociedade, um representante da Administração.
4. Das reuniões são lavradas atas exaradas no respetivo livro e assinadas por todos os participantes.

ARTIGO 7.º

CONFLITO DE INTERESSES

1. Os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a informar o Presidente do Conselho Fiscal sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.
2. Em caso de conflito de interesses, o membro em causa deve dar ao Conselho Fiscal todas as informações e esclarecimentos que lhe sejam solicitados, abstendo-se de votar na decisão em causa.



ARTIGO 8º

VIGÊNCIA

1. O presente Regulamento foi aprovado por todos os membros do Conselho Fiscal, e entra em vigor na data da sua aprovação – 28/02/2022
2. Qualquer alteração do presente regulamento é da competência exclusiva do Conselho Fiscal.
3. O presente Regulamento encontra-se divulgado no sítio da internet da sociedade.



Anexo IV Política de remunerações



TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DA SOCIEDADE

A fixação dos montantes remuneratórios dos membros dos órgãos sociais da Sociedade Toyota Caetano Portugal, SA deve ter em conta, como princípio genérico, as funções desempenhadas por cada um dos membros, a situação económica da Sociedade e a situação do mercado em que a mesma se insere, sendo estabelecida em consonância com o disposto na Lei 50/2020, nos regulamentos da CMVM e no Código das Sociedades Comerciais.

Em particular, deverá ter em consideração, os seguintes princípios:

- Competitividade da Sociedade;
- Efetividade do exercício das funções e responsabilidades associadas;
- Equidade,
- Avaliação do desempenho dos membros dos órgãos sociais contemplados nesta política de remunerações, de acordo com as funções e com o nível de responsabilidade assumidos;
- Alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos sociais visados nesta política de remunerações com o interesse da Sociedade;
- Perspetivas económicas da Sociedade
- Clareza e transparência;
- Coerência com uma gestão e controlo de risco prudentes;
- Adequação aos objetivos e interesses de longo prazo da Sociedade, seus clientes, colaboradores e acionistas;



- Conjugação com a política de distribuição de dividendos aos Acionistas e da atribuição de prémios aos Colaboradores;
- Proporcionalidade;
- Igualdade.

Mediante o seguimento dos princípios acima mencionados, a fixação de parâmetros máximos de remuneração e a política aqui descrita, pretende garantir-se que a Sociedade não suportará custos excessivos face à sua capacidade financeira.

I. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

A presente política aplica-se aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Toyota Caetano Portugal, SA.

II. ENQUADRAMENTO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

1. A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade e, em geral, de todos os colaboradores, deve ser adequada à estratégia empresarial da Sociedade, aos seus interesses e objetivos, bem como à sua sustentabilidade;
2. Para efeitos do número anterior, deverão ser, em termos gerais, seguidos os princípios acima elencados bem como o seguinte:
 - a. Alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos de administração e fiscalização com os interesses da Sociedade, podendo tal ser realizado através de componentes variáveis da remuneração e outros benefícios a serem especificados e definidos pela Comissão de Remunerações;
 - b. O desempenho individual deverá constituir um critério de determinação da componente variável da remuneração, se aplicável, sem prejuízo de outros critérios que possam ser relevantes, nomeadamente o desempenho da própria Sociedade e o enquadramento macro-económico;
 - c. Interesses da Sociedade a médio e longo prazo;



- d. O contexto nacional e internacional, em particular nos setores onde a Sociedade se insere;
- 3. A presente política de remunerações, especialmente no que respeita aos administradores executivos, tem em conta as condições de emprego e de remuneração dos colaboradores da empresa como um todo, visando um nível de equilíbrio e equidade interna.

III. REMUNERAÇÃO

i. MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do conselho de administração são remunerados do seguinte modo:

- A remuneração será composta por uma parte fixa e, eventualmente, uma parte variável;
- Os valores remuneratórios de natureza fixa devem acompanhar a política salarial a ser aplicada aos restantes colaboradores e ter em consideração as funções desempenhadas por um lado e as práticas de mercado para responsabilidades equiparadas por outro.
- A remuneração fixa é definida pela comissão de remunerações e por esta revista anualmente e, salvo decisão em contrário por parte da mesma, corresponderá a um salário mensal pago 14 vezes.
- Não há lugar ao pagamento de senhas de presença.
- A existência ou não da remuneração variável será definida anualmente pela Comissão de Remunerações e o cálculo do montante final da remuneração variável será baseado numa avaliação de desempenho individual anual. Essa avaliação assenta num conjunto de indicadores quantitativos que devem estar em linha com os objetivos estratégicos da sociedade, e em aspetos de natureza qualitativa considerados essenciais para a sustentabilidade do negócio a longo prazo, nomeadamente:
 - Indicadores Quantitativos:
 - Cumprimento do orçamento global da empresa:
 - Volume de Negócio (em Mio€),
 - EBITDA (em% s/ Volume de Negócios)



- EBT (em % sobre Volume de Negócios)

- Indicadores Qualitativos alinhados com os Valores Ser Caetano (Ambição / Comprometimento / Confiança / Cooperação / Responsabilidade)
- Os objetivos individuais quantitativos pesam 90% no cálculo do desempenho individual e refletem a performance financeira relacionada com o crescimento real da empresa e o retorno gerado para os acionistas. Os objetivos individuais qualitativos pesam 10% no cálculo do desempenho individual.
- A atribuição da componente variável anual deve atender aos seguintes critérios:
 - o Anualmente serão definidos valores / peso para cada um dos indicadores identificados;
 - o Considerando o desempenho individual e aplicando as métricas acima referidas, haverá lugar à atribuição, ou não, de remuneração variável.
- A remuneração variável poderá ser paga em numerário ou em espécie.
- O processo de avaliação de desempenho dos administradores é anual, com acompanhamento semestral, baseado em evidências concretas e disponibilizadas à Comissão de Remunerações para monitorização regular do nível de cumprimento das metas aprovadas.
- A remuneração variável dos membros do Conselho de Administração no seu conjunto não deve exceder os 3% dos resultados distribuíveis apurados no exercício em causa.
- O pagamento da remuneração variável pode ser diferido por um período de até 3 anos, caso seja essa a decisão da Comissão de Remunerações.
- A Sociedade não pode solicitar a remuneração variável já entregue.
- Na medida em que o desempenho da Sociedade constitui um dos critérios de determinação da remuneração variável dos membros do órgão de administração, a sua deterioração poderá justificar, face às circunstâncias concretas, a limitação de tal remuneração, nos termos e condições a deliberar pela Comissão de Remunerações.
- Os membros do conselho de administração não executivos não são remunerados.



ii. MEMBROS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Os membros do órgão de fiscalização podem ser remunerados, devendo, nesse caso, auferir uma remuneração máxima equivalente a um salário mínimo mensal em vigor em Portugal à data da sua atribuição, por 14 meses.

IV. OUTROS BÓNUS E BENEFÍCIOS

Poderão ser atribuídos aos membros dos órgãos sociais benefícios complementares não pecuniários, nos termos e condições a deliberar pela Comissão de Remunerações.

O Grupo Salvador Caetano atribui, a todos os trabalhadores da Sociedade, um plano complementar de pensão, ao abrigo do Fundo de Pensões do Grupo Salvador Caetano, que pode ser extensível aos membros dos órgãos sociais, com as seguintes regras:

Plano A- (Benefício Definido): Abrange todos os colaboradores (incluindo os administradores) que à data de 01.01.2008 já tinham perfazido, cumulativamente, 50 anos de idade e 15 anos de antiguidade na empresa. Consubstancia-se no direito à atribuição de uma pensão complementar paga pelo referido Fundo de Pensões, de valor equivalente a 20% do último salário pensionável sendo que esta pensão complementar só será garantida se o Colaborador/Membro do Órgão Social atingir a idade legal da reforma ao serviço da empresa.

Plano B – (Contribuição Definida): Abrange todos os restantes colaboradores. Consubstancia-se no direito à atribuição de uma pensão complementar de reforma paga pelo Fundo de Pensões, calculado da seguinte forma: A empresa todos os anos contribui para o Fundo de Pensões com um montante correspondente a 3% do salário bruto anual de cada colaborador abrangido por este Plano, ficando esse valor afeto ao trabalhador. Atingindo ao serviço da empresa, a idade legal de reforma, o valor acumulado das contribuições acrescido dos rendimentos entretanto gerados será transformado numa renda vitalícia a ser paga ao Colaborador/Membro do Órgão Social.

Os benefícios complementares não pecuniários que eventualmente sejam atribuídos aos membros dos órgãos sociais não deverão ter um peso relevante, devendo representar menos de 10% do custo da remuneração total.



V. NOMEAÇÃO

Os membros dos órgãos sociais são nomeados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato de, no máximo 4 anos, renovável, no respeito pelo pacto social e pela lei aplicável.

VI. CONTRATOS OU ACORDOS COM OS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE

- Não existem atualmente quaisquer contratos ou acordos com membros dos órgãos de fiscalização ou administração da Sociedade.
- Não se encontra prevista a atribuição, aos membros dos órgãos sociais, de qualquer direito a receber indemnizações ou compensações para além do previsto nos termos legais.

VII. VERIFICAÇÃO DE CUMPRIMENTO DESTA POLÍTICA

A Comissão de Remunerações deverá receber, anualmente, elementos justificativos dos elementos financeiros e não financeiros tidos em consideração para a atribuição da remuneração fixa e variável, validando a sua concordância com os critérios e métodos definidos nesta política.

VIII. VALIDADE DESTA POLÍTICA E PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

A presente política foi preparada e subscrita por todos os membros da Comissão de Remunerações da sociedade com o objetivo de ser proposta à Assembleia Geral a realizar-se no dia 30 de Novembro de 2021, entrando em vigor partir de 1 Jan. 2022, relativamente ao exercício económico de 2022.

A supervisão e fiscalização da aplicação e cumprimento da presente política deve ser efetuada, ao longo de cada exercício económico, pela Comissão de Remunerações da Sociedade, a qual deverá ser independente dos órgãos de administração e fiscalização, por forma a evitar quaisquer conflitos de interesses.

Os membros dos órgãos de administração e fiscalização enquanto tal estão impedidos de votar em quaisquer deliberações dos respetivos órgãos sociais que tenham por objeto, ou que estejam relacionadas, com a sua própria remuneração.



Nos termos e para os efeitos do número dois do artigo 26º-F do CVM, a presente política de remunerações vigora até a Assembleia Geral da sociedade aprovar uma nova política de remunerações.

A revisão da presente política de remunerações e eventuais alterações à mesma competem à Comissão de Remunerações da Sociedade e encontram-se sujeitas a decisão da Assembleia Geral da Sociedade.

A Sociedade poderá derrogar temporariamente a Política de Remunerações caso tal derrogação seja necessária, excecionalmente, para servir os interesses de longo prazo e a sua sustentabilidade ou para assegurar a sua viabilidade, nos termos e para os efeitos do artigo 26º-D do CVM.

A derrogação da política de remunerações nos termos acima previstos deverá ser deliberada pela Comissão de Remunerações da Sociedade.

IX. PUBLICAÇÃO

A presente política é publicada no sítio da internet da Sociedade e deverá permanecer disponível ao público pelo menos enquanto estiver em aplicação, devendo igualmente mencionar a data de Assembleia Geral na qual a mesma foi aprovada, bem como os resultados da votação.

Política aprovada pela Comissão de Remunerações no dia 27 de Outubro de 2021 e aprovada em Assembleia Geral no dia 30 de Novembro de 2021.



Anexo V Política de comunicação de irregularidades



POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

DA

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA

I. A Comunicação de Irregularidades

A Toyota Caetano Portugal, SA, de ora avante apenas referida como “TCAP”, no cumprimento da lei, nomeadamente da Lei 93/2021 de dezembro de 2021, da recomendação I.2.4 do IPCG – Instituto Português de Corporate Governance e da sua responsabilidade empresarial e social, desenvolveu um procedimento de comunicação de irregularidades tendo por objetivo implementar condições para a deteção atempada de eventuais irregularidades, por forma a que as mesmas possam ser sanadas.

II. Âmbito de aplicação – Definição de Irregularidades

Consideram-se Irregularidades todas as situações que possam:

- a. consubstanciar práticas ilícitas, infrações ou irregularidades relacionadas com violação de leis, regulamentos, normas estatutárias, deontológicas ou de ética profissional, pelos membros dos órgãos sociais e colaboradores da TCAP ou de sociedades por esta dominadas, no exercício dos seus cargos profissionais;
- b. colocar em causa o património da TCAP e das sociedades por esta dominadas, bem como o património dos clientes, acionistas, fornecedores e parceiros comerciais da TCAP ou de qualquer sociedade por esta dominada;
- c. afetar as boas práticas de gestão e a imagem ou reputação da TCAP ou de qualquer sociedade por esta dominada;
- d. Todas as situações descritas no número 1 do artigo 2º da lei 93/2021 de dezembro de 2021.

Não serão consideradas irregularidades, para os efeitos aqui previstos, as reclamações apresentadas quanto à qualidade dos serviços ou produtos prestados/vendidos pela TCAP ou por qualquer sociedade por ela dominada, nem qualquer factualidade que extravase o disposto nesta cláusula.



III. Procedimento de Comunicação de Irregularidades

- a. Qualquer comunicação de factos suscetíveis de enquadrar uma irregularidade nos termos do número II anterior, deverá ser efetuada por escrito, através de e-mail ou carta dirigidos, em ambos os casos, ao Presidente do Conselho Fiscal da TCAP, para os seguintes endereços:

(i) Endereço e-mail: compliance@salvadorcaetano.pt

(ii) Endereço Postal:

A/C Presidente do Conselho

Fiscal

Toyota Caetano Portugal,

SA

Av. Vasco da Gama, 1410

4430-247 Vila Nova de Gaia

- b. A comunicação poderá ser ainda enviada mediante o preenchimento do formulário constante do sítio da internet da TCAP para esse efeito.
- c. A comunicação deverá conter uma descrição dos factos que a suportam e sempre que possível incluída num formato, material ou digital, que garanta a sua respetiva inviolabilidade até à sua receção pelo respetivo destinatário.

IV. Tratamento Confidencial. Dados pessoais

- a. A confidencialidade da identidade do autor da comunicação é sempre assegurada, mantendo-se unicamente do conhecimento dos membros que constituem o Conselho Fiscal e a Comissão de Compliance do Grupo Salvador Caetano, que assessora o Conselho Fiscal no processo de investigação das Irregularidades comunicadas, não sendo partilhada com terceiros;
- b. A identidade do autor da comunicação só será divulgada em decorrência de obrigação legal ou decisão judicial ou com o consentimento expresso do autor;



- c. A confidencialidade da identidade do autor da comunicação não impedirá que este seja contactado pelos membros do Conselho Fiscal e/ou pelos membros da Comissão de Compliance para que melhor se apurem informações que possam ser consideradas relevantes;
- d. É assegurado ao autor da comunicação da Irregularidade, o direito de informação, acesso, eliminação e retificação dos seus Dados Pessoais, salvo na medida em que o exercício desses direitos possa contender com outros direitos que devam prevalecer, como o cumprimento de obrigações legais ou ordens legítimas das autoridades, ou possa prejudicar a eficácia das diligências de averiguação que se encontrem em curso. Em caso algum poderá ser facultado ao autor da Irregularidade a identidade do autor da comunicação, salvo autorização deste;
- e. Os dados pessoais recolhidos no âmbito deste processo serão tratados pela TCAP ou sociedades por esta dominadas, sendo essa a entidade responsável pelo seu tratamento. A política da proteção de dados pessoais pode ser consultada através do endereço: www.toyota.pt, disponível no separador Investidores/Governo da sociedade, elaborada nos termos da lei, em particular do número 1 do artigo 19º da Lei 93/2021 de dezembro.

V. Conflito de interesses

Os membros dos órgãos sociais e das comissões da TCAP devem comunicar, de imediato, ao órgão respetivo (ou à comissão respetiva) quaisquer factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social. Esta comunicação deverá, em seguida, ser comunicada ao presidente do Conselho Fiscal.

VI. Investigação de Irregularidades e conflito de interesses

- a. O Conselho Fiscal da TCAP transmitirá as comunicações recebidas à Comissão de Compliance e ambos os organismos levarão a cabo, em conjunto, todas as diligências investigatórias sobre os factos suscetíveis de consubstanciarem irregularidades ou conflitos de interesses nos termos do presente regulamento, tendo para o efeito acesso a todos os instrumentos considerados relevantes e que possam ser proporcionados para o efeito pela sociedade e/ou suas participadas.
- b. Como forma de garantir a transparência e imparcialidade do processo de investigação e de



decisão, as pessoas que possam, direta ou indiretamente, ter um conflito de interesses com o assunto sujeito a investigação, serão automaticamente excluídas do mesmo.

VII. O processo de Tratamento de Irregularidades

- a. O Conselho Fiscal e a Comissão de Compliance devem garantir, na análise das irregularidades que lhe sejam comunicadas, um tratamento célere das mesmas.
- b. O Conselho Fiscal ou a Comissão de Compliance deverão informar o autor da comunicação:
 - (i) em sete dias, sobre o recebimento da comunicação e os direitos previstos no número 2 do artigo 7º, artigo 12º e artigo 14º da Lei 93/2021, de dezembro;
- c. Em três meses sobre a conclusão do processo de investigação e quais as eventuais medidas que tenham sido aplicadas em consequência do processo de averiguação da Irregularidade comunicada;
- d. Caso a Irregularidade comunicada seja suscetível de responsabilidade disciplinar ou se reporte a um assunto laboral, deve a mesma ser encaminhada para o departamento dos Recursos Humanos da TCAP, assegurando-se a confidencialidade da identidade do autor da comunicação.

VIII. Conclusões do Processo de Avaliação e Medidas Corretivas

- a. Após terminado o processo de averiguação, na sua sequência e sempre que tal seja recomendável ou necessário, o Conselho Fiscal ou a Comissão de Compliance proporá aos órgãos sociais da TCAP ou aos órgãos sociais de qualquer outra sociedade por esta dominada, a adoção das medidas que entenda necessárias para suprir a Irregularidade comunicada e comprovada pelo processo de averiguação.
- b. O Conselho Fiscal, com periodicidade trimestral, comunica ao Conselho de Administração da TCAP a lista identificativa das irregularidades e/ou conflitos de interesse que lhe foram comunicadas (da TCAP e de sociedades por esta dominadas), bem como a indicação das medidas corretivas que, eventualmente, tenham sido aplicadas.



IX. Proibição de Represálias

- a. A TCAP garante, nos termos da Lei 93/2021, de 20 de dezembro, que não permitirá, na sociedade e nas sociedades por si dominadas, que o autor de qualquer denuncia sofra represálias em virtude da mesma, nomeadamente demissão, suspensão ou qualquer tipo de assédio.
- b. A exclusão referida na alínea anterior não será aplicável à eventual participação do autor no cometimento de qualquer irregularidade objeto de denúncia ou a comprovação de má-fé do autor na emissão de uma denúncia que conhecia não ter fundamento.

Política aprovada pela pelo Conselho de Administração realizado no dia 28/02/2022, com entrada em vigor na referida data de aprovação, e divulgada no sítio da internet da Sociedade.



Anexo VI

Regulamento de conflitos de interesses e transações com partes relacionadas



TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA

REGULAMENTO SOBRE CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

PRIMEIRA

(Objetivo)

O presente regulamento visa definir as regras relativas a conflitos de interesses e transações com partes relacionadas, em que seja parte a Toyota Caetano Portugal, SA. adiante a “Sociedade”, em complemento dos mecanismos internos que a Sociedade tem em vigor, para efeitos do cumprimento da norma internacional de contabilidade (IAS) 24 e do CVM e é aplicável sem prejuízo das demais obrigações da Sociedade.

SEGUNDA

(Procedimentos e critérios)

1. As transações a celebrar entre a Sociedade por um lado e qualquer Parte Relacionada por outro, deverão ser realizadas (i) no âmbito da atividade corrente da Sociedade ou de qualquer uma das suas participadas, (ii) em condições normais de mercado.
2. As transações com Partes Relacionadas que não preencham os requisitos previstos no número anterior deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, após emissão de parecer pelo Conselho Fiscal.
3. No âmbito dos mecanismos de controlo interno de Transações com Partes Relacionadas, devem ser respeitados os seguintes procedimentos e critérios:
 - a. Até ao final do mês subsequente ao termo de cada trimestre, o Conselho de Administração verificará e transmitirá ao Conselho Fiscal o valor e natureza das Transações realizadas no trimestre anterior com cada Parte Relacionada;
 - b. O Conselho Fiscal deverá apreciar todas as Transações ocorridas e verificar se todas



seguiram os critérios enunciados no anterior número 1.

- c. A realização de Transações com Partes Relacionadas será submetida a parecer prévio do Conselho Fiscal seguida de deliberação específica do Conselho de Administração nos seguintes casos:
 - i. Transações cujo valor por transação exceda 1% do valor do ativo total da sociedade;
 - ii. Transações realizadas, excecionalmente, fora das condições normais de mercado, independentemente do respetivo valor.
- d. O parecer prévio do Conselho Fiscal bem como a deliberação específica do Conselho de Administração não serão necessários quando respeitar a contratos de execução continuada, ou a renovações em termos substancialmente semelhantes aos do contrato anteriormente em vigor.
- e. Para efeitos da apreciação da transação em causa e emissão do parecer pelo Conselho Fiscal o Conselho de Administração deve facultar àquele órgão a informação necessária e uma justificação fundamentada.

TERCEIRA

(Divulgação de transações)

Sem prejuízo do cumprimento das regras aplicáveis à divulgação de transações com Partes Relacionadas, tal como definidas pelas regras legais e regulamentares aplicáveis, e de outras obrigações de informação a que a Sociedade esteja em cada momento vinculada, as transações com partes relacionadas devem, em qualquer caso, ser divulgadas ao mercado nos termos da legislação e/ou regras contabilísticas vigentes, nomeadamente IAS 24 e Lei 50/2020.

QUARTA

(Conflito de interesses)

- 1. Existe uma situação de Conflito de Interesses sempre que algum decisor ou participante num processo de decisão se encontra numa posição que, vista de forma objetiva, é susceptível de



comprometer a sua independência e de causar no seu juízo influência de interesses distintos dos interesses da Sociedade, sejam esses interesses patrimoniais ou não, próprios ou alheios.

2. Tendo em vista a adequada prevenção, identificação e resolução de conflitos de interesses, é obrigação dos decisores e/ou participantes:
 - a. Comunicar a existência de um conflito de interesses, ainda que potencial, ao seu superior hierárquico ou, tratando-se de membro de órgão colegial, ao órgão em causa;
 - b. Abster-se de interferir ou participar no processo de decisão sempre que se encontrem em conflito de interesses, e fazer constar esse impedimento de acta ou de outro documento escrito que documente a decisão, sem prejuízo do dever de prestar as informações e os esclarecimentos que o órgão em causa e os respectivos membros lhe solicitarem.

O presente regulamento foi aprovado pelo Conselho Fiscal no dia 31 de Março de 2021 e pelo Conselho de Administração no mesmo dia e entra imediatamente em vigor.



Anexo VII **Regulamento interno da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações**



REGULAMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE NOMEAÇÕES, AVALIAÇÕES E REMUNERAÇÕES

DA

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA

ARTIGO 1.º

(Âmbito)

1. O presente regulamento estabelece as regras de funcionamento da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações (doravante, “Comissão”);
2. A Comissão é instituída de acordo com o disposto no número 1 do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 26.º do Pacto Social e em cumprimento das disposições do Código de Valores Mobiliários e das recomendações em matéria de governo societário do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG);
3. O disposto no presente Regulamento aplica-se a todos os membros da Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações, os quais devem observar as regras nele contidas, independentemente do momento e do modo da respetiva designação.

ARTIGO 2.º

(Composição e Mandato)

1. A Comissão de Nomeações, Avaliações e Remunerações é composta por três membros, designados pela Assembleia Geral de acordo com o disposto no artigo 26.º do Pacto Social, com conhecimentos e experiência adequadas em matérias de política de remunerações.
2. O mandato dos membros da Comissão tem a duração de quatro anos civis renováveis, contando-se como completo o ano civil da designação.
3. A deliberação que eleger os membros da Comissão designa, também, o respetivo Presidente.



ARTIGO 3.º

(Competência)

No desempenho das suas atribuições, e sem prejuízo de outras competências que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração da Sociedade, compete em especial à Comissão no que diz respeito aos órgãos sociais:

(A) Em matéria de nomeação:

- a. Avaliar a adequação de perfil, conhecimentos e currículo de membros dos órgãos sociais a designar;
- b. Disponibilizar os seus termos de referência e induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género;
- c. acompanhar e apoiar a designação dos restantes quadros dirigentes.

(B) Em matéria de avaliação:

- a. Acompanhar o sistema de avaliação de desempenho da administração e de atribuição de remuneração da Sociedade;
- b. Pronunciar-se sobre as propostas de avaliação individual anual de desempenho dos vogais da Comissão Executiva, caso exista, emitida pelos recursos humanos da Sociedade;
- c. Acompanhar a avaliação global do desempenho do Conselho de Administração, enquanto órgão, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da Sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para a obtenção dos resultados da Sociedade, bem como o seu alinhamento com os interesses da Sociedade.



(C) Em matéria de remunerações:

- a. Submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Geral uma proposta de política de remunerações, pelo menos de quatro em quatro anos e sempre que ocorra uma alteração relevante da política de remunerações vigente.
- b. Aprovar, ou submeter a aprovação pela Assembleia Geral, para cada mandato, o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão social ou comissão da Sociedade em virtude da respetiva cessação de funções;
- c. Acompanhar a divulgação de informação externa sobre remuneração e política remuneratória da Sociedade.

ARTIGO 4º

(Poderes dos Membros)

1. Sem prejuízo de outros poderes que lhes sejam atribuídos pelo presente regulamento, os membros da Comissão podem, atuando em conjunto ou separadamente, obter dos membros dos vários órgãos sociais os esclarecimentos e toda a informação da Sociedade necessários ao desempenho das suas funções.
2. Para o desempenho das suas funções, podem os membros da Comissão ser coadjuvados por técnicos especialmente contratados para esse efeito, devendo a proposta de contratação desses técnicos a apresentar ao Conselho de Administração ter em consideração a complexidade dos assuntos em análise e a situação económica da Sociedade.
3. A Comissão deve assegurar que os serviços acima indicados são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria Sociedade ou a outras que com esta se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.

ARTIGO 5º

(Deveres dos Membros)

No exercício das suas funções, e para além de outros deveres que, nesse âmbito, lhes sejam



aplicáveis, os membros da Comissão devem:

- a. Informar-se e preparar com diligência as reuniões da Comissão, bem como as reuniões dos demais órgãos sociais em que seja solicitada a sua presença nessa qualidade;
- b. Participar na Assembleia Geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da Sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas;
- c. Participar nas reuniões da Comissão intervindo nelas ativamente e de forma construtiva, de modo a contribuir para a tomada das decisões mais adequadas à prossecução dos interesses sociais;
- d. Tratar de forma confidencial toda a documentação da Sociedade a que tenham acesso no exercício das funções;
- e. Disponibilizar aos órgãos sociais da Sociedade e demais comissões, atempada e adequadamente, toda a informação e documentação que lhes seja solicitada, relacionada com as suas funções.

ARTIGO 6º

(Reuniões e deliberações)

1. A Comissão deve reunir, pelo menos, uma vez por semestre.
2. A Comissão reúne extraordinariamente por iniciativa do seu Presidente ou a solicitação de qualquer dos seus membros, devendo quem tomar a iniciativa propor data e agenda para o efeito.
3. Todas as reuniões devem ser convocadas com indicação da ordem de trabalhos, preferencialmente por escrito e por correio eletrónico.
4. A Comissão pode reunir sem observância de formalidades prévias, desde que todos os seus membros estejam presentes e todos manifestem a vontade de reunir e deliberar sobre determinado assunto, e tomar deliberações unânimes por escrito – podendo, para o efeito, utilizar o correio eletrónico – as quais serão ratificadas na reunião subsequente.
5. A Comissão só pode deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus



membros.

6. As deliberações da Comissão são tomadas por maioria, devendo os membros que com elas não concordarem fazer inserir na ata os motivos da sua discordância.
7. O membro da Comissão que não possa estar presente na reunião pode fazer-se representar por outro membro da Comissão que para o efeito indicar, por carta dirigida ao Presidente, ou sendo este o membro ausente, por carta dirigida à Comissão, só valendo o instrumento de representação para a reunião em função da qual foi emitido.
8. De cada reunião será lavrada uma ata no respetivo livro ou em folhas soltas, assinadas por todos os que nela tenham participado.
9. Das atas deve constar a menção dos membros presentes na reunião, bem como as verificações mais relevantes a que procedam os membros da Comissão e das deliberações que eventualmente sejam tomadas.

ARTIGO 7.º

(Ordem de trabalhos)

1. A ordem de trabalhos é determinada pelo Presidente da Comissão.
2. Qualquer membro da Comissão pode solicitar a inclusão de pontos na ordem de trabalhos, solicitação essa que deve ser dirigida ao Presidente da Comissão com a antecedência possível em relação à data da reunião e acompanhada dos respetivos elementos de suporte.
3. O conteúdo das reuniões da Comissão tem natureza confidencial, assim como toda a documentação relativa à sua preparação e realização.

ARTIGO 8.º

(Presenças)

Para além dos membros da Comissão, podem estar presentes nas respetivas reuniões representantes dos demais órgãos sociais ou mesmo terceiros, desde que convidados pelo Presidente ou por quem o substitua nessa reunião, em função da conveniência em face aos assuntos a discutir.



ARTIGO 9.º

(Conflitos de Interesse)

1. Sempre que qualquer membro da Comissão considerar que existe uma circunstância ou facto que constitui ou pode determinar a existência de um conflito de interesse nos termos do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, deve esse membro da Comissão informar pontualmente a Comissão dessa circunstância ou facto.
2. O membro da Comissão que tenha um interesse em conflito com o interesse da Sociedade não pode votar nas deliberações relativamente às quais esse conflito se verifique, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos que lhe sejam solicitados pela Comissão ou pelos demais membros.
3. Nenhum membro da Comissão pode participar ou votar em discussões e deliberações relacionadas com a sua própria avaliação.

ARTIGO 10.º

(Avaliação da Atividade da Comissão)

1. A Comissão deve apreciar eventuais dificuldades e obstáculos detetados pelos seus membros relativamente ao exercício das suas funções e desenvolver todos os esforços para que sejam tomadas medidas adequadas a remover essas dificuldades e obstáculos;
2. Anualmente, a Comissão deve proceder à avaliação:
 - a. da atividade desenvolvida e do contributo dos respetivos membros para a mesma;
 - b. da aplicação do presente Regulamento, procedendo à sua revisão, caso tal se mostre necessário.

ARTIGO 11.º

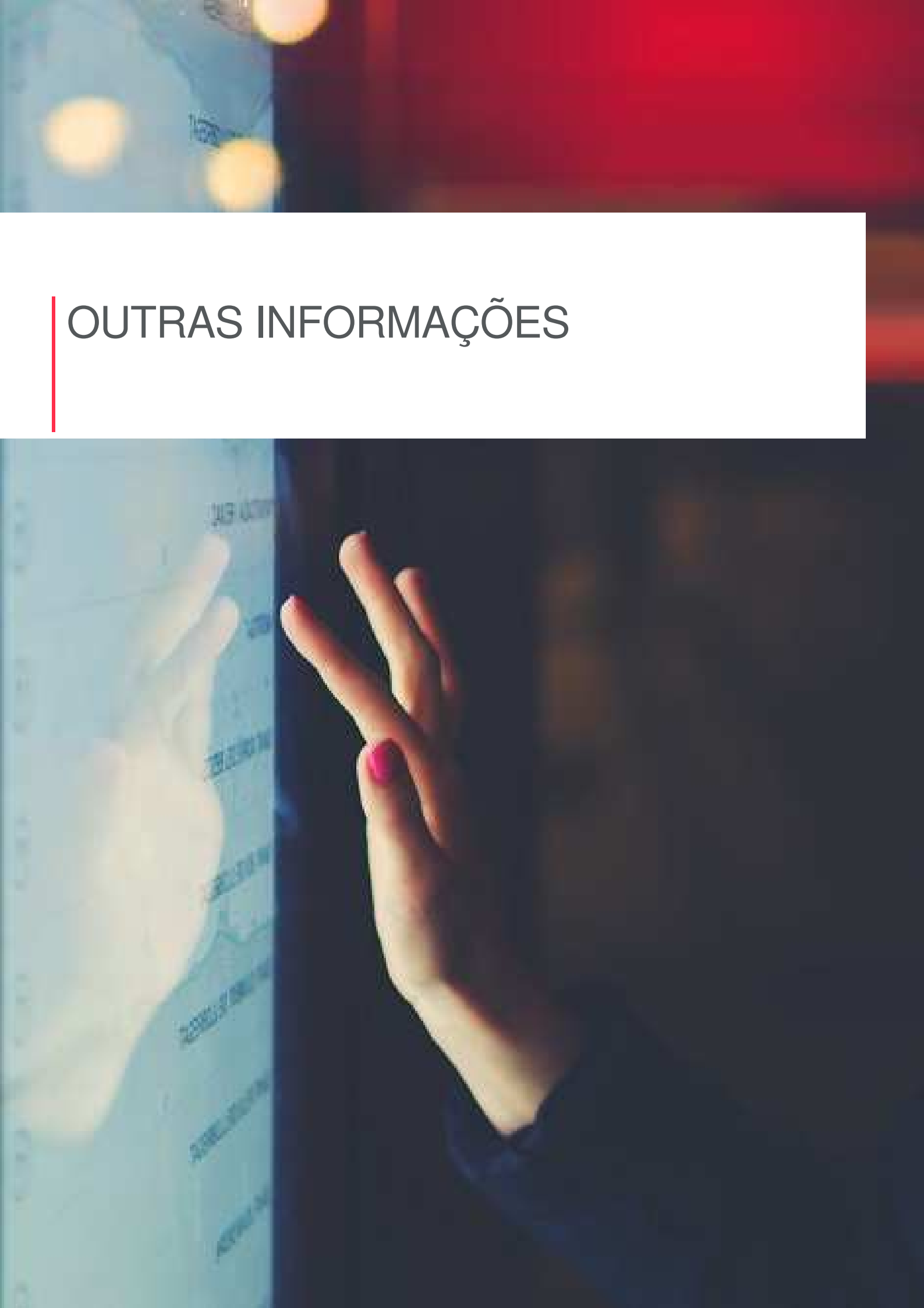
(Entrada em Vigor e Alterações)

1. O presente regulamento entra em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho de



Administração (28/02/2022) e está publicado no sítio da internet da Sociedade.

2. Qualquer alteração ao presente regulamento deve ser aprovada por deliberação do Conselho de Administração.

The image is a composite. The top half features a blurred background with warm, out-of-focus lights in shades of orange and red. The bottom half shows a person's hand with bright pink nail polish reaching out towards a digital screen. The screen displays a map with various geographical labels, including 'AMSTERDAM', 'BRUSSELS', 'PARIS', 'LONDON', 'BERLIN', 'MOSCOW', 'ST. PETERSBURG', 'MADRID', 'BARCELONA', 'LISBOA', 'ATLANTA', 'MIAMI', 'NEW YORK', 'LOS ANGELES', 'SAN FRANCISCO', 'HONG KONG', 'TOKYO', 'SEOUL', 'BEIJING', 'SHANGHAI', 'GUANGZHOU', 'CANBERRA', 'SYDNEY', 'MELBOURNE', 'AUCKLAND', 'WELLINGTON', 'DUNEDIN', 'CHRISTCHURCH', 'HAMILTON', 'AUCKLAND', 'WELLINGTON', 'DUNEDIN', 'CHRISTCHURCH', 'HAMILTON'. The hand is positioned as if about to touch the screen.

OUTRAS INFORMAÇÕES



Outras informações

Sede

Av. Vasco da Gama. 1410

4431-956 Vila Nova de Gaia

Telefone: +351 227 867 000

Unidade Fabril de Ovar

Rua de Olho Marinho (EN109), nº 1427

3885-113 Arada, Ovar

Telefone: +351 256 790 042

Div. Equipamento Industrial Sul

Carregado

Estrada Nacional 3 – km1

2580-595 Carregado

Telefone: +351 263 857 244

Data de Constituição: 4 de julho de 1946

N.I.P.C. 500 239 037

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia, nº 500239037

A sociedade não alterou a sua designação social em 2021.